



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

“JULIO DE MESQUITA FILHO”



**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA MOTRICIDADE
(PEDAGOGIA DA MOTRICIDADE HUMANA)**

**A HISTÓRIA DA GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA DA UNESP DE BAURU
E MEMÓRIA DA REESTRUTURAÇÃO CURRICULAR DE 1990**

PEDRO LUCAS DOS SANTOS PÊGO

Orientadora: Professora Adj. Dagmar Aparecida Cynthia França Hunger

Dissertação apresentada ao Instituto de Biociências do Campus de Rio Claro, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Ciências da Motricidade.

Bauru, dezembro de 2016.



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JULIO DE MESQUITA FILHO”



PEDRO LUCAS DOS SANTOS PÊGO

**A HISTÓRIA DA GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA DA UNESP DE BAURU
E MEMÓRIA DA REESTRUTURAÇÃO CURRICULAR DE 1990**

Orientadora: Professora Adj. Dagmar Aparecida Cynthia França Hunger

Dissertação apresentada ao Instituto de Biociências do Campus de Rio Claro, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Ciências da Motricidade.

Bauru, dezembro de 2016.

796.07 Pêgo, Pedro Lucas dos Santos
P376h A história da graduação em Educação física da Unesp de Bauru e memória da reestruturação curricular de 1990 / Pedro Lucas dos Santos Pêgo. - Rio Claro, 2016
189 f. : il., forms., quadros

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências de Rio Claro
Orientador: Dagmar Aparecida Cynthia França Hunger

1. Educação física - Estudo e ensino. 2. Formação profissional. 3. Currículo. I. Título.

CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

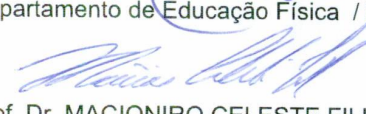
TÍTULO DA DISSERTAÇÃO: A HISTÓRIA DA GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA DA UNESP DA BAURU E MEMÓRIA DA REESTRUTURAÇÃO CURRICULAR DE 1990

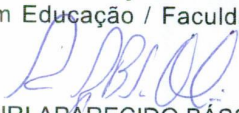
AUTOR: PEDRO LUCAS DOS SANTOS PEGO

ORIENTADORA: DAGMAR APARECIDA CYNTHIA FRANÇA HUNGER

Aprovado como parte das exigências para obtenção do Título de Mestre em CIÊNCIAS DA MOTRICIDADE, especialidade: PEDAGOGIA DA MOTRICIDADE HUMANA pela Comissão Examinadora:


Prof. Dra. DAGMAR APARECIDA CYNTHIA FRANÇA HUNGER
Departamento de Educação Física / Faculdade de Ciências de Bauru - SP


Prof. Dr. MACIONIRO CELESTE FILHO
Departamento de Educação / Faculdade de Ciências - UNESP/ Câmpus de Bauru e Programa de Pós-Graduação em Educação / Faculdade de Filosofia e Ciências - UNESP/ Câmpus de Marília


Prof. Dr. AMAURI APARECIDO BÁSSOLI DE OLIVEIRA
Centro de Ciências Biológicas - Departamento de Educação Física / Universidade Estadual de Maringá - PR

Rio Claro, 09 de dezembro de 2016

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE PEDRO LUCAS DOS SANTOS PEGO, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA MOTRICIDADE, DO INSTITUTO DE BIOCIÊNCIAS.

Aos 09 dias do mês de dezembro do ano de 2016, às 15:00 horas, no(a) UNESP BAURU - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA, reuniu-se a Comissão Examinadora da Defesa Pública, composta pelos seguintes membros: Profa. Dra. DAGMAR APARECIDA CYNTHIA FRANÇA HUNGER - Orientador(a) do(a) Departamento de Educação Física / Faculdade de Ciências de Bauru - SP, Prof. Dr. MACIONIRO CELESTE FILHO do(a) Departamento de Educação / Faculdade de Ciências - UNESP/ Campus de Bauru e Programa de Pós-Graduação em Educação / Faculdade de Filosofia e Ciências - UNESP/ Campus de Marília, Prof. Dr. AMAURI APARECIDO BÁSSOLI DE OLIVEIRA do(a) Centro de Ciências Biológicas - Departamento de Educação Física / Universidade Estadual de Maringá - PR, sob a presidência do primeiro, a fim de proceder a arguição pública da DISSERTAÇÃO DE MESTRADO de PEDRO LUCAS DOS SANTOS PEGO, intitulada **A HISTÓRIA DA GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA DA UNESP DA BAURU E MEMÓRIA DA REESTRUTURAÇÃO CURRICULAR DE 1990**. Após a exposição, o discente foi arguido oralmente pelos membros da Comissão Examinadora, tendo recebido o conceito final: APROVADO. Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, foi assinada pelos membros da Comissão Examinadora.



Profa. Dra. DAGMAR APARECIDA CYNTHIA FRANÇA HUNGER



Prof. Dr. MACIONIRO CELESTE FILHO



Prof. Dr. AMAURI APARECIDO BÁSSOLI DE OLIVEIRA

Dedico este trabalho as pessoas mais importantes da minha vida:
Ao Simão Pedro, exemplo de pai, de amigo e de Professor;
A Cássia Aparecida, representação de carinho e dedicação constante;
Ao Vitor Hugo, vínculo contínuo de companheirismo;
A Elis, manifestação viva de Deus, personificação da felicidade em minha vida.

AGRADECIMENTOS

Chegar até aqui por vezes foi uma jornada solitária, porém, muitas pessoas me ajudaram e compartilharam a concretização desta conquista, assim, gostaria de agradecer:

a Deus em suas diversas e abundantes manifestações sempre presentes nos momentos de incertezas;

aos meus pais Cássia e Simão e ao meu irmão Vitor, que mesmo longe nunca se fizeram distantes em toda minha caminhada até aqui;

a minha professora e orientadora Dagmar, que desde o primeiro ano de graduação me guiou na pesquisa científica e soube compreender minhas dúvidas e desejos para sabiamente me orientar. Sem sua orientação este trabalho não teria sido finalizado, nem mesmo iniciado;

aos familiares de Mogi Guaçu, tios, tias, primos e primas, especialmente minha madrinha Vó Lourdes, que apesar dos poucos encontros nunca se esquecem de manter nosso eterno vínculo;

aos queridos amigos do Grupo de Estudos (LESCHEF), Fer Rossi, Evandro Correa, Jú Martins, Nilza (Hermana), Luíza (Spiga), Marcela, Ana Paula e Camila Borges, pela ajuda constante em diversos momentos da minha vida acadêmica e fora dela também;

aos amigos de Bauru e Mogi-Guaçu, tão importantes no dia a dia, por dividirem algumas angústias e muitas alegrias durante esses anos ;

aos funcionários da Seção Técnica de Pós-Graduação do Instituto de Biociências da UNESP de Rio Claro, em especial a servidora Ivana Brandt, que carinhosamente ajudou e facilitou todos os trâmites administrativos durante estes dois anos de estudo;

aos funcionários da biblioteca da UNESP de Bauru no convívio quase diário de estudos, por se disponibilizarem a ceder livros, armários e salas de estudo mesmo com diversas barreiras administrativas;

ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico por financiar esta pesquisa por meio da bolsa institucional;

aos Professores Doutores Amauri Bássoli de Oliveira e Macioniro Celeste Filho, membros da banca de qualificação e defesa, pelos pertinentes apontamentos, que sem dúvida, contribuíram para a pesquisa;

não menos importante, agradeço aos Professores participantes do estudo, que abriram as portas de suas casas e me receberam carinhosamente para falar, (re)viver e (re)construir o passado do curso de Educação Física da UNESP Bauru e com suas valiosas memórias deram corpo e significado a esta dissertação;

a minha filhinha Elis, por me mostrar um sentimento desconhecido até então, o AMOR de pai para filha e me permitir vivê-lo diariamente.

“Vida sem utopia não entendo que exista”
Caetano Veloso

RESUMO

Na presente investigação, de natureza qualitativa, objetivou-se reinterpretar e, assim, preservar a memória do processo de reestruturação curricular do curso de graduação em Educação Física, do Departamento de Educação Física, da Faculdade de Ciências, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), do campus universitário de Bauru, ocorrido em 1990. Para tanto, realizou-se revisão da literatura e documental, abordando-se o contexto histórico da universidade na Europa e no Brasil, a trajetória da formação profissional em Educação Física e o Currículo na era moderna. Fundamentando-se no método da história oral e conforme a técnica de entrevista semiestruturada, os relatos de um grupo de docentes foram discutidos à luz da literatura, apresentados nos seguintes pontos de análises: a) Constituição da comissão de reestruturação curricular; b) Envolvimento discente na reestruturação do currículo; c) Determinantes na elaboração do currículo; d) O processo da mudança curricular e seus objetivos; e) Mudanças e reflexos da nova estrutura curricular; f) Adversidades, carreira e titulação dos docentes do curso de Educação Física. Evidenciou-se efetiva participação e responsabilidade do coordenador de curso; discreta participação dos estudantes; as principais determinantes se caracterizaram pela urgência na concretização do novo currículo, devido ao prazo estipulado pela Resolução nº 03 de 1987; atualização acadêmica e científica do corpo docente; diminuição da carga horária das disciplinas prático-esportivas; atualização do currículo, frutos de debates acadêmicos ocorridos a partir da década de 80; dificuldade para obtenção da titulação acadêmica como exigência da UNESP após a encampação, especialmente, pelo limitado apoio institucional no que tange ao afastamento das atividades docentes, do tempo determinado para a obtenção do título e o ingresso em Programas de pós-graduação da área de Educação Física. Concluiu-se que o período representou um novo contexto histórico da formação curricular universitária em Educação Física, resultante de debates e reflexões da comunidade acadêmica nacional, em que se buscava firmar cientificamente, bem como, do que exigia a UNESP, em termos de regime, carreira e titulação, conforme o estatuto da universidade pública no estado de São Paulo.

Palavras-chave: Graduação, Currículo, Reestruturação curricular, história e memória, UNESP Bauru.

ABSTRACT

In the present research, of a qualitative nature, the objective was to reinterpret and thus preserve the memory of the curricular restructuring process of the undergraduate course in Physical Education, Department of Physical Education, Faculty of Sciences, State University Paulista "Júlio de Mesquita Filho "(UNESP), located in the university campus of Bauru, in 1990. For this purpose, a literature and documentary review was carried out, addressing the historical context of the university in Europe and Brazil, Physical Education and the Curriculum in the modern era. Based on the oral history method and the technique of semi-structured interview, the reports of a group of teachers were discussed by the literature, presented in the following topics: a) Constitution of the curricular restructuring committee; B) Student involvement in curriculum restructuring; C) Determinants in curriculum development; D) The process of curricular change and its objectives; E) Changes and reflections of the new curricular structure; F) Adversities, career and degree of the teachers of the Physical Education course. Effective participation and responsibility of the course coordinator was evidenced; Discreet student participation. The main determinants were characterized by the urgency in the implementation of the new curriculum, due to the deadline stipulated by Resolution nº 03 of 1987; Academic and scientific updating of faculty; Decrease of the hours of practical-sports disciplines; Curriculum update, consequences of academic debates that had occurred since the 1980s; Difficulty to obtain academic qualification as a requirement of UNESP after the expropriation, especially, due to the limited institutional support regarding the withdrawal of teaching activities, the time determined to obtain the degree and entry into Graduate Programs in the area of Physical Education. It was concluded that the period represented a new historical context of the university academic background in Physical Education, resulting from debates and reflections of the national academic community, in which scientific firm was sought, as well as, what UNESP demanded, in terms of regime, career and degree, according to the statute of the public university in the state of São Paulo.

Key words: Graduation, Curriculum, Restructuring curriculum, history and memory, UNESP Bauru

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Tabela 01 CARACTERIZAÇÃO DOS PARTICIPANTES DO ESTUDO.....	25
Tabela 02 DATA DE CRIAÇÃO DE CURSOS SUPERIORES NO BRASIL.....	33
Tabela 03 LEGISLAÇÕES SOBRE A GINÁSTICA (EF) NA ESCOLA BRASILEIRA....	63
Tabela 04 MODELOS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL E SUAS INFLUÊNCIAS NO BRASIL.....	66
Tabela 05 SUGESTÃO DE GRADE CURRICULAR DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA DO ESTADO DE SÃO PAULO EM 1934.....	67
Quadro 01 CONHECIMENTOS DA PROPOSTA CURRICULAR DE 1934.....	68
Quadro 02 CONHECIMENTOS DA PROPOSTA CURRICULAR DE 1939.....	69
Quadro 03 CONHECIMENTOS DA PROPOSTA CURRICULAR DE 1945.....	70
Quadro 04 CONHECIMENTOS DA PROPOSTA CURRICULAR DE 1969.....	73
Quadro 05 COMPARAÇÃO DAS PROPOSTAS CURRICULARES DE 1945 E 1969.....	73
Quadro 06 CONHECIMENTOS DA PROPOSTA CURRICULAR DE 1987.....	88
Quadro 07 SERIAÇÃO DE DISCIPLINAS DO QUINTO E SEXTO SEMESTRE DO CURSO ANTERIOR A REESTRUTURAÇÃO CURRICULAR DE 1990.....	138
Quadro 08 DISCIPLINAS APÓS A REESTRUTURAÇÃO CURRICULAR DE 1990 (PRÁTICA DE ENSINO).....	141

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
CAPITULO I - METODOLOGIA.....	15
1.1. DELINEAMENTOS DA PESQUISA E MÉTODO DE ABORDAGEM ...	15
1.2. TÉCNICAS DE PESQUISA	20
CAPITULO II - HISTÓRICO DA UNIVERSIDADE E TRAJETÓRIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA – UNESP	24
2.1. A UNIVERSIDADE NO OCIDENTE	24
2.1.1. A UNIVERSIDADE NO BRASIL	28
2.2. A UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”	42
2.2.1. O CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE BAURU	50
2.2.2. AS FACULDADES DE ENGENHARIA, CIÊNCIAS E ARQUITETURA, ARTES E COMUNICAÇÃO DO CÂMPUS DE BAURU	54
CAPITULO III - TRAJETÓRIA DO CURRÍCULO NA ERA MODERNA - HISTÓRICO DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO FÍSICA NO BRASIL	58
3.1. O CURRÍCULO NA ERA MODERNA	58
3.2. AS PRIMEIRAS INSTITUIÇÕES DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO FÍSICA NO BRASIL	70
3.2.1 A DITADURA MILITAR E A EDUCAÇÃO FÍSICA: NOVAS CONFIGURAÇÕES, VELHOS MODELOS DE FORMAÇÃO.....	78
3.2.2. RESOLUÇÃO 03/87: DUPLA FORMAÇÃO EM UM MESMO CURSO - BACHARELADO E LICENCIATURA PLENA	89
3.2.3. NOVA LEGISLAÇÃO, MESMOS PROBLEMAS: A FORMAÇÃO DO PROFESSOR E DO GRADUADO EM EDUCAÇÃO FÍSICA.	97
3.3. O DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E O CURSO DE LICENCIATURA DA UNESP DE BAURU	101
CAPITULO IV A REESTRUTURAÇÃO CURRICULAR DE 1990 NA VISÃO DOS DOCENTES - ANÁLISE DOS RELATOS ORAIS	103
4.1. CARACTERIZAÇÃO DOS PARTICIPANTES E PROCEDIMENTOS PARA A COLETA DOS RELATOS	103

4.2. A EXISTÊNCIA DE UMA COMISSÃO PARA A REESTRUTURAÇÃO CURRICULAR.....	107
4.3. PARTICIPAÇÃO DISCENTE NA REFORMA DO CURRÍCULO.....	115
4.4. DETERMINANTES NA ELABORAÇÃO DO NOVO CURRÍCULO	118
4.5. O PROCESSO DA REFORMA CURRICULAR E OS SEUS OBJETIVOS NA ÓPTICA DOS DOCENTES	126
4.6. MUDANÇAS E REFLEXOS DA NOVA ESTRUTURA CURRICULAR	139
4.7. ADVERSIDADES NA PRÁTICA DOCENTE: CARREIRA E TITULAÇÃO PARA DOS DOCENTES DO CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA UNESP BAURU	150
CONSIDERAÇÕES FINAIS	166
REFERÊNCIAS.....	171
ANEXO A –TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - (TCLE)	185
ANEXO B – APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA E PESQUISA.....	187

INTRODUÇÃO

A origem do Campus de Bauru, no qual se encontra o Curso de Graduação em Educação Física, objeto de investigação desta pesquisa, remonta à Fundação Educacional de Bauru, que foi transformada em mantenedora da Universidade de Bauru (UB), em 1985, e posteriormente encampada pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), em 1988.

O município de Bauru, à época, configurava-se como um grande centro urbano e econômico, importante polo comercial e industrial, dada a sua localização geográfica privilegiada (entroncamento ferroviário e rodoviário do interior paulista). Somado a isso, a cidade destacava-se pelo crescimento da Universidade de Bauru, sobretudo em virtude do aumento no número de cursos oferecidos pela instituição, no de alunos, docentes, funcionários e no investimento na estrutura física da universidade. No contexto político e de desenvolvimento, a UB foi incorporada à Universidade Estadual Paulista, que tinha sido criada no final da década de 1970, a partir da união de 14 Institutos Isolados de Ensino Superior do Estado de São Paulo, fundados na segunda metade da década de 1950 e espalhados pelo interior paulista. (BAURUNESP, 1996; ARRUDA, 2013; ALONSO, 2013). A Universidade de Bauru, por conseguinte, transformou-se em uma Instituição pública, em 1988, atendendo assim, aos anseios da comunidade acadêmica e da sociedade Bauruense (BAURUNESP, 1996; ARRUDA, 2013; TIDEI..., 1990; ALONSO, 2013; ESTADO DE SÃO PAULO; 1987; FOLHA DE SÃO PAULO, 1987b; 1987c; 1988a).

Diante deste contexto é que se encontrava o Curso de Licenciatura em Educação Física, da atual Universidade Estadual Paulista - campus de Bauru -, o qual, no decorrer dos seus 28 anos (1988–2016), passou por diversas reestruturações curriculares [1990; 1997; 2005;

2012] (UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA, 2014g) para corresponder às legislações específicas pertinentes ao processo de formação de professores no Brasil.⁻¹

Sabe-se que na encampação da então Universidade de Bauru pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), estava em cena uma importante lei que mudou os ditames e a regulamentação para a formação profissional em Educação Física no Brasil. A Resolução 03/87 (BRASIL, 1987b) rompeu com o modelo único de formação de professores no Brasil (licenciatura e técnico desportivo), entre diversos fatores que contribuíram para tal Resolução estavam, o aumento progressivo da demanda por profissionais de Educação Física para atuação extraescolar (clubes, academias de ginástica, setor esportivo e de lazer), o antigo modelo de formação (pautado no currículo mínimo e ao rol ‘amarrado’ de disciplinas), desenvolvido nos anos do Governo Militar (1964-1985) que não atendia mais aos anseios e desejos para melhor qualificação dos egressos, em razão do leque cada vez maior de oportunidades que o mercado de trabalho oferecia naquele cenário, também a pouca prática da pesquisa científica nos cursos de graduação.

Outro fator importante deve-se ao amadurecimento da comunidade acadêmica, influenciada naquele momento por referenciais teóricos das ciências humanas (sociologia, antropologia, filosofia), que originou dessa forma, o curso de Bacharelado em Educação Física e a manutenção da Licenciatura Plena em Educação Física.

Assim, consideramos que a reestruturação curricular de 1990 emergiu para corresponder legalmente a Resolução 03/87, mas também, para atualizar o currículo desta Instituição, bem como, para atender aos fundamentos da Universidade Pública (tripé de ensino, pesquisa e extensão, professores contratados em tempo integral, docentes com titulação de mestrado e doutorado) e, por fim, às novas demandas do mercado de trabalho para os profissionais de Educação Física. O curso de Educação Física da UNESP de Bauru,

¹ Resolução Conselho Federal de Educação nº 03 de 1987, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394 de 1996; Resolução do Conselho Nacional de Educação nº 01 e nº 02 de 2002 e Resolução do Conselho Nacional de Educação nº 07 de 2004 (BRASIL, 1987b; 1996; 2002a; 2002b; 2004).

diante das circunstâncias já mencionadas, precisava se enquadrar a um novo modelo de formação para atender à legislação vigente que resultou na reestruturação curricular deste curso em 1990. Para se compreender melhor a origem destes questionamentos recorro aos anos como acadêmico do curso de Educação Física da UNESP de Bauru.

Logo no início da graduação, tive a oportunidade de me deparar com questões que iam além de conhecimentos biológicos, ou simplesmente relacionados às questões de saúde e atividade física. Durante a formação inicial, as disciplinas direcionadas para os conteúdos pedagógicos, históricos, sociológicos, entre outros, despertaram em mim o interesse em compreender melhor os aspectos socioculturais e históricos desta profissão.

Já no primeiro semestre de curso, após a disciplina de História da Educação Física, Esporte, Lazer e Dança, surgiram inquietações sobre a trajetória histórica da Educação Física no Brasil, e de como esta área se configurava no contexto político-social no Brasil, nas décadas de 60 e 70. Este foi o estopim para compreender melhor a trajetória da Educação Física no Brasil e a partir de questionamentos sobre a formação em Educação Física nos anos do Regime Militar no Brasil, busquei uma possível solução para tal inquietação: a Iniciação Científica.

Ao desenvolver uma pesquisa sobre a História da Educação Física Brasileira no período da Ditadura Militar no Brasil (1964-1985), sob a orientação da professora Dagmar Hunger, recorrendo ao método de pesquisa com fontes orais, uma *'outra'* história foi me apresentada, um novo olhar, um diferente modo de compreender e investigar a história, que ia além de livros e textos vistos até então. De 2010 a 2011 pesquisei a atuação profissional na educação básica de professores, entre 1964 e 1985, e quais as possíveis influências do Governo militar na atuação destes professores, de 2011 a 2012 questionei como foram seus processos de formação inicial em nível de graduação e se houve interferências da Ditadura Militar no cotidiano universitário, e por fim, de 2012 a 2013 entrevistei professores militares graduados em Educação Física para questionar como foi seu processo de graduação e quais as influências do Regime Militar durante o curso (PÊGO, 2013).

No decorrer da Iniciação Científica surgiram-me mais indagações estimuladas pelos relatos de professores de Bauru que, além de ministrarem aulas na educação básica,

eram docentes da então Universidade de Bauru. Outro fator importante que estimulou a proposta deste estudo foi a carência de qualquer pesquisa em nível de mestrado ou doutorado sobre as origens, a trajetória e o contexto histórico sobre o curso de Licenciatura em Educação Física da UNESP de Bauru.

Diante da ausência de estudos sistematizados sobre este processo de reestruturação curricular do curso de Educação Física da UNESP de Bauru, a presente proposta visa preencher essa lacuna de ausência de pesquisas, uma vez que nos parece de fundamental importância investigar historicamente como se deram as relações para os docentes envolvidos diretamente neste processo, no bojo destas transformações.

Se por um lado possui-se documentação oficial referente às reestruturações curriculares, sabemos que a experiência vivida pelos docentes que ali estavam nunca foi coletada e sistematizada como propõe esta investigação. Nesse sentido, objetivou-se realizar um estudo documental, bem como, uma investigação por meio de relatos dos docentes universitários, para preservar a memória da história do curso de graduação em Educação Física, especialmente para reinterpretar o processo da reestruturação curricular – de 1990 - do curso de graduação Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), do campus universitário de Bauru, evidenciando-se as determinantes que culminaram na referida reforma, analisando os objetivos desta e como se deu este processo para os docentes diretamente envolvidos.

Assim compreende-se que, devido às poucas pesquisas relacionadas à temática aqui proposta e da importância de entender o processo de mudança de currículo, consideramos conveniente privilegiar as fontes orais nesta investigação, pois, a História Oral, como metodologia de pesquisa, fornece novas compreensões, diferentes pontos de vista e enriquece o processo histórico que o documento impresso não obteve êxito ao explicar. Os relatos orais podem aprofundar aquilo que a bibliografia pautada em documentos legais não pôde.

Na sequência apresenta-se no primeiro capítulo a metodologia empregada nesta pesquisa descrevendo o método de abordagem e as técnicas de pesquisa. A revisão da literatura encontra-se estruturada da seguinte maneira: o segundo capítulo destina-se a

apresentar o contexto histórico do surgimento da universidade na Europa; o surgimento tardio do ensino superior no Brasil; resgate histórico e a trajetória da Universidade Estadual Paulista – UNESP, do Campus de Bauru. O terceiro capítulo descreve o histórico da formação profissional em Educação Física no Brasil, perpassando pelos momentos mais importantes na consolidação desta área do conhecimento na universidade brasileira, atrelado aos acontecimentos políticos e legislativos no Brasil. Além disso, aborda-se a história do currículo no decorrer do século XX desde seu surgimento, nos EUA, até sua “chegada” e desenvolvimento no Brasil, bem como, a história do Departamento e do curso de licenciatura em Educação Física desta instituição. No quarto capítulo, encontram-se os procedimentos empregados para a coleta dos relatos e as análises das fontes orais do grupo de professores entrevistados, suscitando pontos de análise, à luz da literatura para corresponder os objetivos propostos na pesquisa. Os pontos de análise são:

- Processo de elaboração de currículo de graduação;
- Determinantes para a reestruturação curricular;
- Participação ativa dos professores;
- Adversidades na carreira docente;

CAPITULO I - METODOLOGIA

1.1. DELINEAMENTOS DA PESQUISA E MÉTODO DE ABORDAGEM

Propõe-se nessa investigação uma abordagem qualitativa que, de acordo com André (1995, p. 17), baseia-se em princípios como a valorização da “maneira própria de entendimento da realidade pelo indivíduo”, não aceitando que a realidade seja algo externo ao sujeito. No estudo de caráter qualitativo, enfatiza ainda a autora, é essencial a visão holística dos fenômenos considerando as interações e as influências existentes entre todos os componentes de uma situação. Busca-se a interpretação e a descoberta, valoriza-se a indução e considera-se que fatos e valores estão intimamente relacionados.

Segundo Ludke e André (2012) o conceito de pesquisa qualitativa apresenta

algumas características básicas que configuram esse tipo de estudo:

1. A pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como sua fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento.
2. Os dados coletados são predominantemente descritivos.
3. A preocupação com processo é muito maior do que com produto.
4. O 'significado' que as pessoas dão as coisas e à sua vida são focos de atenção especial pelo pesquisador.
5. A análise dos dados tende a seguir um processo indutivo. Os pesquisadores não se preocupam em buscar evidências que comprovem hipóteses definidas antes do início dos estudos. As abstrações se formam ou se consolidam basicamente a partir da inspeção dos dados num processo de baixo para cima (p. 11-13).

Nesta pesquisa, utilizou-se o método da história do tempo presente, que analisa o cotidiano e sua memória por meio de temas que vinculam sua situação quanto à duração, sua inserção no tempo e sua proximidade em relação a nós, pois um grave erro corrente reside no fato de que todos imaginam-se capazes de fazer a história porque é a história que vivemos: faz parte de nossas lembranças e de nossa experiência (AMADO; FERREIRA, 1996).

Rousso (2009, p. 3) esclarece de modo resumido o que é história do tempo presente:

[...] o historiador investiga um tempo que é o seu próprio tempo com testemunhas vivas e com uma memória que pode ser a sua. A partir de uma compreensão sobre uma época que não é simplesmente a compreensão de um passado distante, mas uma compreensão que vem de uma experiência da qual ele participa como todos os outros indivíduos.

Muller (2007) aponta que o período estudado não está encerrado, não existe alteridade própria do estudo dos períodos mais remotos no tempo, as questões políticas, os paradigmas, a estrutura intelectual através da qual buscamos analisar o passado ainda são partes constitutivas do presente, pois segundo Lagrou (2001, p.3), citado pela autora:

[...] como se definir “tempo presente” senão por um continuum entre o período estudado e o momento da escrita? [...] A particularidade do historiador do tempo presente consistiria no que se poderia chamar de unidade temporal do sujeito e do objeto, daquele que estuda e aquilo que estuda. O historiador é contemporâneo dos acontecimentos que estuda em um outro sentido que aquele de uma coabitação física com as testemunhas [...]

O historiador por confrontar seu estudo com a atualidade possui sensibilidade

mais aguçada quanto aos detalhes, distingue as importantes tendências entre os séculos e ainda concentra seus interesses nos fenômenos estáveis e constantes, visto que o conteúdo da história visa à contingência e o fato. Amado e Ferreira (1996 p. 207), ainda enfatizam a fidedignidade que o historiador deve ter ao trabalhar com depoimentos, utilizando-se de alguns critérios bem rigorosos, tais como: “ênfasis a disciplina; a higiene intelectual; as exigências de probidade; resolver os debates; utilizar da arbitrariedade nas controvérsias que dividem a consciência pública e confundem as opiniões; que façam a verdade; se preocupar com a consequência dos nossos atos” (AMADO; FERREIRA, 1996, p. 209).

Todas essas precauções são importantes para que o historiador, ao trabalhar com a expressão das memórias contemporâneas dos determinados períodos históricos, identifique não somente meros discursos, mas sim formas múltiplas e possivelmente conflitantes de rememoração e utilização do passado. A história do tempo presente, por conseguinte, preserva a:

‘articulação entre a parte voluntária e consciente da ação dos homens e os fatores ignorados que a circunscrevem e a limitam’ [...] ‘a história do tempo presente em seus momentos culminantes, propicia uma reflexão essencial sobre as modalidades e os mecanismos de incorporação do social pelos indivíduos que tem uma mesma formação ou configuração social’ [...] e ainda ‘manifesta com peculiar pertinência a aspiração à verdade que é inerente a todo trabalho histórico’ (AMADO; FERREIRA, 1996, p. 216-217).

Para tanto consideramos também os apontamentos de Amado e Ferreira (1996), como pressupostos norteadores do tempo presente de modo que:

[...] podemos reconhecer a história do tempo presente pela própria natureza de suas preocupações, permite reconhecer a historicidade fundamental das condições de produção e de validação do saber histórico, atrelando nosso ofício à exigência de conhecimento verdadeiro que o fundamente (p. 218).

[...] o historiador deve manter um distanciamento crítico em relação ao seu objetivo de estudo e proceder com discernimento e rigor, nem por isso ele consegue ser neutro. É mais que uma esquivas: uma renúncia. Pois nele existe apenas uma consciência de homem. E segundo as palavras de Rebelais, que nunca é demais repetir em virtude de seu alcance permanente e universal, ‘ciência sem consciência é somente ruína da alma’ (p. 227).

A história do tempo presente afirma Chartier (1993) citado por Ferreira (2000)

permite uma sutileza particular para equilibrar o entendimento das relações entre ação voluntária e consciência dos homens e constrangimentos desconhecidos que a encerram e limitam logo o estudo da presença do passado na atualidade das sociedades. Por meio dos historiadores do tempo presente, surgem novas temáticas e abordagens de outros períodos da história.

Compreende-se que, nos estudos pautados na história do tempo presente, a memória tem papel importante no estudo histórico, pois nos remete a uma propriedade de conservar certas informações, ou seja, representa funções psíquicas, capazes de atualizar impressões ou informações passadas, ou que ela representa como passadas. Porém, essa memória, pode abarcar patologias neurofuncionais, e assim colocar em questão informações conflitantes à realidade (LE GOFF, 1996, p. 423). Conforme Le Goff (1996), a memória tem sua importância desde os tempos remotos, pois as sociedades que eram privadas da escrita utilizavam a memória, a partir de conceitos da idade coletiva do grupo e mitos de origem, da influência de famílias com prestígios sociais e de saberes técnicos.

A presente pesquisa atribui extrema relevância à memória, já que será articulada para confrontar os dados obtidos em documentos oficiais e na literatura, com os depoimentos, indagações e reflexões dos docentes do departamento de Educação Física à época da reestruturação curricular, documento alvo de análise. Os testemunhos carregam subjetividades e diferentes posicionamentos, em relação à “perspectiva oficial”, que contribuirão para enriquecer o leque de interpretações acerca do tema.

Le Goff (1996) destaca o valor da memória ao afirmar que a memória coletiva não é somente uma conquista, mas, sobretudo, um instrumento e objeto de poder. “A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje”, descreve o historiador (p. 476).

Na presente investigação, a História Oral, encarada aqui como metodologia, foi a maneira segundo a qual o pesquisador baseia-se para atingir os objetivos propostos. A investigação, portanto, não se restringiu apenas às fontes escritas e ‘oficiais’, mas também recorreu às fontes orais. Para Meihy (2000), as fontes orais não devem ser consideradas

somente como substitutivas da carência documental, mas evidentemente podem complementar certos conjuntos documentais a fim de explicar percepções das experiências sociais de pessoas e de grupos. Neste trabalho, os relatos dos docentes não serão meras fontes complementares à pesquisa e sim parte importante e essencial para um olhar que ainda não foi explorado e devidamente elucidado.

Segundo Thompson (2002), a História Oral fornece subsídios relevantes para levantamentos de dados que não se evidenciariam através da coleta de fontes escritas. O ato de escrever é restrito a uma parcela da população que constituiria uma elite pensante. Desse modo, a vivência e a memória daqueles que estão excluídos da possibilidade da escrita se perdem no tempo. A História Oral dá voz ao passado daqueles que não escrevem ou escreveram, mas vivenciaram o passado.

O que torna a História Oral diferente segundo Portelli (1997) é que ela conta menos sobre eventos e mais sobre significados, o que não implica que não tenha validade factual, pois a subjetividade do expositor é um elemento único e precioso, que nenhuma outra fonte possui em igual medida. Thompson (2002, p. 137) aponta que a evidência oral pode conseguir algo mais penetrante e mais fundamental para história, pois “enquanto historiadores estudam os atores da história a distância, a caracterização que fazem de suas vidas, opiniões e ações sempre estará sujeita a ser descrições defeituosas, projeções da experiência e da imaginação do próprio historiador”. A evidência oral, segundo o autor, ao transformar os objetos em sujeitos contribui para uma história mais rica, mais viva e mais comovente, além de mais verdadeira. Thompson (2002) destaca ainda que a História Oral pode devolver as pessoas que a fizeram e a vivenciaram um lugar fundamental, mediante suas próprias palavras (p. 22). No entanto, Portelli (1997) ressalta que as fontes escritas e orais não são mutuamente excludentes.

A respeito da explicação histórica, Edward Palmer Thompson (1981) faz a seguinte explanação:

A explicação histórica não pode tratar de absolutos e não pode apresentar causas suficientes, o que irrita muito algumas almas simples e impacientes. Elas supõem que, como a explicação histórica não pode ser Tudo, é portanto Nada, apenas uma narração fenomenológica consecutiva. É um engano tolo. A explicação histórica não revela como a história deveria ter se processado.

mas porque se processou dessa maneira, e não de outra; que o processo não é arbitrário, mas tem sua própria regularidade e racionalidade; que certos tipos de acontecimentos (políticos, econômicos, culturais) relacionaram-se, não de qualquer maneira que nos fosse agradável, mas de maneira particulares e dentro de determinados campos de possibilidades; que certas formações sociais não obedecem a uma “lei”, nem são os “efeitos” de um teorema estrutural estático, mas se caracterizam por determinadas relações e por uma lógica particular de processo (p. 61, grifo nosso).

1.2. TÉCNICAS DE PESQUISA

A presente pesquisa utilizar-se-á de três técnicas: revisão de literatura, análise documental, e entrevista semiestruturada (depoimentos orais).

A revisão da literatura segundo Sampieri, Collado e Lucio (2013, p. 54), consiste em identificar, obter e consultar a bibliografia e outros materiais que sejam úteis para os objetivos do estudo, do qual se deve extrair e recompilar a informação relevante e necessária sobre o nosso problema de pesquisa. A pesquisa bibliográfica e documental objetiva analisar a literatura e documentos produzidos referentes ao tema problematizado. Segundo o autor a revisão de literatura é útil para:

- 1- Detectar conceitos chave que não havíamos pensado.
- 2- Termos ideias em relação a métodos de coleta de dados e análise para sabermos como foram utilizados por outra pessoa.
- 3- Ter em mente os erros que outros cometeram anteriormente
- 4- Conhecer diferentes maneiras de pensar e abordar a formulação
- 5- Melhorar o entendimento dos dados e aprofundar a interpretação (SAMPIERI, COLADO e LUCIO, 2013).

Dentre a literatura pesquisada, poucas são as referências bibliográficas que apresentam a gênese da UNESP do Campus de Bauru, especialmente quando se trata do curso de Educação Física desta instituição. Diante da ausência bibliográfica sobre o tema, os poucos trabalhos já produzidos tornam-se fontes especiais de análise crítica desta pesquisa, aliada a outras fontes de pesquisa (relatos orais e documentos oficiais), o que salienta a importância deste estudo, o qual se torna referência bibliográfica. A pesquisa contou ainda com fontes midiáticas (Jornais, fotos) que certamente contribuíram no desenvolvimento do trabalho.

A pesquisa documental para Marconi e Lakatos (2013) é a fonte de coleta de dados que está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de

fontes primárias. Para Le Goff (1996) a palavra documento surge do termo latino ‘documentum’, sendo que este por sua vez deriva do termo ‘docere’ que significa ensinar, logo, o termo documento, evoluiu para o significado de ‘prova’. O autor aponta ainda que em princípio o documento era, acima de tudo, um texto, porém os fundadores da revista “*Annales d’histoire économique et sociale*”, em 1929, pioneiros da chamada História Nova ampliaram a noção de documento. Saraman (1961), citado por Le Goff (1996, p. 540), amplia a dimensão do documento, não apenas como papel escrito, pois:

Há que tomar a palavra ‘documento’ no sentido mais amplo, documento escrito, ilustrado, transmitido pelo som, a imagem, ou de qualquer outra maneira.

Conforme Caulley (1981) citado por Lüdke e André (2012, p. 38), “a análise documental busca identificar informações factuais nos documentos a partir de questões ou hipóteses de interesse”. Para as autoras, a fonte documental pode se apresentar como uma “técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos, seja complementando as informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema” (LÜDKE; ANDRÉ, 2012, p. 39).

Le Goff (1996, p. 547-548) enfatiza que:

O documento não é inócuo. É antes de mais nada o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante os quais continuou a viver, talvez esquecido, durante os quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento (para evocar a etimologia) que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados desmistificando-lhe o seu significado aparente.

Para o referido autor a concepção de documento é, pois, independente da revolução documental, e entre seus objetivos está o de evitar que esta revolução necessária se transforme num derivativo e desvie o historiador do seu dever principal, que é a crítica do documento. O historiador deve, portanto, analisar criticamente a documentação, qualquer que seja ela, já que, o documento, segundo o autor, não é que qualquer coisa que fique por conta do passado, e sim um produto da sociedade que o fabricou segundo relações de forças que detinham o poder. Assim, só análise do documento, enquanto monumento, que permite à

memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, com pleno conhecimento de causa (LE GOFF, 1996, p. 545).

No presente estudo buscou-se a análise de documentos oficiais produzidos e escritos nos anos compreendidos entre 1986 a 1992. Os documentos forneceram importantes subsídios para compreender a visão oficial da Universidade em estudo, de seus dirigentes e diretores, bem como, compreender quais os objetivos e motivos, nas entrelinhas da reestruturação curricular, que permearam o currículo do curso de licenciatura em Educação Física em questão. O documento escrito fornece compreensão de um determinado tema, assunto ou até mesmo de uma meta, uma finalidade e que por isto merece atenção crítica e especializada, a fim de se buscar mais perguntas, respostas e argumentos para o enriquecimento da pesquisa.

Em relação à técnica da entrevista, Molina et al (2004) afirmam que ela pode se dividir em três formas: estruturada, não-estruturada e semiestruturada. Na primeira, o investigador segue a ordem estabelecida das perguntas e um conjunto específico de procedimento. A segunda caracteriza-se por permitir a realização de explorações não previstas e perseguir pistas, na tentativa de obter maior profundidade de informação. Já na terceira, o instrumento de coleta está pensado para obter informações de questões concretas, previamente definidas pelo pesquisador, e, ao mesmo tempo permite que se realizem explorações não previstas, oferecendo liberdade ao entrevistado para dissertar sobre tema ou abordar aspectos que sejam relevantes sobre o que pensa.

A entrevista semiestruturada se constitui como uma técnica alternativa para se coletar dados não documentados, caracterizando-se como um instrumento por excelência da investigação social e de análise qualitativa, no sentido de possibilitar melhor compreensão da construção da estratégia de ação e das representações de grupos ou indivíduos em uma dada sociedade (AMADO; FERREIRA, 1996).

Para Amado e Ferreira (1996) os documentos gerados (as entrevistas) são resultados da interação entre entrevistador e entrevistado, entre o sujeito e o objeto de estudo, e isso faz com que o pesquisador se afaste de interpretações que venham a separar rigidamente sujeito e objeto de pesquisa.

Lüdke e André (2012, p. 33) corroboram que a entrevista é uma das principais técnicas de pesquisa utilizadas nas ciências sociais que “permite a captação imediata e corrente da informação desejada, praticamente com qualquer tipo de informante e sobre os mais variados tópicos”, correções, esclarecimentos e adaptações que a tornam eficaz na obtenção das informações desejadas. A validade do trabalho com fontes orais é questionada por muitos investigadores que a consideram demasiadamente subjetiva e imprecisa.

A entrevista fornece:

[...] o tratamento de assuntos de natureza estritamente pessoal e íntima, assim como temas de natureza complexa e de escolhas nitidamente individuais. Pode permitir o aprofundamento de pontos levantados por outras técnicas de coleta de alcance mais superficial, como o questionário. E pode também, o que a torna particularmente útil, atingir informantes que não poderiam ser atingidos por outros meios de investigação, como é o caso de pessoas com pouca instrução formal, para as quais a aplicação de um questionário escrito seria inviável (LÜDKE; ANDRÉ, 2012, p.34).

Apontam ainda as autoras que a entrevista viabiliza correções, esclarecimentos e adaptações que a tornam sobremaneira eficaz na obtenção das informações desejadas. Enquanto outros instrumentos têm seu destino selado no momento em que saem das mãos do pesquisador que os elaborou, a entrevista ganha vida ao se iniciar o diálogo entre o entrevistador e entrevistado (LUDKE; ANDRÉ, 2012).

Um das vantagens da entrevista é que ela dá oportunidade para a obtenção de dados que não se encontram em fontes documentais e que sejam relevantes e significativos, concede a possibilidade de se obter informações mais precisas, podendo ser comprovadas de imediato, oferece maior oportunidade de avaliar atitudes, condutas, permitindo análise do entrevistado, o que diz e como diz - registro de reações, gestos, entre outros (MARCONI; LAKATOS, 2001).

Thompson (2002) argumenta que a subjetividade é um aspecto presente em toda fonte histórica. Apenas o fato de o documento ser escrito e oficial não o torna mais verdadeiro. Logo, toda fonte deve ser submetida a uma rígida crítica. Diante do mundo complexo e multifacetado da atualidade, uma abordagem que considere e valorize as informações adquiridas diretamente das testemunhas poderá refletir a realidade mais

fielmente.

Le Goff (1996, p. 477) mais uma vez nos elucida:

A memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma a que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens.

Levando em consideração estas questões, verifica-se a importância de como o pesquisador deve se portar durante seu plano de pesquisa, e que cada fato e cada informação mal averiguada podem mudar o rumo e a memória de uma história. Em seguida é apresentada a trajetória histórica da universidade no ocidente, bem como da criação da Universidade Estadual Paulista – UNESP, afim de que o leitor compreenda o percurso histórico até o objeto de estudo desta pesquisa, a reforma curricular do curso de Educação Física da UNESP de Bauru de 1990.

CAPITULO II - HISTÓRICO DA UNIVERSIDADE E TRAJETÓRIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA – UNESP

2.1. A UNIVERSIDADE NO OCIDENTE

As primeiras universidades originaram-se espontaneamente e eram instituições especializadas em uma área do conhecimento. Havia também universidades generalistas que ensinavam Artes, Direito, Medicina e Teologia (SOUZA, 1996). Entretanto, anterior ao advento das universidades, o ensino medieval se dava, basicamente, por meio da escola monástica e da episcopal. Ambas, religiosas e essencialmente técnicas, visavam formar o monge e o padre (JANOTTI, 1992).

As corporações de ofício podem ser consideradas os embriões das universidades da Idade Média, pois, no século XII e XIII, surgem as corporações de mestres e alunos “universitas magistrorum et scholarium” que se dedicavam ao estudo das Artes Liberais, Medicina, Direito e Teologia (SOUZA, 1996). Para Oliveira (2007) a disputa pelo poder entre a realeza e o papado, que reivindicavam o governo da sociedade, influenciou

sobremaneira o surgimento das universidades, visto que no início do século XIII, o papa e os príncipes encaravam essas instituições como importantes pontos de apoio político e cultural. Em função disso, editaram leis e bulas com o objetivo de instituí-las, protegê-las e nelas intervir, tanto no ensino como nas relações entre estudantes e mestres e entre estes e a comunidade.

Enquanto na França e na Inglaterra as universidades vinham da Igreja, na Itália, a origem das universidades foi secular, motivada pelas necessidades práticas da burguesia urbana. Por esta razão, nelas predominavam, sobretudo, o Direito (MONROE, 1979). Segundo Giles (1987) a relevância da interferência das universidades no progresso e no desenvolvimento intelectual da Europa tem reflexos nos dias de hoje, pois:

[...] é nas universidades que o acervo dos conhecimentos se organiza, se conserva e se transmite. A universidade é o verdadeiro centro da atividade intelectual onde o processo educativo progride mais do que em qualquer outra instituição. A função da universidade como casa de liberdade intelectual, numa época altamente desconfiada de qualquer suspeita de heresia, é de máxima importância. É o único lugar onde assuntos proibidos ou suspeitos podem ser discutidos com certa impunidade (p.63).

Segundo Ésther (2012) os papas tinham interesses na universidade, pois pretendiam reforçar a posição de doutrina inteligível, em um contexto em que as ordens religiosas almejavam evitar que as heresias, crescentes à época, espalhassem-se mais. Além disso, desejavam consolidar os poderes do pontificado aos interesses feudais nas diferentes regiões e ainda, pela necessidade de recrutar pessoas para seus serviços, a cúria da Igreja já reconhecia o valor da educação erudita na formação de pessoas para que estes resolvessem os problemas dogmáticos e legais da política eclesiástica. Logo, para os papas as universidades seriam utilizadas como forma de controle e organização dos estudos naquele momento.

Os monarcas almejavam ajuda intelectual no estabelecimento e concretização das instituições que enfrentavam oposição da aristocracia. As universidades também serviriam aos propósitos dos reis para manter seus domínios territoriais, apesar de justificarem que a criação de uma universidade seria uma alternativa para que os súditos não tivessem que estudar fora, gerando gastos muito altos ao reinado (ÉSTHER, 2012). Ao final do século XIII e início do século XIV, as universidades entram em processo de transformação, sendo que no século XIV

e XV ocorre a multiplicação de universidades na Europa e algumas mudanças, como a perda de autonomia, agregação ao Estado centralizado e perda do caráter internacional.

Para defender a fé católica e reforçar a autoridade papal, ameaçadas pelo crescimento dos movimentos renascentistas e reformistas, Santo Inácio de Loyola criou, em 1534, nos países católicos, os Colégios Jesuítas. Integrando as tendências da época com o que era conveniente manter da formação medieval, a Ordem dos Jesuítas formou-se com uma ordem religiosa essencialmente docente voltada para a formação da juventude (SOUZA, 1996).

Os séculos XVII e XVIII são marcados, sobretudo, por descobertas científicas em vários campos do saber, permeadas pelo Iluminismo e pela Revolução Industrial inglesa. Neste período, a universidade começa a institucionalizar a ciência, marcando a transição para os modelos que irão se desenvolver no século XIX. Nesta transição, são fundadas as primeiras cátedras científicas e surgem os primeiros observatórios, jardins botânicos, museus e laboratórios científicos, em função do desenvolvimento e descobertas no campo da Física, Astronomia, Matemática e Ciências Naturais (ÉSTHER, 2012).

Intensifica-se neste contexto, a profissionalização das ciências, com a criação das academias científicas, o que vai permitir o desenvolvimento de pesquisas científicas. Até o século XVII, o cientista não possuía papel especializado na sociedade e esse panorama só se altera a partir de uma profunda mudança no sistema de valores e normas da universidade, ainda que de forma conflituosa. A inserção universitária das ciências altera sua estrutura, até então limitada às ciências ensinadas nas faculdades de medicina e artes sob a denominação de filosofia natural (TRINDADE, 2000).

A instituição que se constituiu como “universidade moderna” teve origem na organização da Universidade de Berlim, em 1808, e tem no famoso texto de Humboldt (1997), “Sobre a Organização Interna e Externa das Instituições Científicas Superiores em Berlim”, a reflexão mais significativa e concisa sobre a universidade. Para Pereira (2009), o significado dessa formulação para a época moderna é comparável ao significado que as Universidades de Paris, Oxford e Cambridge tiveram para a Idade Média. Citado por Pereira (2009, p. 30) Humboldt em 1808 (1997, p. 93), afirma:

Nos países estrangeiros, ainda não se conhece uma universidade segundo o modelo alemão, cujo valor somente agora principia a ser reconhecido. Reconhecimento que também ocorre na Alemanha, especialmente nas regiões que não possuem universidades, ou mesmo numa época ainda não dominada por um espírito mais livre e flexível.

Para a referida autora, os princípios essenciais postulados por Humboldt, de forma geral, são ainda hoje defendidos como formulações que dão à universidade seu caráter próprio, sendo elas: a formação por meio da pesquisa; a unidade entre o ensino e pesquisa; a interdisciplinaridade; a autonomia e a liberdade da administração da instituição e da ciência que ela produz; a relação integrada, porém autônoma, entre Estado e Universidade; a complementaridade do ensino fundamental e médio com o universitário (PEREIRA, 2009).

A característica central da universidade de Berlim é a integração das faculdades, ao contrário das faculdades isoladas napoleônicas, em que o sincretismo religioso predominou sobre o confessionalismo protestante ou católico. Anísio Teixeira citado por Ésther (2012, p. 23) elucida sobre a universidade de Berlim:

[...] a universidade de Berlim representa realmente os primórdios da nossa universidade contemporânea [...] É na Alemanha, com efeito, que se opera a grande renovação da universidade, voltando a ser o centro da busca da verdade, de investigação e pesquisa; não o comentário sobre a verdade existente, não o comentário sobre o conhecimento existente, não a exegese, a interpretação e a consolidação desse conhecimento, mas a criação de um conhecimento novo.

Assim, buscou-se brevemente transcorrer brevemente pela trajetória histórica da universidade e seus reflexos no contexto da Idade Média e na Idade Moderna, que inevitavelmente refletiu no tardio surgimento da universidade no Brasil. De antemão, é oportuno esclarecer que nos primeiros anos do século XIX (1808) a família real portuguesa chega ao Brasil, trazendo a sede política do reino. Apesar disto, nenhuma universidade é fundada no país. Portanto, a universidade brasileira é criada apenas na era moderna. Embora houvesse um sistema de ensino no Brasil desde o século XVI, com os jesuítas, somente na década de 1920 o país irá criar sua primeira universidade, oficialmente, o que será abordado no próximo tópico.

2.1.1. A UNIVERSIDADE NO BRASIL

A educação regular no Brasil, de colonização portuguesa, segundo Ghiraldelli Junior (2008), pode ser descrita ou analisada a partir de três fases do período colonial: a educação de predomínio dos jesuítas; a das reformas do Marquês de Pombal, principalmente a partir da expulsão dos jesuítas do Brasil e de Portugal, em 1759; e a do período em que Dom João VI, então Rei de Portugal, trouxe a Corte para o Brasil (1808 – 1821). Piletti (2003) aborda as fases da educação da colônia e do Brasil independente de acordo com as características do ensino nas diferentes épocas. No período colonial, o ensino das principais letras tinha a função de criar condições necessárias à catequese e à imposição dos costumes europeus; no período monárquico foi estabelecido, legalmente, o ensino primário, o curso secundário regular e a escola superior; e no período republicano as leis de educação foram modificadas ao invés de modificar a realidade.

No período colonial os núcleos educacionais importantes eram os colégios jesuítas que estavam espalhados por todo Brasil (SOUZA, 1996). A Companhia de Jesus foi a maior responsável pela educação brasileira por mais de dois séculos (1549 -1759). Segundo Piletti (2003, p. 38), “o principal objetivo dela era a difusão e a conservação da fé católica entre senhores de engenho, colonos, escravos e índios”. Assim, lançou mão de um instrumento valioso: a escola de primeiras letras. Na tabela abaixo são descritas as primeiras escolas com cursos superiores no Brasil e suas respectivas datas de criação, conforme Cunha (1988).

TABELA 02 – DATA DE CRIAÇÃO DE CURSOS SUPERIORES NO BRASIL

CURSO	ANO DA CRIAÇÃO	LOCALIZAÇÃO DO COLÉGIO
ARTES	1572	BAHIA
FILOSOFIA	1638	RIO DE JANEIRO
CURSOS SUPERIORES	1687	OLINDA
TEOLOGIA E ARTES	1688	MARANHÃO

ARTES	1695	PARÁ
FILOSOFIA E TEOLOGIA	1708	SÃO PAULO
FILOSOFIA E TEOLOGIA	1753	MARIANA

FONTE: CUNHA (1988).

Alterações significativas no ensino superior só ocorreram com a vinda da Corte Portuguesa para o Brasil em 1808. Dom João VI veio para o Rio de Janeiro, nova sede do reino Português, e instituiu uma série de cursos profissionalizantes de nível médio e superior, além de cursos militares (BOHRER et al.; 2008).

Segundo Pilleti (2003), em 1808, com a vinda da Família Real para o Brasil e com a Independência no ano de 1822, a principal preocupação do governo, em relação à educação, era a de formar as elites dirigentes do país. Sendo assim, os ensinos secundário e superior passaram a ser privilegiados em detrimento do ensino primário e do técnico-profissional. No Império, outras tentativas de criação de universidades se sucederam todas sem êxito. Uma delas foi apresentada pelo próprio Imperador, em sua última Fala do Trono (1889), propondo a criação de duas universidades, uma no Norte e outra no Sul do país, que poderiam constituir centros de alta organização científica e literária (FÁVERO, 2006).

Somente em 13 de dezembro de 1910, o Marechal Hermes da Fonseca, presidente da república, decretou a Lei Orgânica do Ensino Superior e do Fundamental na República, de autoria do Deputado Gaúcho Rivadávia da Cunha Corrêa. A reforma do ensino gerada pela legislação vinha sendo solicitada para a contenção da expansão do ensino superior bem como resposta às críticas sobre a qualidade do ensino secundário e superior (SOUZA, 1996).

No governo de Epitácio Pessoa, é baixado o Decreto nº 14.343, em 07 de setembro de 1920, que cria a Universidade do Rio de Janeiro (URJ). A primeira universidade oficial é criada, resultando da justaposição de três escolas tradicionais, sem maior integração entre elas e cada uma conservando suas características (FÁVERO, 2006).

Em 1927, a Universidade de Minas Gerais foi criada com a reunião das faculdades de Engenharia, Medicina, Odontologia e Farmácia de Belo Horizonte. Já a Universidade do Rio Grande do Sul foi organizada de maneira diferente, pois, surgiu com base na Escola de

Engenharia de Porto Alegre que, em 1928, possuía 1200 alunos que se dedicavam desde a pesquisa, à formação de engenheiros e químicos, e também à formação de operários agrícolas. Graças a essa diversidade de unidades e de cursos, a Escola de Engenharia foi chamada de Universidade Técnica do Rio Grande do Sul (CUNHA, 1988; SOUZA, 1996).

A revolução de 1930 levou à Presidência da República, como chefe do Governo Provisório, Getúlio Vargas, que permaneceu no poder durante quinze anos. Nesse período da história do Brasil, que compreende o Estado Novo (1937-1945), dá-se a passagem do Estado liberal para o Estado social, centralizador e autoritário, sem nenhuma participação popular (SOUZA, 1996).

Com a crescente e acentuada centralização política nos mais diferentes setores da sociedade, constata-se no ano de 1930 a criação do Ministério da Educação e da Saúde Pública, durante o período do Governo Provisório, tendo Francisco Campos como seu primeiro titular. O Governo Federal, entre 1931 e 1932, durante a administração de Campos no ministério de Educação, elabora seu projeto universitário, articulando medidas que se estendem desde a promulgação do Estatuto das Universidades Brasileiras (Decreto-lei nº 19.851/31) à organização da Universidade do Rio de Janeiro (Decreto-lei nº 19.852/31) e à criação do Conselho Nacional de Educação (Decreto-lei nº 19.850/31), o qual regulamenta e organiza o ensino superior e o 2º grau (COSTA; RAUBER, 2009).

O estatuto das Universidades Brasileiras, que perdurou por trinta anos, surgiu mais de uma década após a criação da Universidade de Minas Gerais, visto que este estatuto ditava, com algumas variações regionais, a organização didático-administrativa do ensino superior brasileiro, sob a fiscalização do Ministério da Educação. O ensino superior brasileiro poderia se organizar na forma de universidade (pública ou privada) ou de instituto isolado, com a administração de um núcleo central formado pelo reitor, por um conselho universitário e por uma assembleia universitária (CUNHA, 1988). Para Souza (1996), esse modelo proposto no Estatuto da Universidade era contrário ao pretendido pelos liberais e constituía uma das medidas da política educacional autoritária do governo Vargas.

Neste contexto, conforme Mendonça (2000), a USP é criada por um grupo de intelectuais que se articulava em torno do jornal *O Estado de S. Paulo*, entre eles Fernando de

Azevedo. Cardoso (1982), citado por Mendonça (2000), afirma que a criação da USP teve como objetivo explícito a reconquista da hegemonia paulista na vida política do país, o que se faria pela ciência em vez de armas. Já para Rodas e Motoyama (2011, p. 31) a USP poderia ser definida como “a ponta da lança de uma política de Estado, não uma política partidária, para a formação de uma elite capaz de colocar o saber a serviço de da coletividade [...]”. O projeto de construção da Universidade de São Paulo, por conseguinte, não está atrelado somente ao fim da República Velha – ruída a partir da Revolução de 1930 – mas à política do então presidente Getúlio Vargas de conciliação com as elites paulistas, já que “ter esse estado como inimigo poderia significar muitos problemas, como já fora a Revolução Constitucionalista” (RODAS; MOTOYAMA, 2011, p. 32). Além disso, a universidade, diferentemente do que já havia sido feito até então, consistia, segundo Rodas e Motoyama (2011), em um empreendimento utópico em relação a um Estado cujas ações no terreno da política e economia caracterizavam-se pela postura imediatista e pragmática.

No escopo do projeto da nova universidade paulistana, destacam-se as disputas políticas em torno da sua organização. A USP reuniu à época, cinco escolas superiores já existentes no estado: a escola de Direito, a Politécnica, a de Farmácia e a de Odontologia, Medicina e Agricultura. Além disso, foram criadas três outras unidades: a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL), Instituto de Ciências Econômicas e Comerciais e a Escola de Belas Artes. No entanto, somente a FFCL foi instalada à época da criação da universidade, pois a faculdade era responsável pelos cursos básicos que todos os alunos da universidade deveriam frequentar e, por isso, constituía-se como elemento aglutinador da universidade, ou unidade núcleo da USP (RODAS; MOTOYAMA, 2011). O papel central assumido pela FFCL na organização da universidade gerou resistências internas das demais unidades profissionalizantes, sobretudo da tradicional Escola Politécnica (CELESTE FILHO, 2013).

A Universidade de São Paulo foi instituída, em caráter legal, por meio do o Decreto nº 6.283/ 34, de 25 de janeiro, com as seguintes finalidades, conforme o artigo 2º:

- a) promover, pela pesquisa, o progresso da ciência;
- b) transmitir, pelo ensino, conhecimentos que enriqueçam ou desenvolvam o espírito ou sejam úteis à vida

- c) formar especialistas em todos os ramos da cultura, bem como técnicos e profissionais em todas as profissões de base científica; ou artística;
- d) realizar a obra social de vulgarização das ciências, das letras e artes por meio de cursos sintéticos, conferências e palestras, difusão pelo rádio, filmes científicos e congêneres (FÁVERO, 2006).

O quadro docente da USP foi composto inicialmente por professores franceses, italianos e alemães. Durante o período de 1934 a 1942, trabalharam na Universidade 45 professores estrangeiros, o que evidencia a baixa produção de mão de obra qualificada que se tinha até então, para atender à demanda de uma Universidade pública, com vistas, além da sala de aula, à pesquisa e à extensão (BRITO; CUNHA, 2009). A título de exemplo, Rodas e Montoyama (2011) citam Gleb Wataghin, físico ucraniano naturalizado italiano, notável pesquisador que se destacou por descobertas no campo dos raios cósmicos, e Paul Arrousse-Bastide por trabalhos sobre Auguste Comte, bem como Claude Lévi-Strauss e Fernando Braudel.

Em 1935, Universidade do Distrito Federal (UDF) é fundada por Anísio Teixeira, no bojo da reforma de ensino por ele empreendida, como secretário de Educação, no Rio de Janeiro. A UDF é, sem dúvida, um projeto de Teixeira, embora viesse a mobilizar os remanescentes do grupo sediado na Seção de Ensino Técnico e Superior da ABE, que se incorporaram à universidade, especialmente à sua Escola de Ciência (MENDONÇA, 2000).

Em 1937, origina-se o projeto da Universidade do Brasil criada no mesmo ano, por iniciativa de Gustavo Capanema, ministro da Educação de 1934 a 1945, como universidade-padrão, cujo modelo deveria servir de molde a todas instituições existentes ou a serem criadas no país (MENDONÇA, 2000). Em 1939 a Universidade do Distrito Federal é absorvida pela Universidade do Brasil, segundo Souza (1996).

Fávero (2006) ressalta que no período pós-1945 o que se observa nos processos de institucionalização universitária e do ensino superior no país são importantes tentativas de luta pela autonomia universitária, tanto interna como externa, acompanhada pela expansão das universidades pelo território nacional. Essa multiplicação universitária seguia o ritmo do desenvolvimento do país, provocado pelo processo de industrialização. As Instituições de Ensino Superior, à época, preocupavam-se prioritariamente com a formação profissional com

ênfase para a pesquisa e a produção de conhecimentos, e é nesse período que começam a surgir grandes pesquisadores da universidade brasileira.

Concomitantemente, às várias transformações que ocorrem na econômica e no setor sociocultural, surge, a tomada de consciência, por diversos segmentos da sociedade, dentre elas, da situação precária em que se encontravam as universidades no Brasil. Essa luta começa a tomar consistência por ocasião da tramitação do projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em torno da questão escola pública *versus* escola privada. Os debates e reivindicações deixam de ser obra exclusiva de professores e estudantes, para incorporarem vozes novas em uma análise crítica e sistemática da universidade no país (FÁVERO, 2006).

Ao longo dos anos 1950 e 1960, o ensino superior no Brasil sofreria o impacto das duas ideologias que se constituíram a base de sustentação dos governos que se sucederam até 1964, e que iriam condicionar tendências diferentes e algumas vezes contraditórias as quais marcaram a forma como o ensino superior se desenvolveu durante esse período (MENDONÇA, 2000).

Foi em meio a essa efervescência política que acolhia a liberdade, a autonomia, o desejo por coesão, que a Universidade de Brasília (UNB) é criada, tendo como proposta manter junto à burocracia governamental uma reserva de especialistas de alta qualificação, além de adotar um paradigma moderno para o ensino superior brasileiro (BRITO; CUNHA, 2009). Para Fávero (2006) a Universidade de Brasília (UnB) surge não apenas como a mais moderna universidade do país naquele período, mas como um divisor de águas na história das instituições universitárias, seja por suas finalidades, ou por sua organização institucional, como o foram a USP e a UDF nos anos 1930.

Ainda no início dos anos 1960, algumas universidades, entre elas a Universidade do Brasil, elaboram planos de reformulação estrutural. No caso da Universidade do Brasil, o Conselho Universitário designa, em fevereiro de 1962, uma comissão especial para tratar da questão. De seus trabalhos resulta o documento Diretrizes para a Reforma da Universidade do Brasil. Em junho de 1963, essas diretrizes são aprovadas pelo Conselho Universitário, mas, com o golpe militar de 1964, sua implantação é interrompida (FÁVERO, 2006).

Os anos 1960 assistiram à radicalização do debate sobre a reforma da universidade, liderado pelo movimento estudantil. O grupo de estudantes iria dirigir a luta, pela reforma universitária, articulado às mobilizações populares em torno das reformas de base, num contexto político em que a aliança populista, que sustentava o governo, pendia para a esquerda, retomava as tendências nacionalistas e lançava-se em várias frentes para promover reformas sociais e políticas que permitissem redirecionar o processo de desenvolvimento nacional (MENDONÇA, 2000). A referida autora informa que o Conselho Federal de Educação, criado por meio da Lei de Diretrizes e Bases de 1961, assume a direção da política oficial do ensino superior, estratégia que seria reforçada após 1964.

No mesmo período, outras medidas oficiais são adotadas em relação à universidade. Três delas merecem destaque: o plano de assistência técnica estrangeira, consubstanciado pelos acordos MEC/USAID²; o Plano Atcon (1966) e o Relatório Meira Mattos (1968). Concebida como estratégia de hegemonia, a intervenção da USAID na América Latina que se processa de modo integrado, nos anos 1960, em várias áreas e sob três linhas de atuação: assistência técnica; assistência financeira, traduzida em recursos para financiamento de projetos e compra de equipamentos nos EUA, além da assistência militar, concretizada pela vinda de consultores militares norte-americanos ao Brasil e do treinamento de militares brasileiros nos Estados Unidos, assim como do fornecimento de equipamentos militares (FÁVERO, 2006).

Cunha (1988, p. 204-205) em relação a esses acordos, destaca que:

Na verdade, quando esses convênios foram integrados, no âmbito do ensino superior, a modernização da universidade já era um objetivo aceito por diversas correntes de opinião, de esquerda e de direita. Assim, quando os assessores norte americanos vieram, em 1967, para compor a Equipe de Assessoria ao Planejamento do Ensino Superior, não precisaram de muitos

² Série de acordos produzidos, nos anos 1960, entre o Ministério da Educação brasileiro (MEC) e a *United States Agency for International Development* (USAID). Visavam estabelecer convênios de assistência técnica e cooperação financeira à educação brasileira. Entre junho de 1964 e janeiro de 1968, período de maior intensidade nos acordos, foram firmados 12, abrangendo desde a educação primária (atual ensino fundamental) ao ensino superior. O último dos acordos firmados foi no ano de 1976.

esforços para despertar o consenso que tinha sido produzido entre os universitários, pelos porta-vozes do desenvolvimentismo.

Após o golpe de 1964, o governo militar cuidou de coibir a criticidade da universidade brasileira, expulsando professores, policiando ideologicamente os novos docentes e reprimindo o movimento estudantil. Tais medidas aprofundaram a crise da universidade durante o Regime autoritário. Segundo Cunha (1988, p. 20), “reitores foram demitidos, professores foram afastados, bibliotecas foram expurgadas, mas a lei de diretrizes e bases da educação nacional e o Conselho Federal de Educação foram mantidos, vindo este último a ser alvo de algumas modificações”.

Como resultado da Reforma Universitária de 1968, que instituía o sistema de créditos e a departamentalização para desintegrar cursos, alunos e professores, que criou os campi universitários afastados dos centros urbanos, nasce, em 1967, a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), inspirada no modelo estrutural norte-americano (SOUZA, 1996).

Germano (1990) salienta que a Reforma Universitária de 1968 não se traduziu numa simples e pura incorporação do Plano Atcon e uma imposição da USAID, uma vez que é necessário relativizar tal influência haja vista o movimento interno em favor da modernização da universidade brasileira existente desde meados da década de 1940. Entretanto, Ribeiro (2002) ressalta que o assessor americano R. Atcon teve participação importante neste contexto, já que em meados dos anos 1950 prestara serviços a CAPES e em 1966 retornava ao país para orientar as transformações exigidas para a universidade brasileira.

Cunha (1988) afirma que além da influência externa na proposição de políticas públicas no ensino superior brasileiro, houve também a participação e intervenção da Universidade de Brasil e do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPEA), entidade de empresários considerada como o grupo “intelectual orgânico coletivo” do golpe, a qual teve papel importante na formulação das políticas governamentais naquele período. Para este grupo do IPEA, a reforma da universidade tornava-se uma prioridade, já que a instituição de ensino deveria formar técnicos de alto nível, cientistas, professores e profissionais liberais tidos como indispensáveis para o desenvolvimento do Brasil. Contudo, Ribeiro (2002) alerta

que a reforma universitária de 1968 não pode ser entendida senão nos marcos do contexto que antecedeu o golpe de 1964. Cunha (1988, p. 167) assinala que:

Embora a modernização do ensino superior brasileiro na direção do modelo norte-americano tivesse se iniciado na segunda metade dos anos 1940, ganhando força nos anos 1950, e se intensificado nos anos 1960, as mudanças políticas resultantes do golpe de Estado de 1964 determinaram uma alteração qualitativa nesse processo.

Em fins de 1967, preocupado com a “subversão estudantil”, o Governo cria, por meio do Decreto nº 62.024, comissão especial, presidida pelo General Meira Mattos, com as finalidades de:

a) emitir pareceres conclusivos sobre reivindicações, teses e sugestões referentes às atividades estudantis; b) planejar e propor medidas que possibilitassem melhor aplicação das diretrizes governamentais no setor estudantil; c) supervisionar e coordenar a execução dessas diretrizes, mediante delegação do Ministro de Estado (BRASIL, Decreto nº 62.024, 1967, p. 13147, apud, FÁVERO, 2006).

Do relatório final dessa Comissão, algumas recomendações também vão ser absorvidas pelo Projeto de Reforma Universitária, tais como o fortalecimento do princípio de autoridade e disciplina nas instituições de ensino superior; a ampliação de vagas; a implantação do vestibular unificado; a criação de cursos de curta duração; e a ênfase nos aspectos técnicos e administrativos (FÁVERO, 2006, p. 31).

Em 1968, no contexto da crise institucional que culminou com o AI-5, foi instituído o Grupo de Trabalho (GT) encarregado de estudar a reforma da Universidade brasileira, constituído por representantes dos Ministérios da Educação e Planejamento, do Conselho Federal de Educação e do Congresso. É significativo que as razões acima apontadas para a irreversibilidade do processo de modernização da universidade tenham sido explicitamente assumidas pelo próprio GT (MENDONÇA, 2000). Este grupo tinha a incumbência de “[...] estudar a reforma da universidade brasileira, visando à sua eficiência, modernização, flexibilidade administrativa e formação de recursos humanos de alto nível para o desenvolvimento do país” (RIBEIRO, 2002, p. 26).

Aprovado rapidamente, e transformado em lei, o Relatório do Grupo de Trabalho forneceria as linhas gerais do paradigma a partir do qual universidade brasileira se

consolidaria. Desta perspectiva, a lei nº 5.540 afirmava explicitamente que a universidade se constitui e deve se organizar a partir do tripé ensino, pesquisa e extensão, enfatizando-se a indissolubilidade entre essas funções, particularmente entre ensino e pesquisa, sendo esta última o próprio distintivo da universidade (MENDONÇA, 2000).

Dentre as medidas propostas pela Reforma, com o intuito de aumentar a eficiência e a produtividade da universidade, destacam-se o vestibular unificado, o ciclo básico, o sistema de créditos e a matrícula por disciplina, bem como a carreira do magistério e a pós-graduação. Apesar de ter sido bastante enfatizado que o “sistema departamental constitui a base da organização universitária”, (FÁVERO, 2006, p. 34) é oportuno observar que, entendido o departamento como unidade de ensino e pesquisa, a implantação dessa estrutura, até certo ponto, teve apenas caráter nominal.

Ademais, a departamentalização das Instituições de Ensino Superior, proposta a partir da implantação da Reforma Universitária no país, encontraram resistências. Passadas mais de três décadas, observa-se ser o departamento um espaço de alocação burocrático-administrativa de professores, tornando-se, em alguns casos, elemento limitador e até inibidor de um trabalho de produção de conhecimento coletivo (FÁVERO, 2006).

A partir da extinção das cátedras, preconizada pela Lei 5.540/68, a dinâmica que assegura a organização da carreira docente e do trabalho do professor é alterada, e o concurso público de provas e títulos assume a realeza da vida docente na universidade, embora a cátedra tenha sido legalmente extinta, em muitos casos sua autonomia foi apenas reduzida. A essa altura, o modelo de universidade brasileira caracterizava-se pela multiplicidade de tendências a que se encontrava submerso. Dentre os principais modelos vigentes no ensino superior, destaca-se o sistema norte-americano de pensar o conhecimento e a Universidade como espaços ligados diretamente ao mercado (BRITO; CUNHA, 2009).

Segundo Ribeiro (2002) havia duas vertentes para explicar o modelo único de instituição na Reforma de 1968: para uma das vertentes a universidade constituía um elemento impulsionador do desenvolvimento nacional estimulado pela produção científica e tecnológica e para a outra a exigência de expandir e modernizar efetivamente o ensino superior sem a elevação de gastos. Segundo a autora, o governo militar recorreu à cooptação

da comunidade científica, acatando suas reivindicações para conseguir apoio para Reforma de 1968, especialmente porque já havia um debate no jornal da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) entre 1967 e 1968 que preconizava a necessidade de mudanças nas universidades brasileiras naquele momento.

Não obstante a universidade tivesse papel relevante no projeto do governo de desenvolvimento científico e tecnológico nacional, Ribeiro (2002) relembra que o ambiente era favorável em decorrência do crescimento interno da economia e o considerável afluxo de capitais que ingressavam no país e, por isso, conforme Cunha (1988, p.317), a modernização da educação superior pretendia “colocar a universidade a serviço da produção prioritária de uma nova força de trabalho requisitada pelo capital monopolista organizado nas formas estatal e privada”. A reforma universitária de 1968 foi para Ribeiro (2002) a “modernização pelo alto” e, dessa maneira, ao modernizar o sistema educacional, o governo militar conciliava o estado policial com o estado benevolente, promovendo, ao mesmo tempo, o desenvolvimento da ciência e tecnologia.

Nos anos 1970, em virtude das políticas educacionais implantadas no Brasil, o que se verifica é um alastramento do ensino superior pelo país, visto a grande concentração populacional urbana, o avanço do capitalismo e a exigência de melhor qualificação profissional causam a ampliação na oferta e na demanda universitária. No entanto, a perda da qualidade do ensino foi notável. A grande busca por cursos superiores permitiu a expansão da iniciativa privada no ensino superior, o que se tornou uma característica marcante do período (COSTA; RAUBER, 2009). Na década de 1980, cria-se da parte de significativo número de professores, a consciência de que o problema da universidade envolve não apenas aspectos técnicos, mas também um caráter marcadamente acadêmico e político, exigindo análise e tratamento específicos (FÁVERO, 2006).

Segundo Ribeiro (2002), cabe reconhecer que a reforma universitária de 1968 inscreveu a universidade brasileira num novo marco ao tentar promovê-la ao patamar de centro de ensino de alta qualidade e de produção científica e tecnológica, o qual se destaca entre as demais instituições de educação superior dos países chamados de “terceiro mundo”. De todo modo, não se pode desconsiderar que a universidade idealizada pela Reforma de

1968, calcada na indissociabilidade entre ensino e pesquisa não conseguiu se constituir em trinta anos, senão como “exceção em meio a um sistema de educação superior profundamente marcado pela heterogeneidade e inflado, no mesmo período, pelo acelerado e desordenado crescimento dos estabelecimentos no setor privado do ensino” (RIBEIRO, 2002, p. 33).

Segundo Mendonça (2000), algumas iniciativas foram também assumidas nessa direção por parte do próprio governo federal, sem que, entretanto, tivessem maiores efeitos práticos. Durante o governo Sarney (1985-1990), uma Comissão Nacional para a Reformulação da Educação Superior chegou a ser formada, composta na sua maioria de professores universitários, que deu origem a um documento, intitulado: *Uma nova política para a educação superior*, com uma série de recomendações de mudanças, sendo que essa comissão sofreu uma forte resistência por parte do movimento dos docentes universitários, que contestavam a legitimidade do documento.

As mudanças no ensino superior só são implementadas na metade da década de 1990, segundo Mendonça (2000), a partir das políticas educacionais reformistas implementadas no governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). No caso específico do ensino superior, essa reforma, que se consubstanciou na nova Lei de Diretrizes e Bases e em outros documentos legais complementares, combina-se com uma política de congelamento de salários dos docentes das universidades federais, de cortes de verbas para a pesquisa e para a pós-graduação, de redirecionamento do financiamento público, com efeitos preocupantes, especialmente para as universidades públicas.

Em 1996, é elaborada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (nº 9.394/96) que no momento de sua publicação teceu diretrizes para os cursos de graduação. A LDB traz a flexibilidade e a avaliação como eixos articuladores da proposta para o ensino superior brasileiro. O inciso II, do artigo 53 da LDB, determina a criação de Diretrizes Curriculares para os cursos de graduação e permite a eliminação do Currículo Mínimo. As mudanças propostas refletem essencialmente nos processos de elaboração curricular que, antes centrados nos conteúdos mínimos e na respectiva de grade curricular, passaram a privilegiar a flexibilidade curricular. Neste novo contexto é que se sobressai a importância das competências e habilidades que devem ser construídas ao longo dos cursos, a partir do

trabalho realizado sobre os conteúdos curriculares. Esta relação, necessariamente presente em todas as disciplinas e atividades, é referenciada, para todo o desenvolvimento curricular, no Projeto Pedagógico do curso.

A Lei nº 9.394 favorece a expansão do ensino superior brasileiro e propicia, em um contexto pós-LDB, a elaboração de leis que possibilitam uma organização diferenciada na arquitetura da educação superior no país. Essa nova configuração possibilita a criação e expansão de universidades; centros universitários; faculdades integradas; faculdades, institutos superiores ou escolas superiores, ou seja, instituições que não têm como base a ideia da indissociabilidade da pesquisa, ensino e extensão, presente nas universidades. Com essas mudanças, os centros universitários foram equiparados às universidades em sua autonomia para a criação, organização e extinção de novos cursos, além de outras questões definidas pelo Conselho Nacional de Educação (CUNHA, 2004).

Severino (2008) aponta que no texto legal da LDB o capítulo IV é todo dedicado ao ensino superior, em que se estabelecem as finalidades, cursos e programas; onde serão ministrados os cursos de graduação, tanto em instituições públicas ou privadas; o regime jurídico, carreira docente, admissão de alunos, emissão de diplomas, transferência de alunos, processos de autorização e reconhecimento de cursos; definição do ano letivo, entre outros.

Dados do Instituto Nacional de Pesquisas Anísio Teixeira vêm demonstrando a magnitude da privatização no processo de expansão da IES, em especial no governo de FHC (BRASIL, 2010). Em 2007, o governo lança o PDE, Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE 2007), com uma série de medidas com as quais o governo espera melhorar o desempenho das instituições educacionais de todos os níveis. Embora mais voltado para a educação básica, o Plano tem, no que se refere à educação superior, duas metas principais: a ampliação do acesso e a articulação entre os programas de financiamento do ensino superior. As universidades federais que abrirem ou ampliarem cursos noturnos e reduzirem o custo-aluno acabam ganhando mais verbas (SEVERINO, 2008).

Em 2001, a Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, de maneira a garantir a flexibilidade, criatividade e responsabilidades das IES na elaboração das

Diretrizes Curriculares, adotou uma orientação comum para sua elaboração. A orientação é dada através do Parecer Nº CNE/CES 583/2001 que expõe que a diretrizes devem contemplar:

- a. Perfil do formando/egresso/profissional – conforme o curso o projeto pedagógico deverá orientar o currículo para um perfil profissional desejado.
- b. Competências/ habilidades/ atitudes.
- c. Habilitações e ênfase.
- d. Conteúdos curriculares.
- e. Organização do curso.
- f. Estágios e Atividades Complementares.
- g. Acompanhamento e Avaliação.

Esta orientação vai se repetir em outras normativas como no Parecer Nº CNE/CES 67/2003 de 11 de março de 2003, que reafirma o propósito de estabelecer uma formação de nível superior contínua, autônoma e permanente, com sólida formação básica e uma formação profissional fundamentada na competência teórico-prática, observada a flexibilização curricular, autonomia e a liberdade das instituições de inovar seus projetos pedagógicos de graduação, para o atendimento das contínuas e emergentes mudanças para cujo desafio o egresso deverá estar apto.

No governo de Luís Inácio Lula da Silva (2003–2010) o sistema de avaliação foi modificado, sendo implantado o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e o “provão”, substituído pelo Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE). No entanto, o que marcará o governo Lula serão pelo menos duas grandes iniciativas para a educação superior. Com o objetivo de ampliar o acesso a este nível educacional, em 2005, foi implantado o Programa Universidade para Todos (PROUNI), que instituiu a concessão de bolsas de estudo parciais para estudantes que ingressassem no sistema privado. Somado a isso, o ministro da Educação, Fernando Haddad, lança, em 2007, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), o qual ampliou a oferta de vagas em todo o país, inclusive por meio de criação de novos cursos, de novas universidades e de novos campi (ÉSTHER, 2015).

Após o fim do mandato de Lula, Dilma Rousseff é eleita para chefiar o Executivo Federal entre 2011 e 2014. No seu governo, as diretrizes fundamentais mantêm-se vigentes, mas no campo da educação, o REUNI é encerrado. A expansão do ensino superior, durante o

primeiro governo de Dilma Rousseff, é convertida numa política de internacionalização, com destaque para o programa “Ciência sem fronteiras”, lançado em 2011. Seu objetivo é promover a consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia, da inovação e da competitividade brasileira por meio do intercâmbio e da mobilidade internacional (ÉSTHER, 2015).

Dentro dessa complexa dinâmica e trajetória da educação superior brasileira, a Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), criada na década de 1970, destaca-se, atualmente, como uma das mais importantes IES do país, com excelência na pesquisa, ensino e extensão, e com um programa de internacionalização em franco desenvolvimento. No capítulo subsequente tem como objetivo apresentar a trajetória histórica dessa Universidade, desde a criação dos Institutos Isolados de Ensino Superior do Estado de São Paulo, até a encampação da Universidade de Bauru (UB) pela UNESP no final da década de 80, perpassando pela história do curso de Educação Física da referida instituição no campus de Bauru foco de investigação desta pesquisa.

2.2. A UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUISTA FILHO”

A UNESP foi criada em 1976 como resultado de um processo complexo de fusão administrativa dos Institutos Isolados de Ensino Superior do Estado de São Paulo, então Unidades Universitárias situadas em diferentes pontos por todo interior paulista (DIAS, 2006). Estes Institutos foram criados no final dos anos 1950 e no início dos anos 1960³, e abrangiam, em seu quadro de cursos e em suas pesquisas, diversas áreas do conhecimento.

³<http://www.unesp.br/portal#!/apresentacao/historico/>;

Os Institutos Isolados eram formados então por sete Unidades Universitárias, num conjunto de quatorze, amplamente ocupado pelas chamadas Faculdades de Filosofia, voltadas preferencialmente para a formação de professores que deveriam compor os quadros das escolas secundárias do Estado. Desse conjunto fizeram parte a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis, de Araraquara, de Franca, de Marília, de Presidente Prudente, de Rio Claro e de São José do Rio Preto⁴ (CORRÊA, 2006a).

Outros Institutos foram criados com a finalidade de formação profissional, como a Faculdade de Farmácia e Odontologia de Araraquara, a mais antiga de todas essas escolas, fundada em 1923 e incorporada ao patrimônio estadual em 1956 (CORRÊA, 1998). As outras foram duas faculdades de odontologia (Araçatuba e São José dos Campos), a Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias de Jaboticabal, de Engenharia de Guaratinguetá e por fim a Escola de Medicina de Botucatu (DIAS, 2010).

Corrêa (2006), afirma que desde 1947 o Poder Executivo já se mostrava favorável à criação de escolas secundárias, gerando assim maior demanda de profissionais para o ensino de disciplinas nas novas escolas no interior do Estado. Havia ainda o crescimento no número de candidatos ao ensino superior para os cursos de medicina, farmácia, ciências exatas e odontologia gerando escassez na oferta de vagas pela Universidade de São Paulo (USP) que não tinha condições naquele momento de suportar a demanda, gerando um sentimento de democratização do ensino superior.

A Constituição do Estado de São Paulo em 1947, em concordância à Constituição Federal, determinou, por intermédio da Lei Estadual nº 161 de 24/09/1948, a gratuidade e a criação de cursos em estabelecimentos públicos de ensino superior nas cidades do interior do estado de São Paulo. Mesmo com a lei aprovada em 1948, sua concretização demorou ainda dez anos para se consolidar (LIMA; RIBEIRO, 2013).

⁴ Ibid;

No entanto, essas escolas, pela própria formação e por uma qualificação precisa, foram marcadas por uma identidade entre a docência e a pesquisa na compreensão da necessidade da busca de um aprimoramento acadêmico. Associada a essa característica, as escolas estiveram fundamentadas no tripé que identifica a instituição acadêmica - a docência, a pesquisa e a extensão de serviços à comunidade -, e foram pioneiras na implantação do ensino superior público, no interior do Estado de São Paulo. Além disso, estiveram, desde sua criação, sob a administração da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo⁵.

Ainda que a situação fosse favorável, a criação dos Institutos Isolado Ensino Superior (IIES), na década de 1950, sofreu resistência, assim como as iniciativas de ampliação de acesso ao ensino superior no Brasil. As correntes contrárias à proposta de expansão do ensino superior eram latentes entre os intelectuais, principalmente entre os membros do conselho universitário da Universidade de São Paulo (USP), que apontavam a falta de recursos materiais para a ampliação sem que esta prejudicasse a qualidade do ensino oficial. Segundo Lima e Ribeiro (2013), os autores da crítica estavam defendendo a manutenção do monopólio da USP e sua Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, que permaneceria centralizando a renovação das elites dirigentes. Essa condição tornava mais difícil o ingresso de mais alunos na USP, já que a universidade não possuía número de vagas suficientes para a população do estado, fora as dificuldades para os moradores do interior de estado se deslocar para São Paulo para iniciar a vida acadêmica.

Entre 1950 e 1960, período da criação dos Institutos de Rio Claro, Presidente Prudente, Araraquara, São José do Rio Preto, Marília e Assis, o número de estudantes universitários no estado de São Paulo cresceu de 12 mil para 26 mil, graças à contribuição e criação destes Institutos. Conforme aponta Lima e Ribeiro (2013), esse aumento foi 120% só de alunos dos Institutos já mencionados.

⁵ <http://www.unesp.br/portal#!/apresentacao/historico/>;

Nota-se que as leis que garantiam o acesso à educação superior foram produzidas no período do governador Jânio Quadros, pois, assim como hoje, os governantes dependiam dos votos populares, culminando assim nas reivindicações do povo. Lima e Ribeiro (2013) salientam que, na realidade, mesmo com a consolidação da lei de criação dos Institutos Isolados, as camadas mais pobres não tinham nem ao menos acesso ao antigo grupo escolar que se configurava como requisito para acesso ao ensino superior.

Beisegel (1988) informa que com o término do Estado Novo iniciou-se a caça a votos, e as pessoas que tiveram acesso à escola primária (atual ensino fundamental I) reivindicavam o nível secundário (ensino fundamental II) resultando na criação de escolas de nível secundário de primeiro e segundo ciclos. Por volta da década de 60 a maioria dos municípios do estado de São Paulo possuía um ginásio estadual.

O crescimento do ensino superior pelo qual passava o interior paulista fazia parte do projeto de modernização e industrialização do Brasil, articulado pelo então Presidente do país, Juscelino Kubitschek de Oliveira. A hegemonia dos Estados Unidos da América no cenário político econômico pós-Segunda Guerra Mundial gerou a perspectiva de progresso assimilada pelo povo, que enxergava a possibilidade de mudança. Dessa forma, mais do que um mero desejo das cidades do interior de reclamarem a criação de escolas superiores, o surgimento destas produziu um clima de desenvolvimento necessário para a inserção do Brasil no modelo internacional (CORREA, 1998).

A industrialização, visada pelas políticas a nível nacional e tendo como pano de fundo as primeiras conquistas desenvolvimentistas de exaltação do governo de Juscelino, povoava o imaginário das regiões do interior paulista (BOVO, 1999).

Em 1969 foi instituída, na Secretaria da Educação, a Coordenadoria do Ensino Superior do Estado de São Paulo (CESESP), com a finalidade de gerir a administração daquelas escolas. Apesar da existência da CESESP, essa administração sofria muitas críticas, dado o volume de atribuições acumuladas pela Secretaria, encarregada de toda matéria relativa ao ensino, desde a educação primária até o nível superior (DIAS, 2010). Essas dificuldades eram registradas, principalmente, no interior do Conselho Estadual de Educação, que passou a estudar a busca de uma solução. Por outro lado, os Institutos Isolados sentiam a

necessidade da adoção de uma política que os aproximasse e desse a eles uma identidade própria⁶.

O contexto político-social na década de 1970, com o fim da gestão do governo Médici (1969- 1974) e início da gestão do Presidente Geisel (1974-1979), fornece importantes argumentos para a compreensão deste processo de aumento na oferta de cursos no interior do estado de São Paulo. Naqueles anos, o interior paulista configurava-se como um espaço privilegiado, em meio a um processo de enaltecimento das políticas de segurança nacional e integração nacional, já que por meio da construção de estradas no Brasil adentro se dava vazão à percepção de um país em crescimento urbano.

Na mesma década, são aprovados os dois Planos Nacionais de Desenvolvimento Nacional (PND I - 1972-1974 e PND II - 1975-1979). Tais documentos (PNDI e PND II) continham entre outros, metas para o país emergir como nação autônoma e com desenvolvimento social, econômico, industrial e agrícola. A estratégia seria de aumentar o crescimento industrial aliado ao aumento tecnológico da indústria (nuclear, elétrica, petróleo, siderurgia, telecomunicações, etc.) e a pesquisa seria utilizada para atingir esses objetivos concentrando-se em institutos isolados ou em universidades (CORRÊA, 2006b).

No PND II, o objetivo era também com as políticas públicas e a descentralização das grandes metrópoles privilegiando as cidades de médio porte. O então governador do Estado de São Paulo, Paulo Egydio deu destaque para o ensino superior demonstrando a preocupação com a organização definitiva da rede de Institutos Isolados (CORRÊA, 2006b).

No período de 1971 a 1973 a CESESP consolidou seu trabalho em relação aos Institutos e buscou um modelo de padronização de gestão. Em 1973, Luiz Ferreira Martins assume a coordenação da CESESP e empreende esforços na melhoria na gestão e sofisticação destes Institutos (DIAS, 2006).

⁶ Ibidem;

Desde o início de 1975, as discussões a respeito de uma nova forma de organização para os Institutos Isolados ocorreram na CESESP e contaram com a colaboração dos diretores daquelas faculdades. Foram apresentadas várias sugestões, visando ao desligamento dos Institutos Isolados da esfera de ação da Secretaria da Educação e sua organização sob novas bases. As ideias giraram em torno da integração dos Institutos Isolados numa Federação ou numa Universidade, sendo que esta última proposta foi a que contou com a aprovação (CORRÊA, 2006b).

A união dos Institutos Isolados em 1976, por determinação do então governador Paulo Egydio Martins e de comum acordo com o Secretário da Educação, ocasionou a saída dessas escolas da CESESP para assumir uma direção própria, na forma de Universidade, uma autarquia submetida ao governo do estado de São Paulo. De conformidade com a Lei 952 de 30 de janeiro de 1976, foi criada a Universidade Estadual Paulista, que recebeu do governador o nome de "Júlio de Mesquita Filho", da qual passavam a fazer parte os Institutos Isolados⁷.

Inicialmente a sede da UNESP, segundo reportagem do jornal "O Estado de São Paulo", situava-se na cidade Ilha Solteira, que havia um recebido um patrimônio da CESEP. A princípio, os técnicos da secretaria que ficaram responsáveis por fazerem estudos sobre a reformulação do vínculo dos Institutos Isolados haviam feito duas propostas distintas: incorporar alguns Institutos Isolados a então Universidade Regional de Ribeirão Preto, cuja criação estava prevista na lei 9.233 de 11 de janeiro de 1966 - enquanto a Universidade de São Paulo absorveria outros Institutos; ou a criação de uma grande autarquia - não necessariamente uma nova universidade - à qual ficariam subordinados todos os 14 Institutos Isolados de outrora (CORRÊA, 2001). No entanto, a secretaria de Educação na época optou por uma terceira escolha, que se resumia na criação de uma Universidade que agrupasse os 14 Institutos Isolados de ensino, abandonando assim a ideia de instituir a Universidade Regional de Ribeirão Preto (CORRÊA, 2001).

⁷ Ibidem;

A solução também proposta foi a organização de uma Federação de Escolas e não propriamente uma universidade. Mas, de certo modo, essa Federação já existia desde que se criou a CESESP, que integrava a administração daquelas escolas como unidades congregadas, submetidas a um Regimento Geral Único, com regimentos internos padronizados obedecendo às diretrizes e a normas administrativas e pedagógicas homogêneas. A criação da Federação seria a institucionalização de uma situação que já existia. Definiu-se então pela integração numa única universidade, o que trazia a necessidade de uma adequação das faculdades existentes, organizando-as de modo a se formar uma universidade, não só pela estrutura, mas pelos seus objetivos. O modelo apresentado foi de uma universidade multicâmpus, inédita até então no Brasil, seguindo o exemplo da Universidade norte-americana do Estado da Califórnia (CORRÊA, 2001).

Os dados de 1974 davam conta de que a UNESP englobaria 49 cursos, com o total de 1295 docentes e 9863 alunos, números, em recursos humanos, maiores que os da Universidade Estadual de Campinas. (CORRÊA, 2001).

A futura universidade ainda deveria contar com ‘uma massa crítica mínima de especialistas’, e a forma de seleção de recursos humanos deveria privilegiar o regime de dedicação integral. Um dos princípios mais debatidos foi o da não duplicação de cursos numa mesma especialidade. Este item foi o mais polêmico das novas proposições, dando margem para interpretações de restrições a determinadas áreas e transferência ou mesmo fechamento de cursos (CORRÊA, 2001).

A proposta de criação da Universidade com tais características foi apresentada ao conselho Estadual de Educação em 07 de outubro de 1975 e foi aprovado em 15 de outubro do mesmo ano. O sistema contava com 1700 docentes em regime de dedicação integral à docência e à pesquisa, 50% com titulação de doutor e aproximadamente 11.000 alunos. A UNESP deveria ser constituída por uma Reitoria e por um conselho universitário, e, a partir dessa organização, os antigos Institutos Isolados passariam a serem unidades universitárias, sendo que o Centro de Educação Tecnológica “Paula Souza” deveria ser anexado a UNESP na forma de uma autarquia. A proposta de criação da UNESP foi apresentada à Assembleia Legislativa em 24 de outubro de 1975 (CORRÊA, 2001).

Corrêa (2001) afirma que o Conselho Universitário provisório foi formado, inicialmente, pelos diretores das Faculdades. O conselho provisório deveria ainda contar com representação discente, o que, no entanto, não ocorreu, uma vez que não havia representantes discentes, docentes ou de funcionários e servidores. Outro ponto importante no início da recém-criada UNESP foi o de apresentação do modelo proposto para conhecimento e estudo da comunidade universitária como forma de abrir a possibilidade de colaboração da comunidade.

Mas a dificuldade para o planejamento e aplicação do modelo residia no curto prazo, o que significava o fechamento de cursos, transferências de cursos e pessoal, como exemplo eram as faculdades de História ou Letras que funcionavam em vários campi e que deveriam ser reordenadas em nome de uma racionalização. Assim, esse modelo não levou em consideração a formação histórica destas faculdades, que já eram estruturadas em algumas unidades universitárias, a integração entre os cursos ministrados, a realização de pesquisas conjuntas e, além disso, o uso comum de acervo bibliográfico.

Logo, a disparidade entre a proposta apresentada pelo conselho provisório e a possibilidade de abertura de várias faculdades provocou uma série de discordâncias na criação da UNESP: em várias unidades, como Franca, Rio Claro, Assis, Marília, entre outras, houve manifestações contrárias. A princípio, a contrariedade do projeto advinha apenas dos integrantes destas faculdades, mas aos poucos estes descontentamentos avolumaram-se e transformaram-se em reivindicações locais de permanência de determinados cursos (CORRÊA, 2001).

Os protestos à proposta do conselho foram apoiados por autoridades locais, responsáveis pelo poder político das cidades que sediavam as faculdades, gerando inquietação em razão de notícias mal explicadas sobre o fechamento de cursos. Corrêa (2001) menciona que essa reformulação dos cursos representava o fechamento destes, e conseqüentemente uma diminuição da responsabilidade do Estado na distribuição do ensino superior. Tal reorganização foi vista como uma proposta autoritária e contribuiu para a aproximação entre as faculdades, na busca de apoio para as causas comuns.

A proximidade alcançada nesse processo configura-se como importante passo para a formação de associações, como a Adunesp dos docentes e depois a dos funcionários, que passou a acompanhar a movimentação pela aprovação de estatutos. Após a aprovação dos estatutos do Conselho Universitário provisório, o documento foi submetido ao Conselho Estadual de Educação. Os estatutos foram aprovados em 22 de dezembro de 1975 para serem sancionados pelo governador, e tiveram como resultado a extinção de 10 cursos, e o remanejamento de dois deles (CORRÊA, 2001). Assim, em conformidade com a Lei 952 de 30 de janeiro de 1976, foi criada a Universidade Estadual Paulista que recebeu do governador o nome de "Júlio de Mesquita Filho".

2.2.1. O CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE BAURU

A Universidade de Bauru (UB) foi incorporada pela UNESP em 15 de agosto 1988 (TIDEI..., 1990), mas a história do campus começou bem antes, quando, em 1967, a Faculdade de Engenharia de Bauru, mantida na época pela Fundação Educacional de Bauru, foi criada. Funcionando inicialmente em um prédio da Secretaria Estadual de Educação, na Vila Falcão, a Fundação Educacional de Bauru recebeu, por doação da Prefeitura Municipal de Bauru, a área de 4.800.000m², localizada no Bairro de Vargem Limpa onde hoje se concentram todas as atividades da UNESP de Bauru.

Em meados de 1985, a Universidade de Bauru nasceu e, a partir daí, observa-se uma intensificação da luta pela estadualização da Universidade, aglutinando os setores da sociedade Bauruense e da região (BAURUNESP, 1996).

Segundo o Jornal "Folha de São Paulo" o governador Quéricia gastou na época cerca de 500 milhões Cruzados para encampar a Universidade de Bauru, sendo que do montante, 15 milhões destinavam-se ao pagamento de dívidas e salários de professores e funcionários. O então reitor da UNESP, Jorge Nagle nomeou uma comissão composta de cinco professores para a criação do campus de Bauru. Naquele contexto, a mantenedora da UB, a Fundação Educacional de Bauru passava por problemas financeiros que dificultavam sua 'sobrevivência' (FOLHA DE SÃO PAULO, 1987a; 1987c).

Em 1987, o então governador do Estado de São Paulo, Orestes Quércia, autorizou estudos para a viabilização da instalação de mais vagas para o ensino gratuito em Bauru e assim se definiu pela incorporação da Universidade de Bauru à UNESP (BAURUNESP, 1996).

A Universidade de Bauru contava naquele momento com cerca de 240 funcionários e 190 professores, sendo que 80% dos docentes da Universidade de Bauru eram contratados em tempo integral. O reitor Jorge Nagle salientou na época que cerca de 30% do corpo docente de toda a UNESP era constituído de professores auxiliares de ensino (não possuíam o título de mestre).

A reitoria da UB emitiu parecer favorável à sua encampação pela UNESP já em 30 de outubro de 1987 (FOLHA DE SÃO PAULO, 1987b). Cerca de um mês após o parecer, o Governador Orestes Quércia oficializou a encampação da Universidade de Bauru pela UNESP no dia 20 de novembro daquele ano, apesar dos 49 relatórios individuais de professores da UNESP, encomendados pelo reitor para avaliar o processo de encampação, não estarem devidamente prontos. Nestes relatórios deveriam conter as titulações dos docentes, os gastos no processo da encampação, bem como as alterações necessárias durante este período (FOLHA DE SÃO PAULO, 1987d). O então Deputado Federal do PMDB Tidei de Lima foi o articulador responsável pela mediação entre a reitoria da Universidade de Bauru e o governador para a consolidação da encampação (FOLHA DE SÃO PAULO, 1987c). A encampação da UNESP foi, segundo o ex-deputado Federal Antônio Tidei de Lima, *'um ato político'* de Quércia que possibilitou que o campus de Bauru passasse para a universidade estadual (JORNAL DA CIDADE, 2013).

Naquele momento o projeto de encampação da Universidade Bauru pela UNESP sofria resistência, como no caso do Reitor da USP à época, professor José Goldemberg, que julgava a incorporação da UB muito precoce e isso poderia gerar muitos gastos ao governo estadual. Segundo reportagem do jornal Folha de São Paulo, a encampação significou um aumento de 20% na folha de pagamento (FROMER; CAPRIGLONE, 1987a; FOLHA DE SÃO PAULO, 1989a).

Já o reitor da UNICAMP naqueles anos, Paulo Renato, posicionou-se favoravelmente ao processo de encampação da Universidade de Bauru, pois, atendia aos interesses de expansão e aumento da oferta do ensino superior público e gratuito no estado de São Paulo (FROMER; CAPRIGLONE, 1987b).

Segundo o reitor da UNESP em 1987, Jorge Nagle, os critérios adotados pela UNESP para encampar ou não escolas, faculdades ou universidades eram baseados no “plano triângulo” que visava ao crescimento e ao desenvolvimento da UNESP por meio da criação de novos cursos e de novos campi universitários. No caso de Bauru, citou o então Reitor, foi dada a localização geográfica central no estado de São Paulo pelo município (FROMER; CAPRIGLONE, 1987c).

Em suma, verifica-se que a encampação da Universidade de Bauru pela UNESP não foi pacífica e sofreu diversas resistências no âmbito acadêmico de outras instituições públicas do estado de São Paulo, como a USP e especialmente de outros campi da própria Universidade Estadual Paulista, o que evidencia que a incorporação do Campus de Bauru desde antes da sua efetivação já era alvo de críticas, entretanto, não aprofundarei tais questões pois, não é objeto de estudo desta pesquisa as questões referentes encampação acima citada.

Em agosto de 1988, foi formalizada a encampação da então Universidade de Bauru (UB) mantida pela Fundação. Naquela época a UNESP tinha 15 campi universitário; hoje são 24 no total. Foram incorporados 4.372 universitários e 200 professores distribuídos em 22 cursos de graduação. Atualmente são 21 cursos e 5.074 na graduação e 744 na pós-graduação (JORNAL DA CIDADE, 2013).

Outro ponto de discordância do projeto de encampação diz respeito à necessidade de contratação de cerca de 50 docentes e 40 funcionários sem a devida realização de concurso público. Segundo o Reitor da UB, Pedro Walter de Pretto, a contratação emergencial visava atender a determinações do sistema estrutural da UNESP, sendo que dos 220 docentes da Universidade de Bauru, 70% não tinham a titulação acadêmica exigida para lecionar em uma universidade e conforme o próprio reitor, estes docentes teriam tempo livre para realizarem cursos de pós-graduação para atender os padrões da UNESP (FOLHA DE SÃO PAULO, 1988a).

Após a encampação em 1990, houve um corte de aproximadamente 50% no número de vagas ofertadas no campus de Bauru. Segundo o pró-reitor de graduação da UNESP, a diminuição foi concretizada para adaptar a escola, que era particular, às condições de uma universidade pública (FOLHA DE SÃO PAULO, 1989b).

O campus universitário de Bauru constitui-se hoje como o maior da UNESP, em termos de oferta de cursos. Possui uma área total de 52.403,15 m² de área construída, constituída de salas de aula, laboratórios, biblioteca, departamentos e área administrativa. Fazem parte da equipe da UNESP de Bauru 492 docentes, sendo 450 Doutores, e 413 servidores atendendo diariamente mais de 5000 alunos⁸.

Atualmente, a UNESP de Bauru é composta por três unidades, a Faculdade de Ciências, a Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação e a Faculdade de Engenharia. O campus oferece cursos no nível de pós-graduação (mestrado e doutorado) nas grandes áreas de comunicação, educação, design, engenharia, ciências de materiais, TV digital, Psicologia, Mestrado profissional entre outros.

A Universidade Estadual Paulista, no Campus de Bauru, é responsável pela administração do Colégio Técnico Industrial (CTI) “Isaac Portal Roldan”, que oferece vagas para cursos técnicos integrados ou não com ensino médio (habilitação nas áreas de mecânica, informática e eletrônica)⁹. O campus também conta com uma Rádio Universitária, que iniciou suas atividades em 1991, o Instituto de Pesquisas Meteorológicas (IPMet), pertencente a Faculdade de Ciências e que a partir de 2013 iniciou o curso de graduação em Meteorologia. O Instituto de Pesquisas Meteorológicas (IPMet) iniciou suas atividades em 1969, e existe desde os tempos de administração da Fundação de Bauru. Já o Polo Computacional e o Centro de Psicologia Aplicada iniciaram suas atividades para a comunidade em 1973, assim como, as

⁸ <http://www.bauru.unesp.br/#!/historico/>;

⁹ [http://www.cti.feb.unesp.br/cti_unesp_interna.php?pagina=instituicao_sobre](http://www.cti.feb.unesp.br/cti_unesp_interna.php?pagina=instituicao_sobre;);

Empresas Juniores de diversos cursos como, Psicologia, Engenharias, Educação Física e Relações Públicas^{10 11}.

O quadro de docentes mudou muito desde a encampação, tanto no que se refere à obtenção de titulação dos que já se encontravam nas unidades, como do ingresso de novos professores, contratados por meio de concurso público de abrangência nacional. Da mesma forma, a administração local sofreu profundas alterações, uma vez que as orientações acadêmicas, administrativas e políticas passaram a ser de outra ordem, firmada em um modelo de universidade pública, distinto da então universidade privada (JORNAL DA CIDADE, 2013).

2.2.2. AS FACULDADES DE ENGENHARIA, CIÊNCIAS E ARQUITETURA, ARTES E COMUNICAÇÃO DO CÂMPUS DE BAURU

A Faculdade de Engenharia de Bauru teve sua autorização de funcionamento em 1967, de acordo com decreto do Governador do Estado nº 47.893, de 12/04/67 e portaria nº 7/67 do Conselho Estadual de Educação¹². Já em 1976, o curso de Engenharia Mecânica e no ano seguinte, os cursos de Engenharia Civil e Elétrica iniciaram suas atividades de ensino, todos mantidos pela Fundação Educacional de Bauru, entidade jurídica sem fins lucrativos, criada pela Lei Municipal nº 1276, de 26 de dezembro de 1966.

Os cursos de Engenharia Civil e Mecânica foram reconhecidos em 1972, por meio do decreto nº 70.596, da Presidência da República e o curso de Engenharia Elétrica teve seu reconhecimento em 1975, com o decreto nº 78.846. Nos anos seguintes foram criados mais cursos mantidos pela Fundação Educacional de Bauru, e em 1985, Universidade de Bauru foi

¹⁰ <http://www.fc.unesp.br/#!/instituicao/historico/>;

¹¹ <http://www.bauru.unesp.br/#!/historico/>;

¹² <http://www.feb.unesp.br/#!/instituicao/historico/>

instalada, composta pelas Faculdades de Engenharia, Tecnologia, Ciências , Artes e Comunicações¹³.

Atualmente, com a extinção dos cursos de Tecnologia, a Unidade passou a ser denominada Faculdade de Engenharia e oferece os seguintes cursos de graduação: Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica e Engenharia de Produção. A Faculdade de Engenharia oferece ainda cursos de pós-graduação *lato sensu*, mestrado e doutorado, em Engenharia Elétrica, Engenharia Civil e Ambiental, Engenharia Mecânica e Engenharia de Produção¹⁴. Além disso, a faculdade contava, em seu quadro, 141 professores, 75 servidores técnicos e administrativos, 1200 alunos de graduação, 50 alunos de pós-graduação, uma área física de 4.566.870.17m² e uma área construída de aproximadamente 8.249.22m² (CORRÊA, 2006a).

Já a Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação tem sua origem vinculada ao curso de Desenho e Plástica, o qual iniciou suas atividades no ano de 1969, na Faculdade de Ciências da Fundação Educacional de Bauru (FEB), criada pela Lei Municipal no. 1.276 de 26 de dezembro de 1966, tendo seu estatuto sido aprovado pelo Decreto Municipal nº. 1932 de 09 de julho de 1973. O curso foi mantido até 1973 e a Fundação evoluiu da Faculdade de Engenharia, com apenas um curso de Engenharia Mecânica, para quatro Faculdades e um Colégio Técnico Industrial¹⁵. No ano de 1974, foram criados os cursos de Comunicação Social, Educação Artística e Artes Plásticas Habilitação em Artes Industriais. Este último foi mantido até o ano de 1976¹⁶.

Em 1975, as habilitações em Artes Plásticas e Desenho do Curso de Educação Artística foram criadas, sendo que a Habilitação em Desenho foi mantida até o ano de 1976. Além disso, foram instalados neste mesmo ano os cursos de bacharelado em Desenho

¹³ <http://www.feb.unesp.br/#!/instituicao/historico/>;

¹⁴ Ibidem;

¹⁵ <http://www.faac.unesp.br/#!/instituicao/historico/>;

¹⁶ Ibidem;

Industrial e Comunicação Visual¹⁷. O curso de Comunicação Social foi autorizado a transformar-se em curso de Comunicação Social, com a Habilitação em Relações Públicas, segundo a Portaria MEC nº 031 de 12 de janeiro de 1981. Essa habilitação teve sua primeira turma no ano de 1982. Em 1984, teve início o curso de Arquitetura e Urbanismo e um ano depois, foi criada a Habilitação em Jornalismo do curso de Comunicação Social¹⁸.

Todos esses cursos citados anteriormente faziam parte da estrutura acadêmica da Faculdade de Artes e Comunicações da Fundação Educacional de Bauru, exceto o de Desenho e Plástica que teve suas atividades ligadas à Faculdade de Ciências. No ano de 1988, já como Universidade de Bauru, começaram a vigorar as Habilitações em Projeto de Produto e Programação Visual, Resolução CFE nº 02 de 1987, que antes eram denominados como curso de Desenho Industrial e Comunicação Visual, respectivamente.

No ano de 1989, instalou-se a Habilitação em Radialismo (Rádio e TV), no curso de Comunicação Social¹⁹. A Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação contava, em seu quadro, mais de 1800 alunos, 116 professores, 60 servidores e técnicos administrativos, 200 alunos de pós-graduação, com uma área física de 4.626.072,00 m² e uma área construída aproximadamente de 3.746,87 m² (CORRÊA, 2006a).

A Faculdade de Ciências, unidade universitária da UNESP, originou-se também com a Fundação Educacional de Bauru (FEB) que foi criada pela Lei Municipal nº 1.276, de 26 de dezembro de 1966, tendo seu Estatuto sido aprovado pelo Decreto Municipal nº 1.932, de 09 de julho de 1973. A autorização para instalação da Faculdade de Ciências, com os cursos de Física, Matemática, Desenho, Ciências e Psicologia sucedeu-se por meio da Resolução nº 30/68 do Conselho Estadual de Educação²⁰.

¹⁷ Ibidem;

¹⁸ <http://www.faac.unesp.br/#!/instituicao/historico/>;

¹⁹ Ibidem;

²⁰ <http://www.fc.unesp.br/#!/instituicao/historico/>;

Em 1969, a Secretaria de Educação, por meio do Ato 46 de 28 de fevereiro de 1969, o Conselho Estadual de Educação, a partir da Resolução 05/69 de mesma data, e o Governo do Estado, por meio do Decreto nº 51.578 de 21 de março de 1969, autorizaram o funcionamento da Faculdade de Ciências da Fundação Educacional de Bauru²¹.

Em agosto de 1985, por meio do Decreto Municipal nº 4.497 e do Parecer do Conselho Estadual de Educação nº 951/85, as Faculdades de Ciências, Engenharia e Tecnologia, mantidas pela Fundação Educacional de Bauru, foram transformadas em Universidade de Bauru²².

As Faculdades da Fundação e o Colégio Técnico foram transformados em agosto de 1985, por meio do decreto Municipal nº 4.497 e parecer do Conselho Estadual de Educação nº 951, de 02 de julho de 1985, em Universidade de Bauru. Em 04 de novembro de 1986, o Ministério da Educação através da Portaria nº 774, reconheceu a Universidade de Bauru.

A incorporação pela UNESP exigiu que a Faculdade de Ciências buscasse outros objetivos e uma nova estrutura. A pesquisa e extensão ganharam maior importância, em relação ao período anterior, e os docentes ainda não titulados em nível de pós-graduação tiveram que buscar estes títulos em outras instituições. Assim, houve um salto de 5% dos docentes com título de doutor em 1988, para 84% de doutores em 2004, valor semelhante à média da UNESP. Como consequência disso, observou-se um rápido crescimento, não só nas atividades de ensino e extensão, mas também, na quantidade e qualidade das atividades de pesquisa²³.

A Unidade oferece cinco programas de Pós-Graduação "*stricto sensu*": Educação para a Ciência iniciado em 1997, Ciência e Tecnologia de Materiais (Interunidades), iniciado em 2004, Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem, iniciado em 2005, Ciência da

²¹ Ibidem;

²² <http://www.fc.unesp.br/#!/instituicao/historico/>;

²³ <http://www.fc.unesp.br/#!/instituicao/historico/>;

Computação Programa Multicâmpus iniciado em 2006 e Mestrado Profissional em Docência para a Educação Básica iniciado em 2014^{24 25}. Sintetizada em números, a Faculdade de Ciências tem mais de 190 professores, 2000 alunos, e mais de 70 servidores técnicos e administrativos, em uma área física de 4.626.072,00 m² e área construída aproximadamente de 7773,18 m² (CORRÊA, 2006a).

No capítulo seguinte, a pesquisa dedica-se a apresentar a trajetória da formação profissional em Educação Física no Brasil, a fim de formar o constructo teórico necessário para a análise do currículo de graduação de Educação Física da Unesp de Bauru, objeto do presente estudo. Para tanto, faz-se necessário compreender e investigar o processo histórico de preparação profissional, do ponto de vista legal, que ditou os rumos dos cursos da área, e que teve influência direta na reestruturação curricular investigada nesta pesquisa.

CAPITULO III - TRAJETÓRIA DO CURRÍCULO NA ERA MODERNA - HISTÓRICO DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO FÍSICA NO BRASIL

3.1. O CURRÍCULO NA ERA MODERNA

A palavra currículo descende do termo latino *Scurrere*, que significa correr, e que se refere a curso (ou carro de corrida). Etimologicamente, portanto, Currículo traz consigo a noção de um “curso a ser seguido”, ou mais especificamente, apresentado (GOODSON, 1995).

Silva (1999) amplia essa noção ao dizer que currículo produz “identidades” e “subjetividades” no curso dessa corrida para nos tornar o que somos. Entretanto, Silva (2013) afirma que o termo *curriculum*, no sentido que hoje lhe é atribuído, só passou a ser utilizado

²⁴ Ibidem;

²⁵ <http://www.bauru.unesp.br/#!/historico/>;

em países europeus como França, Alemanha, Portugal, sob influência da literatura educacional americana.

Apple (1995, p. 71) enfatiza que “o currículo nunca é um conjunto neutro de conhecimentos, ele é parte de uma tradição seletiva, resultado da seleção de alguém, da visão de algum grupo acerca do que seja conhecimento legítimo”. O currículo sempre foi alvo de atenção dos que buscavam entender e organizar o processo educativo escolar. Entretanto, somente ao fim do século XIX e no início do século XX deste, nos Estados Unidos, um significativo número de educadores começou a tratar de problemas e questões curriculares (MOREIRA; SILVA, 1995).

Registros históricos do século XVI apontam, pela primeira vez, a palavra *curriculum* aplicada aos meios educacionais. Tais registros evidenciam que currículo esteve ligado à ideia de "ordem como estrutura" e “ordem como sequência”, em função de determinada eficiência social. Assim, na Universidade de Leiden (1582), os registros constam que "tendo completado o *curriculum* de seus estudos” o certificado era concedido ao aluno. Na Universidade de Glasgow (1633) e na Grammar School de Glasgow (1643), o *curriculum* referia-se ao curso inteiro de vários anos, seguido pelos estudantes, e não apenas às unidades pedagógicas curtas (HAMILTON, 1992).

O currículo, antes do século XX, enfatizou valores baseados nas tradições históricas do ocidente. Nos anos que precederam o século XIX, o currículo foi centrado basicamente em desenvolvimento de habilidades profissionais. Naquela época, centrava-se em valores conceituais como o “bem” e o “mal” ou “justiça” determinados por instituições religiosas e pela família, já que Educação era entendida como uma responsabilidade familiar.

Segundo Lopes e Macedo (2011), na segunda metade do século XIX, aceitavam-se que as disciplinas tivessem conteúdos e atividades que lhes eram próprios e que suas especificidades ditassem sua utilidade para o desenvolvimento de algumas faculdades mentais. Nos anos de 1910, na psicologia e na administração, o taylorismo ganha destaque na sociedade americana que se industrializa. Dessa forma, as demandas sobre educação aumentam como forma de à urbanização, surgindo assim a preocupação com a eficiência da escola, com a função de socializar o jovem norte americano conforme os parâmetros da

sociedade industrial em formação. Pretendia-se que a industrialização da sociedade se desse sem rupturas, portanto, e a escola e consequentemente o currículo eram importantes instrumentos de controle (LOPES; MACEDO, 2011).

O estudo científico do currículo iniciou-se nos anos 1920, nos Estados Unidos, no contexto de massificação da educação, segundo Silva (1999), de urbanização e industrialização da sociedade. Até então, a visão de currículo limitava-se a compreendê-lo como um processo de racionalização de resultados educacionais medidos rigorosamente.

O campo de estudos sobre currículo foi associado, em suas origens, às categorias de controle social e eficiência social. Klibardc (1974), citado por Moreira e Tadeu (2013), aponta duas tendências nos primeiros estudos e propostas sobre currículo, das quais, uma delas voltada para elaboração de currículo que valorizasse os interesses do aluno e a outra para construção científica de currículo que desenvolvesse os aspectos da personalidade adulta considerados “desejáveis”.

A primeira tendência é representada por trabalhos de Dewey e Kilpatrick e a segunda pelo pensamento de Bobbitt. Os estudos de Dewey e Kilpatrick contribuíram para o desenvolvimento da Escola Nova no Brasil e a segunda do que se denominou de tecnicismo, também no Brasil.

Em 1918, Bobbit escreve o livro que seria considerado o marco no estabelecimento do currículo como campo especializado em estudos “*The curriculum*”. Tal obra é produzida no momento crucial da história da educação americana, num período que diferentes forças econômicas e políticas procuravam moldar os objetivos da educação das massas (SILVA, 2006).

No Brasil, o campo de currículo se desenvolveu sob referencial teórico americano, pois as teorias e práticas curriculares surgidas aqui, tanto nos anos vinte, quanto nos anos trinta foram resultados de uma transferência da prática do modelo institucional do sistema americano de educação. O pensamento de educadores americanos direcionou a escola no sentido de restaurar a homogeneidade nacional. Assim sendo, o currículo era organizado nos Estados Unidos com aspectos de ordem, racionalidade e eficiência. É a partir destes ideais que

os intelectuais brasileiros importam o modelo americano de pensar o currículo (AZEVEDO, 1999).

No Brasil, anterior à década de 1920, a cultura curricular vigente, oriunda das missões jesuítas e francesas, era caracterizada por sua faceta tradicional. O discurso estadunidense, que trouxe para o país sul-americano as ideias liberais de remodelação da ordem social e política, influenciou o desenvolvimento de proposta progressista, conhecida, na década de 1920, como Escola Nova (NAGLE, 1974 apud AZEVEDO, 1999). Este novo movimento baseia-se na proposta de Dewey e Kilpatrick, que pensavam no currículo que valorizasse o aluno, e logo ganham força no Brasil a partir das reformas empreendidas e elaboradas por Anísio Teixeira, Francisco Campos, Mario Cassanta e Fernando Azevedo, em Minas Gerais, Bahia e Rio de Janeiro, respectivamente (AZEVEDO, 1999).

O pensamento curricular não tinha características epistemológicas, reduzido somente a métodos e técnicas. Moreira (1995, p. 86) contextualiza o cenário sócio político naqueles anos.

Nos anos vinte, o Brasil exibia as tensões e conflitos provocados pelos processos de urbanização e industrialização e pelo recebimento de considerável número de imigrantes estrangeiros. Além disso, outros aspectos e eventos contribuíram para a efervescência reinante no país. Dentre eles destacavam-se: a) a difusão de idéias liberais, anarquistas, socialistas e comunistas; b) a repressão governamental e a reação de setores conservadores contra idéias ‘subversivas’; c) a emergência de uma ideologia nacionalista que pregava a exacerbação de um espírito patriótico; d) a organização de revistas e associações católicas; e) o Tenentismo; f) o Modernismo. Em meio a tal agitação, os esforços para redistribuir o poder político foram gradualmente deslocados das arenas eleitoral e educacional para as esferas política e militar. Movimentos armados ocorreram em 1922, 1924 e 1926.

O currículo deveria ser elaborado conforme os pressupostos ideológicos das elites. Portanto, a Escola Nova, enquanto pensamento curricular progressista contrapunha-se ao pensamento tradicional. Nos anos trinta com a chegada de Vargas à presidência da República como já foi dito, é criado o Ministério de Saúde Pública para contemplar interesses políticos atrelados ao desenvolvimento educacional. Nesse sentido, a Educação é utilizada como meio para difusão do Governo, assim, as escolas deveriam ser públicas, tendo o Estado como

controlador do sistema educacional centralizado. Em 1931, é instituída a Reforma Francisco Campos, que estabeleceu de forma rígida a prescrição de currículos e programas no ensino secundário com objetivos de centralizar os instrumentos controladores (AZEVEDO, 1999).

Em 1937, é decretado o Estado Novo, e neste contexto ditatorial as discussões sobre educação reduziram-se, o que diminuiu a influência da Escola Nova. A ênfase passou para o ensino profissional, e, desse modo, o sistema foi reorganizado na Reforma Capanema, a qual retrocedeu a prescrever currículos enciclopédicos. Em 1938, é criado o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP) com objetivo de centralizar os estudos sobre questões educacionais. O INEP foi marcado pelo enfoque curricular influenciado pelas ideias de Dewey e Kilpatrick (AZEVEDO, 1999).

Em 1949, as contribuições de R. Tyler influenciaram o currículo no Brasil, apresentando um paradigma curricular linear, centrado nas questões de organização e desenvolvimento, com objetivo de preparar os indivíduos para o desempenho de funções em situações definidas. O currículo se apresenta com alma de indústria, tendo a eficiência como ponto chave (SILVA, 1999).

Cabe ressaltar que o INEP, conforme Azevedo (1999) foi de suma importância para o desenvolvimento do campo do currículo no Brasil até a década de 1950, promovendo até mesmo cursos e treinamentos na área. O INEP, afirma a autora, desenvolveu o enfoque de currículo à luz da interpretação de autores brasileiros nas ideias progressivistas de Dewey e Kilpatrick, disseminado, respectivamente, em livros e revistas, tais como, Introdução ao estudo da escola primária e Revista brasileira de estudos pedagógicos.

Conforme Moreira e Silva (1995 p. 20) nos anos 1970, a sociedade americana passou por diversos problemas sociais, bem como o envolvimento na Guerra do Vietnã, o que levou a protestos e questionamentos das instituições e dos valores tradicionais. A escola também foi alvo de violentas críticas. Após a vitória de Nixon, procurou-se neutralizar as ideias e os valores ‘subversivos’, e o discurso pedagógico pôde ser resumido em três tendências: “idéias tradicionais que defendiam uma escola eficaz, ideias humanistas que pregavam a liberdade na escola e ideias utópicas que defendiam o fim das escolas”.

No final dos anos 1950, os americanos culpavam os educadores, especialmente os progressivistas, pela derrota na corrida espacial, e insistiram na necessidade de restaurar a qualidade que havia sido perdida da escola (MOREIRA; TADEU, 2013). Ainda na década de 1950, a influência americana tornou-se mais acentuada na educação, graças ao programa Ponto Quatro, que implantou a assistência estadunidense em várias áreas, incluindo a Educação. Dessa forma, o campo do currículo foi favorecido após a criação do Programa de Assistência Brasileiro-Americana ao Ensino Elementar, que tinha um departamento de currículo, responsável por organizar cursos e promover assistência relacionada às questões curriculares educacionais nos estados da nação (AZEVEDO, 1999).

Na década de 1960, o contexto político aponta para a direitização ideológica do Brasil capitalista, ainda que o país tenha sido palco de embates entre as forças políticas de esquerda e de direita. Em 1961, Jânio Quadros renuncia a presidência da República e é substituído por João Goulart, o qual será destituído do cargo, pois, dentre os motivos que justificam o golpe, era considerado simpatizante de ideologia socialista.

Diante dessa ambiguidade, o campo do currículo oscilou entre uma perspectiva autônoma e uma busca de modelos estrangeiros relacionados a um caráter individualista, pautado no planejamento e na ideologia da eficiência e modernização, em oposição ao contexto de propósitos nacionais, que era dominado pela doutrina liberal (AZEVEDO, 1999).

Azevedo (1999) informa que neste cenário houve vários debates sobre as questões educacionais organizados por diversos grupos, como a Igreja católica, estudantes universitários, intelectuais, entre outros, influenciados por um ideal de transformação social, econômica, política e cultural para o Brasil. Tais fatores contribuíram para o surgimento da tendência pedagógica crítica educacional baseada em Paulo Freire, com uma visão sociológica. Assim, a teoria de Freire é tida como primeiro esforço em direcionar conhecimento e currículo a partir de um interesse em emancipação, devido à proposta de educação libertadora.

O sistema educacional era norteado pela LDB de 1961, que integrou os três níveis de ensino numa mesma estrutura sob responsabilidade do Conselho Nacional de Educação, o qual estipulou currículos mínimos aos cursos de graduação no Brasil. Como reflexo disto, o

curso de Pedagogia foi reformulado por meio do parecer CFE 251/1962, que instituiu a disciplina ‘Currículos e Programas’. A introdução dessa disciplina nas universidades brasileiras representou o início de um espaço que se preocupava com a área curricular no Brasil (AZEVEDO, 1999).

Em 1964, os militares tomam o poder, por meio de um golpe de Estado, provocando diversas mudanças no cenário político-social daquele momento. O poderio americano aumentou na esfera econômica e educacional por meio de vários acordos (acordos MEC – USAID) justificados no discurso da eficiência e modernização, da ideologia da segurança nacional. As tendências tecnicistas do pensamento educacional passaram a predominar no Brasil e a adoção de modelos estadunidense foi facilitada, já que educadores brasileiros haviam realizado treinamento em cursos nas universidades dos EUA. Mais tarde, muitos desses educadores foram convocados para ministrar a disciplina “Currículos e Programas” nas universidades brasileiras, o que se concretizou em 1968 após a Lei da Reforma Universitária (AZEVEDO, 1999).

A citada Lei tinha o intuito de modernizar e organizar racionalmente a universidade como justificativa de desenvolvimento neste processo. Porém, Moreira (1995, p. 134) esclarece que:

[...] o ensino universitário brasileiro acabou sendo reorganizado mais de acordo com os padrões de racionalidade tecnológica que da racionalidade crítica e criativa que os membros do grupo de trabalho afirmavam serem norteadores da nova universidade.

Ideias tecnicistas foram gradualmente sendo incorporadas no pensamento curricular brasileiro. Como aponta Moreira (1995, p. 150), “mais que como uma simples cópia do tecnicismo americano, o campo do currículo foi introduzido nas faculdades de educação brasileiras com a disciplina Currículos e Programas como uma combinação de diferentes tendências, missões e interesses”.

Em 1973, vários especialistas em currículos participaram de uma conferência na Universidade de Rochester, iniciando uma série de tentativas de reconceituar o campo do currículo. Todos rejeitavam a tendência curricular vigente, classificando-a como instrumental, apolítica e atórica. Em outras palavras, rejeitavam as perspectivas behavioristas e empiristas,

que caracterizavam a Ciência Social americana e a pesquisa em Educação (MOREIRA; TADEU, 2013). Essa conferência teve como resultado duas grandes correntes: a primeira fundamentada no neomarxismo e na teoria crítica, representada por Michael Apple e Henry Giroux e a segunda associada à tradição humanista e hermenêutica, representada por William Pinar.

Ao final dos anos 1970, tais tendências favoreceram a compreensão de outras questões sobre o currículo. Não se valorizava somente o planejamento, a implementação e controle de currículos. Não se enfatizavam mais os objetivos comportamentais, bem como, não se incentivava mais a adoção de procedimentos “científicos” de avaliação. Não se considerava mais a pesquisa educacional quantitativa como melhor caminho para se produzir conhecimento. Renovaram-se, assim, os focos e as preocupações (MOREIRA; TADEU, 2013).

Dentre os chamados reconceitualistas, os autores associados à orientação neomarxista foram os precursores nos Estados Unidos da chamada Sociologia do Currículo, direcionada para o exame das relações entre currículo e estrutura social, currículo e cultura, currículo e poder, currículo e ideologia, currículo e controle social, entre outros. A preocupação maior tinha um novo enfoque: entender a favor de quem o currículo trabalha e como fazê-lo trabalhar a favor dos grupos e classes oprimidos. Assim, discute-se o que contribui, tanto no currículo formal, como no currículo em ação e no currículo oculto para a reprodução de desigualdades sociais. Além disso, identificam e valorizam as contradições e as resistências presentes no processo, procurando formas de libertação (MOREIRA; TADEU, 2013).

Sociólogos britânicos tiveram preocupações semelhantes: liderados por Michael Young, definiram novos rumos para Sociologia da Educação. Enquanto nos Estados Unidos uma análise sociológica de currículo foi realizada por professores ligados ao Departamento de Currículo e Instrução, na Inglaterra foram principalmente os sociólogos, do Departamento de Sociologia da Educação da Universidade de Londres, que conceberam a Sociologia da Educação como uma sociologia do currículo, recebendo assim o nome de Nova Sociologia da Educação (MOREIRA; TADEU, 2013). As bases para a Nova Sociologia da Educação são

lançadas em 1971 no livro “Conhecimento e controle: novas direções para a sociologia da Educação”, com artigos de diversos autores, dentre os quais se destacam Basil Bernstein, Nell Keddie, Pierre Bordieu e Geoffrey Esland; e “Uma abordagem para o estudo dos currículos como conhecimento socialmente organizado”, que se tornou clássico na Sociologia do Currículo, escrito por Young (MOREIRA; TADEU, 2013). Logo, para entender como a diferenciação social é produzida por intermédio do currículo, os autores da Nova Sociologia da Educação propõem questões sobre a seleção e a organização do conhecimento escolar (LOPES; MACEDO, 2013).

Lopes e Macedo (2013) apontam que diferentemente das perspectivas técnicas, tais questionamentos buscavam entender os interesses envolvidos, compreendendo que a escola contribuía para a legitimação de determinados conhecimentos e dos grupos que o detém. Dessa forma, o currículo passa a ser pensado como processo social em uma sociedade de classes, uma diferenciação social. Dessa forma, o currículo não é mais visto como método e sim espaço de reprodução simbólica ou material. A partir disso, novas questões surgem, como por exemplo – por que esses e não outros conhecimentos estão nos currículos; ou que culturas são legitimadas com essa presença e que são deslegitimadas por não estarem presentes. Abre-se uma nova tradição nos estudos, que compreende que o currículo não forma apenas alunos, mas o próprio conhecimento, a partir do momento em que é selecionado, de forma intencional, aquilo que é objeto de estudo escolar.

Na Inglaterra durante o período de 1950 a 1980 novos rumos teóricos e metodológicos transformaram o ensino e a pesquisa em Sociologia, pois, aumentou-se a base institucional dessa disciplina, facilitando sua expansão na educação secundária e na universidade, uma vez que, o funcionalismo estrutural, após a Segunda Guerra, mostrava-se incapaz de compreender o surgimento de crises econômicas, políticas e sociais. O abandono da proposta funcionalista, na Grã-Bretanha, impulsionou a busca de novas fontes, o que convergiu no surgimento da fenomenologia, da etnometodologia, do interacionismo simbólico, entre outros (MOREIRA; TADEU, 2013).

Em outras palavras, no período compreendido entre os anos 1950 e os anos 1980 verificou-se o crescimento tanto na pesquisa social aplicada, como do ensino de uma

Sociologia renovada. Portanto, a Sociologia britânica se popularizou e libertou-se da tutela da Sociologia americana funcionalista (MOREIRA; TADEU, 2013).

Entretanto, com a publicação, em 1979, do livro “Ideologia e currículo”, por Michael Apple, as análises reprodutivistas passam a tratar especificamente do currículo com grande popularidade na área. No Brasil, os escritos do autor ganha notoriedade somente no decorrer dos anos 1980.

Apple faz uma relação entre dominação econômica e cultura, dialogando com os questionamentos da Nova Sociologia da Educação. O autor retoma conceitos de hegemonia e ideologia como forma de entender a ação da educação na reprodução das desigualdades, contrariando perspectivas deterministas (LOPES; MACEDO, 2013). No intuito de responder a essa e outras questões, Apple reformula o conceito de currículo oculto, definido por Phillip Jackson nos anos 1960, para conseguir atingir as relações de poder que permeiam o currículo (LOPES; MACEDO, 2013).

Silva (2013) aponta, de forma cronológica, as obras e autores que foram marcos fundamental da teoria educacional crítica, bem como da teoria crítica de currículo: Paulo Freire (Pedagogia do Oprimido); Louis Althusser (A ideologia e os aparelhos ideológicos de estado); Pierre Bordieu e Jean Claude Passeron (A reprodução); em 1971 Baudelot e Establet (L'école capitaliste em France); Basil Bernstein (Clas, codes and control v. 1), em 1976 Samuel Bowles e Hebert Gintis (Schooling in a capitalista America); William Pinar e Madeleine Grumet (Toward a poor curriculum).

No contexto brasileiro após o final da Ditadura Militar em 1985, Tancredo Neves vence as eleições indiretas presidenciais, mas, falece antes da posse, e José Sarney assume a presidência da República. O governo Sarney (1985-1990) enfrentou diversas crises na economia, o que gerou inflações, especialmente para as classes baixas. Nesta conjuntura, ressurgem as associações de moradores e de classes profissionais, organizações de trabalhadores e sindicatos que fortalecem a oposição ao governo, como confirma Moreira (1995, p. 158):

[...] os anos oitenta, no Brasil, foram marcados por: aprofundamento da crise econômica, inflação desenfreada, aumento da dívida externa, agravamento das desigualdades, recessão, desemprego, desvalorização dos salários,

aumento da violência na cidade e no campo, deterioração dos serviços públicos (inclusive da escola pública), greves, corrupção, falta de credibilidade do governo [...].

Neste cenário, os educadores brasileiros que foram exilados do país pelo Regime ditatorial retornam ao Brasil e fomentam discussões sobre os problemas da educação, estimulando o aumento de debates e obras de teor crítico. Neste panorama, profissionais de educação obtiveram espaços em partidos políticos, secretarias de educação e órgãos de governo, o que lhe permitiram implantar ideias não conservadoras. Na questão que envolve o currículo, acentuam-se abordagens críticas contra a influência americana, buscando uma orientação mais autônoma que questionava também as formas de avaliação oriundas de autores estadunidenses, bem como seus padrões de ensino para a escola no ensino médio. Dessa maneira, reduz significativamente o treinamento de especialistas em universidades estrangeiras, e aumentou-se a influência no campo do currículo de autores europeus, que estimulou também o aumento da oferta de mestrado e doutorado nas universidades nacionais, mudando o panorama da educação brasileira (AZEVEDO, 1999).

Na década de 1990, analisando-se as discussões e propostas curriculares, percebe-se que existe uma tensão entre os currículos-acadêmicos e os currículos não acadêmicos. De acordo com Santos (2000), hoje, discute-se no campo da produção do conhecimento escolar, a difusão, principalmente através dos meios de comunicação digitalizados, de novas capacidades mentais, cognitivas e afetivas, criticando-se também o modelo linear de currículo. Ainda nos anos 1990, as teorias críticas de currículo definem-se pelo termo “educação pós-moderna”. Willian Pinar é o representante mais conhecido desta concepção educacional. Slaterry (1995), citado por Gesser (2002), afirma que em uma perspectiva pós-moderna o currículo buscará entender contextualmente a história ao invés de delinear uma meta narrativa coerente com eventos e artefatos seletivos.

No panorama brasileiro, iniciam-se na década de 1990 as discussões em torno do campo curricular de “teorias pós-críticas” sobre currículo, como o multiculturalismo, que entende que as sociedades contemporâneas devem ser entendidas como multiculturais, pois existem diferenças expressas nas classes, etnias, cultura, religião. Para Moreira e Candau (2008), existem duas abordagens principais sobre o multiculturalismo: a descritiva, que afirma

que o multiculturalismo é uma característica das sociedades atuais, e a abordagem propositiva, que se define como um projeto político social o qual busca trabalhar relações culturais em cada espaço social e projetar políticas públicas em prol da democratização.

Também surge a tendência ‘pós-estruturalista’ de currículo que desenvolve formas peculiares de análise dirigidas à crítica de instituições específicas (família, Estado, prisão, clínica, escola, fábrica, forças armadas, universidade e filosofia) e para a teorização de uma ampla gama de diferentes meios (leitura, escrita, ensino, televisão, artes visuais, artes plásticas, cinema, comunicação eletrônica). É neste contexto que se insere a crítica do pós-estruturalismo ao currículo (SILVA, 2006). Na visão pós-estruturalista a noção de verdade é questionada e por que algo é considerado verdadeiro. Assim, a questão não é, pois, saber se algo é verdadeiro, mas saber por que esse algo se tornou verdadeiro.

A teoria pós-colonial procurou incluir as formas culturais e experiências de grupos sociais discriminados pela identidade europeia dominante. Teve como objetivo estudar as relações de poder entre nações que compõem a herança econômica, política e cultural de seus países colonizadores e questionou as relações de poder e as formas de conhecimento pelas quais a posição europeia se mantém privilegiada (MALTA, 2013).

Em síntese, buscou-se compreender as influências, o percurso histórico e características que nortearam o currículo e suas mudanças ao longo de todo século XX e quais suas definições mais utilizadas. Esse levantamento histórico do objeto evidencia, de modo geral, que o currículo sempre foi tido como fator constitutivo da educação escolarizada, tornando-se, concomitantemente, um espaço de luta e embates, e por conseguinte, na formação profissional em Educação Física não foi diferente, como já discutido. Antes de darmos vozes aos docentes que reconstruíram a mudança curricular do curso da UNESP Bauru após a Resolução de 1987, o presente trabalho dedicar-se-á a discorrer sobre as instituições de formação profissional em Educação Física e as respectivas legislações que nortearam os cursos de preparação profissional, bem como, elucidar brevemente o histórico do Departamento de Educação Física da UNESP de Bauru, a fim de elucidar um pouco da sua história no decorrer de seus 28 anos.

3.2. AS PRIMEIRAS INSTITUIÇÕES DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO FÍSICA NO BRASIL

No final do século XIX, a Educação Física brasileira eram basicamente as ginásticas europeias, com ênfase em exercícios voltados para a mulher e para uma parcela conservadora da sociedade brasileira, segundo. No início do século XX, foram realizados debates sobre educação e higiene, visando tanto à implantação da disciplina de Educação Física na escola e quanto ao processo de formação de professores para atuar na área (SOARES,1994).

Entretanto, a Educação Física no século XIX se faz fora da universidade, com suas primeiras expressões nos quartéis militares. Seu primeiro projeto é apresentado em 1824, com a vinda de alemães ao Brasil e ganha maior notoriedade em 1851, por meio da Reforma Couto Ferraz que a institui como ginástica na escola, e em 1854 no currículo escolas públicas do ensino primário do Município da Corte. Rui Barbosa, em 1882, recomendou que se tornasse obrigatória para homens e mulheres nas Escolas Normais (SOUZA NETO, 1999).

O parecer 215/87 (BRASIL, 1987, p. 169) dispõe resumidamente sobre os primeiros indícios da presença da Educação Física institucionalizada no Brasil, pois:

[...] as primeiras notícias do trabalho desses '**instrutores e treinadores**' são referenciadas às proximidades de 1824, a respeito da prática da ginástica olímpica entre os colonos alemães que imigraram para o Rio Grande do Sul. Na Escola Militar e na Escola da Marinha, em 1856 e, ainda, no depósito de Aprendizes de Artilheiros, em 1860 - as três no Rio de Janeiro, são encontrados '**mestres e instrutores**' para a natação, esgrima e equitação, todos nomeados, o que denota a preocupação com o ensinamento das atividades físicas e desportivas. Muito pouco se sabe sobre os sistemas de treinamento adotados e a situação dos instrutores e treinadores, seus direitos e deveres.

Na escola, a ginástica (Educação Física) aparece da seguinte forma, conforme Souza Neto (1999):

Tabela 03 – LEGISLAÇÕES SOBRE A GINÁSTICA (EF) NA ESCOLA BRASILEIRA

nº	Legislação	Identificação
851	Lei nº 630	Incluiu a ginástica no currículo das escolas primárias e, em 1855, o Regulamento da Instrução Primária e Secundária estende a exigência dos exercícios ginásticos ao Colégio Pedro II;
876	Decreto nº. 6370	Introduz exercícios graduados de ginástica e princípios gerais de Educação Física nos cursos das duas Escolas Normais criadas no Município da Corte;
916	Decreto nº. 1058	Regulamenta o serviço de Inspeção Médica nas escolas do Distrito Federal e confere ao médico a competência de dirigir a Educação Física dos alunos proporcionada às necessidades e à capacidade de cada idade e sexo.
937	Lei nº 378	Reorganiza o Ministério da Educação e Saúde Pública, criando, no seu artigo 10, a Divisão de Educação Física (DEF) por onde, segundo o artigo 12, passaria a correr a administração da educação Física. (Marinho, 1980)

FONTE: SOUZA NETO (1999).

Para Azevedo e Malina (2004) e Benites et al. (2008), o processo de formação profissional no âmbito da Educação Física vinculou-se à Marinha, Força Pública e Exército com a utilização de diferentes métodos ginásticos como o alemão e o francês. As primeiras escolas de formação têm seu embrião nas primeiras décadas do século XX, em cursos de curta duração direcionados para a formação dos militares (BENITES et al. 2008, p. 346). O primeiro curso foi oferecido pelo Exército, e posteriormente, em 1933, foi criada a Escola de Educação Física do Exército (EsEFEx), que passou a aceitar a inscrição de civis até que escolas para estes fossem criadas (AZEVEDO e MALINA, 2004; BENITES et al., 2008).

Segundo Publio e Catalano (2006) a Escola de Educação Física da Força Pública do Estado de São Paulo foi a primeira do Brasil, criada em 1902, por meio da vinda da Missão Francesa no Brasil. Inicialmente a escola oferecia o curso de Esgrima e a partir de 1921 passou a oferecer o curso de Monitor e Instrutor de Educação Física para Policiais Militares, Bombeiros e integrantes das Forças Armadas. (PUBLIO; CATALANO, 2006). Melo (1996, p. 23-24) comenta também sobre a primeira Instituição de formação Militar de instrutores de Educação Física e ginástica no Brasil, pois:

[...] os primeiros esforços de formação de professores se deram em 1902, com a fundação, por iniciativa do coronel Pedro Dias de Campos, de uma

Escola de Esgrima, com sede no batalhão de caçadores, no Quartel da Luz, São Paulo. Com formação básica em ginástica, é possível supor que os formandos atuassem também fora dos quartéis. Em 1906 essa escola sofreria modificações, assumindo o comando da seção de Ginástica, o Capitão Lemaitre e o da seção de Esgrima, o Capitão Balandier, ambos do exército francês. É criada então, 1909, a Escola de Educação Física da Força Policial, proposta do coronel Paul Balagny, comandante da missão francesa que viera contratada pelo governo de São Paulo para instruir aquela Força.

Neste contexto, o Decreto nº 2.349 de 1913 do governo estadual de São Paulo compôs a Escola com aspectos da Educação Física, objetivando formar instrutores de ginástica e esgrima para o quadro de oficiais da Força Publica de São Paulo. Em 1931, o Governo do estado de São Paulo cria o Departamento de Educação Física e a primeira escola civil do Brasil, pelo Decreto nº 4855 de 27 de janeiro.

Artigo 1º - Fica, subordinado à Secretaria do Interior, creado o Departamento de Educação Physica.

Artigo 2º - São seus fins:

1º organizar uma escola de educação physica para a formação de professores técnicos;

2º manter um gabinete technico e bibliotheca especializada para o estudo de demonstração dos problemas de educação physica;

3º organizar um planejamento systematico de educação physica como padrão geral;

4º promover a sua adoção pelas entidades esportivas, clubes ou fundações; e prohibirlhes exercícios nocivos á saúde;

5º estabelecer campos de recreios e jogos;

6º organizar e patrocinar provas e demonstração de gymnastica, atletismo e outros esportes, assim como concursos de robustez physica;

7º promover a propaganda da educação physica por meios de conferências, artigos na imprensa e publicação de um periódico;

8º incentivar a educação physica feminina, procurando interessar a mulher brasileira da physicultura.

9º proceder ao recenseamento esportivo do Estado, e organizar a inscripção official das aggremações e federações esportivas;

10º registrar os recordes e campeonatos (ESTADO DE SÃO PAULO, 1931, apud, SOUZA NETO, 1999, p. 45).

Após a criação do Departamento de Educação Física, tem início os cursos breves de Educação Física, como aponta Marinho (1980) apud Souza Neto (1999) ao citar um curso ‘rápido’ no interior do estado. Logo em 1936, por meio do Decreto nº 7639, de 28 de maio, o

Governo do Estado de São Paulo reconhece a Escola de Educação Física da Força Pública com as seguintes finalidades:

- a) formar instrutores e monitores da educação física geral e desportiva;
- b) formar mestres de armas e monitores de esgrima;
- c) proporcionar aos médicos, conhecimentos gerais de medicina especializada, necessários ao desempenho de suas funções nos corpos e estabelecimentos;
- d) ministrar, a oficiais não especializados, os indispensáveis conhecimentos de educação física geral, desportiva e de esgrima;
- e) formar massagistas desportivos;
- f) orientar e fiscalizar a prática da educação física e dos desportes nos corpos de tropa e estabelecimentos militares, por intermédio dos médicos e oficiais encarregados da educação física;
- g) manter ligação com os institutos congêneres nacionais e estrangeiros, especialmente com a Escola de Educação Física do E. N. cujo o método de ensino adaptara (SÃO PAULO, 1936 apud SOUZA NETO, 1999, p. 41).

Já em 1933, o Centro Militar de Educação Física passa a se chamar Escola de Educação Física do Exército, e é considerada a primeira escola a permitir a formação de civis, mas com características militares, sendo que, os professores graduados desta Escola iniciaram as atividades no ano seguinte na Escola de Educação Física do Estado de São, a primeira escola eminentemente civil no país. (BANDIEIRA, 1984 apud SOUZA NETO, 1999).

Castellani Filho (1988) e Azevedo e Malina (2004) afirmam que o primeiro curso de formação de civis no Brasil foi da Escola Nacional de Educação Física e Desportos (ENEFD), situada no Rio de Janeiro, em 1939. Porém, houve cursos de formação em Educação Física nos estados do Espírito Santo, Pará, Pernambuco e São Paulo que funcionaram sem a devida regulamentação e eram pautados por modelos militares que utilizavam o método francês como referência (AZEVEDO E MALINA 2004, p. 131). Os autores afirmam ainda que em 1938 houve um chamado curso de ‘emergência’, promovido pelo departamento de Educação Física e orientado pela Escola de Educação Física do Exército [ESFEX] (p.131).

O quadro abaixo exemplifica as formações de profissionais de acordo com as influências no Brasil:

Tabela 04 – MODELOS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL E SUAS INFLUÊNCIAS NO BRASIL

Influência Categoria	Alemã e/ou Prussiana [1824 (a); 1858 e 1860 (b)]	Americana [1898 (a),1920 (b),1925 (c)]	Francesa [1902, 1906 E 1909 (a); 1922 e 1929 (b)]	Inglesa [1875, 1894 (a)]
Escola	não aparece	a) ACM b) não aparece c) Escola da Marinha	a) Escola de Esgrima; b) Centro Militar de Educação Física do exército	não aparece
Conteúdo	a) ginástica - colonos; b) natação, esgrima, equitação e ginástica - militares	a) ACM - esportes: basquetebol/ leigo, b) treinamento esportivo não especificado c) ginástica calistenica	a) esgrima e ginástica; b) não especificado	a) esporte; cricket, remo e futebol
Área e/ou Local de Formação	a) a prática efetuada em associações; b) caserna	a) Associação Cristã de Moços (ACM); b) EUA c) Escola da Marinha	a) Força Policial de São Paulo b) Escola de Sargentos de Infantaria – RJ	a) Clube Brasileiro de Cricket, Clubes de Remo
Duração do Curso e/ou Setor	a) não especificado b) não especificado	a) não especificado b) não especificado c) não especificado	a) não especificado b) três meses	a) não tem
Professor (ou instrutor, monitor, técnico e/ou leigo com experiência)	a) praticante da área; b) militares (cabos ou sargentos);	a) instrutor da ACM b) técnico profissional c) militares	a) militares oficiais ou não) b) militares (sargentos)	a) praticantes da modalidade
Aluno	a) pessoas interessadas ; b) militares rasos;	a) associado b) não explicitado c) militares	a) militares; b) militares e civis - indicados;	a) imigrantes, pessoas interessadas e trabalhadores.
Título e/ou Diploma	a) instrutores e/ou treinador leigo; b) mestre de armas e instrutores	a) instrutor; b) técnico profissional; c) instrutor;	a) instrutores; b) militares: monitor - sargento; instrutor - tenentes	a) instrutor e/ou treinador;
Campo de Atuação	a) sociedade civil; b) instituição milita	a) sociedade civil; b) sociedade civil; c) instituição militar e civil;	a) instituição militar; b) instituição militar e sociedade civil;	a) sociedade civil

FONTE: (SOUZA NETO, 1999).

Em 1934 começa a funcionar o curso de Educação Física da Escola de Educação Física do Estado de São Paulo sendo mencionado pela Revista de Educação Física do Exército da seguinte maneira:

Installada em 1 de agosto de 1934, a Escola Superior de Educação Física do Estado de São Paulo já formou duas turmas de Instructores de Gymnastica e uma de professores de Educação Physica. Os instructores de gymnastica recebem, num anno de curso, os ensinamentos basicos, quer theoricos, quer praticos, para ministrarem o ensino e a prática da physiocultura. Mas, para alcançarem o título de professores de educação physica precisam estudar mais um anno, sahindo da Escola, então, habilitados a serem verdadeiros directores de educação physica, nos collegios ou clubs esportivos (REVISTA..., 1936 apud SOUZA NETO, 1999, p. 53).

Tal curso propunha uma grade curricular com partes práticas e outra teórica conforme o quadro de Souza Neto (1999):

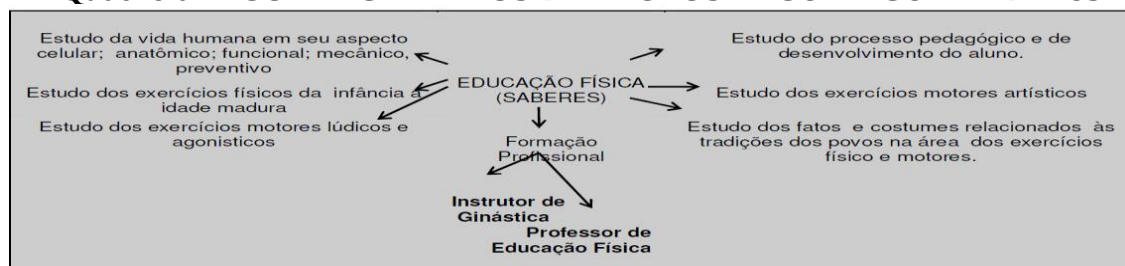
Tabela 05 – SUGESTÃO DE GRADE CURRICULAR DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA DO ESTADO DE SÃO PAULO EM 1934

Educação Física Grade Curricular	Parte Prática	Parte Teórica
Primeiro Ano	1. Prática do método francês de educação física até o 2º grau do ciclo secundário, inclusive. 2. Educação física da idade madura. 3. Práticas higiênicas da velhice. 4. Grandes jogos. 5. Natação. 6. Danças rítmicas.	1. Pedagogia da educação física. 2. Anatomia e fisiologia dos grandes aparelhos 3. Mecânica animal e cinesiologia. 4. Psicologia educativa. 5. Higiene. 6. História da educação física
Segundo Ano	1. Natação. 2. Ciclo superior do método francês de educação física: esportes individuais e coletivos. 3. Danças rítmicas	1. Pedagogia da educação física. 2. Biologia, Antropologia, Morfologia, Biometria. 3. Fisioterapia e ginástica ortopédica. 4. Acidentes esportivos, suas prevenções e socorros de urgência.

FONTE: SOUZA NETO (1999).

Souza Neto (1999) aprofunda o olhar sobre este currículo ao citar que os conhecimentos aparecem divididos em práticos e teóricos como já mencionado, e são organizados em eixos temáticos como o estudo da vida humana (aspectos celular, anatômico, fisiológico, estrutural, funcional, mecânico, preventivo – incluindo anatomia, fisiologia, cinesiologia, fisioterapia, biologia, morfologia, biometria, higiene, socorros de urgência), bem como estudo teórico sobre efeitos dos exercícios físicos (método francês, ginástica ortopédica, educação física da idade madura) e exercícios motores (grandes jogos, método francês: esportes individuais e coletivos, natação e dança rítmica); na parte prática o estudo do processo pedagógico do aluno (métodos ginásticos, considerando as fases de desenvolvimento dos alunos e psicologia educativa) e na teórica, estudo dos fatos e costumes dos povos envolvidos com a Educação Física (história da educação física, antropologia).

Quadro 01 – CONHECIMENTOS DA PROPOSTA CURRICULAR DE 1934



FONTE: SOUZA NETO, (1999).

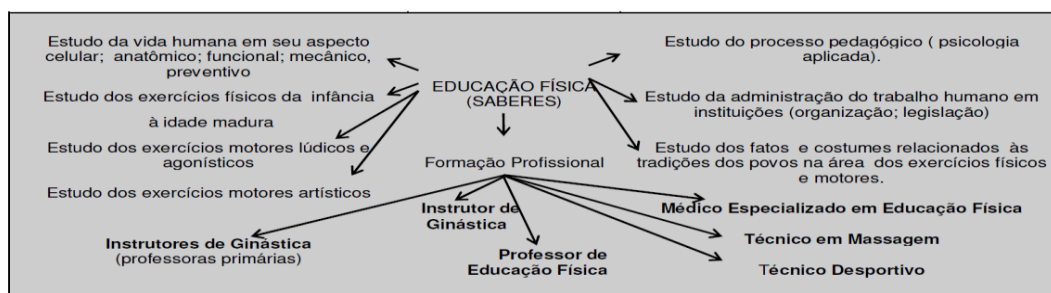
Em 1939 o Decreto nº1212 cria a Escola Nacional de Educação Física e Desportos (ENEFD) e o currículo mínimo para a formação dos professores, o qual estabelecia o curso de instrutor, cuja formação duraria um ano, assim como os cursos de professoras primárias de educação física infantil, o de técnica esportiva, o de treinamento e massagem, e o de medicina esportiva. Já o curso de professor teria duração de dois anos (SOUZA NETO, 1999).

Para Moro (1998), a Escola Nacional de Educação Física e Desportos (ENEFD) criada em 1939 exerceu influência na formação de professores no Brasil liderando a iniciativa de constituição curricular até a década de 1950. Souza Neto et. al (2004) caracterizam o currículo a partir da existência de um núcleo de disciplinas básicas e um conjunto de matérias específicas em função da modalidade de atuação pretendida (instrutor de ginástica, professor

de ginástica, técnico em massagem, técnico desportivo), além de 1/8 da carga horária do curso ser direcionada para a formação pedagógica dos futuros professores da área.

Em 1939, após a criação da Universidade do Brasil por meio do Decreto 1.212 mudam-se os norteamentos dos conhecimentos para a formação profissional em Educação Física, com preocupações direcionadas para o conhecimento técnico no ensino da Educação Física, integrando a teoria e a prática de conteúdos. Os cursos passam a ter disciplinas básicas comuns em um mesmo núcleo, com algumas variações conforme a modalidade de atuação. Não há exigência de diploma de professor primário (normalista) ou diploma de médico (SOUZA NETO, 1999, p. 56). O quadro abaixo esclarece os saberes envolvidos no curso, de acordo com a proposta de 1939 (SOUZA NETO, 1999).

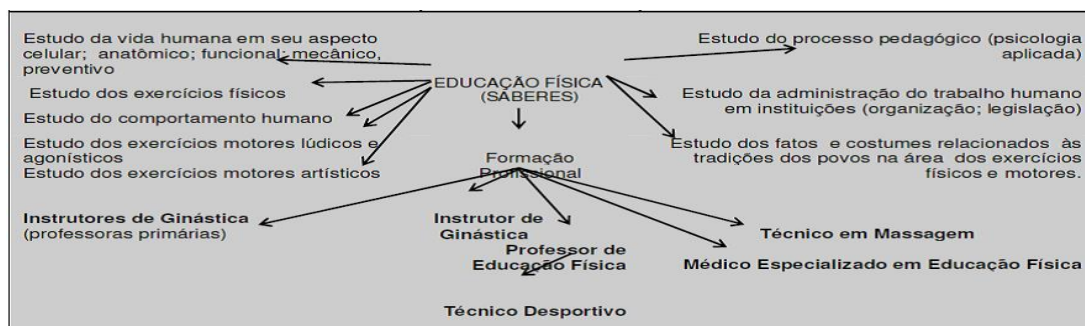
Quadro 02 - CONHECIMENTOS DA PROPOSTA CURRICULAR DE 1939



FONTE: SOUZA NETO, (1999).

Segundo Silva et al. (2009, p. 08), “a formação de professores de educação física apresentava ambiguidades em seus currículos devido a fundamentação teórica ser fornecida por médicos e biólogos e a prática pedagógica e didática ser orientada por militares” . Souza Neto et al. (2004) apontam que a partir de 1945, o curso passou de dois para três anos, já que, como afirmam Azevedo e Malina (2004), embora as disciplinas fossem as mesmas, a carga horária aumentou. Os conhecimentos que fundamentam a profissão seguem os da proposta anteriores, conforme mostra Souza Neto (1999).

Quadro 03 – CONHECIMENTOS DA PROPOSTA CURRICULAR DE 1945



FONTE: SOUZA NETO, (1999).

Por intermédio do decreto 1.921, de 1953, passou-se a exigir a conclusão do ensino médio para os candidatos que desejavam ingressar no curso de Educação Física, o qual deixou de ser um curso técnico apenas em 1957 (BENITES et al., 2008).

Nesse período deu-se ênfase na pedagogização das práticas esportivas e o esporte passou a ser considerado o grande conteúdo a ser trabalhado nas escolas, pois na maioria dos contextos escolares não houve identificação com as ginásticas tradicionais segundo os PCN's (BRASIL, 1997).

3.2.1 A DITADURA MILITAR E A EDUCAÇÃO FÍSICA: NOVAS CONFIGURAÇÕES, VELHOS MODELOS DE FORMAÇÃO.

Na década de 60 o Brasil passou por mudanças no cenário educacional e político. O presidente Jânio Quadros renunciou o cargo da presidência, assumindo em seu lugar o vice João Goulart, conhecido por ter simpatia pela esquerda e um caráter populista. Além disso, houve uma mudança no regime político brasileiro no sistema parlamentarista que teria como função “amarrar” os poderes do presidente da República. Mais a frente o sistema retornou o que ao modelo anterior.

No contexto educacional em 1961, a formação do professor de Educação Física ganharia atenção na Lei de Diretrizes e Bases - LDB – nº 4.024/61, que passou a exigir um currículo mínimo e núcleo de matérias garantissem formação cultural e profissional

adequadas. Em 1962, o Parecer CFE 292 e, posteriormente, a Resolução CFE 69, de 1969, referendaram as necessidades de implementação de um novo currículo para formação de professores da área. No lugar do antigo curso de Didática, de 1939, propunha-se um rol de matérias pedagógicas (BENITES et al., 2008).

Com o advento da Ditadura Militar no Brasil em 1964, o país, principalmente o setor educacional, passou por profundas mudanças em importantes aspectos que envolvem a concepção de Educação Física. Uma delas foi motivada pela Lei 5.540/68 que, no Decreto-Lei nº464 de 11 de fevereiro de 1969, estimulou as práticas de atividades físicas no seu artigo “c” (BRASIL, 1969b). A partir dessa lei “a educação física teve seu caráter instrumental reforçado: era considerada uma atividade prática, voltada para o desempenho técnico e físico do aluno” (BRASIL, 1997, p. 20). Ainda de acordo com os PCN's de 1997, nesse momento o esporte transformou-se no grande conteúdo a ser reproduzido pela Educação Física escolar, principalmente a partir da quinta série.

Reuniões de diretores de escolas de Educação Física no Brasil foram realizadas com o objetivo de se discutir as providências a serem tomadas para a melhoria da formação de professores da área. Os debates e discussões em âmbito nacional deram origem à Resolução nº 69/69 e a partir de 1969, por meio da Resolução CFE 69/69, a Educação Física ganhou uma nova grade curricular. Reestruturou-se o curso em Licenciatura e Técnico Desportivo, estabelecendo-se um currículo mínimo com uma carga horária de 1.800 horas, mantendo-se uma forte concepção biológica e a sua atenção no “saber-fazer” (BENITES et al., 2008). Azevedo e Malina (2004, p.135) citam a entrevista concedida pela professora Maria Lenk, então diretora (ENEFD), a qual afirmou que a discussão das reuniões girou em torno das disciplinas a serem incluídas ou excluídas e que nenhuma teoria curricular ou consulta a autores da área foi realizada para a respectiva Resolução.

Em relação à estrutura curricular desta Resolução, Silva (1983) *apud* Verenguer (1996) destaca que a formação pedagógica do professor de Educação Física sempre foi colocada em plano inferior quando comparadas à formação dos conteúdos biomédicos e esportivos, já que as disciplinas pedagógicas não passavam de mero apêndice no currículo.

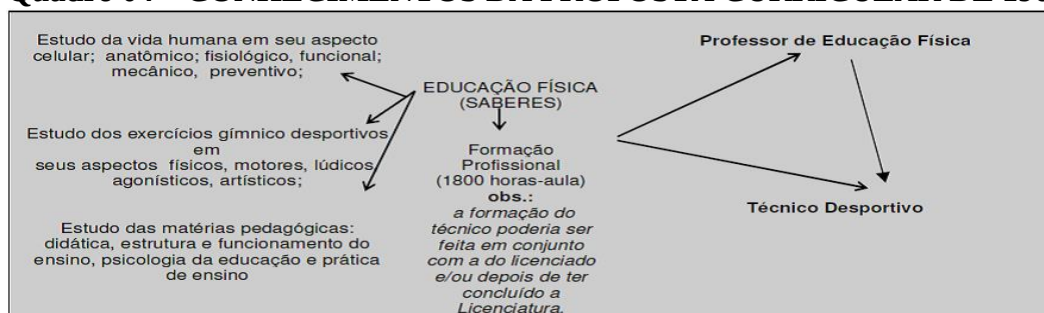
Segundo parecer que encaminha a Resolução, a possibilidade de ampliação do mercado de trabalho para o técnico desportivo configura-se como a principal motivação para a manutenção deste formato curricular, visto que, dessa forma, o professor licenciado poderia atuar como técnico de esportes. O parecer²⁶ avalia que “a lei deve ser modificada para que a profissão de ‘Técnico de Desportos’ seja exercida pelos licenciados em Educação Física, e pelos portadores de diplomas de curso superior em Educação Física” (BRASIL, 1969a, p. 154). Corroborando as afirmações do parecer, Silva (1983, p. 71) *apud* Verenguer (1996) considera que:

O currículo mínimo em vigor, para a licenciatura plena em Educação Física foi formulado, conforme as afirmações no parecer que o gerou, com nítida preocupação de solucionar o problema de Técnico Desportivo existente no Brasil.

Com o Parecer nº 894 de 1969, o currículo distribui-se em três anos de curso, com carga horária mínima de 1800 horas-aula. Em relação às disciplinas, sugeriu-se a redução de matérias básicas de fundamentação científica e a divisão das disciplinas em três áreas correspondentes ao setor biológico, pedagógico e gímico esportivo. Os saberes da profissão, nesta proposta, foram divididos em dois eixos: matérias básicas (biologia anatomia, fisiologia, cinesiologia, biometria e higiene) e matérias profissionais (socorros de urgência, ginástica, rítmica, natação, atletismo, recreação), somadas as disciplinas pedagógicas como didática, estrutura e funcionamento, prática de ensino e psicologia da educação (SOUZA NETO, 1999). O quadro abaixo demonstra os conhecimentos da proposta de 1969.

²⁶ Parecer nº 894 de 1969, que versa sobre o currículo mínimo para os cursos de graduação em Educação Física no Brasil. Tal parecer gerou a Resolução nº 69/69.

Quadro 04 – CONHECIMENTOS DA PROPOSTA CURRICULAR DE 1969



FONTE: SOUZA NETO, (1999).

De acordo ainda com Souza Neto (1999), as críticas em relação à proposta deste currículo afirmavam que a Educação Física não era pensada como campo de conhecimento científico, e que a graduação era presa no currículo mínimo para formação dos licenciados. Nesta proposta de 1969, os saberes esportivos ganham destaque assim como a parte didática. Entretanto, em algumas instituições de ensino, como a USP, UNICAMP e UNESP, os currículos propostos tinham carga horária dobrada em relação ao mínimo exigido de 1800 horas-aula. No quadro abaixo se verificam as diferenças nas disciplinas entre as propostas curriculares de 1945 e 1969.

Quadro 05 – COMPARAÇÃO DAS PROPOSTAS CURRICULARES DE 1945 E 1969

CAMPO DE CONHECIMENTO/DISCIPLINAS ¹	EDUCAÇÃO FÍSICA	1945	1969
		3 anos	3 anos
NÚCLEO BÁSICO Conhecimento do Ser Humano (Biológico) - estudo da vida humana em seu aspecto celular; anatômico; fisiológico funcional; mecânico; preventivo e Psicológico - estudo do desenvolvimento humano) Conhecimento da Sociedade (Histórico-Social - estudo dos valores antropológico, histórico, social e filosófico das atividades física e motora)	Anatomia	(a)	x
	Fisiologia (Aplicada/1945)	x	x
	Cinesiologia (Aplicada/1945)	x	x
	Fisioterapia (Aplicada/1945) (Ginástica Terapêutica)	x	
	Metabologia (Aplicada/1945)	x	
	(Higiene/1969) Aplicada	x	x
	Socorros de Urgência	x	
	Biometria (Aplicada/1945)	x	x
	Psicologia Aplicada	x	
	(História e/1945) Organização da Educação Física e dos Desportos	x	
NÚCLEO PROFISSIONALIZANTE Conhecimento Lúdico (Recreação) Conhecimento Gimnico-Deportivo (Ginástica - estudo dos exercícios físico e motor) (Esporte - estudo dos exercícios físico e motor) Conhecimento Pedagógico (estudo das matérias pedagógicas: didática, estrutura e funcionamento do ensino, psicologia da educação e prática de ensino) (b)	Educação Física Geral	x	
	Recreação		x
	Metodologia da Educação Física (e Desportos/1945)	x	
	Rítmica		x
	Ginástica Rítmica (feminino)	x	
	Ginástica		x
	Natação		x
	Desportos Aquáticos (e Náuticos/1945)	x	
	Atletismo		x
	Desportos Terrestres Individuais	x	
	Desportos Terrestres Coletivos	x	
	Desportos de Ataque e Defesas	x	
	Didática		x
	Estrutura e Funcionamento do Ensino Fundamental e Médio		x
	Psicologia da Educação		x
	Prática de Ensino		x

FONTE: SOUZA NETO, (1999).

Todavia, Gnecco (2005, p. 204) destaca que a existência de um currículo mínimo estabelecido pelo Conselho Federal de Educação, da mesma forma que os demais cursos de formação superior também tinham, com a explicação de que ‘formação de professores de Educação será feita em curso de graduação’, garantiu o estatuto legal do curso de Educação Física neste nível. Dessa forma, menciona Gnecco (2005), o Governo federal protagonizou uma série de medidas que valorizaram e colocaram em novo patamar a Educação Física e o esporte ao longo dessa década, de forma que, em 1969, não era uma novidade o ensino superior no Brasil contemplar também a Educação Física.

A formação de professores de recursos humanos nas universidades fundou-se a partir dois aspectos na visão de Beltrami (1992), pois privilegiou a formação tecnicista, eliminando conteúdos de caráter crítico, e introduziu, ostensivamente, mecanismos de controle ideológico através dos quais se difundiria a ordem (segurança) do Regime Militar e o

progresso (desenvolvimento econômico) das classes dominantes. Os organismos autônomos de organização estudantil foram substituídos por similares, atrelados às instâncias superiores das universidades. Foram incluídos em todos os currículos dos cursos superiores por força do Decreto-Lei, as disciplinas de Educação Física e Desportos - Decreto-Lei nº 705 de 25/07/1969 (BRASIL, 1969d) e Estudos de Problemas Brasileiros - Decreto-Lei 869 de 12/09/1969 (BRASIL, 1969c). A Educação Física vai se institucionalizar nesse período de duas formas na universidade: como um novo campo de saber científico e como instrumento para organização controlada do corpo discente.

No final da década de 1960, previa-se um aumento no número de estabelecimentos de ensino superior de Educação Física e a demanda de professores no nível médio de ensino também crescia pelo fato de a Educação Física através Decreto-Lei nº 705/69 alterar o artigo 22 da LDB e estender a obrigatoriedade da Educação Física a todos os níveis de ensino. A formação de professores de Educação Física foi regulamentada pelo parecer 894/69 (BETTI, 2009), que fixou um currículo mínimo dos cursos desta área. A criação de novos cursos de Educação Física apressou-se devido ao fato de que a Lei 5.540/68 (BRASIL, 1968, p. 03) estabelecia:

A formação de professores para o ensino de segundo grau, de disciplinas gerais ou técnicas, bem como o preparo de especialistas destinados ao trabalho, planejamento, supervisão, administração, inspeção e orientação no âmbito escolar e sistemas escolares far-se-á em nível superior.

Em 1966, o Ministério de Educação e Cultura (MEC) e United States Agency for International Development (Usaid) firmaram acordos tendo por objetivo a efetivação da reforma universitária no Brasil, aproximando tal sistema universitário ao modelo de universidade dos EUA, com ênfase na privatização do ensino. Assim sendo, a Lei n. 5.540/68, fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média e dá outras providências, conduzindo o ensino à massificação com a proliferação de cursos de nível superior e aumento de escolas estaduais de 1º e 2º graus, atual ensino fundamental e médio. Somente no estado de São Paulo, no início da década de 1950, apenas um curso de Educação Física funcionava na unidade federativa. Até o início da década de 1970, esse número pula para aproximadamente 30 cursos em funcionamento (TOJAL, 1989).

Para o ensino superior ser conduzido à massificação, a solução encontrada foi um conjunto de medidas cujo resultado deveria ser a diminuição do custo da matrícula adicional. Para Tojal (1989), passou a se encarar a educação baseada no modelo administrativo das grandes empresas.

De acordo com Beltrami (1992), em 1964, havia 1.792 professores graduados de Educação Física no ensino médio, o que nos possibilita ponderar o baixo o número de professores diplomados para exercer a profissão nas escolas, já que o restante das vagas eram preenchidas por professores leigos e especialistas sem formação superior para ministrar tais aulas. Benites et al. (2008) registram que na década de 1970, iniciou-se o desenvolvimento da pós-graduação no Brasil. Hunger (2004) elucida que a partir de 1977, a Universidade de São Paulo funda o primeiro curso de mestrado em Educação Física. Em 1979 surge o mestrado em Ciência do Movimento na Universidade Federal de Santa Maria; em 1980 o mestrado em Didática da Educação Física e Bases Biomédicas da Educação Física na Universidade Federal do Rio Janeiro, e em 1984 o curso de mestrado em Pedagogia do Movimento e Administração em Educação Física na Universidade Gama Filho.

Albuquerque (2009) informa que a Educação Física esteve prioritariamente ligada às ciências biológicas e exatas na pesquisa, o que refletiu na formação de professores. Segundo Darido (2003, p.18) “[...] os estudos conduzidos por estes laboratórios não tinham intenções explícitas de produzir conhecimento na área escolar [...]”. Tais pesquisas tinham o objetivo de agregar conhecimento científico aos cursos da formação de professores e também contribuir para a melhoria do chamado processo de desenvolvimento do desporto nacional. Daólio (2003) afirma que a Educação Física até a década de 1970 esteve calcada em paradigmas positivistas de fazer ciência.

Segundo o Professor Faria Júnior, citado por Azevedo e Malina (2004), a Capes²⁷ adotou no Brasil o modelo de pós-graduação estadunidense em detrimento do modelo europeu. Na Europa, os alunos ingressantes na pós-graduação tornam-se estudantes, automaticamente, do doutorado, enquanto nos Estados Unidos, os discentes têm, antes, passar pelo mestrado.

Contudo, é oportuno destacar que recentes estudos apontam uma diferente interpretação em relação à história da Educação Física no período militar para além de uma história factual que imputou à Educação Física a condição de “ferramenta” para controle social. Para Taborda de Oliveira (2002, p. 54) essa perspectiva historiográfica “foi marcada por uma visão linear, um tanto mecânica, desenvolvida no âmbito da pesquisa em história da educação no Brasil a partir da década de 1970 [...]”. Além disso, para o mesmo autor (2004, p. 16) houve “uma interpretação do absoluto da lei e do transplante cultural [...]” já que “foi exagerada a interpretação da historiografia quanto à dimensão estratégica da educação física para a consolidação do regime militar [...]”. Araújo (2011, p. 134) também aponta que a esportivização da área naquele momento “não é um fenômeno cuja causa geradora possa ser atribuída exclusivamente ao governo militar, já que o esporte havia adentrado com força na sociedade bem mesmo antes das políticas do governo em questão”.

Pinto (2014, p. 573) desenvolveu um trabalho de investigação por intermédio de relatos orais de professores graduados entre os anos de 1950 a 1970 e justifica que o governo militar se aproveitou das circunstâncias para intensificar e expandir o fenômeno esportivo, pois, “o esporte, já como valor social reconhecido, poderia ser útil aos diversos propósitos do governo militar [...]” visto que, para o autor, “a Educação Física foi uma disciplina que dispôs de certa dose de autonomia pedagógica, uma vez que alguns conteúdos – esportivos ou não – teriam sido experimentados, como a Dança, a Ginástica Acrobática e a Ginástica Rítmica [...]”. Taborda de Oliveira (2003, p. 163) enriquece a compreensão da Educação Física

²⁷ Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) é uma autarquia e agência pública de pesquisa do Brasil vinculada ao Ministério da Educação que atua na expansão e consolidação da pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) em todos os estados do país.

naqueles tempos ao ponderar sobre o papel de mediação da tecnocracia entre os interessados na organização formal da Educação Física e os próprios interesses políticos do Estado brasileiro.

Parece-me que, antes de um grupo de professores reorganizarem a Educação Física brasileira [...], ou de a Educação Física ser uma musa dos militares de plantão, a tecnocracia fazia a medição dos interesses de um e de outros. Se esse raciocínio está correto, então a Educação Física não era uma razão de Estado naquele período e estava longe de ser organizada a partir da vontade exclusiva de indivíduos ou grupos isolados.

Rosa (2006, p. 110) ao estudar esta disciplina no referido período, e utilizar fontes orais como método de pesquisa afirmou que, “há fortes indícios de que essa disciplina se desenvolveu de forma não determinista [...]”, uma vez que “não é possível afirmar que a disciplina serviu como um instrumento tecnicista de educação [...]”. Para o mencionado autor, é importante “levar em conta a compreensão de que não foi possível um controle total sobre as escolas – e nós não podemos contar uma história relativa à educação deixando de fora o que se passou em seu interior [...]”. Taborda de Oliveira (2004, p. 17) faz afirmação semelhante, ao manifestar que é necessário “olharmos para cada contexto particular, na sua interação necessária com a configuração social e a ambiência cultural”. Rosa (2006, p. 07) finaliza ao sustentar que “a presença da Educação Física como um elemento que por vezes propiciou algo além de uma normalização da sociedade, como desejou o Estado, estando mais para a geração de algum grau de autonomia e formação política dos indivíduos do que o contrário”.

Em suma, o que se pretendeu demonstrar é que apesar do período autoritário e da Educação Física como área privilegiada no setor educacional (por ser obrigatória em toda educação básica e ensino superior), a área não foi simplesmente reduzida a “instrumento” ideológico por meio do esporte, tampouco, não é possível afirmar que todos os seus professores ou alunos podiam ser considerados acríticos ou alijados perante a política estatal.

Ao final da década de 1970 e início de década de 1980, com o retorno de professores que fizeram mestrado e doutorado fora do Brasil, iniciou-se o processo de construção de um corpo de conhecimentos específico da Educação Física (HUNGER, 2004). A partir desta década, segundo Benites et al. (2008), também começaram surgir as

preocupações em torno da Educação Física Escolar. Castellani Filho (1988) informa que nessa época houve abertura para congressos de professores e alunos com objetivo de discutir esta disciplina como uma área de conhecimento que pudesse auxiliar na formação dos indivíduos para a sociedade brasileira.

Ainda nas décadas de 1970 e 1980, observou-se um grande crescimento na área da ginástica vinculado à criação de academias e à implantação das escolinhas esportivas. (BENITES et al., 2008). Também neste contexto de abertura política no país, a partir da decadência do Regime Militar e o aumento do status da ciência e tecnologia dentro das universidades, o modelo curricular, segundo Betti e Betti (1996), migra do “técnico desportivo” para o modelo de orientação “técnico-científico”, o que gerou a dualidade da formação de professores, os quais agora tinham outro campo de trabalho além do campo escolar. Valente (2010, p. 69) aponta-nos que em meados da década de 1970 e 1980, a Educação Física esteve sob a égide da didática, porém com uma relação objetiva sobre o método junto a seus clássicos elementares - objetivo, conteúdos, os métodos, professor e o aluno. Esse fato permite-nos afirmar que a didática tratada, à época, dizia respeito a seus significados formal e causal e não ao seu sentido reflexivo e filosófico.

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997), em decorrência do contexto da década de 1970 e dos ideais de transformar o Brasil em potência olímpica não terem se concretizado, a Educação Física passou por uma profunda crise de identidade nos seus pressupostos. Para Hunger (2004), essa crise se deu pelo papel social e o “status” profissional, objeto de estudo da área de Educação Física. Ainda segundo a autora, a exigência de titulação dos docentes da Universidade de São Paulo (USP), Universidade Estadual Paulista (UNESP) e Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), no estado de São Paulo, provocou 'questionamentos' em relação à formação técnica dos professores, o que gerou mudanças na atuação e na função docente, pois, estes professores deveriam ensinar, pesquisar, atender a comunidade e ainda responder qual era o objeto de estudo da Educação Física. Paralelamente a esta discussão, havia um questionamento acerca da falta de flexibilidade do currículo de Educação Física no ensino superior devido às mudanças e ao aumento da demanda do campo trabalho (ALBUQUERQUE, 2009).

Souza Neto (1999) aponta que após o contato maior com a literatura estrangeira, por meio de professores brasileiros que ingressaram em cursos de pós-graduação (mestrado e doutorado) de países como Estados Unidos, Alemanha, Canadá, Portugal, Bélgica, Japão, entre outros, bem como o início da pós-graduação em Educação Física no Brasil (USP, Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ e Universidade Gama Filho – UGF), surgiram diversas perspectivas epistemológicas sobre a Educação Física, podendo-se destacar a perspectiva Esportiva, centrada no professor Carl Diem da Alemanha. Nesta proposta, a divisão da ‘ciência do esporte’ compreende: Fundamentos Anatomo-Fisiológicos e Motores; Medicina do Esporte; Biomecânica do Esporte; Fundamentos Sociais e Comportamentais; Psicologia do Esporte; Pedagogia do Esporte; Sociologia do Esporte; Fundamentos Histórico-Filosóficos; História do Esporte e Filosofia do Esporte. (HAAG, 1979 apud SOUZA NETO, 1999).

Também a perspectiva da Educação Física enquanto disciplina acadêmica oriunda dos Estados Unidos, segundo Henry (1964) e Ziegler (1977) apud Souza Neto (1999), que caracterizaram em suas observações a Educação Física como uma ‘disciplina acadêmica’ possuindo um corpo de conhecimento organizado, composto por fatos e hipóteses, partindo da compreensão do corpo humano em atividades corporais.

Já a perspectiva Motriz foi orientada pelo Professor português Manuel Sérgio, que em seus estudos identificou como objeto de estudo das ‘ciências das atividades corporais’ a conduta motora, considerando suas características funcionais, afetivos, anatômicas, filosóficas e sociais. A partir desta proposta, o eixo epistemológico da Educação Física que antes estava centrado nas ciências biológicas, transfere-se para as ciências humanas numa perspectiva hermenêutica e fenomenológica (SOUZA NETO, 1999).

Souza Neto (1999) cita, ademais, a perspectiva pedagógica fortemente influenciada pela Escola Nova, Psicologia Humanista, Construtivismo e Teoria Crítica. Na Educação Física, essa perspectiva tem no corpo, o seu objeto de estudo e na cultura corporal, ou cultura de movimento ou cultura corporal de movimento os seus pressupostos teóricos. Esta proposta vai questionar, e criticar o caráter ideológico de reprodução dos valores

transmitidos em suas aulas, e o seu papel na sociedade. Além disso, será arguida e até mesmo negada parte do conteúdo da Educação Física como a aptidão física (ginástica) e esporte. Em contraposição, a proposta da Psicomotricidade, do francês Jean Le Bouch, enfatiza as qualidades perceptivas, motoras, o domínio corporal entre outros aspectos. Assim, a Educação Física ganhou um conteúdo próprio para a prática escolar e descobre-se que esta disciplina está na escola para a formação integral dos alunos, para aprender as diferentes matérias por meio desta e para a socialização deles (SOUZA NETO, 1999).

É no bojo deste cenário, marcado por diversos questionamentos, indagações, críticas e novas propostas para se pensar a Educação Física, bem como, seu objeto de estudo, seus pressupostos teóricos, epistemológicos e suas bases metodológicas, que na década de 1980 surgem discussões e debates para o remodelamento da formação de professores de Educação Física que já não atendiam às necessidades do mercado de trabalho (agora ampliado para além do contexto escolar), bem como seu modelo de currículo. Em 1987, emerge, desse cenário, a Resolução número 03 que mudará substancialmente a formação profissional da área. No próximo subtópico aprofundaremos melhor esses debates.

3.2.2. RESOLUÇÃO 03/87: DUPLA FORMAÇÃO EM UM MESMO CURSO - BACHARELADO E LICENCIATURA PLENA

A mudança na legislação curricular para os cursos de Educação Física que culminou em 1987 é decorrente de um período econômico e político marcado pela abertura política do governo militar bem como as crises econômicas que assolavam o Brasil naquele contexto. Isso gerou maior organização dos trabalhadores em sindicatos e dos professores em associações fomentando maiores debates referentes a educação brasileira promovidos em seminários (AZEVEDO, 1999).

Neste cenário entre agosto de 1978 e março de 1987, diversos encontros reunindo professores de Educação Física e técnicos esportivos são realizados, com o objetivo de discutir o currículo e o perfil dos egressos. Em 1978, um seminário é organizado na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, com representação de órgãos do governo como a

Capes, MEC e Departamento Educação Física e Desportos. Conforme Tojal (1989, p. 74), surge desse seminário a seguinte proposta:

- a) Crítica às Escolas de Educação Física que, pela supervalorização do atleta, conduziram à filosofia educacional existente e a uma formação técnico-desportiva;
- b) Dever das escolas de enfatizar o aspecto humanístico, visando à formação com conotação de pedagogo;
- c) Dotação de capacitação para o magistério do 1º ao 2º graus;
- d) Busca do perfil do professor como educador;
- e) Criação de opções de formação com habilitações específicas, preocupação do Conselho Federal de Educação, de acordo com indicação 22/72 (formação de especialistas);
- f) Possibilitar a formação no curso de licenciatura em:
 - I - Licenciatura curta com caráter de terminalidade;
 - II - Licenciatura curta com possibilidade de prosseguimento de estudos até a licenciatura plena;
 - III - Licenciatura plena com uma única habilitação específica, a critério da instituição de ensino.

Em 1979, mais dois encontros, um na Universidade Federal do Rio de Janeiro e outro no centro de Educação Física da Marinha, são realizados. Em 1980 houve diversas reuniões em vários estados brasileiros, como Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Paraíba, Rio de Janeiro, Santa Catarina, São Paulo e Sergipe, todas com intuito de discutir um novo modelo de formação em Educação Física. Já em 1981, ocorre um seminário na Universidade Federal de Santa Catarina, em Florianópolis, e deste evento surgem as propostas de mudança de denominação da profissão; inclusão de outras disciplinas, resultando numa nova estrutura curricular e rejeição ao oferecimento de habilitações. Assim, em 1982, no encontro realizado em Curitiba houve a conclusão dos grupos de análise dos cursos de graduação de instituições americanas e europeias, o que teve como consequência, conforme Tojal (1989, p. 75-77 apud BRASIL, 1987a, p. 163):

- a - Nos currículos das universidades estrangeiras citadas, na maioria delas, não há o denominado ‘currículo mínimo’, mas campos que envolvem grandes áreas de conhecimentos. A experiência significativa se dá pela competência e autonomia de cada instituição de ensino em propor na elaboração de seu currículo uma configuração que melhor se ajuste ao perfil profissional pretendido. Este tipo de prática foi comprovado em instituições japonesa, americanas e alemãs. No caso brasileiro, o ‘currículo mínimo’ adotado retrata mais um rol de matérias, comuns a todos os cursos. Porém,

na Educação Física aquilo que era considerado ‘mínimo’ (Resolução CFE nº 69/69) para as graduações acabou se tornando o currículo pleno na maior parte dos cursos.

b - Em função dos aspectos apresentados foi sugerido como proposta complementar a fixação de uma carga horária mínima para a realização do curso; fixação de limite mínimo e máximo para a realização do curso; estabelecimento de matérias que ajudariam as instituições na elaboração de seus currículos e a criação de mecanismos de controle “a posteriori” na fase de reconhecimento.

Desta reunião de Curitiba, a proposta foi convertida em anteprojeto e encaminhada para o Conselho Federal de Educação, que, após recebê-lo, criou por meio da Portaria 10/84, um grupo de trabalho com oito professores com o objetivo de analisar a citada proposta e dar um parecer. Neste cenário, a USP torna-se palco de discussões acerca da questão do bacharelado e da licenciatura em Educação Física. Dentre os convidados, destaca-se o Professor Doutor José Guilmar Mariz de Oliveira, o qual apresentou concepção de Educação Física, Esporte, Dança e Lazer e Recreação, a partir da qual cada curso tinha autonomia, uma vez que o bacharelado em Educação Física deveria existir para caracterizar o conteúdo específico da área de conhecimento e objeto de estudo da Educação Física. A licenciatura em Educação Física seria um curso complementar ao bacharelado para caracterizar a atuação do profissional no meio escolar, conforme legislação vigente (SOUZA NETO, 1999).

Nesse cenário muito se discutiu em relação ao bacharelado e à licenciatura enquanto habilitações para o curso de graduação em Educação Física após a resolução número 03/1987. Este debate já era nítido no próprio Parecer 215 de 1987 que fundamentou a referida resolução posteriormente. Como já citado, até então o título de “Licenciado em Educação Física e Técnico em desportos”, que era conferido aos egressos dos cursos de graduação, foi um dos alvos de análise da relatoria do Parecer 215/87, a qual afirma que a distinção entre o técnico de desportos e o licenciado não era baseada na atuação profissional. Na prática, segundo estabelece o Parecer “é o mercado de trabalho o local onde desempenham sua atividade que tem delimitado essa distinção [...]”. Além disso, o relator aponta que “unicamente a habilitação a nível de licenciatura voltada para [...] 1º e 2º graus, sem maiores

preocupações com os aspectos da pesquisa, muito tem contribuído para a descaracterização desses profissionais[...]" (BRASIL, 1987a, p. 173 - 174).

O texto do parecer já apresentava a necessidade de caracterização da Educação Física como campo de conhecimento específico, não somente como prática pedagógica. Novamente o relator sugere que "[...] a inexistência do bacharelado em Educação Física continuaria a contribuir para sobrevalorizar o conhecimento pedagógico em relação ao conhecimento específico da área [...]" (BRASIL, 1987a, p. 175). Em vista disso, o Parecer 215/87 é claro ao declarar que o curso de bacharelado deveria voltar-se à pesquisa e para a "delimitação do campo profissional específico da Educação Física [...]" (BRASIL, 1987, p. 176). Desta maneira a definição quanto ao campo de conhecimento da Educação Física é apresentada da seguinte forma:

No perfil profissional resultante dos cursos que visem o bacharelado, a Educação Física tem que ser pensada, antes de mais nada, como um campo de conhecimento específico, tratada como uma ampla visão crítica da relação entre o ser humano e o seu corpo [...] sem a fragmentação normalmente observada da única preocupação para com aspectos da atividade física (BRASIL, 1987a, p. 179).

Na conclusão do parecer, o relator menciona as ideias apresentadas em seis itens resumidamente, e certifica que o perfil do profissional do bacharel deve ser resultante da caracterização da Educação Física como campo de conhecimento específico e do licenciado para o ensino regular (BRASIL, 1987a). Verenguer (1996) cita que neste contexto havia dois grandes grupos de ideias referentes à formação profissional em Educação Física: o primeiro, representado pelo Professor Faria Júnior, que apoiava que a formação do professor devia-se centrar na formação do educador com formação geral (licenciatura) e não como técnico especialista (bacharelado), além de considerar que o licenciado poderia atuar no contexto escolar e não escolar. Faria Junior (1992) ressalta que uma formação generalista requer domínio de teorias que permitam ao profissional atuar tanto no âmbito escolar, quanto extraescolar. Vieira (1984), citado por Verenguer (1996), endossa a ideia ao afirmar que os cursos de graduação deveriam preparar os egressos para o antigo ensino de primeiro e segundo graus (atuais ensino fundamental e médio) com alternativa para atuação em outros ramos profissionais.

O segundo grupo era representado pelo já citado Professor Guilmar Mariz de Oliveira que se contrapunha ao grupo do Professor Faria Júnior, pois se posicionava favoravelmente à formação de profissionais específicos para o esporte, lazer e dança, advogando que a graduação em Educação Física deveria ter aspectos do bacharelado e que a licenciatura tinha que ser reformulada para atender às necessidades de professores no processo da escolarização (VERENGUER, 1996). Para Mariz de Oliveira (1988), o esporte, lazer/recreação, dança seriam quatro instituições diferentes e para isso a formação inicial deveria ser diferente para aqueles que fossem atuar em cada um destes ramos no mercado de trabalho, já que “a educação física tem sua área de atuação basicamente direcionada para o ensino escolar [e] tem contribuído para a perpetuação da visão limitada que dela se tem[...]” (MARIZ DE OLIVEIRA, 1988, p. 235).

Carmo (1988), citado por Verenguer (1996), ressalta que, na formação inicial, os cursos de licenciatura, ao passarem por reformulação, atenderiam tanto ao mercado escolar, quanto extraescolar de forma satisfatória, o que solucionaria o problema dos cursos de graduação, na tentativa de conciliar o bacharelado e a licenciatura. Para o citado autor, o parecer 215/87 “causa estranheza, dado seu aspecto contraditório de seu discurso”, pois, para ele, “esta forma contraditória de conceber a ‘diferenciação’ [bacharelado e licenciatura] retira o critério de intencionalidade objetiva e o coloca na subjetividade do corpo docente”. Ainda segundo Carmo (1988), “esta ‘diferença’ pretendida e explicitada no documento, deixa transparecer a incapacidade [...] tanto para o licenciado como para o bacharel” (CARMO, 1988, p. 73-74). A implementação de uma grade curricular para bacharéis e licenciados, como apresentado, segundo Carmo (1988), configura-se como um equívoco metodológico, já comum em outras áreas do conhecimento.

Do ponto de vista internacional tanto no contexto acadêmico, quanto no contexto profissional, Tojal (1993) afirma que a graduação em Educação Física naquele momento deveria ter como objeto de estudo a “motricidade humana”, pois, ao adotá-la como um referencial para Educação Física, asseguraria a delimitação do campo de estudo trazendo vantagens para a preparação dos profissionais oriundos dessa formação pautada no referencial em motricidade humana. Teixeira (1993), citado por Verenguer (1996), endossa o discurso ao

propor uma formação profissional desenvolvida por meio da ‘cinesiologia’, definida como estudo da motricidade humana nos diversos níveis de análise.

Em 1986, o professor Herbert Dutra informou que o mesmo grupo de trabalho das reuniões de Florianópolis e Curitiba voltou a reunir-se em Brasília para discutir as propostas para um novo currículo em Educação Física. Desta reunião, foi elaborado o Parecer nº 215, de 16 de junho de 1987, e a Resolução nº 03 do mesmo ano. Além da criação do bacharelado, houve também a proposta para o aumento da carga horária do curso de três para quatro anos de duração prevista (AZEVEDO; MALINA, 2004, p. 138).

O Parecer 215/87 divide-se em quatro partes: Relatório, voto do Relator, Conclusão da comissão e decisão do Plenário e os anexos I e II, que versavam sobre a ‘sugestão das matérias e/ou disciplinas para a composição do currículo do curso de Educação Física’ e do ‘Projeto de Resolução’, respectivamente. A parte que mais se dedica à discussão sobre os cursos de graduação é a do ‘Relatório’. O documento descreve, em seus trechos iniciais, a trajetória dos seminários e encontros em torno da problemática da formação profissional, que perduraram de 1978 até 1987, registrando que os primeiros encontros objetivaram o estudo de alteração curricular da Resolução 69 de 1969 do Conselho Federal de Educação (BRASIL, 1987a).

Após elucidar os pontos envolvendo a trajetória das discussões acerca da formação profissional, o texto dedica-se a apresentar o encaminhamento legal para a composição do Grupo de trabalho por representantes da SEED/MEC e professores e especialistas de várias instituições de ensino superior, bem como, do Relator. Assim, diversas propostas, pronunciamentos e sugestões foram enviados às Instituições de formação de professores de Educação Física em 1984 e após dois anos de avaliação do anteprojeto o Grupo de trabalho se reuniu para sintetizar os estudos, fruto das críticas e sugestões. Desse modo surgem as seguintes conclusões do Grupo de Trabalho: 1) Reconhecimento da pertinência dos princípios norteadores da proposta de Curitiba; 2) Ratificou-se o entendimento a autonomia e a flexibilidade na elaboração do currículo; 3) A avaliação de problemas na transferência de alunos; 4) Compreensão que proposta não interferia no ‘currículo mínimo’ dos cursos de graduação, de acordo com a Lei 5.540/68; 5) Necessidade de reformulação curricular proposta

em Curitiba (1982) bem como estratégias para sua implementação; 6) Reconhecimento que a aceitação das Instituições de ensino superior daquela proposta traduziria na idoneidade da instituição (BRASIL, 1987a).

Encerradas as conclusões, novamente a proposta foi enviada às Instituições Superiores de formação profissional em Educação Física e posteriormente o Grupo de Trabalho analisou as respostas que foram recebidas. Assim, retornaram ao Grupo de Trabalho 40 respostas, das quais 26 concordaram com a proposta, 10 instituições concordaram parcialmente em cinco itens e 10 instituições discordaram. Ademais, foram levantadas 42 sugestões referentes ao bacharelado em Educação Física, à formação para atuação no campo do esportivo, e a assuntos que estavam relacionados na referida proposta. Após a análise das manifestações, o Relator elaborou a versão preliminar do parecer e da Resolução, que foram julgadas em um encontro promovido pelo então Conselho Federal de Educação em outubro de 1986 (BRASIL, 1987a; VERENGUER, 1996).

O Parecer 215/87 salienta que o Parecer 894/69, o qual gerou a Resolução 69/69, “não mais se coadunam com as exigências hoje requeridas para o desempenho desses profissionais tanto sob o ponto de vista didático pedagógico [...] quanto o nível de sua habilitação técnica propriamente dita a possibilidade da titulação do chamado ‘Técnico Desportivo’[...]” (p. 163). O texto avança ao mencionar “a nova maneira de pensar e ver a Educação Física e Desporto [...] no quadro de uma educação permanente e objetiva capaz de contribuir para o desenvolvimento integral de indivíduos autônomos, críticos e participantes em níveis de decisão”(BRASIL, 1987a, p. 164).

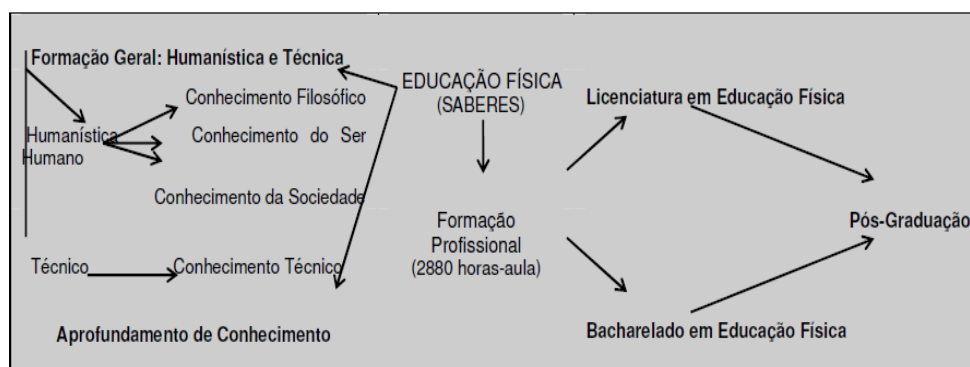
O relator do parecer divide o Desporto e a Educação Física em três esferas: Educação Física e Desporto escolar (esporte-educação), Educação Física e Desporto não escolar (esporte-participação) e a Educação Física e Desporto de alto desempenho (esporte-performance), além de demarcar divisão do Desporto de alto desempenho em Esporte de rendimento e Esporte de alto rendimento (BRASIL, 1987a). Assim, o parecer apresenta o perfil do licenciado e do bacharel em Educação Física, evidenciando a necessidade da formação com embasamento humanístico tanto na licenciatura quanto no bacharelado e com

possibilidades e potencialidades na capacitação, para que este egresso dê prosseguimento aos estudos em nível de pós-graduação. Logo, este profissional entre outros pontos deveria:

possuir destacada capacidade de síntese, com ampla visão da realidade crítica dela [...]ser capaz de usar adequadamente os conteúdos, materiais, equipamentos, espaços e lugares, a fim de auxiliar os alunos a atingir competência para viver cooperativamente na mais complexa situação...ser capaz de identificar e respeitar as diferenças individuais no processo de aprendizagem e estabelecer um ambiente crítico e reflexivo, dentro de uma proposta emancipadora e educativa... (Brasil, 1987, p.166)

O parecer segue delimitando a carga horária em 2880 horas aula e duração do curso em no mínimo quatro anos e no máximo sete anos, de forma que a estrutura curricular deveria ser delineada a partir dos conteúdos em Formação Geral (80% da carga horária total), que eram divididos em aspectos humanísticos e técnicos, e Aprofundamento de conhecimentos (BRASIL, 1987a). Dessa maneira os conhecimentos, de Formação Geral – Humanística, que compreendia o conhecimento filosófico, do ser humano e da sociedade, configurar-se-iam em 20% da carga horária total destinada; técnica, que compreendia a área de conhecimento técnico, em 60% da carga horária total destinada; e aprofundamento de conhecimento, que compreendia 20% da carga horária total (AZEVEDO; MALINA, 2004; SOUZA NETO et al., 2004, BENITES et al., 2008). O currículo, dessa forma, não seria mais visto como elenco de disciplinas, mas como um conjunto de todas as experiências que a instituição oferece aos seus alunos, extinguindo o currículo mínimo e adotando a flexibilidade e autonomia curricular (SOUZA NETO, 1999). O quadro abaixo ilustra os conhecimentos e conteúdos da Resolução 03/87:

Quadro 06 - CONHECIMENTOS DA PROPOSTA CURRICULAR DE 1987



FONTE: SOUZA NETO, (1999).

Benites et al. (2008) discorrem que, o novo currículo permitiu flexibilidade maior às disciplinas e possibilitou que algumas escolas de Educação Física adotassem o 'conceito' de licenciatura ampliada, por contemplar uma formação que não se restringiria à escola e daria maior legitimidade a profissão para sua profissionalização. Desse modo, a Resolução 03/87 implantou uma nova visão de currículo, aberto e autônomo, quebrando com as orientações de então, estabelecendo uma nova referência para a formação profissional em Educação Física (SOUZA NETO, 1999).

Souza Neto et al. (2004) afirmam ainda que essa formação ampliada acabava propondo o “dois em um”, conferindo os dois títulos concomitantemente dentro da formação. A autonomia para gestão do currículo foi tamanha que a Universidade de São Paulo (USP) criou, em 1992, o curso de bacharelado em Esporte, além do curso de bacharelado em Educação Física, em meio a conflitos de conceitos sobre o Esporte e a Educação Física - licenciatura versus bacharelado - que se estende até os dias atuais (GOIS JUNIOR et al., 2012).

3.2.3. NOVA LEGISLAÇÃO, MESMOS PROBLEMAS: A FORMAÇÃO DO PROFESSOR E DO GRADUADO EM EDUCAÇÃO FÍSICA²⁸.

Em 1996, foi publicada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN nº 9.394/96) o que, para Souza Neto et al. (2004, p. 123), levou a um novo

²⁸ A Resolução CNE nº 07 de 31 de março de 2004, estabelecia que o profissional formado em licenciatura teria o título de professor de Educação Física e o profissional formado em bacharelado teria o título de graduado em Educação Física.

desdobramento curricular para a educação como um todo e um delineamento para a área da Educação Física marcados pelo fenômeno do profissionalismo.

Com advento dos cursos de bacharelado em Educação Física após a Resolução 03/87, surge o debate do reconhecimento da profissão na década de 1990. O professor Jorge Steinhilber destaca-se como porta voz desse movimento.

A questão da regulamentação da profissão de Educação Física está em voga. Presente em quase todos os Congressos, Seminários e outros eventos além de salas de aula e debates nas Escolas de educação física. Tendo em vista as posições divulgadas pelo MOVIMENTO NACIONAL PELA REGULAMENTAÇÃO DO PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA nos folhetos distribuídos em praticamente todos os Estados e, algumas posições surgidas em oposição à aspiração da maioria dos profissionais, acrescido da participação em debate na Faculdade de Rio Claro onde ficou explicitado ser a regulamentação uma disputa de poder e de ideologia (com o que não compartilho), entendi por bem elaborar um ensaio que permitisse aos leitores analisar os dois lados da questão. A motivação deveu-se, também, ao fato de em alguns locais onde tenho proferido conferências, ser indagado das razões pelas quais colegas tenham interesse em lutar pela não regulamentação, impedindo sua aprovação na Câmara dos Deputados. (STEINHILBER, 1998, p. 52 apud SOUZA NETO, 1999).

Em 1º de setembro de 1998 foi promulgada pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso a Lei 9.696/98 (criação do sistema CREF – CONFEF), que regulamentou a o campo profissional da Educação Física. No bojo dessa criação estavam em jogo duas vertentes diferentes para a área: a primeira residia na necessidade de afirmação da profissão para que, assim, fosse possível ampliar o reconhecimento social e entrar para o conjunto de profissões modernas, proposta por Steinhilber em 1989; e a segunda, proposta pelo professor Faria Júnior, em 1991, que consistia na necessidade de se caracterizar a profissão pelo seu processo histórico, e não por força da lei. Nesse debate, a Educação Física obteve sua regulamentação por força da lei. (BENITES et al., 2008, p. 348). A Lei 9696/98 foi composta de seis artigos.

Art. 1º O exercício das atividades de Educação Física e a designação de Profissional de Educação Física é prerrogativa dos profissionais regularmente registrados nos Conselhos Regionais de Educação Física.

Art. 2º Apenas serão inscritos nos quadros dos Conselhos regionais de Educação Física os seguintes profissionais:

I - os possuidores de diploma obtido em curso de Educação Física, oficialmente autorizado ou reconhecido;

II - os possuidores de diploma em Educação Física, expedido por instituição de ensino superior estrangeira, revalidado na forma da legislação em vigor;

III - os que, até a data do início da vigência desta Lei, tenham comprovadamente exercido atividades próprias dos Profissionais de Educação Física, nos termos a serem estabelecidos pelo Conselho federal de Educação Física.

Art. 3º Compete ao Profissional de Educação Física coordenar, planejar, programar, supervisionar, dinamizar, dirigir, organizar, avaliar e executar trabalhos, programar, planos e projetos, bem como prestar serviços de auditoria, consultoria e assessoria, realizar treinamentos especializados, participar de equipes multidisciplinares e elaborar informes técnicos, científicos e pedagógicos, todos nas áreas de atividades físicas e do desporto.

Art. 4º São criados o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Educação Física.

Art. 5º Os primeiros membros efetivos e suplentes do Conselho Federal de Educação Física serão eleitos para um mandato tampão de dois anos, em reunião das associações representativas de Profissionais de Educação Física, criadas nos termos da Constituição Federal, com personalidade jurídica própria, e das instituições superiores de ensino de Educação Física, oficialmente autorizadas ou reconhecidas, que serão convocadas pela Federação Brasileira das Associações dos Profissionais de Educação Física - FBAPEF, no prazo de até noventa dias após a promulgação desta Lei.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação (BRASIL, 1998, p. 1).

Em 2001, com o parecer CNE/CP 009/2001, foram abordadas questões relacionadas à formação de professores, enfatizando a competência como um núcleo orientador da formação, bem como a vinculação do curso com a atuação profissional e a pesquisa (BENITES et al., 2008). Com este parecer discutiu-se a integração entre a teoria e a prática, estipulando que o estágio curricular supervisionado deveria ser alocado a partir da segunda metade do curso de graduação (BRASIL, 2001 apud BENITES et al., 2008).

Já em 2002, por meio da Resolução CNE/CP 1/ 2002 e da Resolução CNE/CP 2/2002, novas orientações para a formação de professores foram enfatizadas como: cultura geral e profissional; conhecimentos sobre crianças, jovens e adultos; conhecimentos sobre a dimensão cultural, social, política e econômica da educação; conteúdo das áreas de conhecimentos que são objetos de ensino; conhecimento pedagógico; conhecimento advindo da experiência; conhecimento de processos de investigação; comprometimento com os valores da sociedade democrática; domínio dos conteúdos a serem socializados; domínio do conhecimento pedagógico; gerenciamento do próprio desenvolvimento profissional (BRASIL, 2002a).

Outros pontos destas resoluções merecem destaque, como aumento da carga horária de estágio, o qual passou para 400 horas, além de mais 400 horas de Práticas Curriculares ao longo do curso, carga horária mínima de 2800 horas e tempo de integralização mínimo de três anos e um currículo de Licenciatura com terminalidade própria que não se confundisse com o antigo “3+1” (BRASIL, 2002a).

Em 2004, com a Resolução CNE/CES 7/2004, alguns pontos limites da Resolução CFE 03/87 foram revistos, no tocante à concepção de campo e organização curricular.

Art. 3o - A Educação Física é uma área de conhecimento e de intervenção acadêmico-profissional que tem como objeto de estudo e de aplicação o movimento humano, com foco nas diferentes formas e modalidades do exercício físico, da ginástica, do jogo, do esporte, da luta/arte marcial, da dança, nas perspectivas da prevenção de problemas de agravo da saúde, promoção, proteção e reabilitação da saúde, da formação cultural, da educação e reeducação motora, do rendimento físico esportivo, do lazer, da gestão de empreendimentos relacionados às atividades físicas, recreativas e esportivas, além de outros Campos que oportunizam ou venha a oportunizar a prática de atividades físicas, recreativas e esportivas (BRASIL, 2004, p. 1).

Assim ficou delimitado a área de estudo e o campo de atuação do profissional de Educação Física, sugerindo um posicionamento do currículo para a formação profissional. Benites et al. (2008, p. 353) afirmam que duas propostas foram estabelecidas para a formação profissional. A primeira manifestava como o graduado em Educação Física deveria ser capacitado para analisar a realidade social e intervir profissionalmente em diversas manifestações do movimento. Já a segunda enfatizava que o profissional de Educação Física também deveria estar capacitado para a docência prioritariamente. Os mesmos autores dizem ainda que estas Resoluções, de 2002 e 2004, evidenciam traços pautados nas competências e na visão de articulação por eixos nucleares, sendo que a formação docente ocorreria na união entre teoria e prática com um olhar para as necessidades sociais (BENITES et al., 2008).

Ainda, consideramos que para compreendermos melhor as questões acerca do currículo de ensino superior, especialmente da transformação curricular pelo qual passou o curso de Educação Física da UNESP de Bauru no ano de 1990, é importante percorrer pela

trajetória histórica do currículo, já que esta pesquisa aborda, entre outros pontos, indagações relativas à grade curricular deste curso.

3.3. O DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E O CURSO DE LICENCIATURA DA UNESP DE BAURU

Quando a Universidade Estadual Paulista encampou, em 1988, a Universidade de Bauru, dentre os cursos oferecidos pela antiga instituição, figurava o curso de licenciatura em Educação Física, que contava na época com 13 docentes, todos com o título máximo de licenciado. Em 1990, foi implantado um novo currículo, preocupado em corresponder às exigências da Reestruturação Curricular reconhecida pelo Conselho Federal de Educação (Parecer nº 215/87)²⁹.

No ano de 1992, por meio da portaria nº 1.475 de 13 de outubro de 1992, o Curso de Licenciatura em Educação Física da UNESP de Bauru, com objetivo de expandir a compreensão referente à atuação profissional do licenciado ao ensino institucionalizado (escolar), mais especificamente na Educação Básica, recebeu, pelo Conselho Federal da Educação junto ao Ministério da Educação e Cultura, uma nova proposta de currículo.

Nesse período iniciou-se a realização da Semana de Estudos da Educação Física, organizada e coordenada pelo Departamento, atividade a qual é realizada até os dias atuais, anualmente, sob a orientação da Coordenação de Curso e organização e execução dos alunos do Curso, voltada para os interesses dos alunos e professores do curso. Atualmente o evento está na sua XXI edição da Semana de Estudos, que passou a ser chamado de ‘Reunião Científica’ para evidenciar seu caráter acadêmico. O evento foi ampliado e denominado, nos dias atuais, “Congresso Nacional de Educação Física (CONEF)”.

²⁹ <http://www.fc.unesp.br/#!/departamentos/dep-educacao-fisica/historico/>;

No ano de 1993 os projetos de extensão à comunidade tiveram um aumento, comprovando assim a importância da Universidade Pública para além da pesquisa e ensino. No ano de 1999, foi implementado o curso de Licenciatura em Educação Física, no período noturno, para aumentar a oferta de formação profissional desta área, haja vista que Bauru, ao se destacar como um grande centro econômico para a região necessitava cada vez mais de professores de Educação Física não somente para a educação básica, mas também para a atuação extraescolar³⁰. O Departamento de Educação Física também buscou aprimorar os professores já graduados por meio de cursos de especialização *lato sensu* - um deles ocorreu no período compreendido entre 1999 a 2000 e outro de 2001 a 2003. O primeiro curso, realizado no período de 1999 a 2000, intitulado, "Educação Física e Esportes para Crianças e Adolescentes" teve 28 alunos matriculados e contou com a atuação de 16 docentes, 14 deles do Departamento de Educação Física. O curso de 2001 a 2003, intitulado "Treinamento Físico Individualizado" teve participação de vinte e oito alunos matriculados, e foi ministrado por dez docentes, sendo cinco do Departamento de Educação Física^{31 32}.

Em 2005, tendo em vista as novas exigências estabelecidas pelas Diretrizes Curriculares dos Cursos de Licenciatura para Formação de Professores para a Educação Básica (Resoluções CNE/CP 01 e 02/2002), bem como, as Diretrizes para os Cursos de Graduação em Educação Física (CNE/CES 7/2004), os docentes e discentes vivenciaram um intenso período de discussões acerca da reestruturação curricular, o que resultou em um novo currículo de graduação. Este novo desenho curricular, orientado pelas legislações correspondentes, assumiu o foco da formação do Licenciado em Educação Física, destacando a escola como campo de atuação, por excelência, deste profissional³³. Atualmente, o

³⁰ Ibidem;

³¹ <http://www.fc.unesp.br/#!/instituicao/historico/>;

³² <http://www.fc.unesp.br/#!/departamentos/dep-educacao-fisica/historico/>;

³³ <http://www.fc.unesp.br/#!/departamentos/dep-educacao-fisica/historico/>;

departamento conta com 35 docentes atuando no Curso, deste total, 23 estão vinculados ao Departamento de Educação Física.

No decorrer de mais de 26 anos de história do Curso de Licenciatura em Educação Física, da Universidade Estadual Paulista, do Campus de Bauru, pode-se ter um pequeno esboço de todo 'jogo' político-educacional, o qual o campo da Educação Física está inserido na sociedade brasileira. Agora, é apresentada a análise dos relatos orais que com os objetivos da pesquisa e que surgiram nas entrevistas e configuraram-se nos subtemas que são apresentados a seguir.

CAPITULO IV A REESTRUTURAÇÃO CURRICULAR DE 1990 NA VISÃO DOS DOCENTES - ANÁLISE DOS RELATOS ORAIS

4.1. CARACTERIZAÇÃO DOS PARTICIPANTES E PROCEDIMENTOS PARA A COLETA DOS RELATOS

O conjunto documental oral (fontes orais) desta pesquisa foi constituído pelos relatos de um grupo de professores aposentados, pertencentes ao Departamento de Educação Física da UNESP do campus de Bauru que atuaram no curso desde a encampação da UB até a primeira década dos anos 2000. As entrevistas foram realizadas nos meses de junho a setembro de 2015 em diferentes locais: residência dos próprios professores, biblioteca da UNESP Bauru, biblioteca das Faculdades Integradas de Bauru (FIB), sendo que, antes da entrevista em si, havia um encontro para explicar aos docentes os objetivos da pesquisa, a importância do testemunho oral para o trabalho, bem como os procedimentos ético-metodológicos para a entrevista.

Os encontros anteriores a realização da entrevista demonstraram o interesse dos entrevistados como a temática abordada na pesquisa, pois, os professores reuniram documentos, fotos e arquivos pessoais entre o primeiro e o segundo encontro afim de enriquecer ainda mais suas contribuições para esta pesquisa. Entretanto, não foram todos professores contatados que se disponibilizaram em conceder a entrevista, entre outros

motivos, os que mais se destacaram foram os que não haviam participado da reestruturação do currículo em meados de 1989 e 1990 e, portanto, não poderiam contribuir de fato. Alguns professores mencionaram que não se recordavam de fatos ou detalhes relacionados à transformação curricular e outros simplesmente não quiseram participar.

Assim foi feita uma entrevista piloto com intuito de testar e avaliar a adequação do roteiro de questões elaboradas aos objetivos do estudo. Algumas alterações no questionário de entrevistas se fizeram necessárias para melhor captar as memórias e opiniões dos entrevistados e para atingir o objeto de estudo aqui investigado e, por fim, coletaram-se os outros cinco depoimentos. O quadro abaixo traz a descrição dos entrevistados e, na sequência são apresentados os professores participantes da pesquisa.

Tabela 01 – CARACTERIZAÇÃO DOS PARTICIPANTES DO ESTUDO

Entrevistado	Sexo	Idade	Formação Acadêmica	Instituição	Pós-Graduação	Período como docente do curso
Professora 01	F	64 anos	Licenciatura em Educação Física e técnico em desportos.	Instituição de Toledo – Ensino Bauru/SP.	Mestrado e Doutorado	1986 a 2001
Professor 02	M	66 anos	Licenciatura em Educação Física e técnico em desportos.	Instituição de Toledo – Ensino Bauru/SP.	Mestrado	1987 a 2003
Professora 03	F	59 anos	Licenciatura em Educação Física e técnico em desportos; Bacharelado em Direito.	Instituição de Toledo – Ensino Bauru/SP.	Mestrado e Doutorado	1988 a 2010
Professor 04	M	76 anos	Licenciatura em Educação Física e técnico em desportos.	Instituição de Toledo – Ensino Bauru/SP.	Mestrado	1986 a 2003

Professora 05	F	63 anos	Licenciatura em Educação Física e técnico em desportos.	Instituição de Toledo – Ensino Bauru/SP.	Mestrado e Doutorado	1986 a 2012
Professor 06	M	69 anos	Licenciatura em Educação Física e técnico em desportos.	Escola de Educação Física de São Carlos/SP.	Mestrado	1989 a 2003

Desse modo, as entrevistas semiestruturadas realizadas nesta pesquisa foram feitas com professores aposentados que atuaram diretamente e indiretamente no processo de reestruturação curricular em 1990. As entrevistas foram gravadas em formato de áudio e/ou vídeo e por intermédio de questionamentos, tais como: Qual o objetivo da reestruturação curricular? Qual foi sua participação (direta e indireta) no processo da reestruturação curricular? Qual contexto do curso de Educação Física, na UNESP? Quais mudanças, a reestruturação proporcionou para os professores e para as disciplinas do curso? Houve participação de todo corpo docente? Houve participação discente neste processo?

Assim, buscou-se, mediante os questionamentos, uma compreensão mais ampla, objetiva, subjetiva e talvez oculta do que já foi produzido pelas referências bibliográficas documentais, contribuindo para ampliar, de modo crítico, os resultados desta investigação, visando atender os objetivos propostos neste estudo. Após essa etapa a investigação caracterizou-se na análise de todas as entrevistas coletadas, que nas pesquisas de cunho qualitativo são volumosas em sua maioria, devendo assim ser organizadas. A análise dos relatos dos docentes e dos documentos foi pautada pela discussão com conteúdo estudado na revisão da literatura, pois, uma vez que “os fatos, os dados não se revelam gratuita e diretamente aos olhos do pesquisador” (LUDKE; ANDRÉ, 2012, p. 04), a análise se consistiu num processo contínuo, durante toda investigação, procurando identificar as relações e os significados, sendo que a interpretação e o foco de análise foram sendo ajustados mutuamente no decorrer do estudo (ALVES, 1991). Santos (2005, p. 06) alerta:

A leitura de uma entrevista, de uma história de vida, ou de um conjunto de depoimentos não é tarefa simples. O ponto de partida é, necessariamente, a precisa delimitação de um problema de pesquisa. [...] No caso de trabalharmos com um conjunto de depoimentos, é interessante perceber que

cada um contribui com a pesquisa, isolando acontecimentos ou indivíduos, complementando informações e, mais importante, oferecendo os elementos necessários para a construção do contexto social ao qual a pesquisa se refere.

Dessa forma buscou-se não perder de vista as orientações citadas acima, reconhecendo todas as manifestações dos relatos, evidenciando o que cada professor poderia contribuir para o estudo por meio de suas memórias. Nesse sentido emergiram como evidências os seguintes temas coletados pela técnica de entrevista semiestruturada e conforme o roteiro prévio de questões, elaborado para responder aos objetivos da pesquisa articulado à literatura estudada:

I – COMISSÃO PARA REESTUTURAÇÃO CURRICULAR

Os professores foram questionados se houve uma comissão composta pelos membros do departamento para analisar a reestruturação curricular e como essa comissão foi formada. Analisou-se como eram as reuniões e quais foram os professores que participaram ativamente desta comissão.

II- PARTICIPAÇÃO DISCENTE NA REFORMA DO CURRÍCULO

Na referido tema, perguntou-se aos docentes se no decorrer da mudança de currículo houve a participação do corpo discente neste processo e como teria sido esta participação em relação à elaboração do currículo.

III – DETERMINANTES NA ELABORAÇÃO DO CURRÍCULO

No referido tema questionou-se do grupo entrevistado quais foram as determinantes na elaboração do novo currículo de graduação, como foi este processo e a avaliação da participação do corpo docente no transcurso da mudança curricular.

IV – PROCESSO DA REFORMA CURRICULAR E SEUS OBJETIVOS NA ÓPTICA DOS DOCENTES

Neste tema buscou-se, por intermédio dos relatos, compreender como se deu o processo da reforma curricular para os docentes, analisando o contexto acadêmico do curso e da nova legislação para formação profissional no Brasil (CFE 03/87), e quais foram seus objetivos. Conforme as falas do grupo entrevistado é possível interpretar melhor as circunstâncias que envolveram o processo de transformação curricular.

V – MUDANÇAS E REFLEXOS DA NOVA ESTRUTURA CURRICULAR

Também se considerou oportuno compreender quais foram os reflexos após a mudança do currículo. Os relatos dos docentes permitem entender melhor como esta reforma curricular afetou as disciplinas e o cotidiano do curso para os professores da graduação.

VI – ADVERSIDADES NA PRÁTICA DOCENTE: CARREIRA E TITULAÇÃO PARA OS DOCENTES DO CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA UNESP BAURU

Durante as entrevistas, as adversidades na prática docente foram levantadas, sobre as quais os docentes relatam as dificuldades na obtenção da titulação em nível *strictu sensu* após a encampação da Universidade de Bauru pela UNESP, no final da década de 80, e quais foram as consequências desta dificuldade da titulação para o grupo entrevistado e como isso afetou no processo de reestruturação do currículo no início da década de 90. No próximo subtópico estão as análises dos relatos orais do grupo de docentes entrevistados na pesquisa, a luz da literatura específica a temática abordada no estudo.

4.2. A EXISTÊNCIA DE UMA COMISSÃO PARA A REESTRUTURAÇÃO CURRICULAR

Como primeiro ponto, essencial para a compreensão das dinâmicas curricular e do curso de Educação Física, o presente trabalho questiona os docentes acerca das adaptações pelas quais a universidade passou para a reestruturação do ensino. Além disso, as entrevistas

abordam o papel e a condução do conselho de professores da comissão responsável pela construção e viabilização de um novo currículo. A maioria das falas dos Professores foi enfática em mencionar a importância e como funcionava essa discussão.

A gente tinha um conselho, na verdade, tinha um conselho de curso, mas que tinha direito a voz ... a voto né, voz e voto, mas a gente tinha os outros professores que estavam envolvidos que tinham direito a voz. Então não tinha direito a voto, mas tinha direito a voz, então eles também discutiam, conversavam, só não podiam votar no final (PROFESSORA 01, 2015, entrevista concedida ao autor³⁴).

Sim nós sempre tivemos as comissões, é depois ela foi se tornando mais forte e obrigatória, então nós tínhamos uma comissão formada, era... é...talvez até um pouco aleatória, comissão de reestruturação curricular sempre é, sob aval do conselho de curso, do coordenador de curso e o conselho de curso, então tinha uma comissão organizada(PROFESSORA 03³⁵, 2015, entrevista concedida ao autor).

Conforme as considerações apresentadas pelos docentes demonstram, havia uma comissão responsável pela discussão para implementação do novo currículo do curso. Entretanto, de acordo com o relato da Professora 03, não existia um critério de escolha para as pessoas que fariam parte desta comissão. Em outro relato, a mesma Professora confirma esse fato, porém, explica como funcionava (em partes) essa comissão:

não, não tinha eleição, a gente tinha um pouquinho de liberdade de fazer parte ou não [...] vários professores do departamento, os quatro do departamento, o coordenador que é do departamento e nós tínhamos os professores de cada departamento que ministrava aula no nosso curso, então curso de biologia dá aula, então um membro da biologia fazia parte, um professora da biologia fazia parte do nosso conselho de curso, um da engenharia por causa da disciplina de estatística, fundamentos da estatística fazia parte, outro da ciências humanas né, então nós tínhamos o nosso curso, nós podemos falar que era um curso que tinha um conselhos muito bem

³⁴ Professora 01,. Entrevista - Áudio [junho de 2015]. 2015. Entrevistador: Pedro L. S. Pêgo, 2015. 1 arquivo .mp3. (43 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Anexo C desta pesquisa.

³⁵ Professora 03, Entrevista - Áudio [agosto de 2015]. 2015. Entrevistador: Pedro L. S. Pêgo, 2015. 1 arquivo .mp3. (58 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Anexo C desta pesquisa.

estruturado né, porque tinha professores de todas, bastante plural de todos os cursos, e então e isso rendia muito pra gente né (PROFESSORA 03).

Em outro relato, o Professor 04 aponta que as reuniões da comissão ainda não eram presididas pelo Professor 06, mas pela Professora Dr^a Mara, que pertencia ao Departamento de Biologia e chefiava o Departamento de Educação Física, em regime de tutela.

É, os professores se reuniam tinham o chefe de departamento na época, senão me engano a professora Mara, então, marcavam as reuniões do docente pra estudo da mudança de currículo (PROFESSOR 04³⁶, 2015, entrevista concedida ao autor).

Os professores 02 e 05 minimizam a questão sobre a comissão e da maneira como esta atuava.

Entrevistador: No interior dessa transformação curricular, houve uma comissão de professores, que ficou responsável por essa transição?

Entrevistado: Mas sabe comissão, aquela comissão que funciona entre aspas? (PROFESSORA 05³⁷, 2015, entrevista concedida ao autor).

[...] eu não lembro, sempre tem, mas eu não lembro... isso fica, fica muito em cima do coordenador de curso [...] (PROFESSOR 02³⁸, 2015, entrevista concedida ao autor).

Nas falas acima o Professor 02 e a Professora 05 diminuem a atuação da comissão enquanto grupo para estudos do novo currículo, segundo o Professor 02, porque fica centrado na coordenação do curso e, conforme a Professora 05, uma comissão que não funciona de fato. O Professor 06 revela outro dado importante, esclarecendo as diferentes opiniões apresentadas nos relatos acima;

³⁶ Professor 04. Entrevista – Áudio [setembro de 2015]. 2015. Entrevistador: Pedro L. S. Pêgo. 2015. 1 arquivo .mp3 (95min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Anexo C desta pesquisa.

³⁷ Professora 05. Entrevista – Áudio [setembro de 2015]. 2015. Entrevistador: Pedro L. S. Pêgo. 2015. 1 arquivo .mp3(76 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Anexo C desta pesquisa.

³⁸ Professor 02. Entrevista - Áudio [agosto de 2015]. 2015. Entrevistador: Pedro L. S. Pêgo, 2015. 1 arquivo .mp3 (48 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Anexo C desta pesquisa.

[...] realmente existia, mas não existia ... o que que é, eles [docentes do curso] tinham medo na verdade, existia assim uma certa instabilidade né, vamos dizer assim, com essa coisa “ah a UNESP encampou agora eu não posso ser mais o jeito que eu era na UB [Universidade de Bauru], agora tem que ser UNESP” entendeu? “Será que vão me mandar embora ou não vão me mandar embora”? Então eles tinham essa preocupação acho que era maior né de ... porque criou uma instabilidade danada (PROFESSOR 06³⁹, 2015, entrevista concedida ao autor).

Na opinião do Professor 06 havia certo temor dos professores que não possuíam a titulação mínima de mestre de uma possível exoneração pela falta do título acadêmico. Estes professores enquadravam-se na categoria nomeada “TED – Técnico Especializado em Docência”, e dela faziam parte os professores que não possuíam o título de mestre e que já eram docentes da Universidade de Bauru (UB) no momento da encampação pela UNESP. Após a encampação, somente professores que possuíam, no mínimo, mestrado poderiam ser contratados mediante concurso, como no caso do Professor 06.

Para findar este ponto, questionou-se aos docentes entrevistados sobre a participação dos professores do departamento de Educação Física no processo de estudo do novo currículo, a fim de compreender quão democrático se deu o processo de elaboração dos currículos. A Professora 01 se contradiz quando fala:

Entrevistador: A primeira reestruturação foi efetiva? Todos os professores participaram ou tiveram alguns que ficaram de fora ou se abstiveram de participar da primeira reestruturação?

Entrevistado: Na primeira todos, todos entraram [...]

Entrevistador: E como foi o processo de escolha dessa comissão? Houve alguma eleição para saber quem ia fazer parte dessa comissão de reestruturação?

³⁹ Professor 06 Entrevista - Áudio [agosto de 2015]. 2015. Entrevistador: Pedro L. S. Pêgo, 2015. 1 arquivo .mp3 (128 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Anexo C desta pesquisa.

Entrevistado: Não dessa vez na primeira, primeira foi por escolha, quem quis e algumas das exigências foi pela titulação, a exigência assim ‘tinha que ter tantos titulados’ é ... foi por titulação (PROFESSORA 01).

A fala da Professora 01 apresenta contradições, mas é possível compreender que, por conta da falta de titulação, alguns professores não puderam participar da reestruturação por estarem mais preocupados em adquirir a titulação acadêmica naquele momento. Na comissão, deveria haver somente professores titulados, como é o caso da Professora Doutora Mara, do Departamento de Biologia, do Professor 06, que possuía mestrado, e de alguns professores de outros departamentos que ministravam disciplinas no curso de licenciatura em Educação Física, como já foi dito pela Professora 03. O relato da Professora 01 indica um ponto importante deste estudo - a reestruturação curricular de 1990 primeiramente foi resultado da Resolução 03/87. Todavia, será apontado mais a frente que uns dos objetivos da citada mudança curricular não foi apenas pela exigência da Resolução mas também por outros fatores como o mercado de trabalho em crescente demanda e a atualização do currículo face a aspectos científicos.

A Professora 05 aponta que eram alguns professores que estavam presentes nessa comissão:

***Entrevistador:* Dentro dessa comissão, foram todos professores do curso, na época, e do departamento que participaram?**

Entrevistado: Na assembleia? (PROFESSORA 05).

***Entrevistador:* Não, na comissão da reestruturação.**

Entrevistado: Não, tinha uma, eu não lembro agora, eu sei que eu era, eu a Jô sempre estava metida, o Gustavo [PROFESSOR 04], acho que era também, a Mara foi, a Mara porque ela era chefe né e também dava umas ideias maravilhosas no ponto de vista das biológicas, muito bom, é ... Elton [PROFESSOR 06] né, Elton pegou com unhas e dentes isso (PROFESSORA 05).

Na sua fala, a Professora 05 confirma o relato do Professor 06 quando este afirma que a dinâmica da escolha das disciplinas sucedeu-se em virtude da urgência com que o processo se desenrolou, para a aprovação do currículo, que deveria começar a vigorar em 1990. Desse modo, as disciplinas foram de escolha própria do referido professor, como já

citado anteriormente. Nas suas próprias palavras, o Professor 06, quando questionado sobre a participação dos outros docentes do departamento na participação na reestruturação, esclarece:

Entrevistador: Então professor, em relação à escolha das disciplinas novas do currículo novo, tanto a nomenclatura como a carga horária, foi uma decisão mais pessoal do senhor?

Entrevistado: Foi.

Entrevistador: Não teve a participação efetiva do restante do corpo docente?

Entrevistado: Eu não sei te afirmar com certeza né, mas diante da ... da urgência de implantar o currículo, tinha que mandar pro relator né, pro relator relatar né, entendeu, a gente não podia, eu não podia é ... demorar muito né, porque senão o currículo não ia ficar pronto, isso aqui ó, olha, “a disciplina introdução passou a ser ministrada em três créditos, a disciplina de fundamentos de sociologia” depois do relator, então eu fiz uma coisa e depois houve a mudança “ Educação Física I e II foram unificadas, passando a denominação de Educação Física com quatro créditos” eu tinha feito um currículo e o Zé Maria relatou e eu mudei de acordo com, eu não podia contestar o que ele falava (PROFESSOR 06).

Kelly (1981) alerta que se os professores não planejam seu currículo, isso se configura em forças que controlarão a direção e a forma da mudança do currículo, pois o desenvolvimento curricular está sujeito a grande quantidade de pressões sociais, que muitas vezes são pressões sutis e em sempre fáceis de justificar aquilo que elas possam levar, no entanto, sua presença e influência devem ser reconhecidas. Por meio do relato acima, é perceptível reconhecer que a escolha das disciplinas da nova grade curricular se concentrou nas mãos do Professor 06.

A Professora 05 menciona uma importante circunstância sobre o trabalho da comissão para a reestruturação curricular:

Entrevistador: Professora na comissão como eram as reuniões? Semanal, mensal, como funcionava?

Entrevistado: Não, acho que a cada 15 dias ou eles avisavam, não, mas sabe o que acontecia? O líder trabalhando direto, eu lembro porque eu estava muito perto do Elton [Professor 06], ele rachando, Daniela quando pegou uma bucha na mão também rachando e vinha com essas planilhas, com os quadradinhos pra você preencher e todo mundo preenchia, era uma coisa bem planejadinha sabe, teoricamente falando [...] (PROFESSORA 05).

É evidente que muitos professores tinham participação pouco ativa nas discussões do currículo. Isto se explica a partir das considerações apresentadas pelo Professor 06 que afirmou ser o maior responsável pela escolha das disciplinas, sua carga horária e quais áreas do saber entrariam e saíam do currículo, visto que não havia uma colaboração maior por alguns docentes do departamento. Stenshouse (1975 apud GOODSON, 1995, p. 58) sustenta a tese:

de que o desenvolvimento do currículo deve apoiar-se no desenvolvimento do mestre, e o desenvolvimento do mestre – portanto, também seu profissionalismo – deve ser promovido pelo desenvolvimento do currículo. O desenvolvimento do currículo transfere as ideias para as práticas de sala de aula e com isso ajuda o mestre a reforçar sua própria prática.

O trecho acima destaca o ‘ciclo’ no qual se deve enquadrar o pensamento para a renovação ou mudança curricular, onde o currículo é pensado também como fator que contribui para a evolução e amadurecimento do professor, já que o desenvolvimento curricular se baseia no profissionalismo docente e o profissionalismo se desenvolve com desenvolvimento do próprio currículo. No entanto, o Professor 04 deixa claro que a participação foi de parte do corpo docente, e que alguns professores não vieram a participar, uma vez que, naquele momento, tinham outros compromissos com a carreira, como já tinha sido relatado pela Professora 01 anteriormente:

Não, não, porque tinha uma parte que tava preocupada com a pesquisa no curso de mestrado, à docência com as disciplinas que tinha que desenvolver porque não houve afastamento, “você tem que fazer, mas tem que cumprir” à docência e extensão, então, deixamos pros mais novos aqueles que já tinham título de mestre, era a turma mais no início de carreira (PROFESSOR 04).

O Professor 06 explica que, alguns anos após a encampação, muitos professores estavam em processo de busca da titulação mínima para a permanência no cargo, sem afastamento, ou seja, continuavam desempenhando suas funções como docentes e por isso não puderam se envolver de maneira direta na reestruturação do curso. Tyler (1976, p. 117) sugere a importância da participação de todo corpo docente na reelaboração do currículo, pois, “Quando se empreende um programa de reelaboração do currículo [...] é necessário

haver uma ampla participação do corpo docente” já que para o autor:

Se o programa de ensino não for claramente compreendido por todos os professores, se cada um deles não estiver familiarizado com as espécies de experiências de aprendizagens que se pode utilizar para atingir esses objetivos, e se cada professor não for capaz de guiar as atividades dos estudantes de modo que eles tenham tais experiências, o programa educacional não será um instrumento eficiente [...] por isso cada professor deve participar do planejamento do currículo pelo menos no sentido de adquirir uma compreensão adequada desses fins e meio (TYLER, 1976, p. 117- 118).

Por meio dos relatos fica claro que os apontamentos de Tyler (1976) no que se refere à participação de todo corpo docente na reestruturação curricular não aconteceram, ainda que houvesse uma comissão de professores, mas que não trabalhou coletivamente os estudos da mudança do currículo. Tyler (1976, p. 118) destaca também que “o planejamento de experiências de aprendizagens para os diferentes cursos [disciplinas] será normalmente feito por aqueles que devem ministrá-los” sendo que, o autor afirma ainda que isso pode contribuir para que professores de disciplinas correlatas possam cooperar proveitosamente no planejamento (p. 118).

Para Kelly (198, p. 15) muitos professores podem dificultar tentativas de introduzir mudanças no currículo, pois, os professores são acusados de ser conservadores e “de se apegarem demais à tradição, a métodos ‘experimentados e seguros’”, sendo que isso é compreensível na visão do autor já que se sabe que a posição dos docentes depende em geral da conservação das áreas de conhecimentos e experiência em que eles tem competência reconhecida, como no caso dos Professores do curso de Educação Física da UNESP de Bauru, que já tinham vasta experiência no ensino de suas disciplinas. Todavia, o citado autor afirma que isso acentua a necessidade de aprimorar as oportunidades para capacitá-los a fim de que eles fiquem menos dependentes das habilidades que adquiriram em seus cursos iniciais de formação.

Ainda, Kelly (1981) ressalta que o professor tem um papel decisivo em relação às tentativas no sentido de determinar mudanças no currículo, visto que, cabe ao mesmo transpor qualquer lacuna que exista entre a teoria de currículo e sua prática. Apple (2006) elucida que o conhecimento curricular não é neutro, pelo contrário, buscam-se interesses inseridos na

própria forma de conhecimento. Dessa maneira, um reordenamento curricular baseado somente na figura de um Professor limita a construção curricular plural de todo um corpo docente, especialmente porque a responsabilidade da prática após a teorização na elaboração curricular caberá aos docentes. Se estes não o planejaram de forma coletiva, compreende-se a dificuldade que estes terão na sua atuação pedagógica após a efetivação no momento do ensino das disciplinas.

Deste modo, fica claro que houve uma comissão para estudar e implantar a mudança curricular para o curso naquele momento, mas, fica implícito que não foram todos os professores que participaram desta comissão, pois a falta da titulação ou o empenho para adquiri-la, a não obrigatoriedade de todos os professores no envolvimento direto, até mesmo a falta de interesse, bem como, a urgência para a elaboração e aprovação do currículo para seu início em 1990, fizeram com que esse processo não fosse discutido entre todos os docentes do departamento.

4.3. PARTICIPAÇÃO DISCENTE NA REFORMA DO CURRÍCULO

Um dos aspectos importantes abordados durante a realização das entrevistas refletiu-se na discussão acerca da participação discente na reestruturação curricular de 1990, tanto na comissão responsável pela mudança do currículo, quanto no conselho de curso. Quando questionados, dois Professores foram enfáticos ao afirmar que não houve participação dos alunos na reestruturação do curso.

Entrevistador: Dentro dos processos das duas reestruturações, houve alguma participação dos alunos? Conselho?

Entrevistado: Nenhuma, nunca vi nenhum aluno. (PROFESSORA 01)

Entrevistador: Nesse processo houve participação de alunos na mudança do currículo? Eu digo na construção?

Entrevistado: Não.

Entrevistador: Não?

Entrevistado: Não (PROFESSOR 06).

Porém, há divergência na fala de outros professores, que sinalizam para a presença de alunos no processo de reestruturação, ainda que tímida e sem muito especificar como se sucedeu essa participação.

[...] 87 saiu uma reestruturação dizendo que a partir de 90 o currículo mínimo seria em quatro anos, aí já começamos a pensar em mudança de currículo né, essa reestruturação e nesse período já tinha uns mestres que já tinham sido contratados, já tinha a chefia de departamento com título de mestre e doutor e então houve uma mudança e aí foram feitas as comissões, o corpo docente reunindo, corpo discente participando (PROFESSOR 04, grifo nosso).

Entrevistador: A senhora estava falando da assembleia, os alunos chegaram de fato a fazer parte?

Entrevistado: A manifestar?

Entrevistador: Não, a fazer parte dessa reestruturação, participar vamos dizer.

Entrevistado: Eles ouviam muito, mas do que...

Entrevistador: Eles tinham direito a voto e a voz?

Entrevistado: Não, era uma coisa, isso que eu falo, bem caseira, entendeu?(PROFESSORA 05).

Entrevistador: Na reestruturação de 90 teve participação dos alunos? Chegou a ter alguma participação discente?

Entrevistado: A comissão de assessoramento sempre tem, é se não me engano dois alunos que faziam parte (PROFESSOR 02).

De acordo com os relatos, é possível considerar que mesmo tendo a participação discente no contexto da reforma curricular, ela foi pequena e até mesmo ‘silenciosa’ pois os Professores não especificaram como se procedeu ao envolvimento dos alunos naquela circunstância. Soma-se ainda o fato de que as discussões para a reestruturação ocorreram em meados de 1989 e os alunos haviam se tornado ‘encampados’, junto com a Universidade de Bauru. Desse modo, a estrutura burocrática da antiga universidade particular não tinha possibilitado e concretizado formas de organizações de representação discente (como é mais comum em universidades públicas do que em instituições particulares) como centros acadêmicos, diretórios acadêmicos de alunos ou até mesmo um conselho de curso ou departamento com a representação dos estudantes. Mocker et al. (1995, p. 207) apontam que no processo de reestruturação

curricular na Universidade Federal de Santa Catarina, após a Resolução 03/87, a participação foi “passiva e acrítica dos discentes, tornando-os incapazes de agir e pensar no sentido da exploração de suas preocupações para reconstruírem o saber [...]”, o que levou, segundo os autores, a um “quadro limitado de oportunidades para os discentes de pesquisa e extensão”. Importante ressaltar, assim como nos fala Tyler (1976, p. 117) que, “em última análise, o programa de ensino [grade curricular] funciona em termo das experiências de aprendizagens tidas pelos estudantes”. Quando o autor menciona o termo ‘ experiências de aprendizagens’ se refere à interação entre aluno e as condições do ambiente a que ele pode reagir, sendo que, a aprendizagem, conforme Tyler, ocorre por meio das experiências tidas pelo aluno ou mesmo pelas suas reações ao ambiente em que este é inserido (TYLER, 1976). Assim, entende-se que a participação ativa dos alunos no que se refere as mudanças de currículo é importante e deve ser levada em consideração, não apenas por mera obrigatoriedade institucional, mas também como fator democrático para a mudança curricular ao contemplar a atuação dos alunos nesta.

Como também já mencionado, a reforma do currículo deveria ser finalizada no ano de 1990, visto que a UNESP encampou a Universidade de Bauru (UB) no meio do ano de 1988. O processo de reestruturação se deu às pressas, em razão da obrigatoriedade da Resolução 03/87, como citado no relato do Professor 06 que foi responsável por liderar a comissão e reestruturação curricular. Assim, pode-se compreender que, em virtude da urgência para a implantação do currículo e somado ao fato da criação de uma universidade pública que não possuía forte representação de alunos, resultou na pequena participação dos graduandos na transformação curricular.

Contudo, Taffarel (1988) afirma que, no processo de debates anteriores à promulgação da Resolução 03/87, os próprios alunos de graduação em Educação Física, representados pelo movimento estudantil estiveram ausentes desta discussão dada a estrutura burocrática da universidade, o que leva a autora a questionar se a Resolução foi de fato participativa. Desse modo, nota-se que os discentes ficaram alheios às discussões sobre a implementação do currículo não só da UNESP Bauru, mas também

na própria construção da Resolução que viria alterar os currículos de todas as instituições de ensino superior em Educação Física no país.

A seguir explanaremos como foi a elaboração do novo currículo de graduação em Educação Física da UNESP de Bauru conforme os relatos dos Professores.

4.4. DETERMINANTES NA ELABORAÇÃO DO NOVO CURRÍCULO

Conforme o artigo 6º da resolução CFE 03/87, a adaptação do currículo das instituições de ensino superior de Educação Física no Brasil deveria ser realizada até janeiro de 1990 e as instituições que pudessem deveriam implementá-lo já em 1989 (BRASIL, 1987b). Desse modo o currículo do novo curso de Educação Física da UNESP de Bauru tinha menos de dois anos para se adequar, visto que a encampação da Universidade de Bauru foi concretizada em agosto de 1988, um ano após a publicação oficial da referida Resolução (JORNAL DA CIDADE, 2013).

Dos seis professores que concederam entrevista, todos se encontravam aposentados do curso da UNESP de Bauru, portanto não tinham mais contato com a docência no ensino superior. Destes seis, apenas um deles ingressou na universidade após a encampação pela UNESP em 1988, e os outros cinco já eram professores da antiga Universidade de Bauru. Quando as discussões sobre a reestruturação do currículo iniciaram-se, em 1989, somente o professor que entrou após a encampação possuía o título de mestre em Educação Física, enquanto o restante da equipe docente do Departamento possuía graduação e especialização *lato sensu*. Segundo os professores participantes da pesquisa, não havia nenhum docente, à época, com título de Doutor no departamento de Educação Física, e por isso, era tutelado por uma professora do Departamento de Biologia porque ela possuía tal titulação como nos explanam o Professor 06 e a Professora 03:

O departamento não era institucionalizado, era tutelado [...] A Mara era da biologia e era chefe lá [...] Porque não tinha, não tinha pessoal titulado suficiente para aquilo ali virar um departamento (PROFESSOR 06).

[...] a professora Mara que já tinha doutorado se bem que era biologia, mas dava aula no curso de Educação Física e foi chefe de departamento (PROFESSORA 03).

Este fato demonstra que, a falta de titulação era evidente no corpo docente do Departamento, e que por isso, um professor de outro curso tinha que assumir a chefia. Todavia, no momento da reforma curricular o Professor 06, por possuir o título de mestre, foi promovido à chefia do Departamento para assim dar prosseguimento às adaptações necessárias para a reorganização curricular.

[...] então quando eu defendi o mestrado, entendeu, eu virei chefe, aí me tiraram da...coordenação do curso [...] Fui ser chefe de departamento (PROFESSOR 06).

Nota-se pelo exposto que, no contexto da transformação curricular, apenas um docente do curso era Mestre, logo, seria ele quem iria coordenar tal mudança graças a sua titulação. Porém, este professor havia ingressado no Departamento há menos de um ano do término do prazo para a determinação da Resolução 03 de 1987 para a adequação curricular. Assim ele relata:

[...] aí eu entrei em abril de 89 né, em março de 90 tinha que fazer um novo currículo [...] porque tinha que fazer, entendeu, quem se habilitava, era maior abacaxi [...] a primeira coisa que você tem que fazer é mudar o currículo né (PROFESSOR 06).

O Professor 06 acabou sendo o responsável por chefiar o Departamento e novo currículo que deveria estar pronto e aprovado em menos de 12 meses. Dessa maneira, os docentes entrevistados foram questionados quanto à participação de cada um na mudança e estruturação curricular. Alguns professores participaram mais ativamente deste processo como nos informam as Professoras 01 e 03 e o Professor 02, que já eram docentes antes da encampação:

Daí houve uma discussão a gente entrou [...] Conversamos com professores e começamos a fazer o estudo aí, quais eram as disciplinas né, qual era a necessidade do curso e aumentamos aí a carga e também as disciplinas, algumas disciplinas que não haviam no primeiro, na primeira grade (PROFESSORA 01).

Consegui ainda fazer alguma coisa e pensava no curso como um todo, porque naquele momento nós tínhamos um ... não eram colegas de trabalho, era uma família, era muito...a socialização era muito grande, eram todos amigos e um colaborava sempre com o outro independente se ele era chefe se era coordenador, se era coordenador, se era um professor (PROFESSORA 03).

Olha, estando lá dentro a gente sempre participa né, eu sempre, fiz parte, sempre fiz parte da comissão de assessoramento, entendeu então é, coordenação de curso, é a gente sempre né, sempre faz parte de tudo, quer queira ou não você acaba sendo envolvido, beneficiado e outras vezes até prejudicado né (PROFESSOR 02).

A fala da Professora 01 sugere a existência de discussão referente à necessidade de aumento ou inclusão de disciplinas na futura grade curricular com intuito de atualizar o currículo em face as novas demandas do mercado de trabalho, como aponta Taffarel (1992, p. 52), já que “muitas propostas de reestruturação de currículo respondem a interesses imediatistas de mercado de trabalho”, mas Kunz et al. (1998), menciona ponto importante, diferentemente de Taffarel, ao mencionar que, apesar dos conflitos de posições, a criação do bacharelado foi uma resposta aos argumentos de que a formação do licenciado não vinha atendendo às qualificações necessárias para a intervenção profissional no campo de trabalho não-escolar. O autor afirma que, em resposta a esta crescente demanda, os cursos de licenciatura plena - como é o caso da UNESP Bauru - foram incorporando a seus currículos diferentes disciplinas de fundamentação, que fazem referência à expansão e diversificação do mercado. Barros (1993, p. 11) ainda nos fornece motivos para justificar a importância de uma área de intervenção atender ao mercado de trabalho quando cita os critérios definidos por Flexner para caracterizar uma atividade profissional, entre eles:

A profissão é prática. Sendo guiada pelo intelecto, a atividade profissional é prática e útil à sociedade, prestando-lhe serviços [...]

A Profissão é dinâmica [...] Uma profissão não pode permanecer estática. Ela deve sempre acompanhar o desenvolvimento relativo a sua área de atuação para manter e aprimorar a qualidade dos serviços prestados à sociedade. Implícito nesta afirmação está que a profissão deve examinar sempre as bases práticas, renovando-se na aplicação de novas técnicas e novos conhecimentos, a fim de melhorar sempre o serviço prestado à comunidade

O autor avança também quando afirma que os profissionais de Educação Física precisam enfatizar mais os aspectos profissionais na prestação de seus serviços aprimorando-os, pois, a especialização dos profissionais, conforme o mercado de trabalho possibilita a organização da profissão de forma mais clara para ser identificada pela sociedade, assim Barros (1993, p. 14) em relação à Resolução 03/87 afirmava “existe uma nova proposta de currículo que pretende contribuir para a formação profissional em Educação Física [...] busca oferecer uma formação abrangente com ampla visão da realidade social aprofundamento do conhecimento pertinente ao campo da ação profissional”.

Ainda segundo Kunz (1993), o currículo, bem como as leis e diretrizes gerais da Educação Nacional, nem sempre são elaborados isentos de conflitos e tensões, a partir dos pontos de vista científico, político e da prática educacional corrente. Dessa maneira, o autor sugere que “para deixar transparente determinado modelo curricular, é necessário analisá-lo sempre a partir destas três categorias básicas, ou seja, ciência, política e prática sócio-educacional” (KUNZ, 1993, p.59). Contudo, Sacristán (2000) compreende que se o currículo expressa o plano de socialização por meio das práticas educacionais, a capacidade de modelação que os professores têm é um contrapeso possível se exercida adequadamente. Dessa maneira qualquer estratégia de inovação ou de melhora da qualidade da prática do ensino deve considerar o poder modelador dos professores, pois estes de fato exercem num sentido ou noutro, para enriquecer ou empobrecer as propostas originais das diretrizes curriculares (SACRISTÁN, 2000). O que se quer enfatizar é, ainda que as diretrizes curriculares venham de ‘fora’ da instituição de ensino, o professor tem papel decisivo na aplicação destas propostas, não somente no planejamento do currículo, mas também, na prática pedagógica que será resultado deste currículo. Todavia, Sacristán (2000, p. 168) alerta que “autonomia sempre existe, mas suas fronteiras também. É preciso ver a autonomia profissional de cada professor individualmente considerado, ou da profissão como grupo de profissionais dentro do quadro de determinantes da prática”.

Contudo, houve também quem não participou ativamente ou diretamente na elaboração do currículo, como o Professor 04.

Então, essa mudança de currículo eu realmente não tive muita participação, poucas reuniões eu pude participar, eu tive tempo disponível com as disciplinas que eu lecionava, com o mestrado que eu tava fazendo, com os projetos de extensão, três projetos de extensão a comunidade, realmente não me sobrava tempo pra poder, as reuniões, pra participar (PROFESSOR 04).

Não obstante o próprio Professor 02 fazer parte da comissão de assessoramento, como já citado, sua participação não foi tão ativa:

[...] foi uma questão mais de concordância naquele momento né (PROFESSOR 02).

Nesse momento é destacada a participação do Professor 06 como chefe e líder na elaboração do novo currículo, segundo seus colegas:

[...] porque quando veio o *Elton* [Professor 06] que, que ele dizia “ah mas aprendizagem, controle, não tem”... é... mas a gente tinha o crescimento e desenvolvimento quer dizer, não tinha tanta necessidade daquilo, mas...é como a gente não era o mestre né, e a gente acatava algumas, algumas opiniões, né, dele...(PROFESSORA 01).

Liderou foi o *Elton* [professor 06] [...] Ele liderou porque eu lembro que eu estava sempre junto com ele (PROFESSORA 05).

O próprio Professor 06 menciona a sua liderança na organização e estruturação do currículo na reforma de 1990.

[...] veio a bucha pra mim né? A bucha pra mim e eu nunca tinha, nunca fiz currículo na minha vida. Acho que ninguém fez né? Nunca tinha feito, porque essa oportunidade não é sempre que aparece né? [...]

ENTREVISTADOR: Acabou ficando em suas mãos?

ENTREVISTADO: Sozinho, por um lado é bom, porque a coisa anda mais rápido como tinha que andar, mas por outro lado, posso errar muito, porque sou só eu, não se discute né? Não se discutiu nada né, a minha sorte também é que eu representava a Fefisa nos conselhos de Educação Física né, porque eu acho que eu tenho alguma coisa aqui de conselho e aí ... eu ... era uma dificuldade eu como eu tava lá no CONDEFESP - Conselho Diretores de Escolas de Educação Física do estado de São Paulo, alguma coisa assim, eu já tinha discutido alguma coisa com eles lá, assistido palestra e tal né, já tinha debatido entre os diretores né o que vai fazer e mais a USP né, as discussões na USP (PROFESSOR 06).

De acordo com o relato do Professor 06, é contundente afirmar que foi ele quem colaborou de maneira mais ativa para a elaboração do novo currículo, especialmente pelo fato

de possuir, segundo o próprio relato, certa experiência, uma vez que participou das reuniões do Conselho de Diretores de Escolas da Educação Física do estado de São Paulo – quando foi professor na Faculdade de Educação Física de Santo André (FEFISA) -, além de ter cursado mestrado, em meados da década de 1980, na USP – que passava por profundas discussões sobre a formação em Educação Física, cuja articulação se dava por intermédio dos professores Mariz de Oliveira, Go Tani, entre outros. Para o Professor Go Tani, o termo Educação Física era inadequado para caracterizar a área de conhecimento, assim ele propôs o termo Cinesiologia sendo composta pelas subáreas biodinâmica do movimento humano, comportamento motor e estudos sócio culturais do movimento humano (AZEVEDO; MALINA, 2004; GÓIS et al., 2012, VERENGUER, 1996).

Não obstante o Professor 06 ressaltar as discussões sobre formação profissional na Educação Física nos anos 1980, Mendes (2005) fez um estudo referente à produção científica do tema ‘currículo e ensino superior em Educação Física’ entre 1987 e 1996, e concluiu que até meados da década de 1990 os estudos sobre tal temática eram insatisfatórios dada a pouca publicação de trabalhos sobre ‘currículo’, bem como, a pouca utilização de literatura específica nestes trabalhos. Para Kunz (1993, p. 59), a prática da pesquisa em currículo na Educação Física não era frequente, pois, conforme o autor, “são reduzidas as pesquisas que se ocupam com este tema tão relevante. E assim mesmo, quando elas acontecem, normalmente é por uma exigência institucional”. Mocker (1993, p. 61) acentua que ter pressupostos teóricos e fundamentos claros a respeito de teorias curriculares são questões básicas para elaborar e reestruturar qualquer proposta curricular. É importante considerar, além disso, que o currículo faz parte de um todo, de um contexto, embora, denuncie a autora, em Educação Física são “poucos profissionais a conhecerem teorias curriculares [...] o que resulta em conduzir, construir cursos [...] em questões legais (normas, créditos, disciplinas, critérios estabelecidos pelo Conselho Federal de Educação)”. Sacristán (2000) afirma que o currículo é uma prática desenvolvida por vários processos e que na atividade pedagógica o professor é um elemento de primeira ordem na concretização desse processo. Daí a importância do coletivo de professores planejar e elaborar o currículo de forma conjunta e democrática. Novamente Sacristán (2000, p. 166) esclarece “essa ideia de mediação, transferida para a análise do

desenvolvimento do currículo na prática, significa conceber o professor como um mediador decisivo entre o currículo estabelecido e os alunos [...]", portanto cabe ao planejamento curricular "reconhecer esse papel mediador [que] tem consequências no momento de se pensar modelos apropriados de formação de professores".

Logo, visualiza-se que neste período as discussões sobre currículo de formação profissional por partes dos docentes universitários estavam distantes da bibliografia específica ao tema, o que certamente poderia contribuir no caso da UNESP Bauru propiciando maior conhecimento específico na construção e elaboração da estrutura curricular naquele momento, para elucidar, o próprio Professor 06 cita onde buscou referência para organização na reforma de 1990:

[...] eu falei "bom o único jeito que eu vou ter pra me apoiar, o que eu vou ter que fazer é pegar o currículo de rio claro" que é UNESP, porque esse currículo além de elaborar ele tinha que ser aprovado pelo conselho, pela reitoria de graduação [...] tinha que ser aprovado lá, tinha que ir pro parecerista, dava o parecer dele ia lá e o conselho... e a pro reitoria aprovaria ou não, agora tinha que aprovar, em 90 era lei federal, tinha que mudar os currículos e acabou, então me juntei, eu falei " bom eu vou pegar o currículo da USP, Rio Claro [UNESP], vou ficar mais na de Rio Claro e da UNICAMP, as duas universidades estaduais, não posso fugir muito disso, né, dessas duas, das outras duas, aí fiz entendeu, baseei naquilo ali e foi ai que pela legislação tinha que ser aquela história lá dos conhecimentos ... aqueles três conhecimentos lá, aqui ... conhecimento filosófico, conhecimento da sociedade, conhecimento do ser humano (PROFESSOR 06).

É interessante mencionar que o Professor 06 afirma ter utilizado os currículos da Universidade de São Paulo (USP), da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e da Universidade Estadual Paulista (UNESP de Rio Claro) como bases para elaborar o currículo da UNESP de Bauru. Segundo o professor João Batista Tojal⁴⁰, os currículos de graduação da

⁴⁰ Informação concedida por meio de questionário enviado via e-mail ao professor João Batista Andreotti Gomes Tojal. A princípio, o professor Tojal concederia entrevista - ao pesquisador - referente ao contexto acadêmico e profissional da Educação Física no momento do debate e aprovação da Resolução 03/87. Entretanto, o referido Professor não pôde conceder entrevista em virtude da dificuldade nas datas, já que o

UNESP de Rio Claro, da UNICAMP e da USP influenciaram a Resolução 03/87 por já oferecem a habilitação do bacharelado em Educação Física antes mesmo da Resolução, evidenciando assim que os currículos da UNESP e Rio Claro, da UNICAMP e da USP não influenciaram somente o curso da UNESP de Bauru, mas de todas as instituições de ensino superior em Educação Física no Brasil via a Resolução 03/87.

Ao consultar aos planos de ensino e toda documentação oficial sobre a reforma curricular de 1990, foram encontrados diversos documentos, entre os quais dois pareceres que se relacionavam à reforma curricular da UNESP Bauru, redigidos pelo Professor Dr. José Maria Camargo de Barros do Departamento de Educação Física da UNESP de Rio Claro. O primeiro parecer apontou melhorias e adaptações na carga horária e na distribuição das disciplinas e, após as devidas correções, foi encaminhado novamente para o Professor Dr. José Maria, o qual aprovou definitivamente a grade curricular do curso.

Assim neste tópico, é possível notar conforme os relatos, que a urgência para a elaboração e aprovação da nova estrutura curricular do curso em menos de um ano, a falta de titulação acadêmica do corpo docente bem como a não participação ativa de todos os membros da comissão de reestruturação (por ocasião justamente da busca da titulação) que refletiu no maior envolvimento do coordenador de curso e provavelmente o pouco contato com produção acadêmica específica sobre currículo de formação profissional como já citou Mendes (2005) criaram as circunstâncias que determinaram efetivamente para nova grade curricular finalizada em 1990.

A partir da análise sobre o curso de Educação Física de Bauru construída pelos docentes membros da UNESP Bauru à época da reformulação do curso, torna-se imprescindível ponderar sobre os objetivos da reforma e explicar, concretamente, sobre as etapas e características do processo de reestruturação do curso, na visão, e a partir das considerações, opiniões e experiências dos professores entrevistados.

4.5. O PROCESSO DA REFORMA CURRICULAR E OS SEUS OBJETIVOS NA ÓPTICA DOS DOCENTES

Nesta subcategoria busca-se questionar os professores a respeito dos objetivos da reestruturação ocorrida em 1990. Todavia, sabe-se que a reforma do currículo era obrigatória, de acordo com a Resolução número 03, de 16 de junho de 1987, que fixava os conteúdos mínimos a serem observados nos cursos de graduação em Educação Física e que criava a habilitação em bacharelado, além da manutenção do curso de licenciatura em Educação Física. (BRASIL, 1987b). O artigo 6º da resolução mencionava:

Art. 6º - A Adaptação do currículo baixado pela Resolução 69/69 ao currículo ora aprovado far-se-á por via regimental, segundo os recursos e interesse de cada instituição, até o prazo máximo de janeiro de 1990, sem prejuízo de sua implantação, em 1989, nas entidades que assim possam proceder.

Parágrafo único – As adaptações regimentais a que se refere o caput deste artigo serão apreciadas pelos respectivos Conselhos de Educação.

Fica evidente que, até o ano de 1990, todos os cursos de Educação Física do Brasil deveriam enquadrar-se na referida Resolução, para estarem legalizados. Destaca-se ainda que tal legislação mudava substancialmente o currículo de graduação em Educação Física pois aumentava a carga horária de 1800 horas-aula para 2800 horas-aula, o que deveria ser cumprida em, no mínimo, quatro anos e não mais em três anos, desde a Resolução nº 69 de 1969, que vigorava até então. Os relatos apontam que um dos objetivos da Reforma do currículo foi atender à obrigatoriedade da Resolução de 1987, pois:

Adequação da lei, adequação [...] Adequação da lei, adequação, agora só que no momento que era, um momento de transição (...) agora tinha que aprovar, em 90 era lei federal, tinha que mudar os currículos e acabou (PROFESSOR 06).

[...] primeiro atender legislação, todas as reestruturações elas nunca são aleatórias, ela atende legislação (PROFESSORA 03).

Em relação da obrigatoriedade por lei da mudança curricular para cursos de graduação em Educação Física, Taffarel (1988, p. 29) afirma que:

[...] a reestruturação de seus respectivos currículos [de graduação em Educação Física] deu-se sempre por determinação legal, como se observa no caso das Resoluções 69/69 e 03/87. Porém, reestruturações curriculares realizadas por auto-determinação e avaliação crítica do processo de formação profissional até o momento não chegaram a ocorrer.

Pellegrini (1988, p. 249) pontua que o processo de alteração curricular, até aquele momento se procedeu de forma mercadológica, visto que:

As mudanças quando ocorrem, foram provocadas pelas tendências do mercado de trabalho e não fruto de uma reflexão sobre a qual deva ser a formação de uma profissional da atividade física [...]

Entretanto, um dos fatores que maior influenciou as discussões concernentes ao parecer 215/87 e posteriormente a Resolução 03/87 foi justamente a expansão e diversificação do mercado de trabalho na área da Educação Física no final da década de 70 e início da década de 80 no Brasil. Ainda, Barros (1993, p. 12) menciona como o campo profissional de atuação é importante na formação profissional já que “os conhecimentos e habilidades exigidos no desempenho profissional são comunicados e ensinados aos futuros profissionais através dos cursos de preparação específica” deste modo o autor define que “a especialização necessária para uma área de atuação profissional” como no caso da Educação Física “define os conteúdos dos currículos de cursos de preparação dos futuros profissionais”.

A maioria dos cursos de Educação Física naquele contexto deveriam fazer grandes mudanças na sua estrutura curricular, mas, não somente na nomenclatura ou mudança de disciplinas, mas também, em relação ao aumento da carga horária e da duração do curso. Com a UNESP de Bauru não foi diferente, e os relatos docentes auxiliam na compreensão das mudanças e das adequações a que o curso se submeteu.

É, é... em 86, final de 86 primeiro ano de Educação Física ou começo de 87, saiu uma reestruturação dizendo que a partir de 90 o currículo mínimo seria em quatro anos aí já começamos a pensar em mudança de currículo né, essa reestruturação (PROFESSOR 04).

Nós permanecemos com currículo na encampação houve aí uma exigência de mudança de currículo e inclusive eram 03 anos o curso e aí a reestruturação nós passamos para 04 anos, inclusive pela lei também, na exigência das disciplinas, nós passamos o curso para 04 anos

(PROFESSORA 01).

Os relatos da Professora 01 e do Professor 04 corroboram obrigatoriedade legal da Resolução 03/87 para as mudanças curriculares naquele momento. Segundo Kunz (1993), as questões curriculares mais amplas, são sempre decididas em processo político-legal, sendo resultado de determinadas ações políticas e sociais que conduzem a uma revisão de programas e planejamentos curriculares das instituições educacionais. Assim, entende-se nesta lógica o currículo apenas como elaboração formal de documentos que fixam resoluções únicas para instituições similares (centros universitários, escolas, etc.) para determinar o quê ou para quem, em que contexto e com que articulação de tempo ou conteúdo a Educação Física deve ser ensinada.

Entretanto, esta Resolução, no seu cerne, representava uma mudança significativa para a Educação Física brasileira, que passava pela chamada ‘crise de identidade’ em busca de um ‘status’ profissional, desde meados dos anos 1980, sendo que, a Resolução que vigorava até aquele momento era do ano de 1969 (AZEVEDO; MALINA, 2004). O paradigma da Educação Física e formação profissional, que se pautava na aptidão esportiva, eram questionados naquele momento por pesquisadores e docentes universitários, especialmente, aqueles que buscaram nos referenciais teóricos das Ciências Humanas embasamento para refutar este modelo calcado em aspectos biológicos, em sua maioria. Assim, a área da Educação Física passava por uma transformação em busca de mudanças relevantes, bem como, a justificativa para sua consolidação como uma disciplina acadêmica e como ciência. A nova Resolução contribuiu na atuação profissional em Educação Física, pois, a partir daquele momento, teria na sua formação inicial maior embasamento científico visto que:

Art. 3º Os currículos plenos para os cursos de graduação em Educação Física terão duas partes:

a) Formação Geral (humanística e técnica)

b) Aprofundamento de Conhecimentos

§ 1º Na Formação Geral serão consideradas as seguintes áreas de conhecimento:

a) De cunho humanístico.

CONHECIMENTO FILOSÓFICO - compreendido como conhecimento filosófico o resultado de reflexão sobre a realidade, seja no nível da práxis, a própria existência cotidiana do profissional de Educação Física, relacionada

com eventos históricos, sociais, políticos, econômicos, seja no nível da teoria, apresentação rigorosa através das ciências dessa mesma práxis. O conhecimento filosófico deve consistir na articulação da práxis pedagógica com as teorias sobre o homem, a sociedade e a técnica.

CONHECIMENTO DO SER HUMANO - entendido como o conjunto de conhecimentos sobre o ser humano, durante todo seu ciclo vital, no que concerne aos seus aspectos biológicos e psicológicos, bem como sua interação com o meio ambiente, face à presença ou ausência de atividades de Educação Física.

CONHECIMENTO DA SOCIEDADE - entendido como a compreensão da natureza social das instituições, sistemas e processos, com vistas a uma efetiva contribuição da Educação Física para o desenvolvimento do indivíduo e da sociedade, considerando-se especificamente a realidade brasileira.

b) De cunho técnico (que deverá ser desenvolvido de forma articulada com os conhecimentos das áreas de cunho humanístico acima referidas).

CONHECIMENTO TÉCNICO- entendido como o conjunto de conhecimentos e competências para planejar, executar, orientar e avaliar atividades da Educação Física, nos campos da Educação Escolar e Não – Escolar contribuindo para a geração e a transformação do próprio conhecimento técnico (BRASIL, 1987b, p. 01).

É oportuno mencionar também que esta Resolução não ampliou apenas a carga horária, a duração do currículo em aspectos quantitativos, ou inserir conhecimentos científicos na formação profissional, mas também, para atender a ampliação das novas demandas que se originaram no mercado de trabalho, especialmente no campo “não escolar”, como academias, clubes esportivos, hospitais e clínicas. Dessa maneira, a legislação criou a habilitação do bacharelado para atender a essa necessidade da atuação extraescolar e do ‘status’ profissional da área. Destarte, elucidamos na legislação em seus dois primeiros artigos:

Art. 1º A formação dos profissionais de Educação Física será feita em curso de graduação que conferirá o título de Bacharel e/ou Licenciado em Educação Física.

Art. 2º Os currículos plenos dos cursos de graduação em Educação Física serão elaborados pelas instituições de ensino superior, objetivando:

a) possibilitar a aquisição integrada de conhecimentos e técnicas que permitam atuar nos campos da Educação Escolar (pré-escolar, 1º, 2º e 3º graus) e Não-Escolar (academias, clubes, centros comunitários/condomínios etc).

b) desenvolver atitudes éticas, reflexivas, críticas, inovadoras e democráticas;

- c) prover o aprofundamento das áreas de conhecimento, de interesse e de aptidão do aluno, estimulando-o ao aperfeiçoamento contínuo;
- d) propiciar a auto-realização do estudante, como pessoa e como profissional (BRASIL, 1987b, p. 01, grifo nosso).

O texto legal enfatiza que a partir de então se criava a nova habilitação para a formação profissional em Educação Física para, assim, atender a novas exigências de atuação profissional como já mencionado. Ou seja, a Resolução respondeu às exigências do mercado extraescolar. O Professor 02 e a Professora 01 exemplificam o surgimento, naquele contexto, de novos ramos de atuação profissional além da escola:

aí o cara começou a criar escolinha de basquete, escolinha disso, escolinha daquilo, [...] o particular que vende as coisas, olhou pra isso cresceu o olho e falou ‘pera aí, pô, precisamos abrir um negócio aqui, pra formar esses caras, porque esses caras não tem formação que estão trabalhando aí’, era o ex-atleta, o quase aluno, era o estagiário, entendeu, aí o cara mandou bala, abriu isso daí e as públicas tiveram que entrar também na barca, porque é concorrência, é mercado, né (PROFESSOR 02).

Pro mercado de trabalho, pra melhorar o mercado de trabalho, não apenas a licenciatura, porque era licenciatura que permaneceu licenciatura até pouco tempo [...] assim começa a aparecer as academias, né, na época então essa reestruturação na verdade ela foi voltada um pouco mais para atendimento né [...] mas naquela época era mais para o mercado de trabalho para atender as necessidades embora os professores ainda não tinham assim uma formação para algumas é...vamos dizer assim... algumas disciplinas específicas né pro mercado de trabalho (PROFESSORA 01)

As falas da Professora 01 e do Professor 02 apontam o que já se destacava naqueles anos. Barros (1993, p. 14) auxilia-nos a compreender tais nuances ao diagnosticar que “a especialização, conforme o mercado de trabalho, possibilitará a organização da profissão de forma mais clara para ser identificada pela sociedade”. No entanto, Carmo (1988, p. 75) discorda deste argumento acerca de uma mudança curricular baseada em influências mercadológicas, pois, “a argumentação de que o mercado de trabalho está a exigir este ou aquele profissional e, portanto, precisamos oportunizar aos alunos condições de ocuparem estes ‘espaços’ é no mínimo simplista e mecânica”. Ainda segundo o autor, se este raciocínio for levado em consideração, cada vez que a mídia apontar uma novidade, os cursos terão que reestruturar seus currículos para atender às novas demandas profissionais, por exemplo.

Santin (1992), ao refletir sobre as bases curriculares para a Educação Física aponta que tal reflexão se desenvolve em dois momentos: a) os obstáculos; b) sobre a procura de caminhos. No primeiro momento, segundo o autor, o currículo de formação foi responsabilizado como fator principal da ineficiência universitária, gerando, desse modo, um inimigo para as reformas do currículo: a unanimidade para sua atualização. Ao se acreditar que a solução seria apenas atualização curricular, a possibilidade de que a desatualização estaria diretamente ligada a “quem maneja” o currículo não teve tratamento austero que merecia naquele momento.

Ademais, temos duas visões distintas em relação à Resolução 03/87, sendo que Mocker (1993, p. 60), faz críticas referentes à nova Resolução naquele momento, pois para ela as reformulações curriculares gestadas nos cursos de Educação Física a partir da Resolução 03/87 sofreram uma ‘endemia’ pois “repercutem ideias e concepções que lhe dão suporte, sem no entanto possibilitar-lhe clara identificação”. Conforme a autora “o fazer prático impregnado na Educação Física não poderia deixar de sugerir uma reconstrução curricular com base em listagem de disciplinas” (MOCKER, 1993, p.60), o que resultou ainda em “propostas autocráticas, apesar de toda efervescência em debates que a área vinha sofrendo nos últimos anos” (MOCKER, 1993, p.60).

Já Barros (1995), aponta aspectos positivos da Resolução 03/87, pois esta representou a emancipação da Educação Física no Brasil, visto que o modelo de currículo que vigorava era regulamentado pela Resolução 69/69, que fixava um currículo mínimo de disciplinas e conteúdos para a formação dos professores de Educação Física. Para ele a nova legislação avançou se comparada a resolução anterior, pois:

Até 1987 todos os cursos de Graduação em Educação Física, diríamos, vestiam uma camisa de força imposta pelo CFE, que restringia as suas possibilidades ao oferecimento do curso de licenciatura, e complementarmente, o de Técnico esportivo (BARROS, 1995, p.71).

Ainda para o autor, esse quadro “limitava a motivação dos estudiosos da área e a responsabilidade das Instituições de Ensino Superior envolvidas na preparação desses profissionais. Esta situação não possibilitou à Educação Física descobrir a si mesma” (BARROS, 1995, p.71-2), visto que, em sua trajetória, a Licenciatura em Educação Física não

havia sido totalmente aceita pela Pedagogia, pois não assumia o corpo no processo educativo, e também não fora reconhecida pela área biológica, uma vez que tinha apenas a preocupação com a formação de professores.

Ademais, o ‘currículo mínimo’, que vigorava desde a legislação de 1969, tornava-se padrão, ou seja, tinha de ser adotado em todas as instituições de ensino superior de Educação Física no Brasil. Em consequência, tal currículo ignorava as diferenças regionais inerentes aos locais onde os cursos estavam inseridos, o que contribuía para a construção de uma formação descontextualizada, que desconsiderava singularidades, demandas e particularidades do profissional e estudante em várias áreas do país - além de algumas instituições não adicionarem em seus currículos nenhuma disciplina complementar, elevando o currículo mínimo ao patamar de currículo pleno - (SILVA; SOUZA, 2010). Nesse aspecto a legislação de 1987 no seu artigo 3º, inciso 3º, avança na seguinte característica:

A parte do currículo pleno denominada Aprofundamento de Conhecimento deverá atender aos interesses dos alunos, criticar e projetar o mercado de trabalho considerando as peculiaridades de cada região e os perfis profissionais desejados. Será composto por disciplinas selecionadas pelas IES e desenvolvidas de forma teórico-prática, permitindo a vivência de experiências no campo real de trabalho (BRASIL, 1987b, grifo nosso).

Esta particularidade que a Resolução reservava para atender às demandas e exigências regionais também foi levada em consideração na proposta curricular do curso da UNESP de Bauru, conforme nos relata a professora 03:

[...] então a gente vai acoplando com a necessidade local porque o campus tá em Bauru tá, que nós tínhamos que pensar não no curso licenciatura de Educação Física como um todo, mas sim ele inserido em Bauru, um centro geográfico que nós tínhamos que atender a população toda em volta, então tinha que trabalhar com aquele perfil também (PROFESSORA 03).

Contudo, Santin (1992) destaca que o currículo, com a pretensão de ser renovador, deve pensar nas prerrogativas exigidas pelo mercado de trabalho. As disciplinas não devem ser prioritariamente, para o autor, estabelecidas a partir de um acervo de conhecimentos, mas sim a partir da demanda do mercado de trabalho, desse modo, para que este currículo atenda com clareza as demandas do mercado de trabalho, (já que uma das características de uma profissão é a qualidade dos serviços prestados a comunidade), então, a formação profissional

e, por conseguinte o currículo deve enxergar as necessidades do mercado de atuação do futuro profissional.

Alguns autores se opõem a Resolução 03/87 por esta se basear nas demandas do mercado de trabalho, como Mocker (1992, p. 61) ao pontuar que “um princípio fundamental para a análise curricular é o trabalho. Porém, não o entendimento de formação profissional como preparação para o mercado”, pois isso, “resulta em conduzir fundamentalmente, em bases instrumentais (tendo como função a produtividade no mundo do trabalho)” bem como, Carmo (1987, apud TAFFAREL, 1990, p. 29) que critica a Resolução 03/87, pois esta “representa uma síntese do pensamento de indivíduos que a gestaram e a elaboraram dentro de determinadas condições materiais”, tal como Taffarel (1992, p. 30) que critica as “fortes pressões do mercado esportivo sobre o currículo de formação profissional [...] A idolatria do corpo, as tendências da moda, o marketing, os grandes negócios [...]”, pois, para a autora esses são aspectos “consideráveis que, de uma forma ou de outra forma exercem pressões no processo de reestruturação curricular” dessa maneira, pontua a autora, que “estas forças são intermediadas pelos elementos cooptados que as representam e as asseguram no processo de decisões curriculares”.

Santin (1992) ressalta que as ofertas do mercado tornam-se cada vez mais escassas, assim, a licenciatura procura introduzir conteúdos que aumentem o leque para o acesso deste mercado, Kunz (1993) destaca que as mudanças curriculares normalmente intencionam:

- a) Reforçar a base de legitimação de prática da Educação Física e Esportes em instituições de ensino;
- b) Introduzir conteúdos novos;
- c) Mudar a organização, e a forma de organizar e avaliar os conteúdos do ensino em função da descoberta de novas tendências teóricas; (KUNZ, 1993, p.59).

Para Kunz (1993), uma mudança neste sentido, se reduz ao reorganizar somente conteúdos, gerando como consequência, um ‘novo pacote curricular’ que propõe novos objetivos, novos conteúdos ou disciplinas, bem como, formas diferentes de organizar o ensino e seus instrumentos de avaliação e controle, dessa forma, a função política da Educação Física se concretiza a partir de seus currículos, tanto nas escolas, quanto na formação profissional.

Não obstante o currículo seja apenas um dos fatores determinantes para o ensino da Educação Física, o autor alerta que requer uma análise profunda e ampla para melhor poder decidir sobre as possibilidades máximas do movimento humano no processo da formação humana. Escobar (1988) menciona que existem dois aspectos que devem ser considerados no que diz respeito à formação profissional. O primeiro refere-se à própria identidade da Educação Física e o segundo, à identidade do profissional que deve ser formada, considerando que ambos os aspectos referem-se à essência do currículo que se deseja construir.

O texto de justificativa e objetivos do curso de Educação Física da UNESP Bauru datado de 1989 cita que, para sustentar a profissão de Educação Física, faz-se necessário um corpo de conhecimentos que caracterize e apoie o futuro profissional, determinando qual será seu objeto de estudo. No texto pontua-se que o objeto de estudo da Educação Física é o “movimento humano”, em relação à atividade física, uma vez que nenhuma outra área de conhecimento estuda esse assunto (UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA..., 1989). Pellegrini (1988, p. 252) faz afirmação semelhante quando menciona que “A Educação Física, antes de mais nada deve se preocupar em garantir o pleno desenvolvimento do ser humano[...] deve centrar suas atenções, [...] na educação do movimento para que a educação pelo movimento possa posteriormente ocorrer”. Na fala de um dos professores, é mencionado o caráter científico da Educação Física como objeto de estudo, a partir daquela reforma de currículo, pois:

Era o estudo do ser humano em movimento, uma produção científica, tinha que produzir cientificamente, produzir, escrever, projeto e tal (PROFESSOR 04).

Na citada justificativa, foi proposto pelo departamento um curso de bacharelado em Educação Física, que formaria os futuros profissionais para atuação em ambientes não escolares. A justificativa é expressa da seguinte maneira:

A nova proposta curricular apresentada oferece, além da Licenciatura, o Bacharelado; entendendo-se que, este último contribuiria para a consolidação da Educação Física como disciplina acadêmica ou área de conhecimento (UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA..., 1989, p.01).

Conforme João Batista Tojal ⁴¹, as bases curriculares que subsidiaram as discussões, no contexto da aprovação da Resolução 03 de 1987, foram “preparação sustentada por conhecimentos científicos, no caso, inicialmente, a formação para atendimento em saúde e demais serviços fora do sistema Escolar, como Lazer, Esporte e Movimento Humano e depois foi colocado o estudo da Motricidade Humana [...]”. Na opinião do Professor Tojal, “o Importante foi a implementação de uma base curricular que estudava o Ser Humano, a Sociedade, a Natureza e Materiais e Equipamentos [...]”.

Dessa maneira é convincente que naquelas circunstâncias, os professores do Departamento de Educação Física da UNESP Bauru compartilhavam da concepção de Educação Física pautada no trato científico como respaldo e fundamento para o exercício profissional. Ainda que a proposta do bacharelado não tenha sido aprovada no campus de Bauru, na proposta da Licenciatura também é citado:

Objetiva-se com a presente proposta curricular, na modalidade licenciatura formar profissionais habilitados ao exercício docente em escolas de 1º e 2 graus e desenvolver a formação da atitude científica (UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA..., 1989, p.02, grifo nosso).

Os professores confirmam essa compreensão conforme os relatos e apontam:

[...] deixando como uma disciplina acadêmica que tem que estar na universidade sabe querendo dar um cientificismo que não tinha né, não tinha né, não havia, ninguém fazia pesquisa, ninguém fazia nada né (...) (PROFESSOR 06).

[...] por essa questão que eu disse o entendimento das coisas, fazer com maior embasamento, é de uma universidade é... de uma faculdade que fazia

⁴¹ Informação obtida via questionário, como já citado na nota anterior.

parte de uma universidade particular né, essa era a mudança, pra uma faculdade que ia fazer parte da uma universidade publica né, onde, ali você não faz mais nada sem que exista um embasamento científico por trás, um caráter acadêmico, uma coisa mais assim (PROFESSOR 02).

Os relatos acima representam as reflexões suscitadas no âmbito acadêmico da Educação Física entre as décadas de 1980 e 1990, pois, para justificar-se como uma disciplina acadêmica (em busca do status profissional no ensino superior), a Educação Física deveria se legitimar e se justificar como Ciência. Diversas reflexões e argumentações foram produzidas com o intuito de caracterizar a Educação Física como disciplina acadêmica, das quais se destaca a defendida por Manoel (1986 apud VERENGUER, 1997, p. 167), que focaliza o significado e a importância do estudo do movimento para o humano.

o movimento humano e sua significância para o homem, como um aspecto básico, ainda não foi explorado por nenhuma disciplina porque se tem considerado o movimento mais como um meio para outros fins, e acreditamos que esta função não cabe à Educação Física, pois para ela o movimento humano é o ponto inicial e final.

Tani (1989 apud VERENGUER, 1996, p. 168) informa ainda que o movimento humano pode ser reconhecido como um objeto de investigação que pode trazer conhecimentos para a Educação Física. Além disso, segundo o autor, o termo Educação Física é inadequado para caracterizar a área de conhecimento, e por isso propõe a nomenclatura Cinesiologia, aludindo ao fato de que o estudo do movimento humano, identificado por ele como Cinesiologia, caracteriza-se por uma disciplina acadêmica que forneceria conhecimento para as áreas profissionalizantes que têm sua intervenção na sociedade mediada pelo estudo, prática e análise do movimento humano. A fundamentação teórica também foi defendida por Mariz de Oliveira (1993, p. 14 apud VERENGUER, 1997, p. 169) como aspecto importante para a consolidação da Educação Física no meio acadêmico e profissional, pois “[...] a caracterização principal desse relacionamento acadêmico deve ser a preocupação constante com a produção e acúmulo de conhecimentos envolvendo o entendimento e explicação da motricidade humana”.

Além disso, a Professora 03 e a Professora 05 sugerem também, a necessidade de atualização do currículo do curso, pois para elas:

[...] necessidade do curso, a necessidade do que? Bom andamento do curso com todas as mudanças que tem, com toda né, o próprio passar dos anos né, que acabe sendo obsoleto [...] (PROFESSOR 03).

Da Educação Física, do currículo, e porque a coisa tava mudando, como mudando, não podia você ficar ali só com a Calistênia (PROFESSORA 05).

Barros (1993, p. 14) já constatava a importância de atualizar a grade curricular dos cursos de formação profissional, já que “os currículos dos cursos de graduação em Educação Física eram eminentemente práticos e rígidos [...]”, sobretudo porque tais currículos “não faziam grandes exigências de estudos teórico-científicos da prática profissional proposta”. No entanto, neste novo momento, pós-Resolução 03/87, o autor postula que “o profissional deve sempre estar atualizado, garantindo o alto padrão de serviço [...]”, e para isso deveria ser formado para desenvolver “[...] ampla visão da realidade social, aprofundamento de conhecimento pertinente ao campo da ação profissional e dos métodos e técnicas necessárias à ação”. Em meados da década de 1980, Pellegrini (1988, p. 249) já denunciava a falta de atualização do currículo de graduação, ao diagnosticar que “não é raro encontrarmos cursos de licenciatura com a mesma estrutura curricular de 10 ou 20 anos atrás [...]”.

Dessa maneira é perceptível também que a Resolução de 1987 emergiu, entre outros fatores, como uma reformulação para atender à demanda mercadológica pelo qual passava o campo da Educação Física, bem como, pela busca de um modelo que justificasse sua posição na sociedade e sua presença na universidade como profissão, comprovada e apoiada no conhecimento científico e seus fundamentos teóricos, que legitimassem seu processo de profissionalização, conduzindo assim a Educação Física para novas reflexões e direcionamentos que auxiliaram também para uma nova concepção no processo de formação profissional (ANTUNES, 2009).

Neste contexto, a Resolução 03/87 reflete um amadurecimento profissional, acadêmico e também científico do campo da Educação Física, pois, o reconhecimento da área, antes vista somente como formação de um professor escolar, não atendia mais às necessidades da população para atividades especializadas que iam além do contexto educacional. Além disso, a legislação e tudo o que a envolve permitiu a identificação do campo da Educação Física como área acadêmica de estudo, um resultado alcançado a partir da implantação da

pós-graduação no final da década de 1970, conforme Barros (1995). Outro ponto importante da citada resolução refere-se à liberdade na discussão do currículo, desatrelado das características do “currículo mínimo”. Oliveira (1995, p. 209) aponta alguns aspectos positivos em relação a essa autonomia conferida pela Resolução, pois:

[...] forçou-nos a discutir nossos papéis na sociedade [...] isso foi muito saudável porque tivemos a oportunidade de determinar sobre nosso trabalho, o caminho a ser seguido, a forma, o conteúdo a ser trabalhado e o profissional a ser formado [...] procurou-se de forma geral, e aqui podemos generalizar para o Brasil, estruturar o melhor currículo possível, com os mais diversos e atuais conhecimentos possíveis.

Por fim, compreende-se que entre os vários objetivos da reestruturação curricular na óptica dos professores entrevistados, o que mais se destacou, refletiu-se na obrigatoriedade da Resolução 03/87. Todavia, esta Resolução representava um amplo e significativo processo reflexivo pelo qual passava a comunidade da área naquele contexto, o que contribuiu para o desenvolvimento da legislação.

Em síntese, a mudança curricular do curso da UNESP Bauru em 1990 foi efetivada pela exigência legal da Resolução 03/87, bem como, a encampação da Universidade de Bauru em 1988, no entanto, outros fatores contribuíram para que ela acontecesse como o amadurecimento e evolução acadêmico-profissional da Educação Física, o que possibilitou, além de outros aspectos, a autonomia para construção curricular dos cursos de formação profissional por parte das instituições, diga-se, docentes universitários, não mais amarrados ao currículo mínimo. A reestruturação curricular, desse modo, não se configurava como atribuição ou responsabilidade do Conselho Federal de Educação, já que, em 1996, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) - segundo o artigo 53 - foi permitido, “no exercício da sua autonomia [...] às universidades [...] II – fixar os currículos dos seus cursos e programas”, o que evidencia o progresso que representou tal Resolução para independência em termos de construção curricular no ensino superior em Educação Física.

No capítulo subsequente, as mudanças ocasionadas no curso pela reestruturação dos anos 1990 são discutidas e analisadas, segundo relato, interpretação e a experiência apresentada pelos docentes entrevistados.

4.6. MUDANÇAS E REFLEXOS DA NOVA ESTRUTURA CURRICULAR

Nesta subcategoria são apontadas, conforme as falas dos entrevistados, quais foram as mudanças acarretadas pela nova estrutura curricular do curso e se foram positivas ou negativas tanto para os docentes como para a graduação como um todo. A nova estrutura curricular entrou em vigor em 1990 para os alunos ingressantes, mas só foi de fato aprovada e outorgada na UNESP de Bauru em dezembro daquele ano e publicada em 13 de junho de 1991, na Resolução de 41/91 (UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA..., 1991). A partir disso, procurou-se questionar o que mudou de fato no curso após o início do novo currículo, especialmente no que se refere às próprias disciplinas da graduação.

As opiniões dos professores sobre a reestruturação, especialmente sobre as mudanças giram em torno do currículo e das dificuldades do Departamento para se enquadrar dentro das novas exigências da nova grade curricular. Contudo, para a Professora 01 não houve mudanças tão significativas, em relação às disciplinas.

[...] eu não acredito assim foi uma mudança muito diferente da anterior não, mesmo porque não tinha assim, algumas disciplinas que contemplavam o mercado de trabalho, por exemplo, a musculação não existia porque era licenciatura, ela não existia na graduação (PROFESSORA 01).

O relato da professora 01 assinala dois aspectos no que concerne ao momento pelo qual passava a formação profissional em Educação Física, sendo que um deles se refere à dificuldade dos docentes universitários a época em compreender as diferenças entre o bacharelado e a licenciatura, como aponta Tojal⁴², quando assinala que embora a Resolução 03/87 tenha promovido uma enorme alteração no processo de formação da área da Educação Física, poucas instituições de ensino superior se adequaram às inovações do novo tipo de formação profissional, sobretudo as federais e as instituições particulares, as quais tiveram

⁴² Informação concedida por meio de questionário, como citado na nota anterior.

dificuldades devido à falta de corpo docente qualificado para pesquisas, inovação e estágio no ambiente extraescolar. Além disso, o relato da Professora 01 estende-se no que concerne as poucas mudanças das disciplinas e ao mercado de trabalho, é semelhante ao que afirma Santin (1992, p. 38), quando menciona que:

Geralmente, compreensão que se tem do mesmo [currículo] é a do conjunto de disciplinas estabelecidas como necessárias para se alcançar o domínio numa área do saber que, por sua vez, garante definir a competência profissional do diplomado. A figura do currículo continuou a mesma. As mudanças não passariam de meras adequações e supostas atualizações diante do avanço do conhecimento científico, e em parte diante das exigências do mercado de trabalho [...].

Contudo, alerta o autor, “no meu entender o currículo deve ir muito além de um elenco de disciplinas que garante a aprendizagem de um conjunto de conhecimentos e o acesso ao mercado de trabalho” (SANTIN, 1992, p. 38). A própria Professora 01 salienta, também, que a mudança exige uma adequação por parte do corpo docente para ministrar as disciplinas.

[...] muda sim, mudou, muda bastante e às vezes a gente tem que até atribuir alguma coisa pra um professor que ele tenha até correr atrás estudar né por que às vezes a necessidade do MEC eles colocam que você tem tanto por cento de uma demanda x, tantos por cento de aprofundamento, tanto por cento né...e nessa porcentagem você tem que colocar também as disciplinas obrigatórias né (PROFESSORA 01).

O Professor 02 por sua vez, menciona que as maiores mudanças residiram nas disciplinas práticas e suas cargas horárias com o novo modelo de currículo, devido ao contexto de resignificação pelo qual passava a Educação Física no final dos anos 1980 e início dos anos 1990.

[...] naquele momento eu entendi perfeitamente que o tipo de foco né, que naquele momento se priorizava para as práticas era um pouco demais, entendeu, verdade, tava precisando naquele momento de um, é... de uma nova roupagem para as disciplinas práticas né, é... era muita, muita prática [...] e houve uma reestruturação, uma mudança diminuiu-se os créditos das disciplinas práticas [...] Ah, tinha voleibol I, II, III, IV, sabe, nossa era muito voleibol, muito futebol, muito tudo (PROFESSOR 02).

Betti e Betti (1996, p.10) relembram que, naquele contexto, dois tipos de construção de currículo de graduação predominavam, dos quais destaca-se o modelo tradicional esportivo, que “ênfatiza as disciplinas ‘práticas’ (especialmente esportivas)”, como ilustrado no relato anterior do professor 02. “O conceito de prática está baseado na execução e demonstração, por parte do graduando, de habilidades técnicas e capacidades físicas, neste currículo há separação entre conteúdo teórico dado em sala de aula e o conteúdo prático dado ministrado em quadra, piscina, pista, etc” (BETTI; BETTI, 1996, p.10).

O segundo modelo é caracterizado como currículo técnico-científico, que valoriza as disciplinas teóricas gerais e aplicadas, e o conhecimento flui da teoria para a prática. Os autores afirmam também que este modelo se consolidou no início dos anos 1990 acompanhando as mudanças conceituais e epistemológicas da área, visto que, por conta da ampliação e diversificação do mercado de trabalho - não mais limitado a escola. Como consequência, o currículo técnico-científico, “na ânsia de atender ao mercado de trabalho, [...] sofreram um ‘inchaço’, provocado pela incorporação de conteúdos ligados a novas áreas de atuação [...]” (BETTI; BETTI, 1996, p. 11). Em afirmação semelhante o professor 02 destaca:

[...] porque quando que você escolhe que vinha atender uma demanda de mercado, de Bauru e região, de gente pra fazer, né. [...] que acontecia naquele momento, precisava de gente que entendesse o que fazer, e pra isso precisava mais de um pouco mais teoria né.

Entrevistador: De Reflexão?

Entrevistado: Um pouco mais de tudo, um pouco mais de conhecimento, um pouco mais de embasamento (PROFESSOR 02).

A afirmação do Professor 02 ilustra as características e singularidades do momento histórico vivido pela Educação Física. Ao buscar suporte científico fundamentado em referenciais teóricos como fator de evolução e amadurecimento da área, Betti (1992, p. 239- 241) apontou “algumas das conclusões mais ou menos consolidadas neste momento” ao se referir às questões da temática da formação profissional, justamente no contexto década de 1990:

- (1) A ação do profissional em Educação Física/esporte deve basear-se num corpo teórico [...] de conhecimentos que tem por objeto o estudo do ser humano em movimento [...];
- (2) A ênfase da ação do profissional em Educação Física/esporte no

aspecto intelectual e não-físico-motor[...];

(3) O processo de formação profissional não termina na universidade. Uma profissão deve não apenas colocar em prática, de forma socialmente útil, os conhecimentos existentes, mas ser capaz de absorver novos conhecimentos, na medida em que tornam disponíveis na disciplina acadêmica, modificando e aperfeiçoando sua prática.

Assim, Betti (1992, p. 244) menciona que:

[...] ao lado de outros fatores, o discurso científico proveniente, principalmente, das tradições norte-americana e alemã propiciou ao Brasil a quebra da hegemonia e a progressiva perda de poder dos setores conservadores da Educação Física, notadamente em universidade e associações classistas.

Deste modo, ao questionar a diferença entre um leigo e um profissional de Educação Física com formação universitária, segundo Betti (1992), “julgamos que a distinção resida na posse de princípios teóricos básicos e aplicados capazes de permitir um constante redirecionamento da ação profissional”, uma vez que um “sólido referencial teórico permite a visualização da prática sob novas perspectivas [...] em outras palavras, permite a dialética teoria-prática – a práxis” (BETTI, 1992, p. 247).

Para a Professora 03, naquele momento as mudanças também se referiam ao oferecimento das disciplinas, que refletiu na postura do corpo docente, o qual deveria se atualizar para ministrar aulas das novas disciplinas.

Ah ele ficou assim, percebe se o que foi bastante consistente em termos de oferecimento de disciplinas, a locação dos docentes para cada uma das disciplinas, porque o que assim foi, assim que a gente acha até hoje, até engraçado porque nós docentes nós somos donos de disciplinas e na época todos eram donos de disciplinas, porque eu sou especialista nisso, eu sou especialista... então você vai dar futebol porque eu sou ... e hoje né depois com essa reestruturação foi vindo ‘eu não eu posso trabalhar’ (PROFESSORA 03)

Segundo Santin (1992, p. 39), a falta de questionamento do currículo leva a vários obstáculos, dentre os quais se destaca a ação de recompor tal currículo com conteúdos novos ou indispensáveis para o prestígio do curso. A partir de uma nova formatação curricular, os conflitos iniciam-se, já que os donos de disciplinas, como já citou a Professora 03, “podem

ficar sem o que lecionar”, apesar da tentativa de acomodá-los aos novos currículos ou conciliar disciplinas. Segundo Oliveira (1995), apesar de diversas discussões sobre o currículo, o que mais preocupou os docentes frente a esse novo currículo é a dúvida referente à reconfiguração e remodelação das disciplinas e da própria inserção de novas disciplinas, o que leva os professores a se questionarem: “onde é que vou atuar? Onde é que minha disciplina entra nesse currículo? Com qual carga horária vou ficar?” (OLIVEIRA, 1995, p. 210). Todavia, a Professora 03 menciona que para ela foi benéfico à inclusão de novas disciplinas, pois:

[...] eu trabalhei com administração de eventos entendeu, então você tem, então eu acho que foi um crescimento muito grande em termos de professor (PROFESSORA 03).

Santin (1992, p. 38) contribui para a compreensão da atualização do docente universitário face às disciplinas curriculares ao afirmar que “no currículo em primeiro lugar, deve ser incluído o corpo docente. Não adianta definir o currículo se não se garantiu a qualificação de quem vai trabalhar o mesmo [...]”. Para o autor, o currículo será eficaz na medida em que “além da definição da área de conhecimento de sua abrangência, seja estabelecida a qualificação docente [...]” (SANTIN, 1992, p.38). Para a Professora 05, os docentes tiveram que se adaptar frente às novas disciplinas do currículo, entretanto, para ela, sua prática não se alterou, em relação a outrora.

[...] não sei como mudou, mudou assim, eu penso que eles tiveram, nós tivemos que nos adequar né, a minha não mudou praticamente nada Pedro, meu seguiu ali redondinho, assim, com a evolução, mas como você vai mudar o corpo do jeito que ele estava trabalhado, o corpo é aquele corpo que tem todas as funções e dentro da arte, dos esportes, dentro do esporte, todos os lugares, certo? (PROFESSORA 05).

A Professora 03 destaca ainda que naquela circunstância um ponto importante foi a inclusão de disciplinas optativas no curso, para contribuir no aprofundamento de conhecimentos dos alunos. Os discentes deveriam cursar quatro disciplinas optativas totalizando entre 14 e 16 créditos obrigatoriamente num rol de sete matérias optativas.

[...] nós inserimos, quando eu falo nós, conselho de curso, é, foram inseridos várias disciplinas optativas, que era aprofundamento de conhecimento, para

alguma disciplina do curso [...] aluno escolhia dentre um rol bastante grande, extenso que nós fornecíamos dentre, ele era obrigado ... optativa tinha um monte de disciplinas, uma porção de disciplinas, e ele obrigado a cursar quatro por exemplo, aí ele tinha opção de escolha, qual que ele queria, qual caminho que ele queria seguir [...] (PROFESSORA 03).

Em relação às disciplinas optativas, Betti e Betti (1996) sugerem uma concepção ampliada de currículo, ao afirmar que a grade curricular não se estrutura ou se materializa apenas em salas, na quadra, ou na piscina, mas também inclui o relacionamento informal entre professor e aluno, a participação em eventos acadêmicos ou não, cursos extracurriculares. “Neste sentido, o oferecimento de disciplinas optativas, com conteúdos bastante diversificados, também seria recomendável, para atender aos interesses dos graduandos, e ajudá-los a compor sua própria estrutura de conhecimento” (BETTI; BETTI, 1996, p.14).

Para o Professor 06, a mudança para o curso foi referente à concepção da Educação Física enquanto disciplina acadêmica [ciência] a partir de então:

Entrevistador: Na opinião do senhor quais foram as consequências dessa reestruturação em 1990? O que de fato mudou no curso, seja para os professores ou para os alunos?

Entrevistado: Ó ... eu não sei, eu ... mudou que a Educação Física se enquadrou como uma disciplina ensinada numa universidade.

Entrevistador: Enquanto ciência?

Entrevistado: Enquanto ciência (PROFESSOR 06).

O relato do professor 06 ilustra os debates que permearam a área naquele momento, como já citado anteriormente, que justificava a presença da Educação Física como disciplina acadêmica por meio da legitimação desta enquanto ciência. Bracht (1999) afirma que tal discurso justificava naquele contexto, simbolicamente, a superação da denominada “crise de identidade”, tão discutida pelos profissionais em meados da década de 1980.

A Professora 03 ressalta em seu relato o aumento na carga horária da prática de ensino (estágio curricular obrigatório) como fator importante para o curso, após a reestruturação curricular de 1990:

[...] e o que teve assim de eu acho que foi mais assim que pesou mais, que teve mais discussão, mais conversa, mais diálogo foi em relação às práticas de ensino, porque a mudança na carga horária (PROFESSORA 03).

No que se refere à importância da prática de ensino (estágio curricular) naquele

momento para o curso da UNESP Bauru, Betti (1992) destaca que a vivência da ação corporal concretiza-se, também, tanto na observação dirigida para outras pessoas executando movimentos e para o contexto onde isso ocorre (em organizações reais de trabalho e no contexto do próprio curso), como na prática de ensino, que nas palavras do autor, “propicia ao estudante a experiência de partilhar com outras pessoas seus próprios conhecimentos sobre a cultura corporal e a possibilidade de fazer crítica à teoria e a sua própria autocritica [...]” (BETTI, 1992, p.248). Ainda segundo o autor, na formação profissional “as experiências de estágio devem adquirir maior importância e parcela de tempo” na medida em que “não se aprende tudo na sala de aula; a teoria não ensina tudo, seria arrogante se assim o quisesse”. Desse modo, “[...] atividades fora da sala de aula [...] devem ser fortemente estimulados pelas instituições de ensino superior” (BETTI, 1992, p.248). Pimenta e Lima (2004, p. 61) ressaltam que o estágio curricular é:

[...] eixo curricular central nos cursos de formação de professores, pois possibilita que sejam trabalhados aspectos indispensáveis à construção de identidade, dos saberes e das posturas específicas ao eixo docente, [...] é no processo de sua formação que são consolidadas as ações e intenções da profissão que o curso se propõe a legitimar.

Nos planos de ensino da reforma curricular de 1990 a carga horária da prática de ensino era de 150 horas dividida em 04 semestres letivos do curso, sendo que a prática de ensino I (um) era subdividida no quinto e no sexto semestre do curso com carga horária total de 60 horas (04 créditos), com 30 horas para cada semestre e no sétimo e oitavo semestre do curso a prática de ensino II (dois) era composta de 90 horas (06 créditos) com 45 horas para cada semestre, visto que, anteriormente a carga horária da prática de ensino do curso era de 60 horas (04 créditos) ministradas no quinto e sexto semestre da graduação, já que até a reforma curricular de 1990 o curso era de três anos (UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA..., 1991). Os quadros abaixo ilustram as mudanças referentes às cargas horárias das disciplinas de prática de ensino antes e depois da reestruturação curricular de 1990.

QUADRO 07 – SERIAÇÃO DE DISCIPLINAS DO QUINTO E SEXTO SEMESTRE DO CURSO ANTERIOR A REESTRUTURAÇÃO CURRICULAR DE 1990

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE BAURU

rua campos sallos, 9-43 - caixa postal, 473 - telox (0142) 312 febu telefone 23-2111 cep 17 100 bauru s.p.
 engenharia - ciências - tecnologia - artes e comunicações - colégio técnico industrial
 utilidade pública doc. fed. nº 73729/74

CONTINUAÇÃO - CURRÍCULO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA -

-2-

<u>DISCIPLINAS</u>	<u>C/H</u>	<u>CRED.</u>	<u>PRÉ-REQUISITOS</u>
Biometria I	045	03	Anatomia e Biologia
Cinesiologia I	045	03	Anatomia e Biologia
Higiene I	045	03	Anatomia
Socorros Urgentes I	045	03	Anatomia e Biologia
Ginástica III	045	03	
Rítmica III	030	02	
Atletismo III	030	02	
Natação I	045	03	
Volibol I	045	03	
Basquetebol III	030	02	
<u>QUARTO SEMESTRE</u>			
Fisiologia II	045	03	Fisiologia I
Biometria II	045	03	Biometria I
Cinesiologia II	045	03	Cinesiologia I
Higiene II	045	03	
Socorros Urgentes II	045	03	
Ginástica IV	045	03	
Rítmica IV	030	02	
Atletismo IV	030	02	
Natação II	045	03	
Volibol II	045	03	
Basquetebol IV	030	02	
E.F.E do 1º Grau	030	02	
<u>QUINTO SEMESTRE</u>			
E.F.E do 2º Grau	030	02	
Prática de Ensino I	030	02	
Treinamento em Planejamento	030	02	
Fisioterapia I	030	02	
Recreação I	030	02	
Ginástica V	045	03	

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE BAURU

rua campos sallos, 9-43 - caixa postal, 473 - telex (0142) 312 febu telefone 23-2111 cop 17 100 bauru s.p.
 engenharia - ciências - tecnologia - artes e comunicações - colégio técnico industrial
 utilidade pública doc. fed. nº 73729/74

CONTINUAÇÃO - CURRÍCULO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA

<u>DISCIPLINAS</u>	<u>C/H</u>	<u>CRED.</u>	<u>PRÉ-REQUISITOS</u>
Natação III	045	03	
Volibol III	045	03	
Judô I	030	02	
Handebol I	030	02	
Futebol de Salão I	030	02	

SEXTO SEMESTRE

Treinamento em Planejamento II	030	02	
Fisioterapia II	030	02	
Recreação II	030	02	
Ginástica VI	045	03	
Natação IV	045	03	
Volibol IV	045	03	
Judô II	030	02	
Handebol II	030	02	
Futebol de Salão II	030	02	
Prática de Ensino II	030	02	

1º SEMESTRE.....	435 H/A.....	029 CRÉDITOS
2º SEMESTRE.....	435 H/A.....	029 CRÉDITOS
3º SEMESTRE.....	450 H/A.....	030 CRÉDITOS
4º SEMESTRE.....	480 H/A.....	032 CRÉDITOS
5º SEMESTRE.....	375 H/A.....	025 CRÉDITOS
6º SEMESTRE.....	345 H/A.....	023 CRÉDITOS
TOTAL.....	2.530 H/A.....	168 CRÉDITOS

**Quadro 08 – DISCIPLINAS APÓS A REESTRUTURAÇÃO CURRICULAR
DE 1990 (PRÁTICAS DE ENSINO)**



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
REITORIA

FLS: 881
PROC: 2282/87
RUB: 7

Habilidades do Judô - 4
Habilidades do Karatê-Do - 4

ESPORTES COLETIVOS

Habilidades do Basquetebol - 4
Habilidades do Voleibol - 4
Habilidades do Handebol - 4
Habilidades do Futebol de Salão - 4

DIDÁTICA

Didática da Educação Física - 4

ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DO ENSINO DE 1º E 2º GRAUS

Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º e 2º Graus - 4

PRÁTICA DE ENSINO

Prática de Ensino de Educação Física I - 4
Prática de Ensino de Educação Física II - 6

MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA

Métodos e Técnicas de Pesquisa em Educação Física e Motricidade Humana - 4

ESTATÍSTICA

Fundamentos de Estatística - 4

LÍNGUA PORTUGUESA

Língua Portuguesa - 4

II - APROFUNDAMENTO DE CONHECIMENTOS

A - DISCIPLINAS OPTATIVAS - Créditos

Tópicos de Aprendizagem Motora - 4
Nutrição e Atividade Física - 4
Teoria Geral Lazer - 4
Educação Física e Informática - 4
Estatística - 4

É importante lembrar que, a Resolução 03/87 (BRASIL, 1987b) não especifica a carga horária mínima de estágio curricular ou prática de ensino para os cursos de bacharelado e licenciatura, ela apenas menciona sua duração e a necessidade de complementaridade de uma monografia.

Art. 5º O Estágio Curricular, com a duração mínima de um semestre letivo, será obrigatório tanto nas Licenciaturas como nos Bacharelados, devendo, para estes, ser complementado com a apresentação de uma monografia (“Trabalho de Conclusão”) (BRASIL, 1987b, p. 01).

Desse modo, é notório afirmar que, no processo de transformação curricular, o corpo docente preocupou-se com o aumento da carga horária do estágio curricular, dobrando o número de créditos, mesmo sem a obrigatoriedade (em número de carga horária) da Resolução 03/87. O currículo da UNESP de Bauru, de certa maneira, adiantou-se ao que viria ser obrigatório pela Lei de Diretrizes e Bases - LDB de 1996 (BRASIL, 1996), na qual a carga horária mínima de estágio curricular é de 300 horas.

Da mesma forma, conforme já citado na Resolução, havia a necessidade de apresentação de monografia na forma de “Trabalho de Conclusão” de curso (como a prática de ensino não especificava se deveria existir uma carga horária reservada para a monografia). Em vistas disso, os docentes reservaram um total de oito créditos para a disciplina “Trabalho de Formatura”, a qual era subdividida nos dois últimos semestres (sétimo e oitavo) sendo quatro créditos (60 horas) para cada termo, e dois créditos (30 horas) para a disciplina “Projeto de Monografia” no sexto semestre do currículo (UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA..., 1991).

Portanto, nesta subcategoria pode-se ressaltar que as mudanças empreendidas pela reestruturação de 1990 foram percebidas, na visão dos docentes do curso, em relação às disciplinas do próprio currículo, mas de forma razoável no que diz respeito às matérias e como os professores deveriam se enquadrar nestas, pois, a formação profissional em Educação Física passava por profundas mudanças, como o aumento da demanda cada vez maior no ramo da atuação extraescolar, bem como, a necessidade de formar um novo

profissional e também professor frente à nova concepção do campo da Educação Física, que agora recebia diversas influências das ciências humanas (sociologia, antropologia, educação, psicologia, filosofia etc.) em contraponto a sua recente história até então, de predomínio da aptidão esportiva e das ciências biológicas (fisiologia, cinesiologia, etc.).

Logo, essas mudanças marcantes refletiram na Resolução 03/87, criando a habilitação em bacharelado e incluindo na formação inicial os ‘conhecimentos filosófico, do ser humano e da sociedade’. Além disso, aumenta-se a carga horária da graduação, e por esse motivo, era necessário que, no novo currículo da UNESP de Bauru, houvesse mudanças que seguissem não só a Resolução, mas também a nova tendência na Educação Física, e como nos demonstraram os relatos, tais mudanças foram sentidas especialmente nas disciplinas do curso, bem como no estágio curricular que começava a ser visto como importante fator a ‘práxis’ na formação de profissionais em Educação Física.

4.7. ADVERSIDADES NA PRÁTICA DOCENTE: CARREIRA E TITULAÇÃO PARA OS DOCENTES DO CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA UNESP BAURU

No decorrer das entrevistas com os Professores, um dos assuntos levantados dizia respeito à titulação dos docentes. Os professores entrevistados foram questionados quanto ao ano em que obtiveram o mestrado, doutorado e as especializações *lato sensu* e se a obtenção destes títulos havia sido antes ou após o ingresso da universidade, seja ela Universidade de Bauru, ou após a encampação, a UNESP. Exceto pelo Professor 06, que já havia ingressado na UNESP em 1989 e já cursava mestrado desde 1985 na Universidade de São Paulo (USP), todos os entrevistados obtiveram seus títulos de mestres ou doutores após a Universidade de Bauru ser encampada pela UNESP no final de década de 80.

Entretanto, é oportuno mencionar que os professores entrevistados graduaram-se e iniciaram suas carreiras como docentes universitários no contexto da Reforma Universitária de 1968, que teve na busca de legitimação mediante o desenvolvimento científico e tecnológico e por meio do princípio da indissociabilidade entre ensino e pesquisa – ao menos

no plano legal -, o seu marco de modernização. No que tange à pesquisa como vetor de crescimento do ensino superior, compreende-se que a pós-graduação é fator principal para concretização e desenvolvimento da pesquisa científica. No entanto, para Durham (1987), citado por Ribeiro (2002, p. 141), o modelo universitário oriundo da Reforma Universitária de 1968, encetada pelo governo militar, falhou neste aspecto, visto que:

a política do MEC para o ensino superior, nos dez anos que sucederam à nova legislação, não contemplaram o desenvolvimento da pesquisa em sua relação com ensino [...] acabou constituindo-se como preocupação de alguns órgãos financiadores (CNPq, FINEP, etc.), que impulsionaram o seu desenvolvimento, o qual se deu, contudo, “ por fora da estrutura de poder da Universidade.

O professor 06 elucida como se configurava a pesquisa em Educação Física naquele momento:

Acontece o seguinte, que a Educação Física nessa época, era eminentemente prática não existia pesquisa, não existia pesquisa, a universidade, os cursos de Educação Física não estavam dentro da universidade, então era praticamente um curso técnico e que fazia você ensinar as modalidades esportivas e dar aula de ginástica (PROFESSOR 06).

Desta forma, a universidade brasileira no final de década de 1980 e início da década de 1990 passou por uma nova reforma burocrática e a Universidade de Bauru e a UNESP não estavam ausentes dos desdobramentos desta reforma. Em 1985, já sob a presidência de José Sarney, o governo instituiu a Comissão Nacional para Reformulação da Educação Superior (CNRES) que produziu um relatório intitulado “Uma Nova Política para a Educação Superior” (RIBEIRO, 2002).

O relatório desta comissão contém propostas que viriam a aparecer nas políticas governamentais para ensino superior nos anos 1990. Em síntese, a estrutura burocrática da universidade brasileira desde a Reforma Universitária de 1968 era singular, centrada no modelo da ‘universidade’, e a partir do início da década de 1990 esse sistema foi diversificado, o que possibilitou maior pluralidade quanto à organização acadêmica em universidades, centros universitários, faculdades integradas, faculdades e institutos superiores ou escola superiores entre muitos outros aspectos (RIBEIRO, 2002). As justificativas para a reforma nos anos 1990, conforme Silva (1999) foram desenvolvidas em sua maioria por um

grupo de intelectuais ligados ao Núcleo de Pesquisa sobre Ensino Superior da USP – NUPES.

Neste cenário, Durham (1987) citado por Ribeiro (2002, p. 143), destaca que, no contexto após a reforma de 1968, o sistema produtivo “consolidou-se mais pela importação de tecnologia do que pela sua criação, não fazendo demandas efetivas à ciência, além daquelas requeridas pela absorção de know-how externo”, graças à “ausência de um projeto político institucional que a [pesquisa] estimulasse [...] como função da universidade naturalmente associada à função do ensino” (RIBEIRO et al., 1986, p. 08 apud RIBEIRO, 2002). Desse modo, conclui-se que um dos fatores para a baixa oferta de cursos de pós-graduação em Educação Física se deu por reflexo da ‘herança’ da Reforma de 1968, entre outros aspectos.

Diversos autores apontam que a pós-graduação em Educação Física no Brasil iniciou-se tardiamente no final da década de 1970 e começo da década de 1980, e o primeiro programa de mestrado acadêmico em Educação Física do Brasil foi na Universidade de São Paulo (USP) em 1977 (QUADROS, 2016; AFONSO, 2011; AMADIO, 2007; BENITES; SOUZA NETO; HUNGER, 2008).

Já na década de 1990 havia apenas três programas de pós-graduação *stricto sensu* em Educação Física no Estado de São Paulo, dos quais: Universidade de São Paulo (USP), com mestrado criado em 1977 e doutorado, em 1989; Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), cujo mestrado surge em 1988 e doutorado em 1993; e Universidade Estadual Paulista, campus de Rio Claro (UNESP/RC), cujo mestrado se inicia em 1991 e doutorado em 2001 (MARTINS; SOUZA E SILVA, 2005). A professora 05 menciona a dificuldade para ingressar num programa de pós-graduação em Educação Física naquela conjuntura, e justifica o porquê de não ter feito doutorado na sua área.

[...] ninguém aceitava Educação Física, você vai falar e “Deus me livre” antigamente era assim, você não cabe em lugar nenhum, [...] o mestrado era assim a gente bateu muito a cabeça, pessoal do departamento nosso [Educação Física] sofreu demais pra conseguir, na educação a dança não cabia, quer dizer, a dança não cabia em lugar nenhum né, por isso que eu comecei no IA que era o Instituto de Artes [UNICAMP] (PROFESSORA 05).

A dificuldade para o ingresso no mestrado segundo o professor 04 residia também

no fato de sua atuação docente estar mais voltada para a prática, sendo que, o professor tentou o acesso em duas universidades e não conseguiu, pois:

[...] o mestrado eu tentei na USP em São Paulo e não consegui, na UNICAMP tinha que ter um projeto já em andamento e gente tava naquela fase, a gente era um professor prático nas disciplinas que lecionava (PROFESSOR 04).

Ainda que pesem as dificuldades para o ingresso em programas de pós-graduação strictu sensu em Educação Física dada à baixa oferta destes cursos, alguns professores, como a própria professora 05 e a professora 01 buscaram uma alternativa buscando se titular em programas de outras áreas, como no relato acima. O relato da professora 01 também confirma:

depois eu fiz o mestrado na UNESP de Bauru na área de assentamentos humanos[...]então aí eu ingressei no mestrado na UNESP mesmo[...], não procurei fora nenhum curso porque a gente percebia que as pessoas que iam fora da faculdade eram sacrifício muito grande e não valia a pena né, todo esse sacrifício, então quando saiu....o mestrado na UNESP de Bauru, foi quando eu prestei a prova e entrei aqui mesmo.

Entrevistador: Era que programa de pós-graduação?

Entrevistado: Ele era na área de assentamentos humanos é.... na área de urbanismo.

Entrevistador: Urbanismo? Era da FAAC?

Entrevistado: Da FAAC ...a FAAC [Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação] foi a primeira que montou um curso de mestrado e aí eu fiz o meu mestrado o tema eu parti para a área de lazer na cidade de Bauru.

Com o início deste modelo de diversificação universitária no plano governamental em meados da década de 1980 e sua concretização legal em 1996 por meio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), compreende-se que os professores entrevistados neste estudo tiveram que se ‘adequar’ a esta mudança de conjuntura, que entre outros aspectos, envolvem a necessidade de obter a titulação acadêmica, exigência da Reforma Universitária da década de 1990.

Em meados dos anos 1980 foi criado o seminário nacional das “Novas Universidades” brasileiras – “porque foi criada sob nova concepção, sob novas regras que modificaram totalmente as antigas” (RIBEIRO, 2002 apud ALMEIDA, 1997, p. 166) -, um encontro para troca de experiências e diálogos. Assim, Ribeiro (2002) afirma que um novo

tipo de instituição privada aparecia no cenário da educação superior no país no início dos anos 1980. É neste contexto, em 1985, que a Fundação Educacional de Bauru torna-se Universidade de Bauru (UB) e abre o curso de licenciatura em Educação Física.

Ribeiro (2002) considera que, não obstante as instituições privadas tenham sido carro chefe da expansão da educação superior a partir da década de 1980, o ritmo de crescimento da rede pública no ensino superior foi considerável, uma vez que a rede estadual nos anos 1980 que apresentou o maior índice de expansão. “O número de universidades estaduais quase dobrou nos anos [19]80 [...] uma observação importante sobre as instituições de educação superior estaduais refere-se à sua concentração nos estados do Paraná e São Paulo” (RIBEIRO, 2002, p.167). É justamente neste cenário, reforça a autora, que “se destaca com a presença da Universidade de São Paulo (USP), da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e da Universidade Estadual Paulista (UNESP), presentes na lista de melhores instituições do país” (RIBEIRO, 2002, p.167). Além disso, Ribeiro (2002, p.167) menciona que “nos anos [19]90 no entanto a rede estadual apresentou uma significativa diminuição no número de estabelecimentos isolados, enquanto mantinha o mesmo ritmo de crescimento com relação ao número de instituições universitárias”. Em vista disso, percebe-se que tanto a Universidade de Bauru (UB), bem como, a UNESP de Bauru, surgiram como um dos reflexos da expansão e diversificação universitária no contexto da Reforma da década de 1990, iniciada em meados dos anos 1980.

Com alguns aspectos semelhantes, Gnecco (2005) aponta que ao final da década de 1960, mais precisamente em 1969, um dos motivos que colaboraram para integração da Escola Estadual de Educação Física à Universidade de São Paulo (USP) foi a necessidade de expansão de vagas no ensino superior fruto da política da Reforma Universitária de 1968. O autor esclarece que o Decreto-lei 405/68 citava que “provê o incremento de matrículas em estabelecimento de nível superior em 1969” (GNECCO, 2005, p. 259). Tais medidas deveriam oferecer vagas iniciais nos cursos superiores em número não inferior a 110.000 já no ano de 1969 e dentre estas medidas estava o “magistério de nível médio, compreendendo a licenciatura em todos os ramos” (GNECCO, 2005, p. 259). Neste contexto, explicita o citado autor, “a política dos governos federal e estadual de expansão do ensino fundamental e médio

é atendida com a integração à USP de mais uma licenciatura – o curso de educação física” já que, na política para o aumento de vagas após a Reforma de 1968 “era prioritária a expansão de matrículas iniciais dos cursos das instituições; o curso de educação física acrescenta suas vagas iniciais – em número crescente ano a ano – às vagas da USP” (GNECCO, 2005, p. 267).

Em afirmação complementar referente à Reforma Universitária ocorrida nos anos 1990, Ribeiro (2002, p. 191) conclui que:

É possível observar, portanto, que a proposta de diversificação apresentada a partir dos anos [19]80 não é nova. Ela também põe em pauta [...] a necessidade de atender à demanda da população por ensino superior [...] de maneira semelhante à dos defensores da proposta de diversificação dos anos 60 (grifo nosso).

Assim, podemos esboçar algumas semelhanças entre os reflexos da Reforma de 1968 na integração da Escola Estadual de Educação Física à USP e a influência da nova Reforma Universitária, iniciada no final dos anos 1980, com a encampação da Universidade de Bauru (nela presente o curso de Educação Física) à Universidade Estadual Paulista. Entretanto, não se pode concluir que a integração da Escola de Educação Física à USP foi ditada unicamente pela expansão de vagas no ensino superior.

Um ponto interessante é que, após a encampação pela UNESP da UB, é que os professores que não possuíam o título de mestres ou doutores foram enquadrados em uma categoria denominada como TED – Técnico Especializado em Docência, como aponta o Professor 06.

Entrevistador: O TED é técnico?

Entrevistado: Especializado em docência, inventaram um cargo pra encaixar porque eles não eram, não tinha nada né, não eram docentes.

Entrevistador: Então quem não era mestre ou doutor era enquadrado na categoria de TED?

Entrevistado: Quem foi encampado que não tinha título nenhum (PROFESSOR 06).

Logo, os professores deveriam ingressar em cursos de pós-graduação *Stricto Sensu* para mudarem de categoria, que seria o MS-2 (Mestre) ou MS-3 (Doutor). Foi exigido de todos os professores, na época, que buscassem sua titulação.

[...] mestrado e doutorado na verdade né, após a encampação eles exigiram realmente que a gente tivesse a titulação... a titulação, então aí eu ingressei no mestrado na UNESP mesmo, esperei né...eles montarem o curso de especialização na UNESP, não procurei fora nenhum curso porque a gente percebia que as pessoas que iam fora da faculdade eram sacrifício muito grande e não valia a pena né, todo esse sacrifício, então quando saiu....o mestrado na UNESP de Bauru, foi quando eu prestei a prova e entrei aqui mesmo (PROFESSORA 01).

[...] logo após a encampação, ... todos os docentes foram em busca da titulação, porque o curso nosso de Educação Física nós não tínhamos professores titulados, nem com mestrado nem com doutorado e é uma das exigências da UNESP é titulação (PROFESSORA 03).

De acordo com os relatos das Professoras 01 e Professora 03, após a encampação os professores que eram denominados como ‘TED’ foram em busca da titulação, que se configurava como exigência da UNESP dado não somente o status de uma universidade pública de renome no estado do São Paulo, mas também, ao processo de especialização na carreira docente destes professores. Os entrevistados divergiram em relação ao tempo estipulado pela UNESP para a obtenção do título de mestre e doutor como demonstram os relatos:

[...] a UNESP na incorporação em 88 ela deu cinco anos de prazo, pros professores da fundação [UNIVERSIDADE DE BAURU – UB] obterem a titulação, titulação mínima de mestre, porque a carreira universitária numa universidade pública começa com mestrado, a partir daí vai até o livre docente (PROFESSOR 04).

[...] foi dado um prazo, né, pra que os docentes se titulassem e esse foi prazo foi de dez anos.

Entrevistador: Dez anos para o mestrado?

Entrevistado: Doutorado.

Entrevistador: Mestrado e Doutorado?

Entrevistado: É (PROFESSORA 03).

Ainda que os relatos dos Professores 03 e 04 tenham sido diferentes em relação ao tempo que os professores tinham para a obtenção do título de Mestre ou Doutor, é certo que havia a obrigatoriedade de que os professores classificados na categoria de TED titulassem-se

no prazo estipulado pela universidade. Para confirmar essa obrigatoriedade, a Resolução 71/90 da UNESP especifica no seu artigo 8º:

Artigo 8º - O Servidor TED terá prazo de 06 (seis) anos, a partir da vigência desta Resolução, para obtenção do título de Doutor (UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA..., 1990, p. 02).

Segundo o relato da Professora 05 e do Professor 04, aqueles que não se titulavam ainda sofriam as consequências no trabalho, como exoneração ou simplesmente serem “colocados à disposição”, como esclarecem os relatos.

Entrevistador: Aí, aconteceria o quê?

Entrevistado: Coloca à disposição.

Entrevistador: Como assim?

Entrevistado: Porque essa comissão de avaliação, se você não produz, é como hoje, tem um monte que pode perigar entendeu, mesmo sendo concurso público, se você não produz, porque têm assim, tantos livros, você tem que ter, tantos trabalhos científicos, então tem um monte, se você não preenche aquilo, você pode ser colocado à disposição e teve.

Entrevistador: Exoneração seria?

Entrevistado: Não é exoneração, você perde a disciplina, você perde o cargo [...] (PROFESSORA 05).

Entrevistador: No caso, se alguém, no caso dos TED's que não conseguissem obter o título dentro desse prazo, tinha alguma advertência, havia alguma?

Entrevistado: Teve professores que foram demitidos, exonerados, exonerados, mas eram 'CLTista', entraram na justiça aí tem uma briga até hoje (PROFESSOR 04).

Gradella Junior (2002) realizou um estudo sobre o sofrimento psíquico e o trabalho docente com 71 professores da Faculdade de Ciências da UNESP de Bauru e apontou, entre outros aspectos, que o trabalho intelectual do docente universitário pode propiciar diversos tipos de sofrimento psíquico, uma vez que, a maioria dos sujeitos da pesquisa, que relatou adoecimento, faz parte do grupo de professores que ingressaram no ensino superior a partir encampação por uma universidade estadual, submetidos às relações de trabalho estabelecidas por ela.

[...] estes dados apontam uma tendência em que o trabalho intelectual pode propiciar tipos de sofrimento psíquico [...] em que as atividades exigidas também são predominantemente intelectuais [...] os adoecimentos são

relatados em sua maioria, por aqueles docentes que estão com até quinze anos de casa, aqueles que ingressaram a partir da encampação da Universidade de Bauru pela UNESP e submetidos às relações de trabalho estabelecidas por ela [...] (GRADELLA JÚNIOR, 2002, p. 76)

Contudo, é oportuno destacar que não se pode concluir, de forma linear, nesta pesquisa, que o sofrimento do grupo de entrevistados foi causado pela cobrança da titulação, pois, isto exigiria outros objetivos nesta investigação, bem como, outra metodologia do pesquisador. Em suma, o que se quer salientar é que a cobrança sofrida por estes docentes pode ter sido fator causador de algum tipo de mal-estar no cotidiano destes professores, como apontou Gradella Junior (2002).

Neste ponto a Professora 05 alega, em tom de denúncia, que alguns professores anteciparam sua aposentadora a fim de não serem mais prejudicados pela falta da titulação:

Entrevistador: E entre os professores, aqueles que não se titularam, no caso, não chegaram a ter o doutorado, Silas, Nilza, Carlos?

Entrevistado: Salário né.

Entrevistador: aposentaram com salário menor?

Entrevistado: É, aposentaram.

Entrevistador: Mas a cobrança em cima deles foi maior?

Entrevistado: Foi a ponto de ter que pedir aposentadoria rápido, pra não perder (PROFESSORA 05).

Silva e Carvalho (2011) ressaltam que as preocupações com a saúde do professor, em especial no caso brasileiro, indicam que os problemas de saúde que afetam a categoria estão intimamente relacionados a um conjunto de fatores, entre os quais se destacam o tipo de trabalho exercido, o excesso de trabalho, a precarização do trabalho, a perda de autonomia, a sobrecarga de trabalho burocrático, o quadro social e econômico, bem como:

[...] às condições objetivas impostas pelas reformas educacionais a partir da segunda metade da década de 1990, que implicam em processos marcados por mecanismos de avaliação institucional e do conhecimento centralizados e desvinculados da prática cotidiana do trabalho do professor, típicos de um modelo produtivista e pragmático (SILVA; CARVALHO, 2011, p. 03).

Para a própria Professora 05 isso não se configurou a época, como um fator negativo em sua carreira, pois:

Entrevistador: E a cobrança da titulação a senhora pode dizer que te fez mal?

Entrevistado: Ai não, pra mim foi ótimo, era o que eu queria, nossa eu só agradeço [...] daí que começou, nós tivemos a chance de estudar né, que na verdade eu entrei na universidade pra isso, eu sempre gostei de estudar entendeu e eu acho que a UNESP nos possibilitou muito crescimento nesse sentido [...] eu entrei aqui pra estudar quando eu entrei na universidade (PROFESSORA 05).

O Professor 02 também aponta como justa a cobrança pela conquista da titulação *strictu sensu*, mas, ele faz uma importante ressalva:

Não, no início não tinha nada disso, não [...] depois vieram às cobranças que acho até justo, mas não da forma que eles fizeram, entendeu, você pra me cobrar uma coisa dessas, você tem que é, colocar cursos a minha disposição, fazer uma série de coisas porque ninguém perguntou se eu queria isso ou não [...]

Entrevistador: A cobrança foi unilateral?

Entrevistado: É, mas tudo bem como a corda sempre arrebenta do lado mais fraco, eu fui e fiz o que tinha que fazer e acabou (PROFESSOR 02).

Guimarães e Caruso (1996, p. 09) afirmam que capacitar os docentes de ensino superior significa torná-los cada vez mais ajustados ao cumprimento das missões das instituições de ensino superior às quais pertencem, ou seja, “isso quer dizer docentes capazes de ministrar boas aulas (seja no plano formal, seja no de conteúdo) e de produzir conhecimento científico e tecnológico de boa qualidade”. No entanto, no Brasil convencionou-se a ideia de utilizar como indicador da capacitação a titulação formal dos docentes “[...] simplesmente utilizando a proporção de docentes com o grau doutoral” (GUIMARÃES; CARUSO, 1996, p. 10). Para os referidos autores, esses indicadores fundamentam-se na concepção de que “a titulação formal melhora a qualidade dos docentes [...] [e] portanto, quanto mais docentes titulados, mais capacitado o corpo docente da instituição” (GUIMARÃES; CARUSO, 1996, p. 10). Pachane (2003, p.57) reforça ainda este argumento ao afirmar que “a qualificação oferecida pelos cursos de pós-graduação [...] possibilita aos professores a titulação, porém, a maior titulação não significa, necessariamente melhoria na qualidade docente”.

Logo, é imprescindível considerar que, dada a importância da exigência de doutoramento dos professores da UNESP naquelas circunstâncias (com fins de progressão e evolução na carreira docente), isto não significa, necessariamente, uma melhor qualificação do corpo docente para as atividades de ensino. Soma-se ainda o fato de que a cobrança por

parte da universidade deveria ser acompanhada pelo oferecimento, pela própria instituição de ensino superior, de condições para a obtenção da titulação à qual pertence o docente, como apontou o relato do Professor 02.

Assim, em relação à cobrança do mestrado e ao estímulo ou apoio dado pela UNESP para a concretização da titulação, os professores também foram questionados sobre a possibilidade dos docentes, à época, poderem ou não usufruir de afastamento parcial ou total das suas atividades na universidade, a fim de que se titulassem - cursar mestrado ou doutorado - em outras instituições que não fosse a UNESP ou até mesmo na própria universidade, pois a Resolução nº 71, de 21 de novembro de 1990, que dispõe sobre a avaliação das atividades dos servidores técnicos especializados em docência do Campus de Bauru, no artigo 9º estipula:

Artigo 9º - O servidor TED poderá ser afastado, com ou sem prejuízo de vencimentos ou salários, com objetivos e prazos determinados, nos termos da Resolução UNESP nº 1/89 (UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA..., 1990, p. 02).

Sendo que a Resolução nº 01, de 02 de janeiro de 1989, que trata sobre os afastamentos de docentes e pesquisadores da UNESP, entre outros pontos, dispõe que:

Artigo 1º - Os docentes e os pesquisadores da Unesp poderão ser afastados de suas funções com ou sem prejuízo de vencimentos ou salários, com objetivos e prazos determinados, nos termos desta Resolução.

Artigo 2º - Considera-se afastamento, para os efeitos desta Resolução, o período de ausência do docente ou pesquisador da Unidade em que estiver lotado, a fim de complementar sua formação, de atividades didáticas, culturais, científicas, ou prestação de serviços à comunidade, dentro ou fora do país.

Artigo 3º - Os docentes poderão ser afastados para as seguintes finalidades:

I – cumprir programa de pós-graduação em nível de Mestrado ou de Doutorado; (UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA..., 1989 p. 01- 04, grifo nosso).

A Resolução ainda especifica o tempo de duração e o modo de afastamento para os docentes quando:

Parágrafo único – No caso dos incisos I, II, X e XII do art. 3º desta Resolução, será permitida prorrogação ou renovação de afastamento remunerado, mediante relatório e justificativa devidamente aprovados pelos órgãos colegiados da Unidade, na seguinte conformidade:

1. quando integral até o limite de 4 anos corridos;
2. quando parcial até o limite de 6 anos corridos;
3. quando integral e parcial o limite será de 6 anos se o período não houver ultrapassado 3 anos. (UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA..., 1989, p. 04)

Os relatos da Professora 05 e do Professor 02 são contundentes em relação à cobrança realizada pela UNESP na comprovação da obtenção de titulação, de acordo com as normas da Universidade, e conforme os relatos apresentados.

[...] com a cobrança que era, e a instabilidade [...]

Entrevistador: A cobrança do mestrado e do doutorado vinha de que órgão aqui da UNESP?

Entrevistado: Da CPA, hoje, chamava CPRT, é.

Entrevistador: Mas era cobrança constante?

Entrevistado: Constante, constante.

Entrevistador: Vinham por e-mail? Nem havia e-mail né?

Entrevistado: Reuniões, eles vinham tudo de São Paulo.

Entrevistador: Falava “e aí pessoal como tá”?

Entrevistado: Como que está, você tinha que dar os relatórios, a Dalva* não pegou isso (PROFESSORA 05).

[...] essa questão nossa que eu nunca fui contrário a isso de ter que fazer pós, o que... eu fui, eu era contrário a forma que isso chegou pra gente, né, uma imposição, uma coisa muito abrupta, cheguei a comentar já com você teve não só na minha área , mas as outras áreas também , todo mundo (PROFESSOR 02).

Sobre as condições de trabalho e os prazos na carreira docente, Gradella Junior (2002, p. 89) ressalta que “o docente pode organizar o tempo como lhe aprouver, desde que respeite os períodos estabelecidos, mas, ao não conseguir cumprir os prazos, torna-se responsável por isso, independente das condições inadequadas e diferenciadas de trabalho”. Logo, é “fato de que o docente é culpabilizado pelo não cumprimento do prazo” (GRADELLA JÚNIOR, 2002, p.89). Observa-se que, de certa maneira, os professores entrevistados passaram por condições semelhantes a estas na cobrança da titulação acadêmica.

O relato da Professora 05 confirma o que preconizava a Resolução 71/90, em relação a avaliação dos professores da categoria TED a fim de comprovar suas atividades ensino, pesquisa e extensão, sendo:

Artigo 5º - Para efeito de avaliação das atividades desenvolvidas, o servidor TED, independentemente da jornada de trabalho, deverá encaminhar à Comissão Permanente de Trabalho – CPRT, a cada três anos, relatório circunstanciado referente ao período anterior, bem como plano a ser desenvolvido nos três anos subsequentes, devidamente apreciados pelo Departamento e pela Congregação.

Parágrafo único – Os relatórios deverão abranger atividades de docência, pesquisa e extensão de serviços à comunidade, bem como eventuais atividades administrativas, além de outras inerentes à Universidade.

Artigo 7º - O parecer contrário da CPRT, quando da análise do relatório das atividades desenvolvidas no período anterior, bem como o descumprimento, do servidor TED, do plano de atividades proposto, implicarão na aplicação das sanções disciplinares cabíveis por parte da autoridade competente, assegurado ao servidor TED o direito de justificativa. (UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA..., 1990, p. 02, grifo nosso).

Ainda, quando questionados sobre as dificuldades em relação à obtenção da titulação, merece destaque, conforme os relatos, a questão do afastamento concedido pela UNESP.

Entrevistador: Quem cursava na época, fazia o mestrado e continuava dando aula, trabalhando normalmente?

Entrevistado: Normalmente

Entrevistador: Viajando toda semana?

Entrevistado: Toda semana. Eu ia toda quinta-feira pra Piracicaba fazia as disciplinas e voltava, sem bolsa, sem nada.

Entrevistador: Não havia a possibilidade?

Entrevistado: Aí depois eles começaram a dar... a gente saía e fazia um afastamento assim diária...por aquele dia

Entrevistador: Mas o afastamento parcial ou total das atividades não havia?

Entrevistado: Não (PROFESSOR 02).

entrevistador: O senhor viajava, dava aula na extensão, dava aula na UNESP, fazia tudo durante a semana?

Entrevistado: Fazia tudo simultaneamente durante a semana.

entrevistador: Então o senhor não teve nenhum tipo de afastamento, nem parcial nem integral?

Entrevistado: Não, nem parcial nem integral [...] Eu me aposentei, a UNESP tava obrigando o doutorado e eu tava com dificuldade de concluir esse doutorado por causa da docência eu não tive afastamento (PROFESSOR 04).

Três anos batidão ali, estudo, estudo, estudo, não pedi afastamento do departamento.

***Entrevistador:* Eu ia perguntar isso, não teve afastamento?**

Entrevistado: Não, porque até fiz questão de não ter sabe por quê? Eu estava aqui dentro, pra que eu ia afastar sendo que quem que ia colocar no meu lugar sempre eles falavam “não tem substituto, não tem substituto” então, antes que me brecassem né, no afastamento eu resolvi, falei “ tudo bem”

***Entrevistador:* Continuou dando aulas normais?**

Entrevistado: Continuei, então como eu fazia, eu dava as aulas e entrei em negociação com o departamento que eu ficava aqui estudando né, no departamento e a hora que fosse necessária minha presença eu estava ali, então reuniões de departamento eu nunca faltei, tudo, administrativo que foi, que era solicitado eu fazia (PROFESSORA 05).

A Professora 05 relata, além disso, a dificuldade para realizar sua coleta da pesquisa de Doutorado no exterior.

[...] pra eu afastar pra ir coletar meus dados lá na França não obtive afastamento.

***Entrevistador:* Não? Foi como? Férias?**

Entrevistado: Não, foi licença prêmio.

***Entrevistador:* Ah licença prêmio?**

Entrevistado: É, então daí eu falei “já que é prêmio mesmo eu vou fazer o que quero” né, então eu...foi concedida a licença prêmio pra mim porque foi um azar na verdade, quando eu fui, quando eu fui pedir a solicitação, que incoerência eu falar isso, quando eu solicitei o reitor estava pra viajar na época, ela ia ficar um tempo na África aí o que aconteceu, quem leu o meu processo [...] caiu na mão de uma pessoa que não fazia essa leitura, do projeto, então eles achavam que eles tinham que me convidar pra ir lá no museu, pra ir no Moulin Rouge, pra ir na ópera de Paris, como? Eu não estava a estudo deles, eu estava coletando, eu que solicitei a minha ida lá né, então eu falei “quer saber” e eles entenderam errado, negaram, meu filho foi assim prazo de quinze dias, pra sair o avião já, eu já estava com tudo pago, minha orientadora foi comigo, e todos os hotéis reservados, porque eu tinha que fazer um tour pela Europa pra ir atrás das obras né, tudo certinho, quinze dias hotéis, nem lembro mais que eu ponho no esquecimento e foi pro brejo, ainda teve uma ironia na congregação de um professor que falou assim “ ah gostoso fazer projeto assim pra passear né” (PROFESSORA 05).

Os professores da categoria TED, apesar da cobrança, nitidamente não obtiveram

da universidade o estímulo para cursar o mestrado e o doutorado, por meio de afastamento que contribuiria para a concretização da titulação exigida pela UNESP. O Professor 06, que ingressou na UNESP já na categoria de MS-2 (Mestre) como já citado, relata que conseguiu seu afastamento para cursar o doutorado, mas em sua opinião, por outro motivo:

Entrevistado: Foi aí eu pedi, como teve aquele problema que eu te contei que eu não vou falar de novo né, de eu ter que pedir demissão da chefia do departamento, como prêmio de consolação eles me deram afastamento integral.

***Entrevistador:* Para fazer o doutorado?**

Entrevistado: É (PROFESSOR 06).

Em alguns relatos dos professores, emergiu o assunto relacionado a dificuldade para obter afastamento para a realização de mestrado e doutorado, pois, para cursar a especialização os docentes tinham que viajar mensalmente ou semanalmente para frequentar as disciplinas obrigatórias nas Instituições onde faziam a pós-graduação:

É...na verdade assim, o mestrado eu fiz porque eu fiz em casa que foi a UNESP, não procurei fora porque não ia me agregar em nada sair for de casa né, muitos professores morreram, professores morreram na estrada fazendo mestrado e isso me desestimulou a procurar fora de casa (PROFESSORA 01).

[...] porque...gente morreu é uma série de coisa , houveram que ...

***Entrevistador:* O pessoal que morreu, o senhor fala dos que viajavam?**

Entrevistado: É, de outras universidades, sem estar com afastamento oficial, perdeu tudo, deixou família, filho, viúva, não mão de Deus (PROFESSOR 02).

É evidente que a cobrança pela busca da titulação para os professores ‘TED’ [Técnicos especializados em Docência] da UNESP de Bauru refletia o momento pelo qual passava a universidade pública no Brasil, o status científico e a especialização dos docentes, já que na formação de professores, o conhecimento científico deve sempre ser atualizado, não estático, mas sim, dinâmico e em constante evolução. Assim compreende-se a exigência da UNESP naquelas circunstâncias, para que os docentes do campus de Bauru, especificamente do departamento de Educação Física, enquadrassem-se à titulação de uma universidade pública.

Entretanto, visualiza-se que nesse processo de busca da titulação faltou maior organização administrativa para que os professores tivessem tempo hábil, afastamento parcial ou integral e condições para usufruírem destas e realmente poderem se titular, e assim contribuir não só para a sua própria formação, mas também com a formação de seus alunos de graduação.

Pimenta e Anastasiou (2002, p. 141) revelam que:

conhecer o [novo] sistema universitário brasileiro é de extrema importância, pois as condições de trabalho dos professores entre as diversas instituições de ensino superior brasileira e dependendo do tipo de instituição a qual o professor trabalha, um tipo de produção diferente será exigido dele (PIMENTA; ANASTASIOU, 2002, p. 141 apud PACHANE, 2003, p. 61)

As autoras afirmam ainda que o ingresso na carreira docente ocorre de maneira diversa em cada tipo de instituição: na instituição pública a entrada do professor para o quadro docente se dá mediante concurso, já na privada, por meio convite e contrato. Os profissionais da esfera privada têm como compromisso a docência, ainda que a instituição estimule a pesquisa por parte do professor. Logo, “[...] nesse contexto, ensinar restringe-se ao tempo de sala de aula, e por sua vez, as responsabilidades institucionais do docente limitam-se às da contratação trabalhista, sendo os professores de modo geral contratados em regime de tempo parcial ou horistas” (PIMENTA; ANASTASIOU, 2002 apud PACHANE, 2003, p. 61).

O que se quer demonstrar é que o caso dos professores entrevistados neste estudo é semelhante às afirmações anteriores. Em síntese – do grupo de seis docentes, cinco trabalhavam como professores horistas numa instituição privada de ensino superior, onde seu regime de trabalho era regido pela CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas) como horistas, sendo que suas atribuições se limitavam ao ensino na graduação, sem vínculo ou obrigatoriedade da pesquisa científica. Com o novo momento do ensino superior brasileiro iniciado nos anos 1980 e legalizado na década de 1990, somado a encampação da Universidade de Bauru pela UNESP, os docentes se viram frente a este novo cenário e tiveram que se adequar às mudanças - universidade privada para universidade pública; atividade de ensino para atividade de ensino e pesquisa e extensão - em pouco tempo e por obrigatoriedade institucional. Neste novo momento, além das exigências de pesquisa e

titulação, os docentes deveriam ter “envolvimento na administração e gestão em seus departamentos na universidade, tomando decisões sobre currículos, políticas de pesquisa e financiamento [...]” (PIMENTA; ANASTASIOU, 2002, p.39 apud PACHANE 2003, p. 78, grifo nosso).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante todo o processo de investigação, desde o levantamento do tema pesquisado, a revisão da literatura, a coleta das entrevistas, bem como sua transcrição e análise permitiram-me conhecer a história da graduação em Educação Física da UNESP Bauru. Entender esta trajetória teve um significado importante para mim, pois conhecer a trajetória do curso que me graduei, auxiliou-me a compreender a dinâmica do processo de reorganização curricular, o qual, iniciado em 1989, refletiu nas disciplinas que cursei entre 2009 e 2013, quando aluno de licenciatura desta Instituição. Isto posto, é evidente mencionar quão significativo foi desenvolver esta pesquisa durante pouco mais de dois anos.

Assim, busquei, no decorrer da investigação, respostas para a problemática da pesquisa ao indagar os professores envolvidos na reestruturação curricular curso de Educação Física em 1990 sobre como se deram as relações neste processo, quais foram seus objetivos, suas determinantes e como foi a participação docente, tendo em vistas a importância destes professores na construção do referido currículo de graduação. Compreendendo que, ao estudar um tema que envolve entre diversas fontes, a memória revela uma história dinâmica, subjetiva e por vezes diferente daquela escrita nos documentos oficiais. Ao dar vozes e ouvidos àqueles que de fato contribuíram para a construção da história de um curso de formação profissional, deparei-me com a importância de valorizar as fontes orais como aspecto imprescindível para o desenvolvimento deste estudo.

Com referência aos objetivos da transformação curricular finalizada em 1990, é evidente que ela foi reflexo da Resolução do Conselho Federal de Educação nº 03 de 1987, que possibilitou a reorganização curricular da formação profissional em Educação Física. Contudo, esta Resolução não era um fim em si mesma, ao simplesmente aumentar em termos quantitativos a carga horária e a duração dos cursos de graduação. Era mais que isso:

representava naquele contexto um avanço fundamental e desejado por boa parte da comunidade profissional da área por eliminar o currículo mínimo, flexibilizar e propiciar a autonomia para a elaboração das grades curriculares, incluir conhecimentos humanístico e profissionais que não se encerravam em apenas conteúdos práticos, contemplando e abrangendo conhecimentos conforme as novas demandas e atualizações do mercado de trabalho, no campo extraescolar. Além disso, para os professores entrevistados a reorganização curricular também representou um progresso para o curso, já que, a Educação Física vivia um novo momento, fruto de maiores debates e reflexões acadêmicas. Após 1990, as modificações do curso propiciaram maior embasamento científico no que se refere às disciplinas da grade, o que estimulou a pesquisa para os graduandos e gerou maior respaldo na preparação deles. É importante ressaltar ainda que os próprios docentes concordavam com esse novo cenário profissional, pois, a Educação Física precisava do ‘status’ de ciência para se legitimar na universidade, e para isso um novo reordenamento curricular era necessário.

O processo de transformação curricular teve aspectos unilaterais por concentrar a maior parte das responsabilidades no coordenador de curso naquela ocasião, seja por ter maiores responsabilidades dado o seu cargo, ou por ter dedicado maior tempo ao estudo das novas matérias que comporiam a estrutura curricular, bem como, a participação passiva e silenciosa do corpo discente. Entretanto, é preciso destacar que as circunstâncias nas quais se inseriam estas mudanças, caracterizavam-se pela urgência na elaboração do novo currículo (menos de um ano), pela falta de titulação acadêmica do corpo docente, bem como, a dedicação destes docentes em busca desta titulação exigida na carreira por parte da UNESP. Isto, porém, não permite afirmar que o currículo de 1990 foi feito somente por um professor e pelos seus conhecimentos. Os relatos tornaram-se essenciais para demonstrar, ainda que pequena, houve certa contribuição da comissão de docentes, formada para servir de “palco” de discussões em torno da estrutura curricular e disciplinas. Os professores, nessa comissão, tinham direito a voz e voto. Esses fatos sugerem que a reestruturação teve por outro lado aspectos democráticos, ao permitir uma participação mais aberta a outros professores do departamento.

Esta alteração curricular gerou mudanças em diversas disciplinas do curso, especialmente, nas matérias práticas, visto que, anteriormente, as modalidades esportivas eram ministradas em praticamente todos os semestres (a exemplo, voleibol I, II, III, IV, etc.) e, após 1990, os currículos traziam apenas uma matéria por semestre, revelando que nesse novo cenário, a Educação Física não se justificava somente como um curso pautado em conhecimentos prático-esportivos. A partir de então, os graduandos deveriam entender o porquê e não somente o ‘como fazer’.

Além disso, dentre outras mudanças importantes que foram mencionadas nos relatos, destacam-se: o aumento na carga horária do estágio curricular, o qual passou de 60 para 150 horas, embora a Resolução 03/87 não especificasse qual deveria ser o número de horas para a prática de ensino; a inclusão de disciplinas optativas para diversificar os conteúdos que não foram contemplados nas matérias obrigatórias, bem como, a inclusão de duas disciplinas para a realização da monografia. O curso deveria dispor de um professor para auxiliar cada aluno a desenvolver o trabalho de conclusão de curso, visto que o curso necessitava da pesquisa como sustentação para a futura prática profissional - e o TCC pode ser visto como um elemento importante na conclusão do curso. Ademais, os próprios docentes tiveram que atualizar seus conhecimentos para ter melhores condições de ministrarem as novas disciplinas e talvez esta seja uma das razões que justifique o fato de alguns docentes, naquela situação, estarem mais concentrados na conquista do mestrado e do doutorado.

Todavia, em relação à titulação docente, um ponto importante da pesquisa que emergiu das falas dos professores, sem estar previamente relacionada ao roteiro da entrevista, foi a cobrança sentida pelos professores da UNESP para que, em seis anos obtivessem o título de doutor. Para alguns docentes isso foi benéfico por apoiar o crescimento intelectual e permitir a progressão na carreira docente, mas, para a maioria do grupo entrevistado, foi um motivo de temor e insatisfação, já que se exigiu o título acadêmico sem se conceder condições favoráveis para desenvolver sua pós-graduação concomitantemente com a docência na graduação e a extensão universitária. Soma-se a isso o fato de que, naqueles anos, havia pouca oferta de programas de mestrado e doutorado em Educação Física no estado de São Paulo, sendo que nenhum dos docentes obteve, ainda que a legislação da UNESP garantisse o

afastamento parcial e/ou integral das funções para obtenção da titulação exigida, o que, conforme as falas impossibilitou a conquista do mestrado ou doutorado antes da aposentadoria, ainda assim, do grupo entrevistado, duas professoras optaram por buscar sua titulação em programas de pós-graduação em outras áreas, o que também demonstra uma possível saída diante desta dificuldade na titulação docente.

Desse modo, o discurso oficial da UNESP no que concerne ao afastamento docente para concretização de cursos de pós-graduação não se fez na prática para este grupo de professores. Ainda, é oportuno considerar que dos seis docentes entrevistados na pesquisa, cinco deles se graduaram no final da década de 1960 e início da década de 1970, quando o modelo de universidade e formação profissional em Educação Física não contemplava a pesquisa na graduação. Ademais, os entrevistados eram docentes em universidade privada (antes da encampação), sem vínculo de dedicação exclusiva, o que lhes permitiram, além da docência, desenvolver sua prática profissional em outros setores (educação básica, técnico esportivo, entre outros). Assim, o processo de encampação e exigência da titulação foi, em certa medida, uma complicada transição em suas carreiras como docentes universitários em uma universidade pública.

Contudo, essa ação para a obrigatoriedade da titulação em algum momento da encampação pode ter sido negociada entre os próprios professores da Universidade de Bauru, pois, torna-se difícil compreender uma legislação tal qual, foi para os professores “TED” ter sido aprovada de ‘cima para baixo’ sem qualquer tipo de negociação com os docentes a época. Embora os relatos sugiram que essa negociação não foi amplamente discutida com todos os envolvidos naquele momento, neste caso, os professores do Departamento de Educação Física.

Depreende-se, após as análises dos relatos que uma reestruturação de currículo sendo tão importante para o corpo docente, deve incluir aspectos democráticos no que tange a participação de todos os professores do curso dada a sua responsabilidade, pois, todos estarão diretamente envolvidos no ensino das matérias que compõem este currículo. Ainda, é essencial que haja por parte dos docentes, estudo e conhecimento das teorias curriculares a fim de possibilitar toda uma fundamentação teórica específica no campo de pesquisas do currículo e que esta seja aplicada com propriedade na devida elaboração curricular, também,

visualiza-se que em relação a elementos democráticos para construção do currículo, a participação ativa do corpo discente é imprescindível, pois, os alunos também podem contribuir com sua atuação nesta reorganização, sendo eles parte da comunidade acadêmica.

Por fim, uma comissão formada por professores e alunos deve de fato dedicar tempo para discussões e debates em torno de uma nova grade curricular para que esta não seja formada apenas no papel e assim o currículo não seja pensado as pressas. Tais apontamentos não têm objetivo de julgar e/ou ‘condenar’ os professores que fizeram parte da reestruturação aqui estudada, especialmente, por que o cenário no qual a mudança curricular foi feita era complicada e dificultosa por diversos motivos como já citado nos parágrafos acima, dessa forma, essas observações do pesquisador se configuram como conclusões diante de todo contexto pesquisado nesta dissertação.

Discorrer sobre as conclusões do presente estudo é uma tarefa complexa, pois manter certo distanciamento das opiniões, falas e versões dos professores é um delicado exercício à medida que se posicionam sobre diversos aspectos sobre o objeto do estudo desta investigação. Não foi objetivo desta pesquisa descrever toda a história do curso de Educação Física da UNESP de Bauru, nem mesmo de responder porque tudo se sucedeu da forma como foi relatado, mas sim, de compreender os acontecimentos em torno da reestruturação curricular de 1990 e tecer análises, diante de documentos oficiais, bibliografia específica e especialmente, memórias, de quem viveu aquele momento e o reviveu ao ceder suas memórias durante as entrevistas. É importante destacar que esta pesquisa é apenas o início das reflexões acadêmicas do autor em nível de pós-graduação.

Ressalta-se, por fim, que é preciso pesquisar a formação profissional, bem como, a organização curricular no ensino superior e suas nuances, com a finalidade de se entender as dinâmicas e as circunstâncias que cercam o desenvolvimento da Educação Física no ambiente universitário, especialmente, ao valorizar os sujeitos sociais diretamente envolvidos neste cenário. Dessa forma, é possível evidenciar alternativas, outros olhares e novas compreensões em torno do tempo presente, neste caso, do curso de graduação em Educação Física da UNESP Bauru, e até mesmo a história da formação de profissionais e professores desta área.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, L. R. **A Constituição Histórica da Educação Física no Brasil e os Processos de Formação Profissional**. Anais do IX Congresso Nacional de Educação e III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia, Curitiba, 2009.
- ALONSO, A. **Criada em mobilização histórica, UNESP completa 25 anos em Bauru**. **Jornal da Cidade**. Bauru, 11 ago. 2013. Disponível em: <http://jcnet.com.br/Geral/2013/08/criada-em-mobilizacao-historica-unesp-completa-25-anos-em-bauru.html>. Acesso em: 03 de novembro de 2013.
- ALVES, A. J. O planejamento de pesquisas qualitativas em educação. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 77, p. 53-61, maio. 1991.
- AMADO, J.; FERREIRA, M. M. (Orgs.). **Usos & abusos da história oral**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- APPLE, M. W. **A política do conhecimento oficial**: faz sentido a idéia de um currículo nacional? In: Currículo, Cultura e Sociedade. MOREIRA, A. F. B.; SILVA, T. T. (Orgs.). São Paulo: Cortez, 1995, p. 39- 58.
- APPLE, M. W. Ideologia e Currículo. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- AMADIO, A. C. Consolidação da Pós-graduação “stricto sensu” da escola de Educação Física e Esporte da Universidade de São Paulo: trajetória acadêmica após 30 anos de produção. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**. São Paulo, v.21, p.25-36, dez. 2007.
- ANDRÉ, M. E. D. A. **Etnografia da prática escolar**. Campinas: Papirus, 1995.
- ANTUNES, A. C. Influência da resolução 03/87 para o atual processo de preparação profissional em Educação Física. **EF Deportes Revista digital**, Buenos Aires, Ano 14, n. 138.2009.
- ARAÚJO, W. B. **Educação física escolar no período da ditadura militar em Jundiaí- SP (1964-1985)**. Dissertação (Mestrado em Educação Física) USJT, São Paulo, 2011.

ARRUDA, O. S. **Unesp Bauru – 25 anos**. Jornal da Cidade. Bauru, 11 ago. 2013 Disponível em: http://www.jcnet.com.br/editorias_noticias.php?codigo=230156 Acesso em: 03 de novembro de 2013.

AZEVEDO A. C. B, MALINA, A. Memória do Currículo de Formação Profissional em Educação Física no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v. 25, n. 2, p. 129-142, jan. 2004.

BARROS, J. M. C. Educação Física na UNESP de Rio Claro: Bacharelado e Licenciatura. **Motriz**, Rio Claro, v. 1, n. 1, p. 71-80, 1995.

BARROS, J. M. C. Educação Física e esporte: Profissões? **Kinesis**, Santa Maria, n. 11, p. 05 -16, jan/jul, 1993.

BAURUNESP. **Unesp foi criada há 20 anos**. Ano 3, n. 12, Fevereiro, p. 03, 1996.

BEISEGEL, C. R. **Política Educacional e programas de alfabetização**. São Paulo, Fundação para o desenvolvimento da Educação. Ideias nº1. São Paulo: FDE, 1988.

BELTRAMI, D, M. **A Educação Física no âmbito da política educacional no Brasil pós-64**. Dissertação (Mestrado em Educação: História, Política, Sociedade,) PUC/SP, São Paulo, 1992.

BENITES, L. C; SOUZA NETO. S; HUNGER, D. O processo de constituição histórica das diretrizes curriculares na formação de professores no Brasil. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.34, n.2, p. 343-360, mai/ago. 2008.

BETTI, M. **Perspectivas na formação profissional**. In: Wagner Wey Moreira (Org). **Educação Física e Esportes: Perspectivas para o século XXI**. Campinas: Papirus, 1ª ed, 1992, p. 239-254.

BETTI, M; BETTI, R. Novas perspectivas na formação profissional em educação física. **Motriz**. Rio Claro, v. 2, n. 1, p. 10-15, jun. 1996.

BETTI, M. **Educação Física e Sociedade: A Educação Física na escola brasileira**. São Paulo, Hucitec, 2ªed. ampliada, 2009.

BOHRER, I. N.; PUEHRING, J. O.; SILVA, D. S.; NAIRDOF, J. **A História das Universidades: o despertar do conhecimento**. In: 14ª Jornada Nacional de Educação, 2008, Santa Maria. A História das Universidades: o despertar do conhecimento, 2008. Disponível em: <http://www.unifra.br/eventos/jne2008/Trabalhos/114.pdf>. Acesso em: 14 de fevereiro de 2016.

BOVO, J. M. Universidade e comunidade: avaliação dos impactos econômicos e da prestação de serviços. São Paulo: Fundação editora da UNESP, 1999.

BRACHT, Valter. **Educação física & ciência: cenas de um casamento infeliz**. Ijuí: Unijuí, 1999.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei n. 5.540**, 28 novembro. 1968

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei n. 5.692/71**, 11 agosto. 1971.

BRASIL. Conselho Federal de Educação. **Resolução n. 69**, de 02 de dezembro de 1969.

BRASIL. Conselho Federal de Educação. **Parecer nº 894**, de 26 de Setembro de 1969, Documenta (109), Brasília, 1969a.

BRASIL. Conselho Federal de Educação. **Parecer nº 215**, de 11 de março de 1987. Documenta (315), Brasília, 1987a.

BRASIL. Conselho Federal de Educação. **Resolução nº 03**, de 16 de junho de 1987. Diário Oficial, (172), Brasília, setembro, 1987b.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei nº 9.394**, de 17 de dezembro de 1996.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei nº 9.696** de 1º de setembro de 1998.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP nº 1**, de 18 de fevereiro de 2002a.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP nº 2**, de 19 de fevereiro de 2002b.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CSE nº 7**, de 31 de março de 2004.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 464**, de 28 de novembro de 1969b.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 869**, de 26 de Setembro de 1969c.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 705**, de 25 de Julho de 1969d.

BRASIL. MEC. **Portaria n. 22**, 24 jul. 1968.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs)**: Introdução. Secretaria de Educação Fundamental, Brasília, MEC/SEF, 1997.

BRASIL. INEP/MEC. Sinopses Estatísticas da Educação Superior - Graduação. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/superior/censosuperior/sinopse/>. Acesso em 24 de março de 2016.

BRITO, T. T. R.; CUNHA, A. M. O. Revisitando a História da Universidade no Brasil: política de criação, autonomia e **docência**. **APRENDER - Cad. Fil. e Psic. da Educação**. Vitória da Conquista. Ano VII, n. 12 p. 43-63. 2009.

CASTELLANI FILHO, L. **A Educação Física no Brasil**: A história que não se conta. Campinas: Papirus 1988.

CELESTE FILHO, M. **A constituição da Universidade de São Paulo e a Reforma Universitária da década de 1960**. 1ª ed. São Paulo - SP: Editora UNESP, 2013.

CHARTIER, R. **A visão do historiador modernista**. In: AMADO, J.; FERREIRA, M. M. (Orgs.). **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 215-218.

CORRÊA, A. M. M. **Para preparar a mocidade... Fragmentos de memórias na história da Faculdade de Farmácia e Odontologia de Araraquara: 1923 – 1976**. São Paulo: UNESP, 1998.

CORRÊA, A. M. M. **Uma universidade para o interior paulista**: A Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. In: UNIVERSIDADE Estadual Paulista “**Júlio de Mesquita Filho**”. **Os 25 anos da UNESP sob olhar da Imprensa**. São Paulo: Assessoria de Comunicação e Imprensa, 2001, p 09- 14.

CORRÊA, A. M. M; PIMENTEL, J. R; DIAS, M. T. (Orgs) **UNESP 30 anos**: Memórias e Perspectivas. São Paulo: Editora Unesp, 1ª ed. 2006a.

CORRÊA, A. M. M. **Institutos Isolados de Ensino Superior do Estado de São Paulo**: Memória da Criação das Escolas que Vieram Integrar a UNESP. In: CORRÊA, A. M. M; PIMENTEL, J. R; DIAS,

M. T. (Orgs). **UNESP 30 anos: Memórias e Perspectivas**. São Paulo: Editora Unesp, 1ª ed. 2006b, p. 15-34.

COSTA, E. B. O.; RAUBER, P. História da Educação: Surgimento e tendências atuais da Universidade Brasileira. **Revista Jurídica UNIGRAN**. Dourados, MS. v. 11, n. 21, p. 241 – 253, Jan./Jun.2009.

COUTO, R. C. **História Indiscreta da Ditadura e da Abertura – Brasil: 1964 -1985**. São Paulo: Record, 3ª ed. 1999.

CUNHA, L. A. **A Universidade reformanda**. O Golpe de 1964 e a modernização do ensino superior. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

DAÓLIO, J. A ordem e (des)ordem na educação física brasileira. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v. 25, n.1, p. 115-127, Set. 2003.

DARIDO, S. C. **Educação Física na escola: Questões e Reflexões**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.

DIAS, M. T. **UNESP: Criação e Reforma**. In: CORRÊA, A. M. M; PIMENTEL, J. R; DIAS, M. T. (Orgs). **UNESP 30 anos: Memórias e Perspectivas**. São Paulo: Editora Unesp, 1ª ed. 2006. P. 35-54.

DIAS, M. T. De dispersos a Justapostos: Uma solução de Integração para os Institutos Isolados do Ensino Superior do Estado de São Paulo. **Estudos de Sociologia**. v.15, n.28, p. 221-237, 2010.

ESTADO DE SÃO PAULO. A Unesp vai ficar com Bauru. **Jornal Estado de São Paulo**. São Paulo. 30 out.1987. Noticiário Geral, p.12.

ÉSTHER, A. B. **Uma história da universidade brasileira: tensões, contradições e perspectivas de sua identidade institucional**. Relatório final de pesquisa Pós-Doutorado. Universidade de Coimbra. 2012.

ÉSTHER, A. B. Que universidade? Reflexões sobre a trajetória, identidade e perspectivas da universidade pública brasileira. **Espacio, Tiempo y Educación**, v. 2, n. 2, 197-221. 2015.

FARIA JUNIOR, A.G. **Perspectivas na Formação Profissional em Educação Física**. In: Wagner Wey Moreira (Org). **Educação Física e Esportes: Perspectivas para o século XXI**. Campinas: Papirus, 1ª ed, 1992, p. 237-238.

FÁVERO, M. L. A. A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. **Educar**, Curitiba, nº 28, p. 17-36, Maio/Jun. 2006.

FERREIRA, M. M. História do tempo presente: desafios. **Cultura Vozes**, Petrópolis, v.94, nº 3, p.111-124, maio/jun., 2000.

FOLHA DE SÃO PAULO. Quêrcia gasta Cz\$ 500 mi para encampar universidade. **Folha de São Paulo**. São Paulo. 09 out. 1987a. Educação e Ciência, p. A 03.

FOLHA DE SÃO PAULO. UNESP decide incorporar a Universidade de Bauru. **Folha de São Paulo**. São Paulo. 31 de out. 1987b. Educação e Ciência.

FOLHA DE SÃO PAULO. A fábrica de universidades: Quêrcia oficializa a encampação da Universidade de Bauru. **Folha de São Paulo**. São Paul. 20 nov. 1987c. Educação e Ciência. p. A 19.

FOLHA DE SÃO PAULO. UNESP faz encampação de Institutos mesmo com pareceres desfavoráveis. **Folha de São Paulo**. São Paulo. 8 dez. 1987d. Educação e Ciência, p. A14.

FOLHA DE SÃO PAULO. Quêrcia assina hoje a encampação da Universidade de Bauru pela Unesp. **Folha de São Paulo**. . São Paulo 12 ago. 1988a. Educação e Ciência, p. C 06.

FOLHA DE SÃO PAULO. Quêrcia descarta possibilidade de aumentar verbas para universidade. **Folha de São Paulo**. São Paulo. 17 fev. 1989a. Educação e Ciência, p. C 06.

FOLHA DE SÃO PAULO. Vagas nos cursos da Unesp em Bauru são reduzidas à metade. **Folha de São Paulo**. 11 ago. 1989. Educação, p. C 08.

FROMER, A. CAPRIGLONE, L. Goldemberg defende substituição de docentes improdutivos. **Folha de São Paulo**. 22 nov. 1987a. Educação e Ciência. p. A 40.

FROMER, A. CAPRIGLONE, L. Paulo Renato defende critério qualitativo para avaliação. **Folha de São Paulo**. 29 nov. 1987b. Educação e Ciência. p. A 28.

FROMER, A. CAPRIGLONE, L. Nagle usa critério geográfico para absorver universidades. **Folha de São Paulo**. 06 dez. 1987c. Educação e Ciência. p. A 34.

GILES, T R. **História da Educação**. São Paulo: Ed. Pedagógica e Universitária Ltda., 1987.

GASPARI, E. **A Ditadura Escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GESSER, V. A evolução histórica do currículo: dos primórdios à atualidade. **Contrapontos**, Itajaí, ano 02, n. 4, p. 69-81, jan/abr, 2002.

GOIS JUNIOR, E. et al. Estudo histórico sobre a formação profissional na Escola de Educação Física e Esporte da Universidade de São Paulo (1980-1990). **Motriz**, Rio Claro, v.18 n.2, p.393-400, abr./jun. 2012.

GOODSON, I. F. **Currículo: teoria e história**. Atílio; Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

GHIRALDELLI JUNIOR, P. **História da Educação Brasileira**. São Paulo: Cortez, 2008.

HAMILTON, D. Sobre as origens do termo classe e curriculum. **Teoria e Educação**, São Paulo, n. 6, 1992.

HUNGER, D. **A Formação Profissional Em Educação Física Numa Retrospectiva Histórica**. Anais do XVII Encontro Regional de História - O lugar da História. ANPUH/SP Unicamp. Campinas, 2004. Disponível em:

<http://www.anpuhsp.org.br/sp/downloads/CD%20XVII/ST%20IX/Dagmar%20Hunger.pdf>. Acesso em: 14 de setembro de 2014.

JANOTTI, A. **Origens da universidade: a singularidade do caso português**. São Paulo: EDUSP, 1992.

GRADELLA JUNIOR, O. **Sofrimento psíquico e trabalho intelectual do docente universitário**. Tese (Doutorado em Educação) UNESP, Marília, SP.

GUIMARÃES, R.; CARUSO, N. Capacitação Docente: o Lado Escuro da Pós-graduação – Notas sobre o Estado da Arte e Elementos para uma política. **INFOCAPES**, Brasília, v. 4, n. 3, p. 07-18, 1996.

KELLY, A. V. **O currículo – teoria e prática**. São Paulo: Harper& Row do Brasil, 1981.

KUNZ, E. Currículo. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**. Campinas. v. 14, n. 2, Jan. Editorial, 1993.

KUNZ, E. et al. Novas Diretrizes curriculares para os cursos de graduação em Educação Física: Justificativas – Proposições – Argumentações. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**. Campinas. v. 20, n. 1, Set, p. 37-48, 1998.

LE GOFF, J. **História e Memória**. 4ª ed. Campinas, Editora da Unicamp, 1996.

LIMA, E. L. G.; RIBEIRO, A. I. M. **A Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras de Presidente Prudente (1959-1976): Gênese da FCT - Unesp**. Jundiaí, Paco Editorial, 2013.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M E. D.A. **A Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas**. São Paulo: EPU, 2012.

MALTA, S. C. L. Uma abordagem sobre currículo e teorias afins visando à compreensão e mudança. **Espaço do Currículo**, v.6, n.2, p.340-354, Maio/Agosto de 2013.

MARCONI, M.A; LAKATOS, E. M.; **Fundamentos de metodologia científica**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MARCONI, M.A; LAKATOS, E. M.; **Técnicas de pesquisa**. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2013.

MARIZ DE OLIVEIRA, J. G. **Preparação Profissional em Educação Física**. In: PASSOS, S. C. E. (org) **Educação Física e Esportes na Universidade**. Brasília, SEED/MEC, 1988, p. 225-246.

MARTINS, N. R. & SOUZA E SILVA, R. V. **Pesquisas brasileiras em Educação Física e Esportes: tendências das teses e dissertações**. Sistema de publicação eletrônico de teses e dissertações. Uberlândia: UFU/NUTESSES, 2005.

MELO, V. A. **Escola Nacional de Educação Física e Desportos: Uma possível história.** Dissertação (Mestrado em Educação Física) Unicamp, Campinas, SP, 1996.

MEIHY, J. C. S. B. **Manual de história oral.** 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

MENDES, C. L. O campo do currículo e a produção curricular na Educação Física nos anos 90. **Arquivos em Movimento**, Rio de Janeiro, v.1, n.2, p. 39-48, julho/dezembro, 2005.

MENDONÇA, A. W. P. C. A universidade no Brasil. **Revista Brasileira de Educação.** Mai/Ago, nº 14, p. 131-194, 2000.

MOCKER, M. C. M. Currículo e formação profissional em educação física. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 14, n.2, p. 60- 64, jan., 1993.

MOCKER, M. C. M. et al. Avaliação curricular do curso de Educação Física da Universidade Federal de Santa Catarina. **Motrivivência.** Florianópolis, n.8, p.205-216. 1995.

MOLINA, V. N. et al. **A Pesquisa Qualitativa na Educação Física.** 2ª ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS/Sulina, 2004.

MONROE, Paul. **História da Educação.** São Paulo: Ed. Nacional, 1979.

MOREIRA, A. F.; SILVA, T. T. **Sociologia e Teoria Crítica do Currículo:** uma introdução. In: MOREIRA, A. F. B.; SILVA, T. T. (Orgs.); **Currículo, cultura e sociedade.** São Paulo: Cortez, 1995, p. 07-37.

MOREIRA, A. F. B. **Currículos e Programas no Brasil.** Campinas: Papirus. 1995.

MOREIRA, A. F. B. CANDAU, V. M. (Orgs). **Multiculturalismo:** diferenças culturais e práticas pedagógicas. Petrópolis: Vozes, 2008.

MORO, V. L. **A organização curricular dos cursos de graduação em educação física no Paraná, após a Resolução nº 03/87 do Conselho Federal de Educação.** Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1998.

- MULLER, H. I. **História do Tempo Presente: Algumas Reflexões**. In: Junior, G. P. (Org) **História do Tempo Presente**. 1ª ed. Bauru, SP: EDUSC, 2007.
- OLIVEIRA, A. A. B. A Formação universitária em Educação Física. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v. 16, n. 3. p. 209-212, 1995.
- OLIVEIRA, T. Origem e memória das universidades medievais: a preservação de uma instituição educacional. **VARIA HISTÓRIA**, Belo Horizonte, vol. 23, nº 37, p.113-129, Jan/Jun 2007.
- PACHANE, G.G. **A Importância da formação pedagógica para o professor universitário: A Experiência da UNICAMP**. Tese (Doutorado em Educação) UNICAMP, Campinas, 2003.
- PÊGO, P. L. S. **A Educação Física no Regime Militar**. Relatório final (Iniciação Científica) Comissão Permanente de Pesquisa - Faculdade de Ciências/UNESP – Campus Bauru. Bauru, 2013.
- PEREIRA, E. M. A. A Universidade da modernidade em tempos atuais. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 14, n. 1, p. 29-52, mar. 2009.
- PORTELLI, A. O que faz a história oral diferente. **Revista Proj. História**, São Paulo, nº 14, p. 25-39 fev., 1997.
- PIMENTA, S.G.; LIMA, M.S. L. **Estágio e docência**. São Paulo: Cortez, 2004.
- PILETTI, N. **História da Educação no Brasil**. São Paulo: Ática, 2003.
- PINTO, J. F. Memórias de professores/as de educação física das décadas de 1950, 1960 e 1970: esportivizações da escola e escolarizações do esporte. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Florianópolis, v. 36, n. 2, supl., p. S563-S576, abr./jun. 2014.
- PUBLIO, N. S e CATALANO, I. M. **Escola de Educação Física da Polícia Militar do estado de São Paulo**. In: Lamartine Pereira da Costa (Org.). **Atlas do Esporte no Brasil**. Rio de Janeiro, 2006, p. 138-140.
- RODAS, J. G.; MONTOYAMA, S. História da Universidade de São Paulo. **Educ. Bras.**, Brasília, v.33, n. 66, p. 11-48, jan/jul. 2011.

ROUSSO, H. Entrevista. Por: AREND, S. M. F.; MACEDO, F. Tempo e Argumento - **Revista do Programa de Pós-Graduação em História**, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 201– 216, jan/jun. 2009.

ROSA, J. M. **Nas vozes de um mesmo tempo:** a educação física institucionalizada no período da ditadura militar em Cacequi – RS. Dissertação (Mestrado em Educação), UFSM, Santa Maria, 2006.

QUADROS, H. M; AFONSO, M. R Trajetória da pós-graduação stricto-sensu na área de Educação Física: um estudo de revisão. **EF Deportes**, , Buenos Aires, Ano 16, nº 162, Nov. 2011, Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd162/pos-graduacao-stricto-sensu-na-educacao- fisica.htm>. Acesso em 15 de janeiro de 2016.

QUÉRCIA OFICIALIZA ENCAMPAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE BAURU. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 20 nov. 1987. Educação e Ciência, p. 19. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1987/11/20/2/>. Acesso em: 02 de novembro de 2013.

SACRISTÁN, J. G. **O Currículo** – Uma Reflexão sobre a prática. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SAMPIERI, R. H; COLADO, C. F; LUCIO, M. P. B. **Metodologia de Pesquisa**. 5ª ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

SANTOS, A. C. A. **Fontes Orais:** Testemunhos, trajetórias de vida e História. 2005. Disponível em: <http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Testemuhostrajetoriasdevidaehistoria.pdf>. Acesso em: 14 de janeiro de 2016.

SANTOS, L. L. C. P. **Pluralidade de saberes em processos educativos**. In: CANDAU, V. M. (Org.). **Didática, currículo e saberes escolares**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000, p. 46-59.

SEVERINO, A. J. O ensino superior brasileiro: novas configurações e velhos desafios. **Educar**, Curitiba, n. 31, p. 73–89, 2008.

SILVA, T. T. **Documentos de identidade:** uma introdução à teoria do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

SILVA, M. A. **História do Currículo e Currículo como Construção Histórico-cultural**. VI Congresso luso-brasileiro de História da Educação, 2006, Uberlândia. Anais do VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação. Uberlândia: EDUFU, 2006.

SILVA, W. R.; CARVALHO, N. M. S. Mal estar docente: o adoecimento do professor universitário e suas implicações para o ensino. **EFDeportes Revista Digital**. Buenos Aires, Ano 16, nº 160, Setembro de 2011.

SOARES, C. L. **Educação física: raízes européias e Brasil**. Campinas, SP: Autores e Associados, 1994.

SOUZA, J. G. Evolução Histórica da Universidade Brasileira: Abordagens preliminares. **REVISTA DA FACULDADE DE EDUCACAO, PUCCAMP**, Campinas, V. 1, n.1, p. 42.58, Ago, 1996.

SOUZA NETO, S. **Educação Física na Universidade: Licenciatura e Bacharelado – as Propostas de Formação Profissional e suas implicações Teórico-Práticas**. Tese (Doutorado em Educação) USP, São Paulo, 1999.

SOUZA NETO, S. et al. A Formação Profissional de Educação Física no Brasil: Uma História sob a Perspectiva da Legislação Federal no Século XX. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v. 25, n. 2, p. 113 - 128, jan. 2004.

TABORDA DE OLIVEIRA, M. A. Educação Física escolar e ditadura militar no Brasil (1968-1984): história e historiografia. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.28, n.1, p. 51-75, jan/jun. 2002.

TABORDA DE OLIVEIRA, M. A. Políticas Públicas para a Educação Física Escolar no Brasil Durante a Ditadura Militar: Uma só Representação? **Perspectiva - Revista do Centro de Ciências da Educação**, Florianópolis, v.21, n.1, p.151-178, 2003.

TABORDA DE OLIVEIRA, M. A. Educação física escolar e Ditadura militar no Brasil (1968- 1984): entre a adesão e a resistência. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v. 25, n. 2, p. 9-20, jan. 2004.

TAFFAREL, C. N. Z. Reestruturação dos cursos de graduação em Educação Física – Elementos para uma avaliação do processo. **Motrivivência**, Florianópolis, v.1, n.1, p. 29-33, dez. 88.

TAFFAREL, C. N. Z. Análise dos currículos de Educação Física no Brasil: Contribuições ao debate. **Revista de Educação Física UEM**, v.3, n. 1, p. 48- 57, 1992.

TIDEI LUTA PARLAMENTAR. **UNESP EM BAURU**: Uma história de lutas e compromissos. Ano 12, n. 15, Jul. 90, p. 02-04. 1990.

TOJAL, J. B. **Currículo de graduação em Educação Física** – a busca de um modelo. Campinas: Editora da Unicamp, 1989.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

THOMPSON, P. **A voz do passado**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

TRINDADE, H. Saber e poder: os dilemas da universidade brasileira. São Paulo. **Estudos Avançados** v.14 n.40, p. 122-133, 2000.

TYLER, R. W. Princípios básicos de currículo e ensino. 3ª ed. Porto Alegre, Editora Globo, 1976.

UNIVERSIDADE Estadual Paulista “**Júlio de Mesquita Filho**”. Dispõe sobre afastamento de docentes e de Pesquisador da UNESP. Resolução nº 01 de 02 de janeiro de 1989. Diário Oficial do Estado. São Paulo, SP. p. 09, 1989.

UNIVERSIDADE Estadual Paulista “**Júlio de Mesquita Filho**”. Dispõe sobre a avaliação das atividades dos servidores técnicos especializados em docência do Campus de Bauru. Resolução nº 71 de 20 de novembro de 1990, Diário Oficial do Estado. São Paulo, SP, p. 26, 1990.

UNIVERSIDADE Estadual Paulista “**Júlio de Mesquita Filho**”. Dispõe sobre Estabelece a estrutura curricular do Curso de Licenciatura em Educação Física da Faculdade de Ciências do Campus de Bauru. Resolução nº 41 de 13 de junho de 1991. Diário Oficial do Estado. São Paulo, SP. p. 78, 1991.

UNIVERSIDADE Estadual Paulista “**Júlio de Mesquita Filho**”. **Os 25 anos da UNESP**. São Paulo: Assessoria de Comunicação e Imprensa, 80 p., 2001.

UNIVERSIDADE Estadual Paulista “**Júlio de Mesquita Filho**”. Bauru, 2014a. Disponível em: www.unesp.br/portal#!/apresentacao/historico/. Acesso em: 25/10/2014.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “**Júlio de Mesquita Filho**”. Bauru, 2014b. Disponível em: <http://www.fc.unesp.br#!/instituicao/historico/>. Acesso em: 25/10/2014.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “**Júlio de Mesquita Filho**”. Bauru, 2014c. Disponível em: <http://www.faac.unesp.br#!/instituicao/historico/>. Acesso em: 25/10/2014.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “**Júlio de Mesquita Filho**”. Bauru, 2014d. Disponível em: <http://www.feb.unesp.br#!/instituicao/historico/>. Acesso em: 25/10/2014.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “**Júlio de Mesquita Filho**”. Bauru, 2014e. Disponível em: <http://www.bauru.unesp.br#!/historico/>. Acesso em: 25/10/2014.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “**Júlio de Mesquita Filho**”. Bauru, 2014f. Disponível em: http://www.cti.feb.unesp.br/cti_unesp_interna.php?pagina=instituicao_sobre. Acesso em: 25/10/2014.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “**Júlio de Mesquita Filho**”. Bauru, 2014g. Disponível em: <http://www.fc.unesp.br#!/departamentos/dep-educacao-fisica/historico/>. Acesso em: 25/10/2014.

VALENTE, K. N. **A Reforma Curricular 1987 e Sua Configuração na Escola de Educação Física e Desportos (EEFD) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ): Um Olhar Histórico-Cultural**. Dissertação (Mestrado em Educação – UNIRIO) 2010, Rio de Janeiro.

VERENGUER, R. C. G. Dimensões Profissionais E Acadêmicas Da Educação Física No Brasil: Uma Síntese Das Discussões. **Revista Paulista de Educação Física**, São Paulo, v. 11 n. 02, p. 164-75, jul./dez. 1997.

VERENGUER, R. C. G. **Preparação Profissional Em Educação Física: Das Leis À Implementação dos Currículos**. Dissertação (Mestrado em Educação Física), UNICAMP, Campinas, 1996.

ANEXO A –TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - (TCLE) (Conselho Nacional de Saúde, Resolução 466/12)

O senhor(a) está sendo convidado a participar como voluntário da pesquisa sob responsabilidade de Pedro Lucas dos Santos Pêgo RG 44.516.708-7 com orientação da Profª. Adja. Dagmar A. C. F. Hunger, no Curso de Ciências da Motricidade da Unesp de Rio Claro – SP referente a pesquisa mestrado realizado nesta instituição.

Estamos desenvolvendo uma pesquisa com docentes envolvidos nas reestruturações curriculares ocorridas no Curso de Educação Física da Universidade Estadual “Júlio de Mesquita Filho” no Campus de Bauru (UNESP – Bauru/SP) com o título : “**A HISTÓRIA DA GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA DA UNESP DE BAURU E AS MEMÓRIAS DA REESTRUTURAÇÃO CURRICULAR DE 1990**”, tendo como objetivo reinterpretar o processo de constituição histórica do curso de graduação em Educação Física da UNESP de Bauru, considerando as reestruturações curriculares ocorridas no ano de 1990 no que concerne aos motivos que culminaram nestas reestruturações, seus objetivos e como foi este processo para os docentes do curso diretamente envolvidos nestas transformações curriculares. A sua colaboração será registrada por meio de depoimentos sob a forma de entrevistas com uso de filmagem (vídeo) e/ou gravação de som dos encontros, de questionários e observação participante (do pesquisador) a serem realizados durante a pesquisa.

O senhor(a) será informado de todos os resultados obtidos, independentemente do fato destes poderem mudar seu consentimento em participar da pesquisa. As informações fornecidas serão transcritas na íntegra e enviado ao senhor(a) para analisar se concorda ou não com sua fala e/ou dados coletados. Porém, cabe lembrar-lhe que a qualquer momento você poderá retirar seu **consentimento livre e esclarecido** e deixar de participar do estudo alvo da pesquisa. Assim, como todo e qualquer esclarecimento será fornecido antes e durante o curso da pesquisa, podendo consultar o pesquisador responsável em qualquer época, pessoalmente, pelo telefone ou e-mail para esclarecimento de qualquer, dúvida e poderão, se necessário, além de contatar os pesquisadores responsáveis pela pesquisa, contatar o CEP (Comitê de Ética e Pesquisa) pelo telefone (19) 3526-9678.

O **seu nome será mantido em sigilo**, sendo utilizado como identificação um pseudônimo ou número e todas as informações fornecidas e os resultados obtidos serão mantidos em sigilo e, estes serão utilizados somente para divulgação em reuniões, eventos científicos (congressos, simpósios etc.), revistas científicas e outra publicação de ordem científica. O senhor(a) não terá quaisquer benefícios ou direitos financeiros sobre os eventuais resultados, bem como não acarretará nenhum tipo de despesa para participar desta pesquisa.

Quanto ao risco este é mínimo, se observado os métodos a serem utilizados (questionários, depoimentos, registro audiovisual) poderá gerar algum desconforto ou constrangimento, com a gravação de sua imagem e ou fala (depoimento) durante os encontros previstos com exposição de informações pessoais e opiniões sobre o contexto educacional. Tendo em vista esses possíveis riscos e para evitar quaisquer transtornos poderá, a qualquer momento, se negar a participar e/ou solicitar que sua imagem e fala não sejam gravadas e, ainda, mesmo após a realização da pesquisa sejam desconsideradas/apagadas.

Dessa maneira, esta pesquisa oferece a possibilidade de gerar conhecimento sem afetar o bem-estar dos participantes da pesquisa e seus grupos, tendo em vista os procedimentos utilizados, os riscos e a garantia do anonimato, além de ter o direito assegurado de interromper a participação no momento que achar necessário. Este estudo é importante porque seus resultados fornecerão informações para compreender a origem histórica bem como os motivos, objetivos e o processo das reestruturações curriculares do Curso de Educação Física na UNESP de Bauru, pesquisa esta que é inédita sobre esta temática.

Se o senhor(a) se sentir suficientemente esclarecido sobre essa pesquisa, seus objetivos, eventuais riscos e benefícios, convido-o (a) a assinar este Termo, elaborado em duas vias, sendo que uma ficará com o senhor(a) e outra com o pesquisador.

Local, _____, data _____ de _____ de 2015.

<u>Pedro Lucas dos Santos Pêgo</u> Orientado Avenida Orlando Ranieri, 8-85 CEP 17047-001/ Bauru – SP pedrolucas_ef@hotmail.com Tel: (14) 9 9615-2819	<u>Profª Adja. Dagmar A. C. F. Hunger</u> Orientadora Rua 13 de maio , 7-27 CEP: 17015-270/Bauru –SP daq@fc.unesp.br Tel: (14) 3227-9335

Dados sobre a Pesquisa:

Título do Projeto: “A HISTÓRIA DA GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA DA UNESP DE BAURU E AS MEMÓRIAS DA REESTRUTURAÇÃO CURRICULAR DE 1990”.

Pesquisador Responsável: Pedro Lucas dos Santos Pêgo

Cargo/função: Pesquisador/aluno Mestrado

Instituição: Instituto de Biociências – Unesp Rio Claro

Endereço: Avenida Orlando Ranieri, Nº 8-85, Bl. 03 – Apto 14 – Bauru/SP

Dados para Contato: fone (14) 99615-2819 (14)3206-1559 e-mail: pedrolucas_ef@hotmail.com

Orientador(a): Profª. Adja. Dagmar A. C. F. Hunger

Instituição: Faculdade de Ciências – Unesp Bauru

Endereço: Av. Eng. Luiz Edmundo Carrijo Coube, 14-01 - Vargem Limpa, Bauru – SP.

Dados para Contato: fone (14) 3103-6070 e-mail: dag@fc.unesp.br

Dados sobre o sujeito da Pesquisa:

Nome: _____

Nascimento: ____/____/____ Documento de Identidade: _____ Sexo: _____ Data de

Endereço: _____

Telefone para contato: _____

(OBS- Informar os dados do representante legal, se for o caso)

APÊNDICE

1- Roteiro de entrevista

2- Nome, idade e gênero?

3- Qual a formação em nível de graduação e pós-graduação?

4- Ingressou como docente na Unesp de Bauru antes ou após a estadualização (encampação) em 1988?

5- Do seu ano de ingresso, o senhor (a) já possuía algum curso de pós-graduação (especialização, mestrado ou doutorado)?

6- Após o ingresso realizou algum curso de pós-graduação (Especialização, mestrado ou doutorado)?

7- É docente ativo ainda no curso? Se não, em que ano se aposentou?

8- O senhor (a) trabalhou por quantos anos como docente do curso de educação física da Unesp de Bauru?

9- Quais disciplinas ministrou no curso de graduação?

10- Qual seu envolvimento no processo das reestruturações curriculares de 1990 e 1997?

11- Quais eram os objetivos das reestruturações curriculares?

12- Os objetivos das reestruturações foram atingidos? Se não, explique os motivos em sua opinião.

13- Quais mudanças as reestruturações proporcionaram no curso de graduação?

14- Quais as mudanças para os professores e para as disciplinas do curso de graduação?

15- Houveram dificuldades e conflitos neste processo? Se sim, como foram superadas e abordadas estas dificuldades?

16- Houve participação discente no processo das reestruturações curriculares? Se sim, de que modo?

17-E quanto a participação efetiva do corpo docente, foram todos os professores que participaram?

ANEXO B – APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA E PESQUISA

"FACULDADE DE CIÊNCIAS
CAMPUS DE BAURU/ UNESP -
"JÚLIO DE MESQUITA



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA DA UNESP DE BAURU E SUAS REESTRUTURAÇÕES CURRICULARES (1990-1997): HISTÓRIA E MEMÓRIA

Pesquisador: PEDRO LUCAS DOS SANTOS PEGO

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 41842915.0.0000.5398

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JULIO DE MESQUITA FILHO

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 979.295

Data da Relatoria: 05/03/2015

Apresentação do Projeto:

O projeto se apresenta de forma adequada, seguindo as normas científicas/metodológicas consideradas importantes no cenário atual da pesquisa científica, com linguagem clara, objetiva e, portanto, suficientemente esclarecedora.

Objetivo da Pesquisa:

O projeto tem como objetivo preservar a memória da história do curso de graduação em Educação Física, da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), do campus universitário de Bauru, no período compreendido entre 1988 a 1998.

Ainda, visa reinterpretar o processo de constituição histórica do curso de graduação em Educação Física, da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), do campus universitário de Bauru, considerando-se as reestruturações curriculares ocorridas nos anos de 1990 e 1997, no que concerne aos motivos que culminaram nestas reestruturações curriculares, os objetivos destas e como se deu este processo para os docentes diretamente envolvidos.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Não há riscos imediatos para a população envolvida.

Endereço: Av. Luiz Edmundo Carrijo Coube, nº 14-01

Bairro:

CEP: 17.033-360

UF: SP

Município: BAURU

Telefone: (143)103--6087

Fax: (143)103--6087

E-mail: arimaia@fc.unesp.br

"FACULDADE DE CIÊNCIAS
CAMPUS DE BAURU/ UNESP -
"JÚLIO DE MESQUITA



Continuação do Parecer: 979.295

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa apresenta-se bem delimitada, com o objetivo e a metodologia articulados ao que se pretende investigar

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

O TCLE está em acordo com a resolução 466/12 e atende aos requisitos necessários para proteger a confidencialidade dos usuários dos serviços.

Recomendações:

Realizar uma revisão ortográfica no TCLE

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não há pendências que impeça a aprovação do projeto

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

O projeto encontra-se em acordo com as normas previstas na resolução 466/12 e sua realização respeita os direitos dos participantes e os parâmetros éticos.

BAURU, 10 de Março de 2015

Assinado por:
Ari Fernando Maia
(Coordenador)

Endereço: Av. Luiz Edmundo Carrijo Coube, nº 14-01

Bairro:

CEP: 17.033-360

UF: SP

Município: BAURU

Telefone: (143)103--6087

Fax: (143)103--6087

E-mail: arimaia@fc.unesp.br

APÊNDICE

Roteiro de entrevista

Entrevista aos professores

Entrevistador: Nome, idade e gênero?

Entrevistado: Meu nome é ***** tenho 64 anos, né, 64 anos.

Entrevistador: Qual a formação em nível de graduação e pós-graduação?

Entrevistado: Eu.... Minha formação é Educação Física, licenciatura, me formei em 1974, na Instituição Toledo de ensino, na ITE, isso, minha pós-graduação, né eu fiz, três especializações, depois, mestrado depois o doutorado.

Entrevistador: As três quais foram?

Entrevistado: Eu fiz uma em ciências humanas, na...em rio claro, na UNESP de rio claro, fiz em dança em São Carlos, foi a primeira e fiz uma de ginastica em Marília, depois eu fiz o mestrado na UNESP de Bauru na área de assentamentos humanos...e o mestrado eu fiz na UNICAMP, atividade física...

Entrevistador: Doutorado?

Entrevistado: Doutorado.

Entrevistador: Que ano a senhora defendeu o mestrado?

Entrevistado: O mestrado em 95.

Entrevistador: E o doutorado?

Entrevistado: Doutorado em 2001, no final de 2001.

Entrevistador: Ingressou como docente na UNESP de Bauru antes ou após a estadualização/encampação em 1988?

Entrevistado: Na UNESP foi no momento da encampação, mas eu já estava desde fundação educacional de Bauru.

Entrevistador: Então a senhora ingressou antes?

Entrevistado: Ingressei em 1975 na fundação educacional de Bauru, a FEB, depois, encampação UB e depois na encampação UNESP.

***Entrevistador:* A FEB e a UB eram privadas?**

Entrevistado: Eram privadas, na verdade era uma autarquia né, era municipal e a universidade de Bauru também era municipal, depois é que veio a encampação da UNESP.

***Entrevistador:* Quando você entrou na FEB você já tinha especialização?**

Entrevistado: Já tinha, eu comecei a trabalhar em 1975 na fundação de educacional de Bauru e já comecei e já comecei a minha primeira especialização em São Carlos, especialização em dança...

***Entrevistador:* Foi concomitante**

Entrevistado: Foi concomitante em 75.

***Entrevistador:* Então depois que você entrou?**

Entrevistado: Eu já tinha especialização. Aí fiz as duas outras quando é....quando passou pra UB Universidade de Bauru eu fiz mais uma especialização, a de Marília e quando encampou pela UNESP a gente fez especialização em...Rio Claro.

***Entrevistador:* Só queria fazer uma pergunta, as pós-graduações, o mestrado e o doutorado que você fez foi por exigência, na época da UNESP, ou foi por iniciativa?**

Entrevistado: A especialização não, foi por vontade própria....mestrado e doutorado na verdade né, após a encampação eles exigiram realmente que a gente tivesse a titulação...a titulação, então aí eu ingressei no mestrado na UNESP mesmo, esperei né....eles montarem o curso de especialização na UNESP, não procurei fora nenhum curso porque a gente percebia que as pessoas que iam fora da faculdade eram sacrifício muito grande e não valia a pena né, todo esse sacrifício, então quando saiu....o mestrado na UNESP de Bauru, foi quando eu prestei a prova e entrei aqui mesmo.

Entrevistador: Era que programa de pós-graduação?

Entrevistado: Ele era na área de assentamentos humanos é.... na área de urbanismo.

Entrevistador: Urbanismo? Era da FAAC?

Entrevistado: Da FAAC...a FAAC foi a primeira que montou um curso de mestrado e aí eu fiz o meu mestrado o tema eu parti para a área de lazer na cidade de Bauru.

Entrevistador: A princípio era uma pesquisa que não havia sido feita aqui?

Entrevistado: Nenhum, ninguém, não tinha.

Entrevistador: A senhora se aposentou que ano na UNESP

Entrevistado: Na UNESP eu me aposentei em 2001.

Entrevistador: Defendeu o doutorado e se aposentou?

Entrevistado: Me aposentei. Na verdade, me aposentei em 2002. Terminei em 2001 e me aposentei em 2002.

Entrevistador: Foram 14 anos de UNESP só de UNESP?

Entrevistado: De UNESP 14 anos.

Entrevistador: Desses 14 anos quais as disciplinas a senhora foi docente?

Entrevistado: Eu dei aula de ginastica geral, dei aula de...cheguei a dar aula de biologia e também de teoria do lazer.

Entrevistador: Mas foi concomitante, fazia o durante os 14 anos, foram sempre essas disciplinas?

Entrevistado: Sempre as mesmas disciplinas... trabalhei sempre com as mesmas disciplinas.

Entrevistador: Então, o objetivo maior da pesquisa é porque como a linha de pesquisa lá de Rio Claro é de formação profissional, a gente achou legal estudar as reestruturações curriculares né, a gente viu que teve uma em 1990 que teve a resolução 03/87 né, que criou o

bacharelado e tal, e depois outra em 1997, então queria saber, qual foi seu envolvimento nessas duas reestruturações?

Entrevistado: Então é.... em 1986 foi quando a gente montou o primeiro currículo né, do curso de Educação Física que era UB na época né eu, o**** e o Caetano, nós montamos o primeiro currículo né e....aí depois só mudamos, reestruturamos, novamente após a encampação. Nós permanecemos ficamos com currículo na encampação houve aí uma exigência de mudança de currículo e inclusive eram 3 anos o curso e aí a reestruturação nós passamos para 4 anos, inclusive pela lei também, na exigência das disciplinas, nós passamos o curso para 04 anos. Daí houve uma discussão a gente entrou.... Conversamos com professores e começamos a fazer o estudo aí, quais eram as disciplinas né, qual era a necessidade do curso e aumentamos aí a carga e também as disciplinas, algumas disciplinas que não haviam no primeiro, na primeira grade.

Entrevistador: E esse processo foi discutido com todos os docentes do curso ou havia um conselho de curso?

Entrevistado: A gente tinha um conselho, na verdade, tinha um conselho de curso, mas que tinha direito a voz...a voto né, voz e voto, mas a gente tinha os outros professores que estavam envolvidos que tinham direito a voz. Então não tinha direito a voto, mas tinha direito a voz, então eles também discutiam, conversavam, só não podiam votar no final.

Entrevistador: Esse conselho que ficou responsável pela reestruturação?

Entrevistado: Sim.

Entrevistador: Foi uma espécie de comissão designada para fazer essa reestruturação?

Entrevistado: Sim.

Entrevistador: Dessa reestruturação ...que culminou em 1990 tinham

algum objetivo maior ou era só pra enquadrar na lei?

Entrevistado: Não, na verdade assim começa a aparecer as academias, né, na época então essa reestruturação na verdade ela foi voltada um pouco mais para atendimento né.

Entrevistador: Para o mercado de trabalho?

Entrevistado: Pro mercado de trabalho, pra melhorar o mercado de trabalho, não apenas a licenciatura, porque era licenciatura que permaneceu licenciatura até pouco tempo né na UNESP.

Entrevistador: Que era a plena né?

Entrevistado: A licenciatura sempre é plena né, ela nunca é uma licenciatura curta, sempre uma licenciatura plena, só que licenciatura e bacharel então ela permaneceu muito tempo com a licenciatura que a gente sabe agora que a UNESP reestruturou né a grade para licenciatura e bacharelado faz dois anos apenas...a gente tem acompanhado, mas naquela época era mais para o mercado de trabalho para atender as necessidades embora os professores ainda não tinham assim uma formação para algumas é....vamos dizer assim... algumas disciplinas especificas né pro mercado de trabalho, então alguns procuravam cursos fora se especializar para poder trabalhar né com as disciplinas.

Entrevistador: E a senhora acredita que os objetivos dessa reestruturação foram atingidos?

Entrevistado: Eu acredito que sim porque a gente tinha assim é.... muitos alunos gostavam muito do curso, muitos alunos entraram no mercado de trabalho né e então eu acredito que com a reestruturação os alunos eles eram muito bem encaminhados tanto nas escolas quanto fora da escola.

Entrevistador: Da reestruturação de 1997, que culminou em 1997, qual foi seu envolvimento?

Entrevistado: Aí eu já não participava muito do conselho né e tinha direito a voz, mas não tinha assim a voto, mas, é....nessa reestruturação eles

voltaram um pouco mais pra academia, esquecendo um pouco da licenciatura, eu acho que aí já ficou é....preocupado um pouco mais com mercado de trabalho, né, voltado ao bacharelado e não a licenciatura.

Entrevistador: Mesmo sendo currículo de licenciatura?

Entrevistado: Mesmo sendo currículo de licenciatura em função da necessidade né de colocar no mercado de trabalho os profissionais da Educação Física, nas academias, eu acredito que esqueceram um pouco aí da nossa licenciatura.

Entrevistador: Deixaram de lado?

Entrevistado: É ...acredito que até por isso a gente...houve uma ascensão né ...da nossa profissionalização que foi regulamentada posteriormente a essa...em 98 a lei já sai pra regulamentação e a licenciatura ela acaba ficando de lado né, porque o bacharelado teve uma ascensão, entramos na área da saúde né, a gente sabe que a mídia, a televisão, todo mundo divulga a necessidade da atividade física né pro individuo saudável, mas, a licenciatura a gente sabe que ficou...

Entrevistador: Dessa reestruturação de 97, que a senhora acredita que os objetivos foram atingidos?

Entrevistado: Olha....para o mercado de trabalho sim...para a licenciatura que acho que deixou muito a desejar...eu acredito, sinto isso porque eu acredito que até hoje a gente tem um decadência na licenciatura, porque a gente vê aqui pelo curso , nós temos os dois hoje [*bacharelado e licenciatura*] atualmente, então nós temos uma procura no maior no bacharelado em função da mídia e da daquilo que tem né...falado de academias, então as pessoas não sabem ainda o que é uma coisa, o que é outra coisa né, qual o objetivo de um curso, qual é o objetivo de outro curso, qual é a missão de um curso, qual é a missão de outro, qual é a competência de um, qual é a competência do outro né, então, eles entram no primeiro ano, eles entram meio confusos e depois que eles vão

acordando e a gente tem um número bem menor na licenciatura do que o bacharelado.

Entrevistador: Da reestruturação de 1990, que mudanças elas proporcionaram de fato mesmo no curso de graduação?

Entrevistado: Olha não foi...eu não acredito assim foi uma mudança muito diferente da anterior não, mesmo porque não tinha assim, algumas disciplinas que contemplavam o mercado de trabalho, por exemplo, a musculação não existia porque era licenciatura, ela não existia na graduação.

Entrevistador: Ela entrou na reestruturação de 1997 ou 1990, a musculação?

Entrevistado: A musculação? Eu acho que nessa última agora com o bacharel, antes disso não tinha, acho que tinha o treinamento esportivo alguma coisa assim, eu acredito que deve ter entrado agora se é que entrou eu não vi a última grade do bacharelado né, eu sei que eles fizeram uma composição, deve ter essa disciplina, então, essa era uma disciplina que era muito discutida e ela acabou não entrando então ficava sempre no meio do caminho.

Entrevistador: Ela não entrou?

Entrevistado: Não, não entrou como musculação não, com essa nomenclatura não, ela poderia...ela entrava assim no conteúdo programático de outras disciplinas.

Entrevistador: E na reestruturação de 1997 já com esse aumento do mercado de trabalho, teve muitas mudanças de fato no curso?

Entrevistado: Eu acho que mais de nomenclatura, eu acredito que sim, não via assim tanta é....diferença em termos de conteúdo não, eu acho que mais de nomenclatura.

Entrevistador: Carga horaria?

Entrevistado: A carga horaria sim, aumentou porque passou também de

três pra quatro anos, pra quatro.

Entrevistador: E 1997 mudou bastante, da reestruturação de 90 para de 97, mudou bastante?

Entrevistado: É.....assim porque o que...o que acontece na reestruturação curricular tudo depende do corpo docente, né, então você vê que aquele corpo docente, ele tem uma....é...uma tendência a dar uma disciplina ‘x’ maravilhosa, então eles acabam colocando conteúdo programático, colocam um nome bonito né, ‘técnicas alternativas de trabalho corporal’ e aí né jogam conteúdo, disciplina aquele professor que tem condições de dar... então a reestruturação as vezes tem também um interesse né do próprio corpo docente , da formação na verdade, não é do corpo docente, da formação do corpo docente, aí que eles se especializaram então, dependendo a tendência era um pouco mais voltada.

Entrevistador: Ela reflete?

Entrevistado: Isso o que eu acho assim, que a reestruturação de uma grade curricular você tem que pensar no que é bom para o aluno no mercado de trabalho, não importa se o professor né, que acha que tem que ter dez vezes a disciplina dele, que as vezes aqui a gente vai discutir uma grade, por exemplo, e aí falam, mas ah deveria ter mais é...fisiologia...é ter mais fisiologia, o outro quer mais musculação, o outro professor quer mais carga, todo mundo quer uma carga horaria maior pra cada disciplina e não é esse o objetivo né, de uma reestruturação de uma grade curricular, é ver o que está faltando, o que o aluno quer, o que mercado precisa, pra gente colocar o aluno no mercado de trabalho.

Entrevistador: Atender as demandas?

Entrevistado: É atender as demandas e eles saírem com conhecimento de qualidade.

Entrevistador: Em relação aos professores, essas reestruturações de 90 e 97 mudou alguma coisa nas disciplinas, na oferta das disciplinas para

os professores, quem ficou responsável por cada disciplina?

Entrevistado: Muda...muda sim, mudou, muda bastante e as vezes a gente tem que até atribuir alguma coisa pra um professor que ele tenha até correr atrás estudar né por que a vezes a necessidade do MEC eles coloca que você tem tanto por cento de uma demanda x, tantos por cento de aprofundamento, tanto por cento né...e nessa porcentagem você tem que colocar também as disciplinas obrigatórias né.

Entrevistador: Em 1990 quando foi a primeira, a maioria dos professores, que a senhora tem conhecimento, da época, né do corpo docente, eles já tinham bastante especialização, mestrado, doutorado?

Entrevistado: Não...tinha especialização, tinha especialização, alto sensu, mestrado e doutorado não tinha ninguém e aí quando é....passou pra UB eles contrataram professor **** que era que foi o primeiro mestre aí ele acabou sendo o chefe de departamento e aí foi onde um começou a ir atrás,**** foi pra...é.... Piracicaba, o Caetano, marquinhos aí começaram a correr.

Entrevistador: Em 97 mudou também alguma coisa para os professores, a reestruturação de 97, na questão das disciplinas, da oferta?

Entrevistado: Não, não mudou tanto, em 97 não mudou muito.

Entrevistador: Eu queria saber se lá em 88, 89 e 90, na primeira reestruturação, teve muitos conflitos, barreiras?

Entrevistado: Eu acho que na primeira, foi mais, tranquila porque, eles já vinham numa....a grade curricular já vinha numa linha né, muito fácil de lidar, tudo bem que ela, a Educação Física ela passou numa fase que era militarista né, é o que eu falei, mudou se o rótulo, o nome das disciplinas né, algumas disciplinas ela permanece até hoje, que é a ginastica ela sempre existiu, sempre vai existir né, anatomia sempre existiu, vai existir, o que pode ter modificado né, de lá pra cá, são os conteúdos programáticos

né, é....que vem vindo de uma forma diferenciada né.

Entrevistador: No processo de reestruturação da mudança, como a senhora falou, tinham alguns professores que tinham voz, mas não tinham voto, havia ao conselho nesse...teve alguma disputa, alguma dificuldade, algum conflito, nessa eleição?

Entrevistado: É... nessa primeira sim, o pessoal aceitava um pouco mais a mudança porque quando veio o **** que ele dizia “ ah mas aprendizagem, controle não tem”...é...mas a gente tinha o crescimento e desenvolvimento quer dizer, não tinha tanta necessidade daquilo, mas...é como a gente não era o mestre né, e a gente acatava algumas, algumas opiniões, né, dele...então algumas disciplinas, a gente acabou colocando na grade em função né é....ter mostrado pra gente assim que dentro da grade seria necessário algumas disciplinas.

Entrevistador: O que eu queria perguntar dessa primeira reestruturação também, como o questionário permite fazer algumas perguntas..., em relação...por conta da UNESP aquele tripé ensino, pesquisa, extensão, apareceu alguma, dentro desta reestruturação, alguma...como posso dizer, não uma disciplina, mas eles focaram dentre os objetivos para que atendesse a extensão, a pesquisa, dentro do currículo, foi abordada alguma direção nesse ponto?

Entrevistado: Dentro da grade não, mas, a gente era obrigada, a trabalhar nesse tripé, em função inclusive a carga horaria, nós tínhamos a carga horária de 40 horas, tempo integral de qualquer forma você tinha que trabalhar o ensino a pesquisa e a extensão, então a gente trabalhava com a extensão. A pesquisa era obrigatória, nós tínhamos, é.... que desenvolver a pesquisa inclusive fazendo relatório, mandar pra CPA e tudo, passava pelo mesmo processo que todos eles passam até hoje.

Entrevistador: E Como funcionava a extensão para os professores? Os projetos de extensão?

Entrevistado: Na extensão era assim, cada professor eles, tinham uma modalidade 'x' que você poderia ...

***Entrevistador:* Esportiva?**

Entrevistado: Esportiva...eu acho que seria dança, assim, é....grupos de estudos, ainda a gente não tinha, naquela época não, era mais oferecer mesmo pra população, para as crianças né.

***Entrevistador:* Basicamente escolinha?**

Entrevistado: Escola de futebol, dança...com a iniciação científica a gente não tinha ainda no começo.

***Entrevistador:* Os alunos do curso participavam dos projetos?**

Entrevistado: Muito, muito, porque eles é....os alunos sempre tiveram muita disponibilidade, eles não trabalhavam, era diurno, não tinha noturno.

***Entrevistador:* tinha bolsa de extensão?**

Entrevistado: Não, não tinha, era na base da boa vontade.

***Entrevistador:* Havia o link entre a extensão e a disciplina?**

Entrevistado: A disciplina, a extensão e a gente divulgava, os professores obrigatoriamente tinham que permanecer no local.

***Entrevistador:* Tinha que estar presente?**

Entrevistado: Tinha que estar presente no local junto com os alunos...os alunos têm que ser orientados pelos professores.

***Entrevistador:* Em relação ao estágio curricular, na primeira reestruturação, teve mudança, vocês abordaram alguma mudança no estágio curricular?**

Entrevistado: O estágio ele tinha a disciplina de prática de ensino que os alunos tinham a orientação na sala de aula e o estágio supervisionado que eles saiam pra...pra, nas escolas mesmo, ia direto nas escolas, tinha o convênio nas escolas, era tranquilo ...

***Entrevistador:* Era só na escola ou poderia fazer em outro espaço, um clube ou em uma academia?**

Entrevistado: Não, na primeira grade era só escola, porque não tinha assim ainda, academia e tal, depois aí abriu, poderia ser escola ou academia.

***Entrevistador:* Abriu a partir da segunda reestruturação?**

Entrevistado: Da segunda reestruturação, aí poderia ser tanto na escola, quanto na academia só que não tinha um limite assim, ‘você vai fazer tantas na escola e tanto tempo na academia, abria pra academia a vontade.

***Entrevistador:* E se quisesse fazer só na academia podia?**

Entrevistado: Podia fazer, esse era o erro, por isso que academia vivia de estagiário e não é....e não de contratação de professores, por isso que eu defendo a nossa...nossa profissionalização.

***Entrevistador:* Dá pra dizer que essa reestruturação na questão ela negligenciou a escola?**

Entrevistado: Com certeza, pela licenciatura sim. É porque ela tava confusa, na verdade a licenciatura é plena, pode dar aula nos dois lugares, ninguém queria saber da escola.

***Entrevistador:* Já havia desvalorização do professor?**

Entrevistado: Muito, muito.

***Entrevistador:* Na segunda reestruturação teve mais conflitos, foi mais tranquila, o processo dessa segunda, entre os professores, entre a eleição?**

Entrevistado: É conflito, você sabe que sempre existiu né, depois da encampação o conflito foi maior quando é encampou pra UNESP.

***Entrevistador:* Eu esqueci de perguntar sobre os professores quando encampou, se tornou UNESP, tiveram algum concurso, como foi?**

Entrevistado: Fizeram concurso, fizeram.

***Entrevistador:* Porque deixava de ser um funcionário de uma empresa privada pra ser um funcionário público né?**

Entrevistado: Exatamente, na UNESP faziam concurso, inclusive eu fiz concurso.

Entrevistador: Mesmo você que já estava antes?

Entrevistado: Eu fiz porque eu terminei o doutorado se eu não fizesse eu ia continuar como técnico, o TED, técnico especializado em docência, então aí eu prestei o concurso público pra depois pedir a aposentadoria.

Entrevistador: Dentro dos processos das duas reestruturações, houve alguma participação dos alunos? Conselho?

Entrevistado: Nenhuma, nunca vi nenhum aluno.

Entrevistador: Hoje no conselho são reservadas vagas para os alunos, nessa época não havia?

Entrevistado: É....deveria abrir um pouco mais né.

Entrevistador: Na primeira reestruturação foi efetiva, todos os professores ou tiveram alguns que ficaram de fora ou se abstiveram mesmo de participar da primeira reestruturação?

Entrevistado: Na primeira todos, todos entraram.

Entrevistador: E na segunda, porque eu estava dando uma olhada no histórico, eu vi que depois de 92, 93 vieram mais alguns professores né, Dagmar, Sérgio, o Milton, a Marli?

Entrevistado: Então, é que aí, eles já tinham... já tinham colocado no chefe né, já existia o chefe do departamento e aí tinha o coordenador de curso e chefe de departamento, então nem todos entravam né, na...na comissão, entendeu.

Entrevistador: Isso na segunda reestruturação?

Entrevistado: Na segunda, quando entrou Dagmar e outros.

Entrevistador: E como foi o processo de escola dessa comissão? Houve alguma eleição pra saber quem ia fazer parte dessa comissão de reestruturação?

Entrevistado: Não dessa vez na primeira, primeira foi por escolha, quem quis e algumas das exigências foi pela titulação, a exigência assim ‘tinha que ter tanto titulados’ é....foi por titulação

Entrevistador: E na segunda? Como foi eleita a comissão que ia fazer a reestruturação do curso?

Entrevistado: Ela foi indo dessa forma, por isso que outros mais antigos eles foram saindo por causa da exigência da titulação...a gente assim, por exemplo, eu permaneci porque eu fiz mestrado, fiz doutorado, **** permaneceu porque fez mestrado e doutorado, então, aquele que saíram fora, porque não fizeram nada....e aí aqueles que ia entrando e faziam, eles queriam participar das comissões, aí começou a ter eleição, aí tinha que votar entre é....aqueles que tinham interesse, se candidatavam e aí os colegas tinham eu votar em três, quatro, pra participar da comissão.

Entrevistador: Essa exigência, ela era vinda da onde? Da reitoria da UNESP, de alguma comissão, CPA da UNESP? Tem que no mínimo tantos mestres, da onde vinha essa exigência?

Entrevistado: Vem da, vem da reitoria, reitoria.

Entrevistador: Da primeira reestruturação, qual foi o tempo entre o início das reuniões e o que culminou no documento final, pronto, projeto pedagógico?

Entrevistado: Da primeira?

Entrevistador: É.

Entrevistado: Ah, não me lembro viu.

Entrevistador: Mas foi muito tempo, a senhora tem ideia?

Entrevistado: Ah...difícil lembrar né, faz tanto tempo, saí de lá, já tá pra treze anos, trabalhei vinte e sete, então assim, não me lembro se foi tão demorado.

Entrevistador: E na segunda também não se lembra? [Não – sinal com a cabeça] Tanto na primeira quanto na segunda eram reuniões semanais, era como?

Entrevistado: Mensal, era mensal, quando é....era necessário tinham as reuniões extraordinárias né, os bombardeios

Entrevistador: Tinha dentro da comissão algum presidente, alguém que liderava a comissão vamos dizer assim?

Entrevistado: Não. Tinha o chefe de departamento.

Entrevistador: Ele que organizava a pauta?

Entrevistado: A pauta da reunião...

Entrevistador: Nas duas reestruturações?

Entrevistado: Na UB só na primeira que foi mais tranquilo...segunda e a terceira era dessa forma, mas era, a segunda, era ****, era mais tranquilinho também, apesar que o**** também permaneceu na segunda reestruturação né, da UB.

Entrevistador: Que foi a que culminou em 90?

Entrevistado: É.

Entrevistador: E a terceira de 97 a senhora fez parte da comissão?

Entrevistado: Fiz, fiz das três, da FEB, da UB e da UNESP, participei das três, só sai no finalzinho que eu já não quis mais participar.

Entrevistador: Dentro do processo da titulação dos professores, dessa exigência, do mestrado e doutorado, o interesse era no seu caso, era também, pela carreira, havia um plano de carreira dentro da UNESP?

Entrevistado: Não, o meu valor financeiro não mudava, não, porque quando encampou a UNESP é...eu era o técnico especializado em docência, já ganhava como doutor. Então é...não foi pelo valor financeiro.

Entrevistador: Foi mais pela exigência da Instituição?

Entrevistado: É...na verdade assim, o mestrado eu fiz porque eu fiz em casa que foi a UNESP, não procurei fora porque não ia me agregar em nada sair for de casa né, muitos professores morreram, professores morreram na estrada fazendo mestrado e isso me desestimulou a procurar fora de casa e eu fiz quando o saiu na UNESP e ai depois o doutorado foi uma oportunidade que apareceu o meu orientador tava aqui em Bauru na conversando com o Professor Henrique, ele ofereceu, se eu queria

participar de um projeto, fui pra UNICAMP, participei do projeto, então foi uma oportunidade.

Entrevistador: O Doutorado foi na Educação Física?

Entrevistado: Foi.

Entrevistador: Quem foi seu orientador?

Entrevistado: O Professor Agnaldo Gonçalves, então foi uma oportunidade que apareceu e que eu falei, não dá pra perder quando aparece a oportunidade, ela passa e você tem que agarrar, mas assim não fui buscar em função de termos financeiros.

Entrevistador: Pela realização pessoal mesmo?

Entrevistado: É....sim...aí eu fui participei depois me deu essa oportunidade de prestar o concurso né e sai dessa titulação de técnico especializado em docência que era o trem da alegria, todo mundo falava, então fiz a minha, cumpri a minha missão né.

Entrevistador: Hoje ainda existe na UNESP essa categoria?

Entrevistado: Existe, ela existe os professores que não fizeram mestrado nem doutorado, eles são técnicos especializados em docência, mas aí o que que aconteceu acabou o prazo da obrigatoriedade...um prazo, acabou o prazo da obrigatoriedade de terminar o mestrado e doutorado, o que não seria o meu caso porque eu me aposentaria...antes de terminar o prazo, antes de expirar o prazo, mas quem não conseguiu, abaixou o salário...o Caetano é um deles, o Caetano por exemplo ele é técnico especializado em docência aí ele passou a ser mestre porque ele não terminou o doutorado, ele não ganha mais como doutor, ele ganha como mestre, só que naquele processo.. É um processo que eles abriram na UNESP agora.

Entrevistador: É o caso de um professor de artes lá...o Zé. Ele passou por isso.

Entrevistado: Pelo mesmo processo, e o Caetano ele também está na mesma situação, só que eles tão já com quase ganhando o processo, contra

a UNESP.

Entrevistador: Legal professora conversar com você, porque eu li todos documentos, reli mas como é um documento legal né.

Entrevistado: É complicado né... documento... [risos] é uma diretriz.

Entrevistador: O legal da entrevista é que aparecem muitas coisas que o documento não consegue colocar né, na verdade, antes da gente pensava que a entrevista podia ser complementar ao documento, agora na minha opinião acaba sendo o contrário, o documento que complementa a entrevista né, porque a entrevista fala muito mais do que o documento né.

Entrevistado: Do que o papel.

Entrevistador: Ele tem algumas restrições e a gente não sabe até que ponto, melhor, a gente só consegue até que ponto que ta no papel chegou a ser feito justamente pelo o que a gente chama dos agentes sociais, que escreveu a história ali. Professora é isso. Entrevista excelente.

Entrevistado: Obrigada.

Entrevistador: Desde a faculdade que eu trabalho com entrevista então eu gosto muito de conversar né, então todo o pessoal,**, Silvio, só não conversei até, que é uma entrevista que eu quero conversar e com a **** e com a Neusinha, adoro ela.**

Entrevistado: A Neusinha tá aqui também.

Entrevistador: Vou pegar o contato dela, pois ela foi minha professora, então contribuiu né, faz parte da e eu quero ver se u falo com** de novo, com Loyl, com Sylvio, nossa o Sylvio na primeira entrevista que eu fiz com ele.**

Entrevistado: O Loyl tá dando aula ainda.

Entrevistador: Ele tem uma academia né... quando eu fui na casa dele ele me falou.

Entrevistado: Ele tá com 84.

Entrevistador: Quando eu fui na casa dele, nossa, ele me deu uma aula de musculação, o Sylvio também, quando até hoje foi a entrevista mais longa, deu três horas e meia, fiquei um mês para transcrever a entrevista do Sylvio. Mas assim, adorei, tem muita gente dessa época ainda pra entrevistar.

Entrevistado: Sylvio tem uma história né, ele saiu, voltou, o Sylvio saiu, mas é que tiraram ele, depois fizeram ele voltar, ele entrou com processo. Ele trabalhou bastante. Dagmar na verdade quem falou pra ela que tinha o concurso pra prestar em Bauru, fomos nós, eu e a *****, a gente tava fazendo a especialização em rio claro, ela tava fazendo especialização conosco. Professora, muito brigado, é muito bom ouvir. Na entrevista a gente ouve muito mais do que a gente espera ouvir, por isso que sempre procuro pesquisa que tenham pessoas pra entrevistar faz tempo que eu não me lembro das coisas da UNESP também viu. [risos]

Entrevistador: Não é fácil chegar e pedir lembrança de mais de vinte anos atrás.

Entrevistado: Faz tempo né.

FIM

APÊNDICE

Roteiro de entrevista

Entrevista aos professores

Entrevistador: Nome, idade e gênero?

Entrevistado: ****, Professor, 66 anos, bem vividos né... quer que eu vá seguindo aqui...

Entrevistador: A gente pode ir falando... qual a formação em nível de graduação e pós graduação?

Entrevistado: Então em termos de formação né sou graduado em Educação Física pela Escola de Educação Física que hoje não existe mais aqui em Bauru, que funcionava na Instituição Toledo de Ensino, é fiz graduação em nível de especialização e também, pós-graduação né, especialização e mestrado é... fiz na Universidade Metodista de Piracicaba o meu mestrado na área de educação, naquele momento minha preocupação era educação física era educação física na escola de primeiro e segundo graus, hoje ensino médio...fundamental e médio né, naquela época era ensino de primeiro e segundo graus. É... vir a fazer o mestrado depois estava na antiga UB universidade de Bauru e sofrendo todas as intempéries aí da encampação, de certa forma política.

Entrevistador: Quando o senhor entrou era UB?

Entrevistado: UB e era FEB

Entrevistador: Que ano?

Entrevistado: Fundação Educacional de Bauru, depois veio UB... entrei na UB, universidade de Bauru

Entrevistador: Porque o curso é de 86 da UB né?

Entrevistado: É... eu entrei em 87

Entrevistador: Assim que abriu o curso... do seu ano de ingresso, o senhor já possuía algum curso de pós-graduação (especialização,

mestrado ou doutorado?

Entrevistado: Bom eu já... eu tinha especialização né quando eu ingressei lá

Entrevistador: Era após em que o senhor tinha realizado?

Entrevistado: É... especialização era em educação física escolar e esporte.

Entrevistador: O senhor fez o mestrado depois que entrou na UNESP?

Entrevistado: Depois que eu entrei na UB

Entrevistador: Na UB?

Entrevistado: Na UB...

Entrevistador: Quando o senhor fez mestrado era UB ainda, não UNESP?

Entrevistado: Era UB... daí passou a UNESP e aí eu fiz o mestrado.

Entrevistador: O senhor fez lá em Piracicaba

Entrevistado: Na UNIMEP.

Entrevistador: Então o senhor ficou de 87 até que ano na UNESP?

Entrevistado: Até... 87, 88, acho que foi que houve a encampação.

Entrevistador: E o senhor aposentou quando lá na UNESP?

Entrevistado: Em 2003

Entrevistador: Na UNESP foram 15 anos, mais dois anos de UB?

Entrevistado: Isso, por aí.

Entrevistador: O senhor formou em que ano na graduação?

Entrevistado: Em 1970, quando o Brasil foi campeão, na copa de 70

Entrevistador: Desde a graduação até aposentar foram trinta e três anos?

Entrevistado: Trinta e três anos

Entrevistador: Só de docência... depois o senhor continuou na FIB

Entrevistado: Sim, continuei na FIB.

Entrevistador: De percurso foram quarenta anos só de aula?

Entrevistado: Trinta e três anos... são quarenta e cinco anos, basicamente

Entrevistador: Mais uns dez, dão duas aposentadorias.

Quarenta e cinco anos

Entrevistador: Quarenta e cinco anos de magistério

Entrevistado: É... paralelo a isso, a docência né, houve toda uma trajetória mais técnica né, a parte academia, mas eu fui...trabalhei na escola no ensino público, no ensino particular, então eu tive algumas oportunidades que foram bastante interessantes para quem depois veio a trabalhar numa universidade pública né, porque...

Entrevistador: O senhor já teve uma bagagem antes de entrar

Entrevistado: Ah sim, eu acredito que sim porque é... eu trabalhava no ensino público como admito em caráter temporário act que se diz, depois passei me efetivei e fiz dois concursos públicos no estado passei a ser professor três, efetivo do estado... ahn...paralelo a isso, ai eu trabalhei numa escola particular, naquele momento e até hoje ainda é uma escola das particulares...muitos lugares que é o curso objetivo, trabalhei por dez anos numa escola particular nesse nível né, colégio objetivo...ahn, tive oportunidade de trabalhar na secretaria do estado, de esporte, secretaria estadual como técnico esportivo, é, cedido, comissionado em jogos regionais, abertos, campeonatos...isso eu acho um segmento legal, porque quando você ta fazendo uma parte, você ta trabalhando com aquelas crianças né, você tá numa outra podendo promover as coisas que aquelas crianças vão fazer, então você junta o útil ao agradável, uma coisa na outra, então você numa ponta e....ta na outra, você ta no início do, do ponto do ônibus, vai até o ponto final, vai passando por vários lugares, ali, aquilo é aquilo, aquilo é aquilo outro....é, e aí durante esse período todo também trabalhei bastante por vinte e cinco anos como técnico de voleibol e até hoje continuo envolvido com esse voleibol que tem na cidade, o Concilig Bauru, voleibol

Entrevistador: Durante toda sua trajetória então o vôlei foi o esporte

que o senhor mais [pausa] foi o esporte que o senhor mais chegou a atuar, trabalhar?

Entrevistado: Sim como profissional assim, no sentido... é...como professor foi com voleibol.

Entrevistador: Depois que o senhor entrou na UNESP, o senhor entrou no regime de dedicação exclusiva?

Entrevistado: Entrei no RDIDP, sai do voleibol, sai do voleibol por um ano, depois lá dentro eu entendi que eu poderia voltar e voltei e fiz como extensão a comunidade, outra de novo.

Entrevistador: O senhor era responsável pela disciplina de voleibol?

Entrevistado: Responsável pela disciplina de voleibol me efetivei na disciplina de voleibol, fiz concurso, é... tinha várias, tive vários assim, trabalhos em nível de extensão, a comunidade, é...voltadas para crianças né, na...em especial na modalidade do voleibol

Entrevistador: Teve mais alguma outra disciplina que o senhor foi responsável?

Entrevistado: Trabalhei com futebol, também, é... projeto de monografia

Entrevistador: Projeto de monografia?

Entrevistado: É

Entrevistador: E dentro da disciplina de voleibol foi toda sua trajetória, desde que era UB até o senhor se aposentar, o senhor foi sempre responsável por essa disciplina? Quando o senhor entrou foi regime de encampação, aí o senhor teve que fazer um concurso para se efetivar ainda na UNESP?

Entrevistado: Não... foi uma como eu disse no início, foi uma encampação política, eu vim a fazer esse concurso mais pra frente em função de outras coisas.

Entrevistador: Da mudança de regime?

Mudança de regime, tal, que a gente.

Entrevistador: De CLT para estatutário?

Entrevistado: Isso

Entrevistador: Mas põe o cargo em jogo?

Entrevistado: Põe o cargo em jogo

Entrevistador: E foi depois de quanto tempo o senhor se lembra?

Entrevistado: Isso aí foi feito acho que nos anos 2000, por aí...

Entrevistador: Coragem né, pois o senhor podia perder tudo né?

Entrevistado: É... mas era uma aberração, mas mesmo assim, eu resolvi fazer e tem professores que não fizeram né, não passaram, não fizeram e não aconteceu nada e até hoje eles tão lá, do jeito que estava, tanto é que depois é...eu voltei a ser TED, eu por livre e espontânea vontade

Entrevistador: Ah sim, quando o senhor passou, virou MS2 e aí o senhor o pediu para voltar a ser TED?

Entrevistado: Voltei a ser TED

Entrevistador: Que é o técnico especializado em docência?

Entrevistado: Sim, porque nos ganhamos né, nos ganhamos na é... juridicamente na justiça, nos ganhamos essa causa que nos tínhamos, tínhamos uma demanda na época e aí eu voltei a ter o meu salário que era quando eu entrei de MS3

Entrevistador: Então, entrava com salário de MS3 que seria categoria de doutor.

Entrevistado: Isso

Entrevistador: Aí ficava... tenho uma duvida pois o pessoal mencionou mas não cheguei a perguntar para ninguém, aí você entrou como MS3 e eles davam um prazo pra você ter o mestrado e o doutorado ?

Entrevistado: Não, no inicio não tinha nada disso, não... dá mesma forma que eles deram... eles receberam, ninguém lá na frente falou ‘ ah agora você vão ter que fazer tal coisa senão aquela greba de terra não é de vocês

ah então isso aqui não vai ter aquilo outro lá que a gente falou que deu...entendeu?’ a instituição... cachorro que tava lá dentro tá encampado e eu né, junto com cachorro também risos,... depois vieram as cobranças que acho até justo mas não da forma que eles fizeram, entendeu, você pra me cobrar uma coisa dessa, você tem que é., colocar cursos a minha disposição, fazer uma série de coisas porque ninguém perguntou se eu queria isso ou não, a encampação foi política, ninguém conversou com Professor ***, se ele queria.

Entrevistador: A cobrança foi unilateral?

Entrevistado: É, mas tudo bem como a corda sempre arrebenta do lado mais fraco, eu fui e fiz o que tinha que fazer a acabou, mas o dia que eu ganhei na justiça eu fui lá e falei não quero isso aí, eu quero ser TED.

Entrevistador: Então sua aposentadoria foi no regime do TED?

Entrevistado: Foi, porque se eles falassem alguma coisa mais frente, eu voltava a ser MS2, MS2, e já era, sou concursado.

Entrevistador: O senhor tinha essa transito?

Entrevistado: É

Entrevistador: Porque no TED era salário de doutor e no MS2 era salário de mestre né?

Entrevistado: Isso. Burro eu não sou... risos, infelizmente é assim eles querem ganhar todas, mas agora tem uma grana aí que vai ter que ser paga, duma diferença que ficou, até ...

Entrevistador: Ficou faltando?

Entrevistado: Ficou faltando e, mas já ta em nível de precatória, já tudo isso aí, mas um ano...

Entrevistador: Em relação à reestruturação do curso eu tava lendo que ela começou em 91, em 1990, o senhor participou desse processo?

Entrevistado: Olha, estando lá dentro a gente sempre participa né, eu sempre, fiz parte, sempre fiz parte da comissão de assessoramento,

entendeu então é, coordenação de curso, é a gente sempre né, sempre faz parte de tudo, quer queira ou não você acaba sendo envolvido, beneficiado e outras vezes até prejudicado né, as discussões as mais acaloradas possíveis, né que você sabe no departamento de uma instituição pública, não é fácil, mas, deu tudo certo a meu ver.

Entrevistador: E como foi sua participação na reestruturação de 1990?

Entrevistado: Ah, foi uma questão mais de concordância naquele momento né, eu também, a educação física tá sempre evoluindo e por mais que às vezes, eles falam ‘ ah teve uma crise identidade’ mas crise de identidade é evolução então é, você só entra em crise quando você se questiona né, quando você né, quando acha que alguma coisa... é dessa maneira também, então, mesmo sendo de disciplinas, de uma disciplina prática é naquele momento eu entendi perfeitamente que o tipo de foco né que naquele momento se priorizava para as práticas era um pouco demais, entendeu, verdade, tava precisando naquele momento de um, é... de uma nova roupagem para as disciplinas práticas né, é... era muita, muita prática, é...e [pausa] e houve uma reestruturação, uma mudança diminuiu-se os créditos das disciplinas praticas

Entrevistador: Diminuiu os créditos?

Entrevistado: Diminuiu, é...

Entrevistador: Diminuiu muito? O senhor se lembra?

Entrevistado: Ah, tinha voleibol I, II, III, IV, sabe, nossa era muito voleibol, muito futebol, muito tudo porque quando que você escolhe que vinha atender uma demanda de mercado, de bauru e região, de gente pra fazer, né, e agora de... que acontecia naquele momento, precisava de gente que entendesse o que fazer, e pra isso precisava mais de um pouco mais teoria né.

Entrevistador: De Reflexão?

Entrevistado: Um pouco mais de tudo, um pouco mais de conhecimento,

um pouco mais de embasamento.

Entrevistador: Todas as práticas eram I, II, III e IV?

Entrevistado: A maioria delas

Entrevistador: E aí mudou pra quantos?

Entrevistado: Ah senão me engano voleibol I e II,

Entrevistador: E as práticas eram obrigatórias mesmo assim sendo I e II?

Entrevistado: Acho que mudou pra voleibol com quatro créditos,

Entrevistador: Então ficou uma disciplina de quatro credits?

Entrevistado: É, habilidades do voleibol.

Entrevistador: E o senhor acha que essas mudanças que o currículo trouxe né, que a reestruturação trouxe para o currículo foram positivas, negativas?

Entrevistado: Eu acho que sim porque isso coincide com é, essa questão nossa que eu nunca fui contrário a isso de ter que fazer pós, o que... eu fui, eu era contrário a forma que isso chegou pra gente, né, uma imposição, uma coisa muito abrupta, cheguei a comentar já com você teve não só na minha área , mas as outras áreas também, todo mundo, virou aquela febre do ouro nos Estados Unidos, todo mundo indo, porque...gente morreu é uma série de coisa , houveram que

Entrevistador: O pessoal que morreu o senhor fala da que viajava?

Entrevistado: É de outras universidades, sem estar com afastamento oficial, perdeu tudo, deixou família, filho viúva, não mão de Deus.

Entrevistador: Quem quando fazia na época o caso até do senhor no mestrado é, fazia o mestrado e continuava dando aula, trabalhando normalmente?

Entrevistado: Normalmente

Entrevistador: Viajando toda semana?

Entrevistado: Toda semana, eu ia toda quinta feira pra Piracicaba fazia as

disciplinas e voltava, sem bolsa, sem nada.

Entrevistador: Não havia a possibilidade?

Entrevistado: Aí depois eles começaram a dar... a gente saía e fazia um afastamento assim diária...por aquele dia

Entrevistador: Mas o afastamento parcial ou total das atividades não havia?

Entrevistado: Não.

Entrevistador: Dessa reestruturação de 90 o senhor lembra quais foram os objetivos dela, o que ela visava de fato mudar no curso?

Entrevistado: Olha assim a rigor não posso te falar, assim, não vou me recordar, mas era muito isso mesmo, uma reestruturação curricular que passava por um, por essa questão que eu disse o entendimento das coisas, fazer com maior embasamento, é de uma universidade é... de uma faculdade que fazia parte de uma universidade particular né, essa era a mudança, pra uma faculdade que ia fazer parte da uma universidade publica né, onde, ali você não faz mais nada sem que exista um embasamento científico por trás, um caráter acadêmico, uma coisa mais assim

Entrevistador: Nesse... eu estava dando uma lida que em 87, mudou a resolução para os cursos de formação de educação física né, até então era a 69 que ela previu um currículo mínimo e a de 87 ela criou o bacharelado e deixou o currículo mais flexível. Dá pra dizer que essa reestruturação veio para atender os objetivos da resolução?

Entrevistado: Do bacharelado?

Entrevistador: É

Entrevistado: Olha, eu acho essa aí meio engraçado porque, eu acho que os caras começam a colocar apelido nas coisas entendeu, em função de uma demanda de mercado fracassada, ruim, né, e começou a ter lacunas né,

Entrevistador: Como assim? Que tipo?

Entrevistado: É, ah, a escola, a educação física escolar, ela ficou... não podia, era ruim, não pode mais, só os bons que jogam,' tarara' não pode mais dar esporte aí virou uma mamão com açúcar, com isso houve a apropriação desse espaço pela esfera particular, entendeu, aí o cara começou a criar escolinha de basquete, escolinha disso, escolinha daquilo, 'nanana' o particular que vende as coisas, olhou pra isso cresceu o olho e falou ' pera aí, pô, precisamos abrir um negocio aqui, pra formar esses caras, porque esses caras não tem formação que estão trabalhando aí', era o ex- atleta, o quase aluno, era o estagiário, entendeu, aí o cara mandou bala, abriu isso daí e as publicas tiveram que entrar também na barca, porque é concorrência, é mercado, né, e aí...eu não sei sabe, eu acho dessa forma, eu penso assim e eu falava muito pra aqueles que ainda lá FIB por exemplo, tavam fazendo lá...lá era bacharelado, tavam fazendo bacharelado ' olha vocês que não ficam espertos não, que já o cara vai criar um negócio só de...uma escola só disso, só daquilo e se você não tiver e daí não adianta você ter bacharelado, você vai ter que ter, ser formado em voleibol, entendeu, porque ...

Entrevistador: O senhor é contra a fragmentação?

Entrevistado: É... você conhece os caras, começam a fazer isso, entendeu, bacharelado pra mim é uma coisa estranha, não sou contra mas eu...sabe, eu acho ...por exemplo eu vejo professores que eles trabalham com mesmo conteúdo na educação física, na licenciatura e no bacharelado, não muda nada

Entrevistador: Eu vi que na hora que eu peguei os documentos lá, eu vi uma proposta de bacharelado na reestruturação de 90 só que não foi aprovada, acho que o pessoal disse que não tinha estrutura suficiente e não tinha tempo hábil, os caras iam ter que ficar muito tempo na...

Entrevistado: Então, o que eles queriam... eles queriam uma coisa bem né...porque você vê, tá eu vou dar, vou trabalhar voleibol no bacharelado,

se eu não trabalhar esse voleibol que eu trabalho um pouco mais exacerbado só que da licenciatura que eu faço com os caras? Os caras não sabem nada, a educação física escolar é um lixo, então o que eu vou chegar lá falar o que pros caras, de sistemas? Vou falar de é... passe A, passe B, é....bloqueia na 1, bloqueia...os caras não sabem nada, nem linguagem popular os caras não conhecem, não sabem nada, a não ser que eu tenha uma classe de vinte caras que jogaram voleibol e querem fazer bacharelado, sabe, vão fazer a minha disciplina, aí eu posso trabalhar

Entrevistador: O pessoal gosta muito de bacharelado aprender treinamento

Entrevistado: É... e os caras querem aprender treinamento, mas é fisiologia, é isso que eles querem, treinamento, porque tem treinamento e treinamento, então, treinamento técnico, tático é uma coisa, treinamento desportivo, agora treinamento de físico, fisiológico é outra coisa né, então é...eu fico imaginando, as vezes eu falava na sala, eu queria um dia ir num lugar que tem bacharelado num outro país pra ver o que os caras dão, essa é uma curiosidade que eu tenho, que eles trabalham, eles fazem

Entrevistador: Dentro do processo da reestruturação curricular tiveram conflitos, dificuldades durante a mudança?

Entrevistado: Ah... olha, normal, normal assim, de, daqueles que estão pensando em alguma coisa pra educação física e daqueles que estão pensando em alguma coisa pra si próprio

Entrevistador: Aê?

Entrevistado: É, o cara que tá perdendo aula, tá achando ruim, é, o cara que diminuíram os créditos dele, de numa particular, no caso ele acha ruim, agora na pública, não sei às vezes ele acha bom, então, não vi muito problema.

Entrevistador: Dá reestruturação de 90 teve alguma comissão que ficou responsável por criar o currículo?

Entrevistado: Ah sempre tem

Entrevistador: E teve alguém que encabeçou de fato?

Entrevistado: Ah véio eu não lembro, sempre tem, mas eu não lembro, isso foca, fica muito em cima do coordenador de curso.

Entrevistador: Do coordenador? Na época era o *?**

Entrevistado: É depois o Sérgio Tosi, Sergião, que agora eu tava vendo pelo face ele terminou o pós-doc agora né, não sei se é pós-doc.

Entrevistador: Na reestruturação de 90 teve participação dos alunos chegou a ter alguma participação discente?

Entrevistado: A comissão de assessoramento sempre tem, é senão me engano dois alunos que faziam parte.

Entrevistador: Como é essa comissão de assessoramento, não conheço?

Entrevistado: Então, é MS3 tem duas pessoas, é o chefe do departamento, coordenador do curso, duas pessoas MS3, duas pessoas MS2, entendeu, é naquela época né, porque tinha mestre, tinha MS1 que era os especialistas, agora hoje só o cara só pode entrar se ele for doutor, então não sei, não sei como que tá isso.

Entrevistador: E foi todo corpo docente que participou ou teve professor que ficou de fora?

Entrevistado: Ah, a maioria participa, tem aqueles que não tão nem aí

Entrevistador: Mas era política do departamento que todos participassem ou era amplo, participava quem queria, contribui quem quisesse?

Entrevistado: Olha, sempre tem um povo de política, então sempre tem algumas coisas que são resolvidas entre aquela ala, sempre tem isso aí.

Entrevistador: Na época chefe do departamento era a Mara né?

Entrevistado: A Mara

Entrevistador: Eu tava estudando e eu peguei a resolução da reestruturação de 90... 41/91, que foi quando culminou, o processo da

resolução que foi publicada e tal, ai depois eu vi que teve uma reestruturação em 97... que alterou também um pouco o currículo e que também já criou o curso noturno , o senhor se lembra dessa reestruturação também?

Entrevistado: Cara...

Entrevistador: O que eu vi dessa reestruturação na verdade, não mudou muito.

Entrevistado: É eu lembro da criação do curso noturno, mas aí não mexeu comigo mais não também.

Entrevistador: Que eu cheguei a ler na resolução foi que ela alterou a prática de ensino, ela mudou o nome da disciplina prática de ensino, mudou os créditos e ela mudou o nome de uma disciplina que era estrutura e funcionamento da educação e virou estrutura e funcionamento da educação de ensino fundamental e médio, alguma coisa assim e aí, na verdade o que eu li foi que ela foi por causa da LDB, pedia que a prática de ensino fosse no mínimo 400 horas e até então acho que eram 320, então pro currículo entrar nas normais legais no caso da LDB eles tiveram que alterar né, eu achei essa reestruturação fosse só pra criar o currículo noturno, mas pelo que eu andei conversando e lendo não foi o curso noturno veio.

Entrevistado: Essa parte de toda essa, isso cara, quem sabe, a Dag é que.

Entrevistador: Então, eu gostaria de poder entrevista-la, mas pela ética não posso.

Entrevistado: Ou a Dag, ou também, a *** pode.

Entrevistador: Ela falou bastante

Entrevistado: Porque ela foi é... ahn...subcoordenadora eterna, e também foi coordenadora também, junto com a Dag, a Dag era, ela era sub...depois ela era e a Dag era sub, entendeu, ela ficaram batendo bola um tempão

Entrevistador: E o senhor dentro dessa reestruturação de 90, o senhor

acha que ela foi positiva pros alunos pro curso? Ela atendeu mesmo, atendia as demandas? Porque era outro mercado na época, diferente de hoje.

Entrevistado: Eu acho que o departamento ele foi sempre assertivo entendeu, sempre eu acho e pelo que eu vi eu tive oportunidade de dar aula também no noturno, nos tivemos, um cara sensacional, um cara bom pra caramba, um cara fera, vários, por exemplo, naquela época, eu lembro de uns caras fazendo concurso no estado e passando, os caras, pô, os caras arrebentavam, os caras foram assim e participando de congresso, publicando, sozinhos, junto com os professores, mas fazendo os trabalhos, quer dizer, os caras do noturno, diurno sempre têm um ou outro e tal, mas o noturno ele era bem assim, ele tinha, tinha bastante essa característica.

Entrevistador: O curso do noturno começou em 98 né?

Entrevistado: Não sei.

Entrevistador: Dentro dessa criação do curso noturno também os professores que se envolveram para a criação ou foi uma comissão, o senhor chegou a atuar?

Entrevistado: Olha... é, assim eu não fiz parte da comissão que foi é, mas a gente tá sempre envolvido mas especificamente na comissão eu não lembro de eu ter participado e estar sentando junto com pra ver como que ia ser, mas isso sempre passava pela comissão de assessoramento, por tudo isso

Entrevistador: O senhor era dessa comissão?

Entrevistado: O chefe da comissão de assessoramento é o chefe do departamento.

Entrevistador: Então o chefe do departamento, o coordenador de curso.

Entrevistado: Depois seus pares como era nosso departamento, teve um período que tinha MS3, MS2, MS1 então eram dois de cada.

Entrevistador: Dois de cada, e aluno também tinha?

Entrevistado: Também dois

Entrevistador: E já tinha na época conselho de curso, conselho de departamento?

Entrevistado: Sim

Entrevistador: E as discussões do currículo passavam pelo conselho de curso também?

Entrevistado: Passaram, passaram, também passaram, pra você ver, eu me aposentei em 2003 né cara, tem anos aí...

Entrevistador: Em relação à estrutura burocrática e política do departamento não mudou muito

Entrevistado: Comissão de assessoramento é não sei como que estaria isso hoje né

Entrevistador: Qual a responsabilidade, qual a prerrogativa dela?

Entrevistado: Ela... faz tudo que tem no departamento, ela assessora a chefia, então não sei..não sei.

Entrevistador: Professor acho que é isso, não tem muita as reestruturações não tem muito segredo, tem bastante coisa no papel tem mais alguma coisa que o senhor queira acrescentar, que o senhor acha relevante para a pesquisa?

Entrevistado: Ah eu... o que gente poderia tá ainda, que houve um avanço muito grande, apesar dos entraves né das dificuldades e tudo mais é houve um avanço muito grande com a chegada de novos professores, hoje temos profissionais nesse departamento que são profissionais de ponta no Brasil né, do Brasil e talvez até internacional, alguns, né são pessoas muito, são professores, profissionais assim super bem envolvidos na suas áreas de pesquisa, ahh....com isso que eu pude ver, muito positivo, eu vejo um lado que ficou um pouco, que a questão do ensino, não vejo esses caras com, vejo que eles são por essência pesquisadores, não docentes, não que eles não saibam dar aula, nada a ver, talvez eles gostem menos de dar aula,[risos] e gostem mais dos laboratórios né e é uma questão de essência, cada

um é um, mas, ao meu ver acredito que acaba se perdendo um pouco, mas não vou assinar embaixo disso que eu tô falando, porque já tem um tempo que eu não estou lá, mas isso é quase normal, acontecer, por outro lado uma coisa que foi muito bom também que se deve também a esses profissionais né, a competência deles, o ‘know how’ deles é toda.... a questão física do departamento, estrutura, então foi uma modificação bem acentuada, muito grande, é um curso que hoje pode se dizer que tem praticamente tudo né, tem tudo, não sei como fica esse outro lado né, como que isso tá sendo utilizado né, mas eu ainda antes de sair tive oportunidade de usar que já tinha sido coberto lá embaixo né, então a gente trabalhou não era coberto, dava aula naquele ginásio de esporte ali perto da faculdade da prefeitura, Geisel, então, cheguei a pagar o caseiro que morava lá pra armar a rede pra mim e tirar a rede, não porque eu não poderia fazer isso, mas eu chegava e fosse armar a rede, tirar a rede eu iria perder tempo né, não ia dar aula, e eu né, gostava mais do ensino do que da pesquisa, então eu queria dar aula [risos] já tinha uma trajetória entendeu isso aí tinha que ser levado em conta, não dá pra desconsiderar a história né, não é assim, você não apaga uma coisa e escreve outra, ou escreve por cima sem apagar.

Entrevistador: O senhor chegou a fazer parte de alguma banca de concurso para professor do departamento?

Entrevistado: Pra professor não porque é... você teria que ser doutor

Entrevistador: Só os doutores poderiam fazer parte de banca?

Entrevistado: Só os doutores

Entrevistador: Mesmo se fosse de área diferente?

Entrevistado: Mesmo que fosse de área diferente, normalmente nesse caso né quando você monta essa banca tem pessoal fora do departamento mas pode trazer gente de fora também pra banca, de outra UNESP, de outro campus

Entrevistador: Pra compor a banca

Entrevistado: É aí você pode trazer não necessariamente, se você tem gente da casa ali, você faz ali, melhor [risos] tudo é assim né, e pra mim foi muito gratificante ter, ter, feito parte desse processo, acho que me acrescentou muito, aprendi muito né, porque no início eu aprendi que tudo que eu era naquele momento significava não ser, e eu fui em busca de outras coisas e me salvei.

Entrevistador: O senhor se reconstruiu?

Entrevistado: Sem dúvida e me aproveitei muito disso, que eu consegui dali pra frente, principalmente trabalhando na FIB, trabalhando com a disciplina de projeto de monografia na FIB, então, aquilo que pra mim no início era um cavalo de batalha, passei a ganhar dinheiro por isso.

Entrevistador: Na UNESP quando o senhor trabalhou a disciplina projeto de monografia qual era o objetivo da disciplina em si, montar a monografia?

Entrevistado: Vislumbrar um tema entendeu saber o que era pesquisar, o que ele tinha que fazer, entendeu?

Entrevistador: Mas o senhor tinha que passar a ABNT, essas coisas?

Entrevistado: Aí tinha introdução à metodologia da pesquisa, projeto de monografia era no meio e TCC era última.

Entrevistador: E no final da disciplina apresentava um tema?

Entrevistado: Ele já tinha né na disciplina, ele fazia uma resenha, ele já tinha uma ideia, ele começava a. hoje não tem mais?

Entrevistador: Hoje é processos de produção do conhecimento científico I e II, na I ABNT e na II o aluno, acho que é mais menos isso mesmo, você escolhe o orientador, o tema.

Entrevistado: Muda o nome só

Entrevistador: Na minha o professor ele ficava responsável mais pela parte burocrática, ‘qual seu tema’ aí ele anotava, ‘quem é orientador? Ah o orientador tal’ aí passava um tempo ele falava “você

vai ter que”... no final da disciplina de processos de produção de conhecimento científico II, que eu acho que era projeto de monografia você fazia uma apresentação, seria uma espécie que a gente chama, de uma qualificação, aí você compunha uma banca com o orientador mais outra pessoa na banca e um suplente, então aí o professor fica responsável por você tem que imprimir os projetos no final, aí você pega a assinaturas das pessoas que vão ser da banca e leva para o professor, ai você pega todos os dados da pessoa e endereço e aí esse professor fica responsável por enviar o pré-projeto para banca, pra depois no ultimo ano você apresentar o tcc

Entrevistado: É mais ou menos isso

Entrevistador: **Era uma disciplina em conjunto ou era só o senhor que ministrava?**

Entrevistado: Era só... projeto monografia, era só um professor, você ... tipo, o cara chegava não sabia o que ele ia pesquisa, não sabia o que ele queria, ele não sabia, aí dai você começava a falar, explicar pros caras e tal, quando eles viam eles também não sabiam, mas porque eles já tinham 4 temas, entendeu, mas você abre a cabeça do cara, aí você fala ‘ta, então, é vamos fazer esse aqui ou vamos ficar nesse ta ai ta bom, agora você escreve alguma coisa sobre isso dai que você quer fazer , porque você quer fazer? Pra que serve isso? Quem que fala disso arruma um autor, cita ela, você já sabe lá em introdução da metodologia põe o cara aí”, ai o cara vem na outra na aula e você fala “deu certo, então ta bom” “vira de boca pra baixo aí” o que você quer fazer, aí o cara fala entendeu, leia o que você falou o que você quer fazer, ai o cara lê e não é nada do que ele quer, então você faz uns processos, você cria algumas coisas né, assim, instiga os caras e mexe com eles né, você desperta e começa a mostrar pra ele como é que as coisas fluem, quando ele ta criando o tema” então você tá falando disso?” anota na lousa lá,” é isso que você quer falar?” tá bom mas então,

“agora você tá falando disso, é isso ou é isso?” entendeu pro cara, ele vai pra um lado, volta pro outro, vai no outro, entendeu, ele fica...é muita coisa, então o cara não tem aquela capacidade ainda, você já tá fazendo isso, tá no mestrado, o cara não tem aquela capacidade de falar aquele assunto, mesmo quando ele sai, ele tá falando daquele assunto, sabe, o cara vai pra tudo quanto é lado, ele abre frente pra caramba né e às vezes né, quando ele começava a ler e a galera toda escutando, ele começava a ler, já tinham escutado o que ele falou o que tava escrito lá, aí, eu falava para os caras” vocês vão falar para mim se ele tá falando isso”, aí parava...ele falou isso, agora ele tá falando isso, entendeu, então é muito legal isso aí, o cara ele mesmo faz uma auto análise e uma auto correção daquilo que ele pensa, daquilo que ele escreve, [pausa] então era assim, aí o que eles faziam, tá bom, a gente passava [pausa] mas...aí os caras falavam bom então tá você já tem é...então porque que você quer fazer isso, né, bom vamos achar seu objetivo né, é...justificativa, pra que serve, o que você quer fazer, porque e os caras os começavam a responder, eles iam montavam um projetinho, tinha introdução à metodologia que era outro professor, eu no projeto então eu pegava é...eles tinham que entregar no primeiro bimestre uma resenha, essa resenha valia um e o projeto depois valia nove, entendeu, então, porque senão o cara faz uma resenha bacana pra caramba e tira 8, 9 daí não tem aí com nada, ele tem média na disciplina, ele vai passar, então eu dava um aqui e depois ele tinha que se virar lá, então daí ele tinha que trazer um projeto né, com um tema com objetivo, justificativa né, metodologia, matéria e métodos, como ele ia fazer isso tudo, cronograma, entendeu, ele vinha encampadinho, aí ele tinha um projeto basicamente, aí ele já ia pra tcc, que era outra professora, já tava com a ideia e com tudo e ele já tinha escolhido orientador e já estava tudo certo.

Entrevistador: O senhor na sua trajetória essa matéria foi acompanhando?

Entrevistado: Não, eu fiquei na UNESP um ano só, na FIB fiquei uns seis anos, oito anos com essa disciplina.

Entrevistador: O senhor orientou bastante tcc na UNESP?

Entrevistado: Alguns, a parte de pesquisa eu não gostei, entendeu mas eu vou ganhar dinheiro com isso, você não sabe seu dia de amanhã, você pode não gostar disso, não gosta de vôlei, não gosta disso não sei, cavalo passar amarrado, escrito basquete só porque você é da capoeira você não vai? Quer dizer, você não gosta de dinheiro então, não precisa fazer seu melhor, faça bem né, acabou você é profissional cara, as meninas falava assim, ta bom, amanhã você vai e casa com um engenheiro cara vai trabalhar lá no inferno e chega lá vocês vão morar num condomínio tal e você não gosta de voleibol, ta bom, você gosta de dança, tudo bem, aí você é professor de educação física, fica amigo de todo mundo aí a mulherada chega e fala assim “fulana vamos montar um time de vôlei aqui, você é professora, a gente até paga você e tal” e aí você fala o que? “ah eu gosto de dança” é isso? Ta bom vão falar pô essa professora não sabe bosta nenhuma, não sabe nada. No mínimo você ensina a sacar, põe a rede lá, ensina a dar três toques para cada lado ta, se mexe né, faz isso, faz de conta, vai lá, faz a sua, ganha né... mas é assim e as ‘negas ‘ficam olhando e pensa “puta que pariu, pior que o cara tem razão né” [risos] e muitas depois chegaram e olha sabe aquilo, né, aconteceu, eu sei que é

Entrevistador: Também já fiz de tudo um pouco na minha trajetória pequena

Entrevistado: Tem que levar. Professor é isso, vou deixar registrados meus agradecimentos, que o senhor está me recebendo aqui na sua casa é muito legal, pois eu não conhecia o senhor ainda e é legal que o pessoal fala né “entrevista fulano que você vai gostar” mas muito muito obrigado por ter me recebido, vou parar o áudio.

FIM

APÊNDICE

Roteiro de entrevista

Entrevista aos professores

Entrevistador: Bom pra deixar gravado então, meus agradecimentos pela senhora me receber, duas vezes né, ouvi falar muito da senhora, pra mim é muito legal estar aqui, então, nome idade e gênero pra gente seguir o protocolo.

Entrevistado: Bom, obrigado, nós podemos deixar registrado aqui que é o dia do profissional de Educação Física.

Entrevistador: É, muitos de vocês fizeram parte dessa história.

Entrevistado: Com certeza, várias pessoas do departamento, desde quando montaram o curso de Educação Física, eles são os profissionais da Educação Física. Meu nome é *****, tenho 59 anos, gênero feminino.

Entrevistador: Qual a formação em nível de graduação e pós graduação?

Entrevistado: Graduação eu tenho duas graduações, na faculdade de Direito né, graduação...era bacharel em ciências jurídicas e sociais quando eu fiz e licenciado e bacharel em Educação Física, isso de graduação, na pós graduação...tem a especialização em ginástica olímpica, hoje ginástica artística e o mestrado na educação, na área de educação motora e doutorado na área de educação que foi feito todo nesse período enquanto eu estava dentro da UNESP.

Entrevistador: Ingressou como docente na Unesp de Bauru antes ou após a estadualização encampação em 1988?

Entrevistado: Foi antes da encampação, o curso de Educação Física a primeira turma começou em 1986, eu entrei na UNESP mediante concurso em 88, acho que fevereiro ou março, não lembro, foi no

começo do ano e a encampação aconteceu em agosto.

Entrevistador: A senhora entrou no concurso da UB e aí já pegou a encampação pela UNESP?

Entrevistado: Sim todos nós do curso que entramos mediante de UB né que ainda não era UNESP, depois nós tivemos um, acho que não só nós assim da Educação Física em todos os cursos, eles tiveram que prestar novamente os concursos.

Entrevistador: Depois que encampou?

Entrevistado: Depois?

Entrevistador: E era concurso aberto?

Entrevistado: Sim aberto a todos.

Entrevistador: Então colocava a vaga em jogo?

Entrevistado: Concurso público, isso já com pessoas com dez anos de carreira dentro da UNESP.

Entrevistador: Dentro da UNESP, a senhora entrou em 88 e o seu concurso para efetivação, foi quando?

Entrevistado: Então, eu tenho assim recordar muito a data, não vou assim com precisão, mas provavelmente foi em 94, 95 que teve o concurso da UNESP, eu não lembro da data direito, com banca formada e tudo de fora.

Entrevistador: Quando a senhora ingressou na UNESP, já tinha e graduação em direito e Educação Física né, e aí especialização em ginástica?

Entrevistado: Eu tinha vários cursos, é que na época, é... o que nós fazíamos, eu principalmente é...eu terminei...comecei o curso de Educação Física com 17 anos naquela época o curso era de 3 anos então desde daquele período que eu entrei na faculdade em 76, todos os cursos que existiam eu fiz, que não existiam os curso de pós Não existia especialização lato sensu? Sim lato sensu, mas não tinha

assim uma pós graduação que você tinha um título, você tinha assim, você era um especialista, você tinha um aprovadamente conhecimento, essa terminologia que nós temos, muitos dos nossos professores do curso iniciante, tinham várias formações né, não no que depois da encampação a UNESP exigia.

Entrevistador: Ah sim, aí depois que a senhora entrou na UNESP, a senhora chegou, foi aí que a senhora fez o mestrado e doutorado?

Entrevistado: Sim, logo após a encampação, é ... todos os docentes foram em busca da titulação, porque o curso nosso de Educação Física nós não tínhamos professores titulados, nem com mestrado nem com doutorado e é uma das exigências da UNESP é titulação, pela encampação foi dado um prazo né pra que os docentes se titulassem e esse foi prazo foi de dez anos.

Entrevistador: Dez anos pro mestrado?

Entrevistado: Doutorado.

Entrevistador: Mestrado e Doutorado?

Entrevistado: É.

Entrevistador: E quem não cumprisse esse prazo?

Entrevistado: Essa que foi um dos grandes assim ... eu não digo problema, mas que deixou muita gente preocupada né, porque você estava, já exercia, você trabalhava, você tinha conhecimento mas você não tinha o título, é onde todos foram, assim, foi uma loucura, todos estavam assim que nem doido, assim, a qualquer custo ingressa num curso de mestrado primeiro né, pra depois doutorado.

Entrevistador: É seu mestrado a senhora fez aonde?

Entrevistado: Eu fiz em Piracicaba na UNIMEP.

Entrevistador: Quem foi o orientador?

Entrevistado: O orientador foi o Pedro Winterstein e eu fiz na minha

área, porque eu trabalhava com a ginástica, especialista na área e eu não quis buscar um outro mestrado que não fosse dentro daquilo que eu atuava e doutor Pedro Winterstein recém chegado da Alemanha ele era professor da Unicamp, ele não era UNIMEP, ele foi contratado pra UNIMEP pra poder fazer minha orientação lá dentro.

Entrevistador: Aé, que ele é da Unicamp, inclusive o professor Rubens daqui que é recém contratado há dois anos fez o mestrado e doutorado com ele, a senhora atuou no curso efetivamente professora da UNESP por quantos anos? De que ano a que ano?

Entrevistado: De 88 até 2010 deve dar uns...

Entrevistador: 22 anos, durante o curso qual disciplina a senhora ministrou?

Entrevistado: Olha eu trabalhei com Educação Física escolar, né, ‘um’ e ‘dois’, era ‘um’ e ‘dois’ dividido né que hoje já tá diferente.

Entrevistador: Um, dois e três.

Entrevistado: é, escolar ‘um’ e ‘dois’, habilidades da ginástica olímpica né, ginástica artística depois mudou a terminologia e uma disciplina optativa que foi quando da saída do professor ***** e nossa, que era administração de eventos desportivos de lazer e recreação.

Entrevistador: Optativa...então, entrando um pouquinho mais no foco agora, dentro reestruturação curricular de 1990, qual foi sua participação?

Entrevistado: Olha é ... assim minha participação foi sempre tá procurando é ... acompanhar, procurando atender o departamento, atender a legislação, atender o coordenador né, procurando, procurar essa melhora pro curso, tinha reestruturação tinha que ser feita, algumas mudanças então assim sempre colaborando junto com o

coordenador do curso da época.

Entrevistador: Que era o professor?

Entrevistado: Então, nós tínhamos um período posso até não estar lembrando agora, porque nós tivemos o professor ***** né que chegou que já tinha o título de mestre na primeira coordenação, depois nos tivemos um professor que nós não tínhamos ninguém com título de doutor aí nós tivemos que se tutelados, o departamento foi tutelado por um doutor de outro departamento.

Entrevistador: Aé, qual departamento?

Entrevistado: Foi o departamento de biologia, a doutora Mara Arrais que assumiu a chefia do departamento, como também nós tivemos professor da química que assumiu, é mesmo ou suplente ou prazo determinado ao departamento.

Entrevistador: Ah ... pra ser chefe tinha que ter doutorado?

Entrevistado: Sim, doutorado.

Entrevistador: Ah entendi... Na reestruturação de 90, na escolha das disciplinas qual disciplina, quais disciplinas iam entrar e sair, carga horária, você e os outros professores, como foi essa participação?

Entrevistado: Olha sempre é...era discutido com a totalidade dos professores né, é...o que seria incluído, o que seria banido do curso, sempre atendendo as próprias diretrizes curriculares do MEC, então algumas disciplinas elas foram alteradas né, nessa época nenhum dos cursos que eu me lembro, os cursos não tinham e depois foi obrigatório por lei, não era obrigatório na época, foi quando nos colocamos também, achei muito importante, a Educação Física adaptada, entendeu, talvez tinha um outro nome na época, mas era própria Educação Física adaptada que quando veio a outra reestruturação aí era obrigatório e nós já tínhamos então, então esse

era o espírito do curso, apesar de toda aquela turbulência de cada um estar correndo, envolvido, procurando uma titulação, procurando um mestrado, mas, consegui ainda fazer alguma coisa e pensava no curso como um todo, porque naquele momento nós tínhamos um...não eram colegas de trabalho, era uma família, era muito...a socialização era muito grande, eram todos amigos e um colaborava sempre com o outro independente se ele era chefe se era coordenador, se era coordenador, se era um professor, o que ela era.

Entrevistador: O processo da escolha dessa reestruturação foi eleita uma comissão?

Entrevistado: Sim nós sempre tivemos as comissões, é, depois ela foi se tornando mais forte e obrigatória, então nós tínhamos uma comissão formada, era é...talvez até um pouco aleatória, comissão de reestruturação curricular sempre é, sob aval do conselho de curso, do coordenador de curso e o conselho de curso, então tinha uma comissão organizada, depois assim, com o andar dos anos é que foi bem consolidado esses conselhos, essas comissões, tanto é que nós tínhamos no curso Educação Física diversas comissões até comissão de formatura nós tínhamos.

Entrevistador: Por partes do docentes?

Entrevistado: Sim dos docentes, nós tínhamos comissão e nós eram envolvido, as comissões todas elas, envolvidas sempre com a diretoria da faculdade de ciências, não importando quem era o diretor que estava lá, então a gente desenvolvia, faculdade de ciências, as coleções de grau eram todas juntas, então, vamos trabalhar juntos também.

Entrevistador: Não sabia disso, e você fez parte dessa comissão da reestruturação de 90?

Entrevistado: [risos] Eu acho que eu fiz [risos].

Entrevistador: Pra escolha dessa comissão havia, era um ‘catado’ ou tinha uma eleição?

Entrevistado: Ah eu acho que a gente tinha, não, não tinha eleição, a gente tinha um pouquinho de liberdade de fazer parte ou não.

Entrevistador: Sim, e a senhora tem ideia de quanto professores eram? Muito, poucos?

Entrevistado: Então, as comissões é...não de muita gente né porque o conselho [inaudível]....vários professores do departamento, os quatro do departamento o coordenador que é do departamento e nós tínhamos os professores de cada departamento que ministrava aula no nosso curso, então curso de biologia da aula, então um membro da biologia fazia parte, um professora da biologia fazia parte do nosso conselho de curso, um da engenharia por causa da disciplina de estatística, fundamentos da estatística fazia parte, outro da ciências humanas né, então nós tínhamos o nosso curso, nós podemos falar que era um curso que tinha um conselhos muito bem estruturado né porque tinha professores de todas, bastante plural de todos os cursos, e então e isso rendia muito pra gente né.

Entrevistador: Dessa reestruturação de 90 qual foi objetivo de fato dela, dessa mudança?

Entrevistado: Mudança, porque, se a gente pensar, se nós pensarmos que antes da encampação nós tínhamos um currículo tá, esse currículo foi de acordo com as diretrizes curriculares da época, só que a mentalidade desses professores que vinham que já atuavam numa escola particular e a gente sabe e percebe que é bem diferenciado, uma escola pública e uma particular, em termos de currículo, em termos de oferecimento de disciplinas, então, aí foi que assim foi bastante complicado porque tinha, toda aquela cabeça voltada que sempre trabalhou numa escola particular pra trazer

[inaudível] que nós tivemos assim que crescer muito e estudar muito, se envolver muito, para que a gente se encaixasse e trabalhasse de acordo em nome de UNESP, porque ela estava encampando e nós tínhamos que seguir normas de UNESP né.

Entrevistador: Ela também...ou melhor, um dos objetivos era atender a legislação de 87?

Entrevistado: Todas elas, primeiro atender legislação, todas as reestruturações elas nunca são aleatórias, ela atende legislação e necessidade do curso, a necessidade do que? Bom andamento do curso com todas as mudanças que tem, com toda né, o próprio passar do anos né, que acabe sendo obsoleto, então a gente vai acoplando com a necessidade local porque o campos tá em Bauru tá, que nós tínhamos que pensar não no curso licenciatura de Educação Física como um todo, mas sim ele inserido em Bauru, um centro geográfico que nós tínhamos que atender a população toda em volta, então tinha que trabalhar com aquele perfil também.

Entrevistador: E que mudanças de fato que essas reestruturações acarretaram pro curso?

Entrevistado: Ah ele ficou assim, percebe se o que foi bastante consistente em termos de oferecimento de disciplinas, a locação dos docentes para cada uma das disciplinas, porque o que assim foi, assim que a gente acha até hoje, até engraçado porque nos docentes nós somos donos de disciplinas e na época todos eram donos de disciplinas, porque eu sou especialista nisso, eu sou especialista... então você dar vai futebol porque eu sou e hoje né depois com essa reestruturação foi vendo eu não eu posso trabalhar, tanto é que eu trabalhe com administração de eventos entendeu, então você tem, então eu acho que foi um crescimento muito grande em termos de professor até de alunos porque os alunos também participaram das

comissões não só os docentes.

Entrevistador: Nessa reestruturação teve participação de alunos de 90?

Entrevistado: Todas elas tiveram né, um dos problemas, assim, eu considero mais grave mais que foi atendido e solucionado na época foi em questão de falta de infraestrutura que nós tínhamos , tá, a nossa falta de infraestrutura, falta de material e nós tínhamos ali que fazer mágica né [risos], pra que você atendesse bem o aluno que você transmitisse todos os conteúdos mas faltando aqueles laboratórios né, o primeiro laboratório acho que foi o LAPEF que foi o professor Mauro, a Dagmar, foi eu, mais um resto aí, foi o primeiro laboratório que se montou lá foi o LAPEF hoje eu não se ele funciona porque eu não tô mais lá.

Entrevistador: E como chegou a ser essa participação dos alunos, foi efetiva até na escolha das disciplinas?

Entrevistado: Olha, era...os alunos eles até hoje provavelmente, eles são eleitos representantes de sala, todos representantes de sala eles tem a participação inclusive os nomes na indicação, quando eleito o conselho de curso que é por eleição, o conselho né, o coordenador e o conselho né, os alunos também, então aquele que for indicado, que foi votado ele tá participando e ele é o que leva pros alunos né, ele é um porta voz dos alunos.

Entrevistador: Pra senhora dá pra dizer que os objetivos que foram traçados para essa reestruturação lá em 90 depois da reestruturação, eles foram atingidos?

Entrevistado: Naquele momento sim, naquele momento sim dentro da, de toda essa dificuldade que eu falei porque nós tínhamos até, você imagina uma dificuldade dum curso quando você vai, você tem todas as disciplinas, você vai elaborar um horário de aula, eu tenho

aula de natação e não tenho a piscina, tenho aula de ginástica artística e não tenho o ginásio, eu tenho aula disso e não tenho isso, então o que nós tínhamos que fazer, porque o aluno tinha que fazer de qualquer jeito, na época nós ficamos por um bom tempo pagando aluguel pra piscina, nós usamos muito o SESI , usamos piscinas particulares de Bauru ta, fazendo um convênio pra que as aulas fossem, então até isso é uma dificuldade, do aluno, você tem que pensar ‘ó ele tem aula aqui, não mas a aula dele vai ser lá no SESI’ então como quatro aulas, são duas...então todos termos de aula era bem trabalhado também.

Entrevistador: Dentro desse processo da reestruturação lá em 90 houve conflitos, dificuldades nessa relação dos professores ou de modo geral mesmo?

Entrevistado: Dificuldade sempre existe quando uma coisa é nova né [risos] isso não tem como, é que passe a dificuldade, mas que a gente não pode ser chamar assim que, é ... conflitos houve divergências, conflito não, porque? Porque naquele período era o que o mais tinha que acontecer era o diálogo entendeu, o diálogo pra você ter um chegar num consenso do que nós queremos pro curso, o que nós vamos fazer com o curso, então sempre tem o, o que concorda e o que não concorda, mas sempre vence a maioria.

Entrevistador: Era um processo de escolha pela maioria?

Entrevistado: Houve bastante dialogo, sempre existia esse diálogo com professor né.

Entrevistador: Dentro dessa reestruturação depois na mudança houveram muitas mudanças em relação as disciplinas? Carga horária, por exemplo basquete ‘um’, ‘dois’ e ‘três’ só basquete ‘um’, como foi essa mudança no currículo de fato?

Entrevistado: No currículo, depois disso?

Entrevistador: Lá em 90.

Entrevistado: Tá, é, nos inserimos, quando eu falo nós, conselho de curso, é, foram inseridos várias disciplinas optativas, que era aprofundamento de conhecimento, para alguma disciplina do curso, então, se eu tinha Educação Física adaptada e o aluno escolhia dentre um rol bastante grande, extenso que nós fornecíamos dentre, ele era obrigado....optativa tinha um monte de disciplina, uma porção de disciplina, e ele obrigado a cursar quatro por exemplo, aí ele tinha opção de escolha, qual que ele queria, qual caminho que ele queria seguir, então ele tinha na natação e todas as disciplinas e o que teve assim de eu acho que foi mais assim que pesou mais, que teve mais discussão, mais conversa, mais dialogo foi em relação as práticas de ensino, porque a mudança na carga horários.

Entrevistador: Prática de ensino é o estágio?

Entrevistado: É, essas práticas de ensino, antes era prática de ensino 'um' e prática de ensino 'dois', tá, o que aconteceu, é...em função da legislação, da mudança da LDB quase que dobrou a carga horaria das práticas de ensino e nós não tínhamos como, você imagina, dobrando uma carga horaria de prática de ensino e o curso nosso sempre foi, ele tinha, nós não trabalhamos com currículo mínimo, entendeu, então você tem, eram quatro anos de curso você tinha que fazer todo número de carga horaria também tá, então é, foram assim, cada professore teve que passar por uma experiência que graças a Deus deu certo, tivemos muito assim, discussões com próprio departamento de educação porque era uma disciplina, por exemplo o departamento de educação é responsável pelas disciplinas pedagógicas do curso.

Entrevistador: Como a sociologia da educação?

Entrevistado: A sociologia é 'o ciências humanas' [departamento]

ah sociologia da educação, fundamentos de sociologia é ‘o ciências humanas’, fundamentos de sociologia é da ciências humanas da FAAC que era professor da FAAC e sociologia da educação, filosofia da educação, psicologia todos do departamento de educação e as práticas de ensino que é do departamento da educação só que com aquela de montante de carga horaria que você tem um conteúdo pra trabalhar naquela carga horaria e um professor só pra atender toda essa demanda, então se você quer que o aluno faça né, que estagio supervisionado que se fala prática de ensino hoje estagio supervisionado, que o aluno fizesse esse estágio pra fora você tem que ter um acompanhamento que eu não posso deixar só que um professor também não dava conta que era muitas divisões e muitos alunos ai o que nós fizemos nessa reestruturação curricular, nós colocamos as práticas de ensino ‘um’, ‘dois’, ‘três’ e estagio supervisionado ‘um’, ‘dois’, ‘três’ e ‘quatro’ em atividades corporais também.

Entrevistador: ‘Um’, ‘dois’, ‘três’ e cada um era pra um ambiente de trabalho?

Entrevistado: Sim, é nós e cada docente dentro da disciplina dispensava e dois créditos de práticas de ensino naquilo que você estava trabalhando.

Entrevistador: Então por exemplo, no ‘um’ escola, no ‘dois’ esporte, era assim?

Entrevistado: Não, ‘um’, ‘dois’, ‘três’ sempre visando a escola, os níveis de ensino;

Entrevistador: fundamental I, fundamental II e ensino médio?

Entrevistado: Isso, os níveis de ensino, mas nós tínhamos em atividades corporais também, que era justamente as outras atividade envolvidas com o curso em outras disciplinas mais especificas.

Entrevistador: Então poderia ser fora da escola?

Entrevistado: Sim, é mais aquela história, é ... eu, porque eu não posso trabalhar ginástica olímpica na escola? Ahn? Eu posso trabalhar normalmente, a natação eu posso trabalhar na escola, agora vamos discutir assim, a escola não tem piscina, a rede municipal de ensino tem, educação infantil tem, então e nós não vamos ter o profissional formado nisso? Então o que se pensava com todas essas mudanças né, teve terminologia na disciplina, ah, como ela chama, estrutura e funcionamento era estrutura e funcionamento do ensino de primeiro e segundo grau, nossa tô lembrando os nomes e hoje é estrutura do ensino fundamental e médio, então você trabalhava dentro dos níveis de ensino, teve assim.

Entrevistador: Nesse currículo de 90, os alunos eram, as disciplinas práticas como basquete, eles tinham obrigatoriedade de cursar todas?

Entrevistado: Sim, era da grade, e só não cursava, não obrigado todas as optativas de basquete, de atletismo, mas as porque são disciplinas que eram as básicas do curso né, da licenciatura né, o basquete, o vôlei , o futebol né, atletismo isso tá inserido na escola.

Entrevistador: Professora em relação agora a reestruturação de 97 a senhora pode falar um pouquinho da sua participação, como era o contexto do curso naquele época?

Entrevistado: Bom ,como era, deixa eu pensar aqui, é... nós trabalhamos com essa reestruturação que foi de dezembro 98 né com a mudança da LDB é diretrizes curriculares, então foi onde assim um processo foi um processo muito grande, muito envolvimento com, a maioria das disciplinas e nós tínhamos que dentro das próprias diretrizes curriculares, quais são as disciplinas que eram oferecidas dentro dos níveis né, quais que a gente iria ter que trabalhar isso

pensando na disciplina, na carga horária e principalmente a formação do aluno tá então você teria que fazer toda aquela mudança exigida por lei mas pensando o que nossos alunos, o que nós precisamos oferecer pra nossos alunos, o que eles precisam aprender tá, condições de refletir, de discutir, de dialogar a respeito da Educação Física, da licenciatura, porque o aluno, o importante ali era a qualidade do ensino do aluno é a formação do aluno, o que nós não tínhamos quando começou, quando foi encampação, nós tínhamos sala com 150 alunos, como é que ocorre um processo né de ensino e aprendizagem com esse ‘mundaréu’ de aluno, eu tinha turma com 150 alunos depois quando veio a encampação aí sim a UNESP já estabeleceu algumas disciplinas com 30 alunos no máximo outras 40, o que ultrapassa as vezes tem 32, 33 sabe, são os alunos ou cursa como aluna especial, ou aluno transferido, aluno reprovado.

Entrevistador: E quanto a efetiva participação do corpo docente na reestruturação de 1998, como foi? Teve comissão?

Entrevistado: Sempre nós tínhamos é....os conselhos dentro do curso tinham várias comissões, nós tínhamos por exemplo, projeto pedagógico um dos pontos bastante discutido no curso tá, projeto pedagógico, o que nós queremos? Qual objetivo do nosso curso, qual é o caminho, o que nós vamos traçar para o nosso curso [inaudível] pedagógico muitos encontros com discussões, com textos e aberto a todos os docente também tinham comissão pra isso, nós tínhamos comissão de estudos curriculares, funcionava e muito bom, essa comissão de estudos curriculares, não sei hoje com está, mas nós tínhamos por muito tempo durou, toda essa reestruturação, essas coisas que acontece, nós tínhamos uma comissão e já passava toda documentação e eles já iam analisando, propondo soluções, pegando os autores, inclusive dentro dessa comissão de estudos curriculares

nós tivemos participação do departamento de Educação Física e na época foi o Mauro Betti que foi que nós levamos proposta junto ao MEC e muita das coisas que saiu do nosso departamento fez parte das diretrizes seguintes com aval do nosso curso, que nós que levamos e foi acatado e foi o Professor Mauro que levou, então porque, todos estudavam, analisavam né dentro desses estudos de currículo, o que é e o que não é e ao final existia a possibilidade de você participar da diretrizes curriculares nacionais dos cursos superiores então nós temos acho que muito assim, viável pro nosso curso é que nós tínhamos uma participação muito específica, produtiva dentro das diretrizes curriculares dos cursos superiores no Brasil e quem participou dessa comissão foi o Professor Mauro Betti que levava, inclusive não lembro se ele era presidente dessa comissão. Toda comissão tinha o presidente.

Entrevistador: Ele chegou em que ano aqui?

Entrevistado: O Mauro, ele veio transferido de Rio Claro, o professor José Roberto Gnecco foi pra lá e ele veio pra cá foi uma permuta, porque não existe assim, ou você abra uma vaga ou não tem essa assim de chega, ou vai e sai não. O Gnecco foi pra lá e o professor pra cá, será que foi 95, 96, não vou lembrar a data certa.

Entrevistador: Nesse processo da reestruturação de 98 ele participou da comissão de reestruturação?

Entrevistado: Qual de 98? Participou, o Mauro participou, aí as alterações curriculares também, nós tínhamos também todas as comissões.

Entrevistador: Quem mais participou que a senhora se recorda da reestruturação de 98?

Entrevistado: Ah a grande maioria.

Entrevistador: Milton, Marli?

Entrevistado: Sim, Milton, a Marli, a *****, Professor Henrique, Professor Mauro, todo pessoal, eram todos envolvidos, nós tínhamos também comissão de biblioteca, para o acervo da biblioteca, a gente trabalhava com [inaudível] com livros que falta, os docentes enviavam ‘preciso dessa’ e a gente encaminhava para a biblioteca para que ela pudesse fazer a compra, um item que agora tô me lembrando aqui, quando você perguntou de importante que no meu entender achei bastante produtivo que antes 90 tinha o trabalho de formatura, lembra o trabalho de formatura? Então era um, só trabalho de formatura, o aluno ele apresentava no final do trabalho, ele começava o trabalho com orientador como é hoje e ao final ele apresentava o trabalho de formatura pra uma banca. O que houve nessa reestruturação de 98, iniciou-se projeto de monografia, uma disciplina antes do trabalho de formatura, projeto de monografia depois trabalho de formatura, aonde o aluno não apresentava o trabalho pronto, ele apresentava o projeto que aí a banca tinha mais opção né e o aluno de, de ver a posição de cada um, sugestões, então e não no final porque no final você já fez, já terminou e vai fazer o que não vai arrumar mais.

Entrevistador: É eu tive assim, que a gente costuma falar que é como se fosse uma qualificação né, pessoal fala ‘olha tá indo bem continua assim ou não deixa isso de lado’.

Entrevistado: Acho isso um ponto importante que foi colocar isso.

Entrevistador: Então foi nessa época que surgiu essa disciplina?

Entrevistado: Foi, a portaria didática da faculdade de ciências, nós participamos, o calendário da FC, portaria didática da FC, todos tínhamos docentes.

Entrevistador: Na comissão de reestruturação tinha algum aluno representando?

Entrevistado: Tinha, sempre tinha aluno né, só não ia as vezes é ... o aluno ele tinha o direito, é que as vezes o aluno também não ia.

Entrevistador: Mas eles tinham participação efetiva mesmo, de ajudar na escolha de ‘olha tá legal para reestruturação’?

Entrevistado: Tinha, tinha liberdade, quanto a isso sim, tinha liberdade, o aluno sempre teve, tanto é que tinham aqueles alunos que se envolviam mais né, se envolviam, estavam sempre junto ali com os professores e vendo e lendo, levavam pros alunos discutia, dava bastante opiniões e até boas opiniões.

Entrevistador: E qual foi objetivo dessa reestruturação de 1998?

Entrevistado: É... vamos pensar, em suprir, em termos de curso, esquecendo a legislação que tá, tem que estar dentro, atender a legislação, ali já era mais assim pra você suprir a necessidade do próprio graduando em Educação Física né e estabelecer relação do, das disciplinas, o seu conteúdo, a reflexão sobre tudo aquilo e desempenho dele lá fora, tá, então era bem assim, interligado, essa disciplina o conteúdo, as cunho pedagógico, as de cunho não pedagógico, posso ter só esportiva vamos chamar aqui e só a pedagógica, não vamos trabalhar assim né, junto e que aluno fosse, ele tivesse uma análise crítica, uma reflexão sobre tudo isso que ai ele podia lá fora, quando ele fosse trabalhar o mesmo nos estágios supervisionado ele tinha já em mente o que um licenciado em Educação Física, o que é um profissional em Educação Física e conhecimento específico na área né.

Entrevistador: Qual foi a legislação que, teve alguma legislação nessa época, qual foi?

Entrevistado: A de 1998, foi a LDB.

Entrevistador: A LDB de 1996?

Entrevistado: 1996 ou 1998, pera aí, final de 98.

Entrevistador: **De 98 é aquela que cria a profissão.**

Entrevistado: Ai não é LDB, é outra história, teve a LDB, ela traça as normas, então você tem que atender a LDB, tudo que você faz no curso, tá, eu posso, eu tenho uma liberdade de trabalhar com conteúdos né, atendendo toda aquela estrutura e posso trabalhar dentro, o que eu não posso é deixar de atender a LDB e as diretrizes curriculares do curso. Então a reestruturação de 90 foi pra atender a resolução de 87 do bacharelado e essa de 98 foi pra atender a LDB? Nós tínhamos um currículo que foi encampando pela UNESP.

Entrevistador: **Três anos né?**

Entrevistado: Nosso curso sempre foi de quatro, para atender a UNESP mesmo, a legislação da UNESP, dentro do que ela tinha um perfil de um curso de graduação.

Entrevistador: **E a reestruturação de 98 foi mais por conta dessa também?**

Entrevistado: Já aí nós já estávamos estruturados dentro das normas de UNESP e aí pra atender legislação, atender interesses, é, aprofundamento de área, atender o interesse naquele momento de como estava o curso, onde ela inserido que era a formação nesse curso.

Entrevistador: **E os objetivos foram alcançados com essa reestruturação de 98?**

Entrevistado: Me parece que sim, em relação assim, porque nós fazíamos também que tem todo um processo dentro do curso que é de avaliação docente, discente... é, o processo de o aluno, por exemplo se um aluno não ia mais no curso, porque? Ele desistiu do curso, então a gente tinha essa informação, porque que ele saiu? Entendeu? Não só, o aluno não saía e dizia eu saí, sempre teve né, “você saiu porque”? Né, vamos analisar pra ver o porquê, então foi

uma preocupação nossa, o nosso curso, a relação candidato vaga sempre foi só, a tendência foi só aumentando.

***Entrevistador:* Subindo com o passar dos anos?**

Entrevistado: Sempre, sempre e quando criou-se o curso noturno ele superou em questão de candidato vaga também, até a nossa expectativa.

***Entrevistador:* Ele começou em que ano a primeira turma?**

Entrevistado: Então eu quero lembrar aqui, eu estava até tentando lembrar que tô sem documentação nenhuma.

***Entrevistador:* Mas essa legislação de 98.**

Entrevistado: Depois nós fizemos currículo pro noturno

***Entrevistador:* Mas ela, a legislação criou também o currículo noturno?**

Entrevistado: Não, não, criou o curso noturno, ele atende a mesma legislação, a mesma norma do curso integral, ele não muda

***Entrevistador:* Sim, mas o que eu quero saber é se ela, a reestruturação mudou as disciplinas, mudou currículo?**

Entrevistado: Sim a terminologia, o currículo.

***Entrevistador:* E além disso ela também criou o curso noturno?**

Entrevistado: Foi depois disso, não foi em seguida, foi acho que uns dois anos depois, aí que foi uma exigência governamental para criação de ‘x’ por cento dos cursos da universidade que ela mantinha no integral ou no diurno teria que ter uma porcentagem no noturno de oferecimento e o nosso curso foi um dos que ‘não, nós vamos oferecer’ porque nós não éramos obrigados a oferecer, os cursos assim...dentre esse rol de cursos da Unesp, a Educação Física se propôs a montar curso noturno, que foi assim uma....imagina, já é um curso integral, um curso noturno porque era integral não era um curso diurno, era um curso integral, correu tudo normal, teve assim,

o curso noturno era de cinco anos, o integral de quatro, porque tinha só um período de aula porque a carga horária era a mesma, as disciplinas eram as mesmas, não existia diferenciação de curso

Entrevistador: Achei que o curso noturno ele fosse um dos pontos da reestruturação.

Entrevistado: Não, não,

Entrevistador: Muda-se o currículo, muda-se a carga horária...

Entrevistado: Não, tem a reestruturação normal como sempre acontece.

Entrevistador: A criação do curso noturno foi a parte dessa reestruturação?

Entrevistado: Após.

Entrevistador: Achei que tivesse sido como um dos pontos.

Entrevistado: Não, não tem, além não tem, ele foi.

Entrevistador: Foi um dos frutos mas não foi atendido na mesma reestruturação então, apesar de ele ser igual.

Entrevistado: A reestruturação não foi pensando em curso noturno, não existia o pensamento de curso noturno nas reestruturações, não existia ligação nenhuma depois de que estava tudo montado, tudo funcionando aí que chegou governamental um decreto que chegou pra UNESP pra que ela criasse os cursos noturnos, não só da Educação Física como muitos outros foram criados dentro da UNESP né, o currículo era o mesmo, tudo, não se mudava, não teve alteração nenhuma, a única alteração foi no oferecimento de disciplinas e o tempo de duração de curso que aí a integralização tem todo...

Entrevistador: O que de fato mudou depois da reestruturação de 98, disciplinas?

Entrevistado: Curso assim, completo pra um profissional da

Educação Física em termos de graduação.

Entrevistador: Qual diferença de fato desse currículo após 98 pro de 90?

Entrevistado: Ah mais abrangente né.

Entrevistador: Em relação a que? Formação do professor?

Entrevistado: Sim, a formação do aluno.

Entrevistador: No conteúdo?

Entrevistado: Sim em termos gerais, porque você trabalhava com outras, outros conteúdos também né, acrescentou-se conteúdo, tudo que acrescenta soma né.

Entrevistador: Aumentou-se conteúdos em relação a que?

Entrevistado: É, foram disciplinas criadas, que eu não vou lembrar aqui o nome de todas, mas foram ampliadas disciplinas porque atendia pra atender à necessidade daquele período, a necessidade do curso, pensando no que? Na formação do aluno, por isso que tinha essa comissão de estudos curriculares, ‘então o aluno precisa ter conhecimento disso’ porque, o que tá lá, os alunos chegam não primeiro ano e “aí porque eu vou aprender filosofia”? Que a história é sempre a mesma e isso, mas não ela faz parte, “porque eu vou aprender história” ahn? Então, porque estudar história da Educação Física, existe, existia eu acho que hoje não deve existir mais, alguns alunos, mas é que, é tudo, você pode ver, é uma linha que você segue, eu preciso disso, pra eu poder continuar, porque se eu não tenho essa base aqui.

Entrevistador: E teve dificuldade, conflito nesse processo dessa reestruturação? Entre comissão, conselho de curso?

Entrevistado: O conselho de curso e departamento, o curso e o departamento eles sempre foram alinhados, porque são pessoas diferentes que assume chefia e assume coordenação de curso cada

um com a tua autonomia de trabalho só que chefe de departamento ele controla todo departamento, uma autonomia um pouquinho maior, mas sempre foi bastante, foi alinhavado tudo nunca teve assim, problema, sempre trabalhou junto, alguns docentes é que não o concordavam talvez com uma disciplina ou quantidade de créditos ou conteúdos ou a próprio o texto legal, é porque tudo é no papel tá, então o texto legal eu corriji ‘ mas não eu não quero esse autor eu quero outro” então, são coisas mais, toda essa, essa desavença que tinha, discussão um pouco mais acirrada que teve nessa, nesse ano, mas foi tudo pra crescimento, todos cresceram.

Entrevistador: Nesse currículo a senhora me corrija se estiver errado, as disciplinas esportivas você podia, não era obrigado a fazer todas né, sei que tinha um pessoal que se formou uns anos antes de mim e que dizia “ah tal disciplina não fiz”.

Entrevistado: Eu não vou lembrar pra falar pra você, mas isso tem tudo documentado.

Entrevistador: Se não me engano era assim você tinha que fazer três coletivas e três individuais.

Entrevistado: Então eram oferecidas de seis a oito as individuais e as coletivas, o que tá na grade curricular, o aluno era obrigado a fazer no mínimo três coletivas e três individuais, três ou quatro, eu não vou lembrar agora em números tá, ou três ou quatro, acho que era quatro, ele tinha que pra ele concluir a grade curricular ele tinha que constar quatro disciplinas, não importa qual, o departamento sempre ofereceu bastante, como as optativas, ele tinha que cursar três optativas obrigatoriamente na grade curricular e nós oferecíamos umas quinze ou dezesseis optativas.

Entrevistador: No caso então, por exemplo eu poderia me formar sem ter feito natação?

Entrevistado: Sim.

***Entrevistador:* Não eram todas né?**

Entrevistado: Sim.

***Entrevistador:* E as práticas de ensino mudaram nessa reestruturação de 98?**

Entrevistado: então foi na de 98 que colocou todas aquelas, as práticas de ensino, como é que chama aqui, que foi dividido em ‘um’, ‘dois’, ‘três’, ‘quatro’, ‘cinco’ e ‘seis’, eram ‘seis’, em atividades corporais e um outro nome que eu não vou lembrar agora.

***Entrevistador:* Das seis eram pra escola?**

Entrevistado: Quatro pra escola e duas fora, e essas práticas eram interdisciplinares, aonde, por exemplo, uma das práticas lá não era da Educação [departamento] acho que era em projetos interdisciplinares que chamava, tinha uma coisa que chamava interdisciplinares, o que acontecia nessa prática, por exemplo, eu dava aula de ginástica artística, tá, o estágio do aluno aqui, pra essa prática interdisciplinar podia ser na ginástica.

***Entrevistador:* E seria como?**

Entrevistado: Adaptado.

***Entrevistador:* Não mas aonde, qual local?**

Entrevistado: Aí cada professor que.

***Entrevistador:* Você designava?**

Entrevistado: Eu, eu designava e eu que fazia esse controle, por exemplo, dentro da minha disciplina de ginástica eu tinha projeto lá com crianças, ferradura mirim, projeto de ginástica artística dentro da escola e tinha a escola também, que ele tinha que ir, por exemplo, eu trabalhava com a Educação Física escolar ‘um’ e ‘dois’, a ‘um’ que é a educação infantil, o que nós fazíamos com essa interdisciplinar, existe um raciocínio, o que fazia com essa

interdisciplinar, essa prática de ensino, vai, o que a Educação Física infantil tem? Aula dramatizada, aula historiada, o que fazia? O aluno montava e ia ficar lá na escola, lá na escolinha de educação infantil e eu acompanhava o aluno, eu tinha uma tabelinha, cada dia, ‘tal dia, tal aluno está em tal lugar’ eu ia lá e era avaliado. É cansativo, você entendeu, aqui é complicado porque você requer tempo pra tudo isso, você não tem só, o que é na Unesp? É o ensino, a pesquisa e a extensão, o curso nosso inicialmente, qual era o forte dele? A extensão.

Entrevistador: A extensão?

Entrevistado: Sempre foi o forte do curso, os professores.

Entrevistador: Então nesse projeto interdisciplinar poderia, ser feito o estágio na extensão?

Entrevistado: Sim

Entrevistador: E se por exemplo o aluno quisesse fazer estágio no interdisciplinar nesse caso em academias de musculação e ginástica?

Entrevistado: Então, nós tínhamos uma disciplina, técnicas alternativas, uma optativa, técnicas alternativas do trabalho corporal, daquele abrangente, técnicas alternativas do trabalho corporal, então eu poderia com esse professor aqui, ele te dava o caminho pra você fazer essa prática.

Entrevistador: E nessa prática, só uma dúvida, no meu caso por exemplo era assim, o estágio tinha um professor da disciplina ‘estágio em Educação Física fundamental I, aí a gente escolhe as escolas e o professor tentar ir na escola, nesse caso a prática de ensino era uma disciplina, no meu caso eram 8 créditos, desse 8 em dois eram aula normal.

Entrevistado: Esse também, ele era uma disciplina prática, ele não

tinha prática, não sei como tá o nome hoje, como é que você fala? A ‘um’, ‘dois’, ‘três’, ‘quatro’, ‘cinco’ e ‘seis’ eram iguaizinhas a essas aqui que eram na escola, era igual de dentro da escola, essa daqui funcionavam da mesma forma, só que aí eu podia fazer com a disciplina do curso.

Entrevistador: A senhora chegou a ser responsável por algumas dessas práticas de ensino, da disciplina eu quero dizer?

Entrevistado: Aqui não, prática de ensino na escola não, era professor da Educação [departamento] era professor do departamento de educação que acompanhava isso aqui, acho que até hoje.

Entrevistador: E da ‘cinco’ e ‘seis’?

Entrevistado: A que poderia ser tanto da prática de um professor da educação como os professores do curso.

Entrevistador: Deixa eu te perguntar, na extensão no caso tinha na universidade, os professores, os docentes davam aula na extensão?

Entrevistado: Olha...

Entrevistador: Como funcionava de fato?

Entrevistado: Então, tinha o professor ele monta, porque pra eu fazer uma extensão, eu preciso ter um projeto aprovado, tá, começa daí, o professor ele monta o projeto de extensão que ele vai criar, todo esse projeto ele tem uma burocracia enorme, passa em todos os lugares pra ele ser bonitinho aprovado [inaudível] pra você pedir bolsa. Pró-reitoria de extensão, pra sair a bolsa aqui então eu preciso ter todo aquele tramite burocrático pro projeto. O professor ele é o coordenador desse projeto, alguns professores atuavam vamos falar o português claro, com a mão na massa no projeto, outros ele atuava coordenando e tinha os alunos que desenvolviam, muitas vezes bolsistas da Proex que desenvolviam os projetos mas sempre sob a

supervisão do criador do projeto que é o professor coordenador do projeto entendi que poderia ser dentro do campus ou fora do campus uma das exigências da Proex pra você ter um projeto ele tinha que atender comunidade , comunidade de Bauru, então muitos projetos eles não eram, não recebiam bolsa, não eram aprovados pela Proex, porque? Porque eles deixavam de atender comunidade, ele tendia, um grupo seletivo, entendeu, um grupo seletivo, então “esse aqui Proex não” não é objetivo, o que é objetivo da UNESP, a UNESP é uma universidade pública e ela atende comunidade, então não tem porque o que eu fazer q não atenda a comunidade.

Entrevistador: E ainda e a extensão acabava servindo além do campo de aprendizado do aluno acabava sendo o campo de estágio?

Entrevistado: [Inaudível] Eu deixo mais forte aqui é a aprendizagem e o conhecimento do aluno quando ele se envolve com os projetos entendeu? Porque aqui o que faz o projeto, você tem, não ir só lá dar uma aula de ginástica e tal e chega lá as crianças vem e eu dou aula, não, você tá aprendendo, você tá lendo, tem discussão, entendeu? Tem as reuniões com os monitores, os bolsistas, então, ele se envolve totalmente né.

Entrevistador: Pra finalizar professora, o que a senhora pode destacar, das transformações curriculares de 90 e 98?

Entrevistado: Olha eu destaco que tanto uma como a outra, tanto a de 90 e a de 98 ela veio pra suprir uma necessidade do curso procurando a melhoria do ensino tá e ... ao meu ver conseguiu tanto é que sei lá se você for comparar todos o s curso né de Educação Física você vê que ele é bem consistente, essa consistência foi uma legado que ficou, tá uma consistência, uma união de disciplinas, tá, então esse é o legado que no momento, naqueles momentos dessas

reestruturações o departamento queria, os professores queriam e conseguiu, eu vejo, analisei muito currículo, tanto é dentro do próprio curso, você fazia muita prova de transferência né, então você analisa o currículo de todas as faculdade que o aluno tá trazendo, então você vê, graças a Deus, nós com todo esforço, com toda falta de material no início aquela loucura de se titular, tá, mas todo mundo acho que abraçou a causa, vestiu a camisa e a gente conseguiu ter um curso sólido.

Entrevistador: Realmente, até hoje.

Entrevistado: Que continue [risos].

Entrevistador: Não faz parte do objeto da pesquisa, mas, depois acho que em 2003, 2004, teve outra reestruturação que é do meu currículo que começou a vigorar a partir de 2006, a senhora também fez parte?

Entrevistado: Sim, eu saí de lá em 2010.

Entrevistador: E a legislação de 2002 e de 2003 que é aonde separa mesmo a formação do licenciado professor e do bacharel.

Entrevistado: Isso, eu estava agora falando eu lembrei, teve vários estudos também, tudo é feito com as comissões, com análise, com estudo e esse também, essa mudança, o que se pensava? Nós temos a licenciatura e temos o bacharelado, tá, qual seria a discussão na época? A maneira, fazia primeiro licenciatura depois faz opção, ou você começa bacharelado direto ou você na licenciatura até o fim, depois termina um e faz o outro, tá? Então, foi muito discutido essa situação, não, a gente faz as matérias, as básicas né, depois divide cada aluno vai pro seu canto e qual era a preocupação também na época, de que o aluno pudesse dar continuidade, entendeu, que ele fez a licenciatura e ele podia concluir também o bacharelado, porque pra você ver, nós estamos numa universidade pública, tá numa

universidade pública que a relação candidato vaga é grande, é difícil ter a vaga tá, então eu precisava pensar, como é que fazia isso, o aluno da licenciatura já vai para o bacharelado? Ele entra no bacharelado e termina o bacharelado ou faz licenciatura primeiro depois precisa esperar, aí precisaria de um novo vestibular, entendeu, são cursos diferentes, tá, hoje.

Entrevistador: Hoje é assim mesmo.

Entrevistado: É porque o bacharelado foi aonde fez toda aqueles estudos curriculares com as disciplinas né, algumas disciplinas não foi eu que acompanhei essa, esse, essa grade, essa reestruturação não, é, acho que eu devia estar em afastamento, o que, mas teve muito estudo das disciplinas, foi aonde colocou biológicas, né.

Entrevistador: O meu currículo não é de 98, é o de 2004, é 2004 que e a licenciatura, extinguiu a licenciatura plena né, então, eu sou formado eu não posso atuar fora da escola, a não ser que eu faça o bacharelado hoje, quem se formou até 2004.

Entrevistado: No meu caso eu também já era.

Entrevistador: Até 2004 se formou, aí depois veio essa que, eu acho que foi discutido entre 2009 e 2010 e começou a primeira turma em 2012.

Entrevistado: Eu não estava mais no departamento quando começou esse.

Entrevistador: Na reestruturações de 90 e 98 não houve nenhuma discussão para a criação do curso de bacharelado específico?

Entrevistado: Não porque a gente tava muito novo ainda no processo né, porque primeiro você precisar estar bem estruturado pra fazer outra, é o que nós fizemos, departamento fez uma época foi o curso de especialização, que montou mas depois ele, aí não deram continuidade, porque aí era uma outra comissão, né, do curso de

especialização teve algumas turmas e depois não se abriu mais vaga

Entrevistador: Teve dois ou três né?

Entrevistado: Sim, acho que sim, eu lembro que eu participei do primeiro, alguma coisa assim.

Entrevistador: No final de 99 pra 2000 né?

Entrevistado: É.

Entrevistador: Professora tem alguma coisa pra acrescentar?

Entrevistado: Não....sucesso pra você aí, que dê tudo certo, qualquer dúvida, é, o que eu aconselho, é que esses, assim termos de temporal, que depois você aposenta, você esquece até de data tá, você lembra do fato mas não lembra a data, o fato quando você começa você lembra, acaba lembrando né e que havendo necessidade, busque documento, pega na seção de graduação, a seção de graduação tem todo processo do curso, entendeu, pegando o processo do curso lá tem tudo, com as datas certinhas, todas as mudanças consta ali dentro, o processo que tá.

Entrevistador: Eu peguei mas eu tô sempre lendo, porque o que ajuda o ** deu bastante coisa, ele deu pra mim uns papeis da década de 90, bastante coisa que eu tô lendo, ele deu uma espécie de grade que ele falou que ele montou até com bacharelado, mas ele disse que não foi aprovado aí ele mostrou, e disse “isso aqui cara é um computador que você nunca viu na sua vida, tive que fazer ponto por ponto.**

Entrevistado: É, nos tínhamos, naquela época, nós não tínhamos infraestrutura.

Entrevistador: Ele comentou que o departamento começou dentro do banheiro.

Entrevistado: Dentro do banheiro, nossa salinha de professores era dentro o banheiro, fica de frente ao campo, ali era a sala dos

professores, nós não tínhamos, depois de um tempo é que nós conseguimos lá do lado do departamento de química, o departamento de Educação Física depois é construiu, muito tempo que construiu a praça de esporte, aí a praça de esporte quando foi construída aí que nós passamos pra lá, mas nós não tínhamos nada.

***Entrevistador:* Nem tinha o campo?**

Entrevistado: O campo sempre existiu, não tinha quadra coberta.

***Entrevistador:* A pista tinha?**

Entrevistado: Tinha muito mal feita mas tinha, mas tinha, mas a quadra, eram quatro quadras ao tempo.

***Entrevistador:* Ai fez o ginásio?**

Entrevistado: É aqui que foi montado o ginásio tá? Não tínhamos, aí depois construiu aquela sala, o departamento e aquelas salas, nós tínhamos aquela casinha que fica a Marli que a gente chama de casinha até hoje , a sala da Marli, acho que tá ainda lá, lá, era a casinha do zelador que tomava conta, então a gente não tinha, então você vê, um curso novo que conseguiu muitas coisas e gente deve até agradecer a participação de todos para isso porque se não fosse é, os próprios docentes do departamento todo envolvido de bota a mão na massa, nós não teríamos o que temos hoje e cada um buscou alguma coisa pra conseguir pro curso, a criação hoje, nós temos a piscina, nós não tínhamos a piscina, tem tudo certinho hoje, quantos laboratórios nós temos lá dentro, nós não tínhamos nenhum, quando o foi o primeiro foi longe, foi lá perto da rádio, não tinha assim, o departamento era aquele pedacinho ali que ficava os professor ali, daqui ia pra sala de aula e carregava o material, carregava se fosse usar um retro, o tal do retro levar no braço porque nós não tínhamos, depois não, aí já foi tendo os funcionários, tendo mais estrutura.

***Entrevistador:* Era terra ali?**

Entrevistado: A gente vinha lá, fazia aula, vinha com os carros saindo gente pela janela porque como você deixava um aluno a noite passar, nós tivemos sérios problemas nesse sentido, porque imagina um aluno sair da praça de esporte pra pegar um ônibus em frente ao campus onze horas da noite, dez pras onze da noite, cortando o mato, aí era aquele transtorno né, vinha até pendurado nos carros, era todo mundo, quem tinha com caçamba , montava todo mundo e ia, problema era acidente, essas coisas né, atravessava a rodovia, depois fez os viadutos.

***Entrevistador:* Não tinha o viaduto?**

Entrevistado: Aquele viaduto não tinha, aquele viaduto não tinha e aquele viaduto deu uma série de problemas pra nós.

***Entrevistador:* A senhora passou lá e viu como está agora? Você viu que tem agora, no meio do viaduto?**

Entrevistado: Vi, eu passei ultimamente lá.

***Entrevistador:* Agora colocaram placas no meio do viaduto, agora colocaram umas placas de concreto, então o aluno passa no meio e fica só uma faixa para o carro que vai.**

Entrevistado: Então, mas isso é segurança pro aluno né.

***Entrevistador:* Sem dúvida.**

Entrevistado: Segurança pro aluno.

***Entrevistador:* Fizeram agora, esse ano de 2015.**

Entrevistado: Mas essa é uma briga tão grande.

***Entrevistador:* A gente tá cansando de ouvir, o Milton era o que mais, acho que nos meus cinco anos de graduação.**

FIM

APÊNDICE

Roteiro de entrevista

Entrevista aos professores

ENTREVISTADO: Essa parte gravada depois você limpa o texto, porque a gente vai sair, porque tem perguntas que saem da pergunta em si, lembra algum detalhe.

ENTREVISTADOR: Ah, mas quanto mais falar melhor, porque no final das contas tudo acaba fazendo um sentido porque as vezes o senhor fala uma coisa que não tá está aqui no roteiro, mas que complementa uma fala de uma outra entrevista, uma coisa engraçada, mas o bate papo o senhor fica bem livre. Depois eu não coloco no nome né, a gente, a metodologia pede que a gente utilize professor A, B, C, justamente pra quem vai dar entrevista se sentir à vontade para falar mesmo né, pra ficar bem tranquilo...

ENTREVISTADO: Tudo bem.

ENTREVISTADOR: Então a primeira pergunta e praxe, nome idade e gênero?

ENTREVISTADO: É ***** **, 76 anos, bem vividos, já 52 anos de casados, bodas de ouro e mais dois anos completados agora no dia 20, ontem, não, agora dia 20 de setembro, mas 72 anos bem vividos e ainda continuamos na luta.

ENTREVISTADOR: Todos os dias né, professor qual sua formação no nível de graduação e pós-graduação?

ENTREVISTADO: Graduação licenciatura e técnico desportivo em 69, na ITE, quando reabriu o curso naquele período só tinha escola de Educação Física da USP e uma escola em São Carlos e reabriu Bauru, Bauru quando reabriu em 69 era terceira em três escolas no

estado de são Paulo, isso é em 69, porque ai em 70, 71 já foi pra cinquenta, sessenta escolas de Educação Física, abriu escola de Educação Física por atacado.

ENTREVISTADOR: Um ‘boom’ né.

ENTREVISTADO: E aí mestrado em educação motora em 94, muito embora no início, até a metade do curso era em filosofia da educação, na UNIMEP.

ENTREVISTADOR: Piracicaba?

ENTREVISTADO: Piracicaba, e aí, a partir da metade do curso, passou a educação motora, aí entraram pouquinhos professores mestre e doutor em Educação Física e aí mudou a nomenclatura, então concluímos o mestrado em educação motora em 94.

ENTREVISTADOR: Especialização o senhor chegou a fazer alguma, lato sensu?

ENTREVISTADO: É, em 74 Em 74 como professor é ... esse é, fugiu...tudo bem, eu fiz a especialização em ...técnico desportivo em 68, 69 foram oferecidos a disciplina basquetebol e voleibol, então eu concluí a licenciatura e o técnico desportivo em duas disciplinas, duas modalidades.

ENTREVISTADOR: O senhor ingressou na UNESP antes de ser encampado né, o senhor pode contar um pouquinho?

ENTREVISTADO: Eu ingressei em 74, eu tava lecionado, eu tinha parado com futebol no noroeste em 71, começo de 71 surgiu uma vaga de professor de Educação Física no Senai, comecei dar aula no Senai e pratica esportiva na faculdade odontologia na FOB da USP, professor período integral na fundação educacional de Bauru, aí eu me inscrevi, concurso de títulos e entrevista e eu fui chamado e aí eu comecei na Fundação Educacional de Bauru como, é... professor de práticas esportivas dá ...atividades física e práticas esportivas pro

pessoal da engenharia, da tecnologia e Ginástica feminina.

ENTREVISTADOR: Ginástica feminina?

ENTREVISTADO: Feminina, lecionei exercícios balanceados, com música, mais ainda bem que foi só um semestre e logo foi contratado uma professora e eu fiquei só na parte de pratica esportiva e condicionamento físico pros acadêmicos da faculdade de engenharia e tecnologia.

ENTREVISTADOR: Então quando o senhor entrou era FEB e depois em 85 que virou UB né?

ENTREVISTADO: É aí em 85, em 85 na fundação educacional de Bauru, surgiu o pedido, a ideia, da criação do curso de Educação Física em 85, os presidentes do luso, do tênis, nipo, de vários clubes, ele fizeram um pedido para abertura do curso de licenciatura em Educação Física uma vez que a instituição Toledo de ensino, o professor Mauro Toledo não quis reabri o curso e eles preparavam os atletas nas categorias infantil e até juvenil que defendiam a cidade em jogos regionais, jogos aberto, mas a partir do juvenil, os atletas chegando na idade de faculdade eles queriam fazer Educação Física pra seguir como técnico ou preparador físico e como não tinha curso eles estavam perdendo esses atletas, com dezesseis, dezessete anos tava já indo embora e aí surgiu essa ideia em 85 na fundação a qual a gente era responsável pelo departamento de esportes da fundação e aí concordamos com a abertura, nós éramos em três professores técnico desportivo o Caetano a professora **** e eu, isso no primeiro ano só três disciplinas na fase pratica desportiva, pegamos as disciplinas dos outros departamentos, da biologia, da psicologia, da parte de didática, enfim, da área humanas né e assim começou o curso, essa ideia, começamos elaborar o currículo e quando o inicio da Educação Física realmente foi na UB que já tinha sido incorporada em 86 pela

Universidade de Bauru, foi quando surgiu o curso de Educação Física hoje que é da UNESP, aí na UB em 86, 87, 88 foi incorporado, sem bem que incorporação de direito foi em agosto de 88, mas a partir de início de 88 os alunos passaram a não pagar mais o curso então, a partir de 88 já começou pela UNESP.

ENTREVISTADOR: Então o senhor na verdade foi, fez parte da gênese do curso de Educação Física, o senhor ajudou a criar o curso?

ENTREVISTADO: Certo, foi o início, nós tivemos essa oportunidade da contratação dos professores de Educação Física até 86, 87, 88 e então e aí começamos a contratar por sinal, aquele tempo, era concurso de títulos, entrevista e foram pegos os melhores, foram contratados os melhores professores de prática esportiva, aqueles que realmente, falava pro aluno “é assim que faz, pode fazer assim que dá certo” e demonstrava e executava e assim foi na área, na disciplinas de basquete, voleibol, handebol, atletismo, natação, musculação, foram os especialistas na época do como fazer, da execução, da execução

ENTREVISTADOR: Então do ano que o senhor ingressou na UNESP, na verdade UB, já tinha especialização da época da ITE né?

ENTREVISTADO: Já tinha especialização em basquete e voleibol, muito embora eu não trabalhei nunca com basquete. Basquete e voleibol eu trabalhei na época do Senai, que aí era professor de Educação Física que fazia e mexia com tudo a gente iniciava até o ano, com parte de atletismo, o correr, saltar e arremessar, é a modalidade, e a disciplina que prepara o ser humano, a base pras outras disciplinas e aí depois passávamos pra Ginástica geral aí a Ginástica de solo, como a agilidade, destreza, equilíbrio e aí entrava

nas disciplinas, práticas esportivas começando com handebol que era uma iniciação pro basquete, que motivava né os alunos, queriam fazer gol e no handebol dava essa oportunidade, aí entrava no basquetebol na sequência, vinha o voleibol e concluía com futebol de salão que todo garoto sabe jogar, adora jogar e conhece então concluía o semestre, o ano com as competições esportivas na modalidade futebol de salão e assim eu utilizei bastante o título de especialização em basquete e voleibol concluindo com as outras.

ENTREVISTADOR: O senhor fez o mestrado e senhor já estava na UNESP né?

ENTREVISTADO: O mestrado sim, quando foi incorporado e aí em 88 eu iniciei o mestrado eu tentei na USP em São Paulo e não consegui, na UNICAMP tinha que ter um projeto já em andamento e gente tava naquela fase, a gente era um professor prático, nas disciplinas que lecionava e eu iniciei em 88 é... dando as disciplinas que eu lecionava no curso de licenciatura, Ginástica geral, ginástica pra escola, fora da escola é...e o futebol, campo salão e soçaita e além disso eu tinha serviço de extensão a comunidade, o professor universitário, docência, o ensino, pesquisa e a extensão e a minha extensão eu tinha três projetos, por sinal trabalhei mais de dez anos nesses projetos, é ...era através do futebol como prática, iniciação esportiva e educação, mudanças de comportamento através da pratica esportiva do futebol pra crianças ... de sete a quatorze anos, então pra mim, foram os meus laboratórios de motricidade humana, eu trabalhei, tive oportunidade de trabalhar em três projetos distintos, classe média alta, da sociedade no Bauru tênis clube, classe média baixa na UNESP, servia o geisel, redentor, Jardim Nicéia e tive oportunidade de trabalhar com os excluídos, com a garotada de rua, através do instituto social São Cristóvão então ter níveis diferentes e

aquilo me dava condições de chegar pros alunos e falar “ você vai dar aula no colégio são Jose? Você tem que trabalhar dessa maneira que dá certo, você vai trabalhar numa periferia [minha esposa, Pedro prazer...tudo bem?]você vai trabalhar numa periferia já...e se você for trabalhar num instituto com a garotada de rua é única oportunidade que eles tem de falar ‘ eu venci’ e no jogo” então aquele regulamento, aquela estratégia, aquela metodologia utilizada num BTC, num colégio são Jose ou numa UNESP no instituto não funciona, não dá certo, clientelas diferentes, é outro contexto social que tem fazer uma adaptação, netão é um grade erro que eu vejo de muitos professores de Educação Física que tem um ...um método de trabalho, uma metodologia de ensino, ele querer ser bem sucedido com aquela metodologia em campos distintos, diferentes né, então eu achava formidável e a partir dali no curso de Educação Física é...eu utilizava os alunos no meu projeto de Educação Física que tinha na UNESP, eu já separava os alunos tanto a parte masculina como a feminina pra fazer o trabalho, separa um grupo, os alunos de sete, oito anos dava um grupinho de três e quatro pra desde do início como é que deveria se proceder, nove e dez anos a diferença que existia em parte de números de alunos por equipe, espaço a ser explorado o tamanho da trave, o peso da bola, o tempo de duração e as variações então, esse projeto....meu laboratório de motricidade humana e nesse instituto social são Cristóvão é no BTC eu chegava a tirar garoto da pratica esportiva um minuto, dois minutos, três minutos fora do jogo, na UNESP a mesma coisa e no instituto como é que eu vou tirar um aluno do jogo sendo que e a única oportunidade que eu tinha de mudar comportamento, era ele participando do jogo, então lá por exemplo, no tênis, UNESP cartão amarelo e primeiro e segundo maior tempo fora, no instituto um

cartão amarelo, no segundo cartão amarelo era uma penalidade máxima contra a equipe, eu punia todos por causa de um, eu jogava aqueles garotos, mais espertos, mais fortes contra o infrator, aí ele era pressionado ‘ se você fizer eu vou te bater lá rua, tal, tal, tal’” a disciplina era melhor por incrível que pareça por causa do regulamento e de certas estratégias que a gente utilizava a disciplina, na pratica esportiva no instituto era melhor as vezes do que disciplina na UNESP ou no tênis, então foi uma experiência muito válida tanto é que eu iniciei um doutorado eu ia fazer um estudo comparativo dessa três clientelas eu não concluí, ficou por que eu me aposentei mas ia dar um estudo comparativo bom em termos de resistência, em termos de habilidade, me termos de comportamento e interessante, mas a pratica esportiva, a Educação Física que por sinal depois mudou na nomenclatura, ciência da motricidade virou e é uma ciência, eu pra mim e a única disciplina que numa escola, consegue quase a educação quase que integral do aluno, trabalha o corpo, mas o corpo trabalha porque obedece um estímulo do sistema nervoso central, da cabeça, trabalhar a cabeça, trabalha a emoção, trabalha o social, a vivencia em grupo que disciplina que consegue esse trabalho geral? Enquadrar tudo isso, então o poder do professor de Educação Física numa escola como educador, como início de pratica esportiva é fundamental, a gente sente que o profissional da Educação Física não e valorizado como deveria ser e até essa mudança de currículo que é uma das questões ai, nós fazíamos, fazíamos, fazíamos, ai passou a estudar o porquê fazer, quais objetivos é ... nós com a nossa pratica sem pesquisar nos tínhamos o nosso conceito, a gente já falava aqui o nosso clima, a nossa cidade nosso estado, faz assim que dá certo, agora na medida que eu comecei pesquisar muitas coisas eu vi que aquilo que dava certo lá

fora de acordo com aqueles que escreveram e pesquisaram já não funcionava aqui, tinha que fazer uma pequena adaptação, eu não sei agora esse equilíbrio se deu certo.

ENTREVISTADOR: Entre a teoria e a prática?

ENTREVISTADO: Entre aquela turma que fazia naquela licenciatura e técnico desportivo, ele atuando numa escola se ta dando certo agora com essa nova geração de professores de Educação Física, não sei cara, eu tô por fora, eu fazem doze anos que eu me aposentei, doze anos, muito embora eu me aposentei em julho de 2003 de em outubro eu comecei um projeto é, trabalhar com terceira idade, até então eu tinha trabalhado com criança, com adolescente, com jovem, com adultos e não tinha trabalhado com terceira idade e então numa pastoral de saúde numa igreja fui convidado a fazer parte e trabalhar com terceira idade e ver até que ponto atividade física ia interferir na saúde e ai eu comecei, eu comecei esse trabalho em outubro de 2003 e outubro agora do mês que vem vai fazer doze anos, e eu comecei numa igreja com trabalho voluntario em parceria com posto saúde da vila cardia pra ver, acompanhar, a saúde dos participantes e ai a pastoral da saúde da aparecida ficou sabendo convidou e fui pra aparecida já em 2004, ai surgiu uma terceira igreja, uma quarta uma quinta, uma sexta, eu tava dando mais aula nesse projeto do que quando eu tava na UNESP e esse projeto continua até hoje, ainda hoje segunda feira eu dei aula na aparecida é das 8:30 as 9:20 eu tenho cinquenta minutos cuidando da saúde, claro que a gente tem a oportunidade de conversar com eles, que é importante o movimento, lógico, não existe corpo fortalecido sem movimento, sem ação, nosso corpo é uma máquina perfeitíssima, mas ele precisa de movimento, as qualidades física, você adquire, você faz a movimentação através, você faz a conservação através da movimentação não é, mas na

nossa faixa etária respeitando nossos limites, nós temos que seguir uma alimentação saudável, qualidade de vida e enfim a gente tem a oportunidade de orientar, o que eu sinto da clientela de um modo geral que faltou, é o problema ano país, falta no país educação, mudança de comportamento em tudo, não é, mas então eu tô na ativa, até hoje 76 anos.

ENTREVISTADOR: Aposentado mesmo o senhor não está?

ENTREVISTADO: Não, aposentado, só na carteira funcional, como aposentado, mas com essa atividade e isso ...eu me sinto muito bem, eu tenho oportunidade porque eu faço toda aula, os cinquenta minutos eles me acompanham, é diferente, então eu falo pra eles, aqui eu observo o todo, não vou corrigir ninguém, não vou chamar a atenção de ninguém afinal de contas nós estamos na terceira idade já passamos da fase de ser chamado atenção ser advertido, se fosse numa escola, metodologia não seria essa, seria outra claro, tá, eu iria corrigir, pressionar, exigir, pá pá pá, então talvez eles gostem pra isso, “vocês fiquem a vontade, comecem a fazer, se quiser sentar senta, cansou pára, qualquer desconforto não fora a natureza e liberdade” e nessa liberdade todos participam e a gente procura, seguir a orientação dos cardiologistas aí, não ultrapassar a frequência cardíaca acima de 195 menos a idade né, então trabalha em torno de 110 a 120 em doses homeopáticas, senão fizer bem, mal não faz.

ENTREVISTADOR: Professor o senhor falou do seu mestrado, o que eu queria saber é se depois que a UB foi incorporada a UNESP houve uma certa política, uma certa pressão pra que os professores obtivessem o título de mestre e doutor?

ENTREVISTADO: Perfeitamente, a UNESP na incorporação em 88 ela deu cinco anos de prazo, pros professores da fundação obterem a titulação, titulação mínima de mestre, porque a carreira universitária

numa universidade pública começa com mestrado, a partir daí vai até o livre docente, o titular que no nosso caso Educação Física acho que é só o professor Mauro.

ENTREVISTADOR: Acho que nem ele, ele é livre docente.

ENTREVISTADO: Ah livre docente, ainda não é titular.

ENTREVISTADOR: Não porque titular é cargo né, tem que abrir a vaga né a livre docência não.

ENTREVISTADO: É, mas e aí então os professores de um modo geral saíram procurando o mestrado e nós os professores de Educação Física na época o *****, professora *****, o Caetano, eu, aí nós fomos pra UNIMEP, foi a professora ***** e depois teve, então todo mundo, a preocupação era o mestrado, mestrado, mestrado e a UNESP pressionando e o prazo terminando, a UNESP prorrogou um ano, dois anos e tal e eu sei dizer que eu conclui em 94 e aí foi aquela oportunidade da maioria dos professores da fundação, da UNESP já ter o título de mestre e já passando pra o início de doutorado, pós doutorado e aí foi no crescente.

ENTREVISTADOR: No caso a categoria do senhor era o TED né?

ENTREVISTADO: TED, técnico especializado em docência, mudou essa nomenclatura porque o nosso regime de trabalho na fundação, 40 horas, era 20 a 30 horas – aula e 10 de permanência, então era período integral, o nosso vencimento com título de mestre era aquém, era aquém do nosso, salário então foi mudado essa nomenclatura, técnico especializado em docência mantendo aquele vencimento, foi uma fase de adaptação, de mudanças.

ENTREVISTADOR: No caso se alguém, no caso dos TED's que não conseguissem obter o título dentro desse prazo, tinha alguma advertência, havia alguma?

ENTREVISTADO: Teve professores que foram demitido, exonerados, exonerados, mas eram CLTista, entraram na justiça aí tem uma briga até hoje.

ENTREVISTADOR: O senhor era autárquico?

ENTREVISTADO: Autárquico, eu permaneço como autárquico

ENTREVISTADOR: Nessa época do mestrado, o senhor, Caetano, *, pra fazer o mestrado havia um afastamento integral ou continuava trabalhando normal?**

ENTREVISTADO: Alguns professores conseguiram afastamento parcial e teve depois de professores que conseguiram afastamento total, só pra titulação, principalmente pra doutor depois, mas como é meu caso tava falando eu tinha disciplina no curso de licenciatura é... eu tinha disciplina de ginástica geral que era Ginástica na escola trabalhava com os métodos da Educação Física e fora da escola nos grupos que trabalhavam os sistemas de condicionamento, circuito, interval, fartlek, cross country por aí afora, eu tinha futebol campo e salão que continuava dando aula e eu tinha os meus projetos de extensão a comunidade, é ...eu tinha um trabalho no tênis, então essa escolinha que eu tinha na UNESP, ‘a escola vem a UNESP’ a praça de esportes da UNESP, eu achava formidável, era um clube que a universidade oferecia a comunidade, aquela garotada que não tinha possibilidade de pagar, ser sócio de um clube, era o clube deles era a UNESP, então sábado e domingo era uma festa, uma maravilha e a disciplina era mantido porque falava se tiver briga, se tiver roubo, se tiver confusão acaba o clube de vocês, o clube vai continuar, a escolinha de futebol vai continuar se vocês me respeitarem, respeitar o próximo, tá tudo certo, então vocês, vai depender de vocês, se vocês ajudarem” uma maravilha, no começo muito roubo de chinelo, passe e trocadinho, moeda aí na hora que esclareceu, que foi

colocado um regulamento, funcionou que era uma maravilha, então era um clube, a gente olhava, tinha muita gente que via aquela procissão que vinha do Geisel, redentor no sábado e domingo pra UNESP “mas o que tá acontecendo lá?” era a escolinha, era pratica esportiva que tinha e além e aí no clube, no BTC, Bauru tênis clube, pra mim continuar meu projeto, pela amizade que eu tinha com os diretores e com os pais dos alunos eu não podia desempenhar uma atividade fora da UNESP, eu era período integral, eu não podia ter outro vínculo empregatício eu não recebia do BTC, eu passei tocar serviço, eu prestava serviço pro BTC e o BTC cedia as piscinas pras aulas de natação do curso de Educação Física da UNESP, a UNESP não pagava pros alunos fazerem natação em troca do meu serviço, e aí, mais tarde quando eu pensei em fazer um estudo comparativo com três categorias distintas, média alta, média baixa e os excluídos, eu comecei a prestar serviço no instituto social São Cristóvão daí igreja aqui de São Cristóvão, jardim américa, ali tinha um instituto, funciona até hoje mas não na igreja, funciona já numa casa mais embaixo com verba que veio da Alemanha e então eu não tive afastamento, a minha preocupação, tanto é que tem uma pergunta do meu envolvimento nessa mudança curricular, a minha preocupação nesse período era com titulação, mestrado, era com as minhas disciplinas que eu fazia questão de toda aula o aluno sair com conteúdo, acrescentar alguma coisa, falar “não, valeu a pena eu assistir aula que eu aprendi, um pouquinho” então eu preparava bem as aulas, modéstia à parte, eram preparadas e esse serviço e esse serviço de extensão, então era o mestrado, era docência, a pesquisa, à docência e a extensão, eu continuei período todo desenvolvendo.

ENTREVISTADOR: O senhor viajava, dava aula na extensão, dava aula na UNESP, fazia tudo durante a semana?

ENTREVISTADO: Fazia tudo simultaneamente durante a semana.

ENTREVISTADOR: **Então o senhor não teve nenhum tipo de afastamento, nem parcial nem integral?**

ENTREVISTADO: Não, nem parcial nem integral, fui diretor de esportes da fundação educacional de 74 quando entrei até 85 quando funcionou como fundação eu fui coordenador de curso, chefe de departamento em 85, 86, 87 sem vencimentos nenhum, quando foi incorporado que passou a receber eu como não tinha titulação eu deixei a chefia do departamento [risos] de Educação Física coordenadoria do curso, aí passou a ter chefe de departamento, coordenador de curso.

ENTREVISTADOR: **Cargos distintos?**

ENTREVISTADO: Eu fazia através de portaria que eu tenho nos meus arquivos, me colocando como coordenador e chefe de departamento, mas valeu a experiência.

ENTREVISTADOR: **Então na UNESP o senhor trabalhou de 88 até 2003?**

ENTREVISTADO: Na UNESP de 88 a 2003

ENTREVISTADOR: **Quinze anos, só de UNESP?**

ENTREVISTADO: Foram quatorze anos porque eu parei um período, de 99 a 2000. Eu me aposentei, a UNESP tava obrigando o doutorado e eu tava com dificuldade de concluir esse doutorado por causa da docência eu não tive afastamento.

ENTREVISTADOR: **Também no doutorado?**

ENTREVISTADO: Também não, também não, então como eu já tinha em ... 98 já tinha trinta e nove anos de contribuição e já tava com 59 anos pra 60 de idade aí pedi aposentadoria, mas na mudança de função de autárquico aí exigiam 5 anos na função pra poder aposentar como eu autárquico, mas eu entrei na justiça e eu ganhei

saiu minha aposentadoria através de uma liminar aí fiquei aposentado 99 e 2000, no julgamento do mérito da questão é caiu com juiz lá de são Paulo da primeira nona vara, os professores que foram julgados na primeira vara foram reconduzidos, cassaram a aposentadoria e os professores da segunda vara a nona vara permaneceram, então por esse motivo eu fiquei parado, 99 e 2000, 2001 eu voltei a dar aula, minha aula na no curso de Educação Física era na sexta feira das 14 às 18, sábado das 8 ao meio dia, horário que me arrumaram, no sábado a frequência era 100 por cento, todos os alunos presentes 8 horas da manhã, quatro aulas seguidas, então pra mim foi uma vitória, foi uma vitória e ai ainda, eu tive uma disciplina em projetos de monografia de conclusão de curso, coordenei essa disciplina, ano 2001 e 2002 mais essa disciplina que eu nunca tinha visto, nunca tinha visto, passei a desenvolver essa disciplina e organizar todas as defesa da apresentação dos projetos então foi uma experiência muito válida, aí me aposentei em julho de 2003 definitivo, aposentadoria e aí comecei esse trabalho de extensão fora, hoje eu tô com seis netos e o pessoal pergunta pra mim “o Gualberto o que você faz hoje e eu falo, tenho um projeto de extensão a comunidade, trabalho voluntario na parte da manhã e na parte da tarde eu sou votorista, sou motorista dos netos, sou motorista dos netos” as filhas trabalham então quando as vezes viajam pra são Paulo a trabalho pra campinas eu, a gente dá uma retaguarda.

ENTREVISTADOR: Professor entrando um pouquinho no processo da reestruturação é teve uma mudança de currículo, reestruturação em 1990 que daí foi quando, porque em 87 teve aquela lei que criou o bacharelado.

ENTREVISTADO: É, é, é... em 86 final de 86 primeiro ano de

Educação Física ou começo de 87 saiu uma reestruturação dizendo que a partir de 90 o currículo mínimo seria em quatro anos aí já começamos a pensar em mudança de currículo né, essa reestruturação e nesse período, já tinha uns mestres que já tinham sido contratados, já tinha a chefia de departamento com título de mestre e doutor e então houve uma mudança e aí foram feitos as comissões, o corpo docente reunindo, corpo discente participando.

ENTREVISTADOR: Então eu queria saber mesmo como foi o envolvimento do senhor dessa transformação do currículo, dessa mudança do currículo?

ENTREVISTADO: Então, essa mudança de currículo eu realmente não tive muita participação, poucas reuniões eu pude participar, eu tive tempo disponível com as disciplinas que eu lecionava, com o mestrado que eu tava fazendo, com os projetos de extensão, três projetos de extensão a comunidade , realmente não me sobrava tempo pra poder, as reuniões, pra participar, eu ainda brincava, e falava deixa vocês, os jovens, os mais novos, título de mestre partindo pra doutorado, cabeça mais fresca, já fizeram já um curso de licenciatura já com pequenas mudanças então voes estão mais, atribui mais aulas pra nós os veteranos, então os veteranos queriam dar aula, era técnico especializado em docência , ta ali pra dar aula, prestar serviço ou fazer, fazer, fazer, muito embora, eu tive oportunidade de fazer na minha disciplina, essa parte pratica mas fazer um questionamento é... do porquê fazer, quais os objetivos atingir, quando fazer, como fazer, não é, e fazia isso, esse questionamento em sala de aula e depois eu tinha oportunidade de pegar esses alunos no meu projeto e levar e fazer eles porem a mão na massa, executarem e depois na conclusão, eram quatro horas seguidas você tinha que fazer alguma coisa meio diferente porque

ninguém aguenta, quatro horas seguidas, “ vamos sentar e agora discutir aquilo que foi colocado na sala de aula, aquilo que nós colocamos na pratica, aqueles objetivos, que propostos que a gente é ... dizia a serem alcançados, enfim foram alcançados? Ou só foi o trabalho do corpo? Trabalhou a parte cognitiva, trabalhou, a parte afetiva, não teve garoto que chorou, não teve garoto que brigou não teve garoto que foi excluído, hein? A vivencia no plano social foi boa?” Não é, enfim, discutíamos esse aspecto, físico, cognitivo, afetivo e o social, essa discussão que acredito que é mantida até hoje e que é objeto de estudo da Educação Física o ser humano em movimento e o que alterou esse movimento não é, o que alterou ou não alterou? um questionamento, a pratica, a Educação Física, a ciência da motricidade humana eu acho formidável, eu sou um fã do curso de Educação Física, eu já falei pra muitos médicos que eu não trocaria nunca minha profissão pela profissão deles, eu falei “ na minha profissão, só vem gente saudável, sorrindo, querendo participar, querendo jogar, querendo extravasar, querendo agredir no bom sentido, na profissão de vocês só vem gente doente e volta as vezes pra reclamar quando não deu certo o medicamento, quando dá certo não volta pra falar : “ó joia deu certo tô bom” nas nossa aulas só gente boa vendendo saúde , alegria, deixa a gente sempre jovem, sempre jovem e oportunidade apesar que na prática esportiva da turma da engenharia é a gente tinha que motivá-los então eu “ nível universitário eu não vou por vocês pra correr aí fazer um condicionamento físico” eu dava um condicionamento físico naquela praça de esportes lá pros universitários, era uma volta de mil metros, cardiovascular, perna, ai depois punha barra força, abdominal, apoio de frente ao solo, fazia um circuito, fazia três voltas dessa e aí via frequência cardíaca tal, fazia uma avaliação

falava “olha seu coração já tá de pessoa de 40, 50 anos, você quando tiver 30, 40 anos você tá safenado, você tá infartado”, isso na fundação “você tá pagando e eu tô recebendo, você quer presença? A presença tá aqui, você tá me dando de oportunidade de eu ganhar dinheiro e eu cuidar da minha saúde eu vou fazer e você vão atrás de mim e eu vou fazendo minha movimentação” chegava no futebol, tal, e via a frequência cardíaca daquela juventude e falava “entre muito fraca, fraca, razoável e boa e excelente na classificação da aptidão física o pessoal de vinte anos tá enquadrado entre fraca e razoável, se com vinte anos você estão nessa, enquadrado nessa categoria, com trinta, quarenta anos você estão safenado, você estão infartado, então ainda bem que você são nível universitário, dono do saber, dono do saber, então vai, continua essa vida sedentária, essas noitadas, partindo” cheguei a falar pra muita gente, falei assim “olha tem muitos pais”, isso já falava, isso na década de 80 “tem muitos pais que se pudessem voltar atrás e falar, tem muitos pais que se pudesse voltar a atrás e ter o filho em casa sem diploma mas sem vício nenhum, a maioria dos pais não ia pensar duas vezes”, então aquele garoto que saiu de casa de repente liberdade total, republicas, republicas quantos interep, quantas competições eu fiz, interep não de bebidas, de prática esportiva, competição, futebol, futebol de salão e tinha os universitários que entrava ligado e do jeito que entrava na quadra entrava por um portão já abria outro portão e punha pra fora, punha pra fora, regime duro, disciplina, cidadania, você tem direito tem, mas você tem deveres então essa pratica esportiva, Educação Física, você e da motricidade é a ferramenta que tem pra moldar, pra formar o ser humano é impressionante e principalmente a criança, o adolescente que tá na fase mas a gente vê como não tá sendo aproveitado esse

campo que a gente tem pra fazer essa mudança de comportamento.

ENTREVISTADOR: Professor o senhor falou de comissão ... pra montar a reestruturação do curso, do currículo lá que começou em 90, houve uma comissão de professores que ficou responsável?

ENTREVISTADO: É, os professores se reuniam tinham o chefe de departamento na época, senão me engano a professora Mara, então, marcavam as reuniões do docente pra estudo da mudança de currículo e abriu essa liberdade tanto é que eu dei algum recorte pra você, alguma coisa aí que vai ter oportunidade de ver que os discentes tiveram oportunidade, tiveram oportunidade de dar o parecer de trocar ideia, liberdade.

ENTREVISTADOR: Eles participaram?

ENTREVISTADO: Participaram, senão não participaram mais é porque não houve interesse, interesse, houve interesse, o departamento abriu a possibilidade, essa possibilidade do corpo discente tomar partido, opinar não com direito a decisão não é, mas de opinar, acompanhar as reuniões, participar sim

ENTREVISTADOR: O senhor se recorda qual era o objetivo principal maior dessa reestruturação de 1990?

ENTREVISTADO: Era o estudo do ser humano em movimento, um produção científica, tinha que produzir cientificamente, produzir, escrever, projeto e tal, mas a respeito desse projeto, eu quando, isso uma parte, uma parte é numa reunião com padre da São Sebastião, Padre Jesus um espanhol falecido, um padre espetacular, então eu me aposentei e aí em outubro num quinta feira, numa reunião com senhoras das congregações e falando a respeito do pensamento da igreja na pastoral da saúde de trabalhar com terceira idade e em parceria com posto de saúde da vila cardia que tinha maioria, grande

porcentagem dos frequentadores da igreja terceira idade, então se preocupar também com saudade deles não só do espiritual, saúde corporal, que eu achava? Formidável, excelente, tem que orientar, tem que educar, o posto de saúde se colocando à disposição, fazendo os exames, questionário, ver o medicamento, ver se abaixo e já baixou...então eu falei assim” eu concordo, eu me aposentei, vou desenvolver esse trabalho voluntariamente, vai ser meu gesto concreto, só rezar, assistir missa, rezar isso qualquer um faz, então vamos fazer alguma coisa em benefício”, uma quinta feira: “eu concordo com uma condição, que condição? Terça feira, eu começo as aulas do projeto atividade física para uma terceira idade mais saudável” aí assustaram, isso era em outubro: “ não estamos pensando esse final de ano nos vamos elaborar o projeto e o ano que vem nós começamos o projeto” e eu falei: “ olha eu tô me aposentando de um órgão público que de projeto de papel eu não aguento mais, não aguento mais, viu, no departamento é o que mais tem, eu apresento depois a justificativa do projeto, eu apresento os objetivos a atingir, eu apresento conteúdo a ser desenvolvido, eu apresento os dias que serão desenvolvidos, o horário e a clientela , eu monto um projetinho bonito e trago aqui, avisa na missa de sábado e domingo que terça feira oito horas da manhã começa um projeto atividade física com a terceira mais saudável, com professor ***** , aposentado da UNESP” terça feira na primeira aula eu tinha vinte e uma pessoas, vinte um e o mês que vem vai fazer doze anos e de uma igreja eu passei a seis hoje eu tô com quatro.

ENTREVISTADOR: O senhor, desse objetivo que o senhor falou, do conhecimento científico, produção ...

ENTREVISTADO: De saber, porque eles diziam que antes era Educação Física quando começou advertência execução era

demonstração e comando, então ... a pessoa tem que saber o porquê e mais um profissional da área ele tem que ter conhecimento que de todo o seu alcance, da aplicação do seu movimento e o alcance do ser humano essa clientela é adequada, atinge os objetivos do corpo do cabeça, o lado social que ... então tem uma série de questionamentos que antigamente não se fazia, era o simples, executar e executar, o como o como e o porquê, os questionamentos não tinham, então, hoje em dia, um mestre, um doutor ele tem que se ele não convencer o praticante através dos gesto, através do movimento pelo menos teoricamente ele tem conhecimento pra motiva-los, a fazer a prática né, ver que ele tá certo, que justifica aquilo que ele tá falando.

ENTREVISTADOR: O senhor acha que, esse objetivo foi atingido com a mudança curricular de 90?

ENTREVISTADO: Então, esse que é meu, eu não sei como é que, eu nunca dei aula, em escola, regular de ensino, primeiro grau, educação básica, eu dei aula no Senai, na clientela de ... eu dei aula no Senai que era aquela clientela de dezesseis, a dezenove anos, fase, os jovens, eu dei aula em escolinha de futebol, eu fundei as escolinhas de futebol em Bauru em 82 quando fui diretor municipal de esportes, depois teve esse projetos não é, então sempre, sempre fazendo, fazendo, essa pergunta?

ENTREVISTADOR: Se os objetivos dessa mudança curricular foram de fato ...

ENTREVISTADO: Ah sim, sim, então, e aí com essa reestruturação, com essa mudança, eu tô afastado doze anos então eu não sei, eu não posso te garantir se esses que formaram nessa reestruturação, se atingiram pelo menos a produção científica, tão escrevendo, se tem uma produção boa, se tem, se fizeram já, uma grande parte um

mestrado, doutorado, pós doutorado, e se na escola o que mudou na escola, se realmente levaram isso pra escola, porque o que eu percebo é uma Educação Física na escola, uma Educação Física falida, infelizmente, infelizmente, no Senai eu dava aula de segunda a sexta, sábado e domingo era o clube, era só competição, era aqueles alunos que também eram aprendizagem mão de obra especializada pra em indústria que não tinham oportunidade de ser sócio de um luso, de um tênis, o Senai virou-se clube, então tinha um assistente social que fazia programação de salão, musica, dancinha, jogos intelectivos e eu na quadra fazendo as competições da modalidade que eu tava desenvolvendo, no Senai eu tinha um programa e tinha um planejamento, eu tinha todas as aula no planejamento e vinha um supervisor de são Paulo quando vinha, ele passava na secretaria da escola pegava o meu planejamento e ia na quadra ver a atividade que eu tava desenvolvendo na quadra se tava batendo com o planejamento feito através do programa de ensino em Educação Física do Senai, olha, Senai e uma escola espetacular, o professor, os batíamos relógio ponto, não era só os alunos que batiam ponto e só os funcionários, os professores o professore que chegasse com tempo mínimo de antecedência da aula até cinco minutos tudo bem, menos de cinco minutos do início da aula, a primeira vez era advertido verbalmente pelo diretor, a segunda vez era avertido através de um memorando, a terceira vez era suspenso, professor, relógio ponto, terminava a aula ele também não podia ficar mais que trinta minutos na escola, até trinta minutos ele podia ficar, porque terminou a aula, missão cumprida vai embora, não tem mais nada que ficar aqui, então o Senai, todo o curso de aperfeiçoamento de extensão universitária, que você ia fazer em são Paulo com diária paga, hotel, uns cursos espetaculares, todo ano,

exigia mas, dava, te dava conteúdo, isso foi em 74, nós estamos em 2015 que escola que faz isso? Que escola que chega um supervisor numa secretaria e pega um planejamento de Educação Física e vai lá conferir lá na quadra o que professor tá fazendo, é lamentável, então nesse país ao invés de progredir nós estamos ... então essa pergunta eu não sei, é ...conhecimento científico eu tenho certeza que melhorou ... 80 por cento mas esse equilíbrio entre aquela pratica e essa teoria eu não sei se ta havendo uma harmonia benéfica pro corpo discente.

ENTREVISTADOR: Professor em relação mudança das disciplinas depois da transformação do currículo em 90, houveram muitas nas disciplinas do curso?

ENTREVISTADO: Como eu falei pra você, eu dava aula de Ginástica geral, eu dava aula pros alunos... você vai dar aula na escola você utiliza ...o método que ta sendo utilizado é esse , calistenia, desportivo generalizado enfim, era aquele aquecimento, era o método francês, sessão preparatória, lição propriamente dita e volta a cama e aí o técnico desportivo que era uma aquecimento, iniciação esportiva, volta a calma, o natural austríaco já partia mais ginástica de solo na parte principal, calistenia tinha o aquecimento, o localizado, volta a calma, todos os métodos tinha, mas métodos feitos lá fora aí foi criado aqui no Brasil o esquema padrão, o aquecimento, a lição .. parte principal a iniciação esportiva o jogo, e a volta a calma, então, era, você partir pra pratica esportiva, pra modalidades, então você aquecia , antigamente então no aquecimento a lição propriamente dita, a lição esportiva, o aquecimento na temporada de basquete, você já usava ao aquecimento através dos fundamentos, o drible, os passes e tal aí depois entrava no jogo que a criança quer jogar, o adolescente quer

jogar se você ficar com papo, muito papo o adolescente fala: “ e daí vim aqui e cadê o movimento” e volta a calma era vai pro banho, até noção higiene dava oportunidade, no Senai só não tomava, não tinha água quente, só água fria, o pessoal era dispensado do banho quem passava no departamento médico no Doutor Carrijo e traz atestado dizendo que você não pode, que você tá gripado que você tá resfriado, aí era dispensado do banho, mas, maio, junho no frio, tomava banho frio depois com calor do corpo entra na ducha, é o princípio da sauna, entra na sauna, quarenta, cinquenta, sessenta graus, você toma uma ducha, uma vaso constrição, dilatou vamos contrair para parar de transpirar, então tem uma série de fatores que a Educação Física da essa oportunidade não é verdade? E então ... eu não sei, vocês que estão acompanhando esse trabalho nas escolas aí, vocês

ENTREVISTADOR: Em relação eu quero perguntar, as disciplinas né, sei que mudou muito os créditos, a carga horaria?

ENTREVISTADO: Então, aí essa Ginástica geral que eu dava todos esses métodos, na escola e tal, mas oitenta por cento dos alunos começava a fazer Educação Física não para dar aula na escola, começava a fazer Educação Física pra dar aula em academia, nos clubes, então era fora da escola, dava essa parte, então dentro da ginástica geral dava os sistemas de condicionamento físico, os métodos, os circuitos , interval, fartlek, que hoje são disciplinas separadas, acho que tem método de treinamento esportivo, tem o a Ginástica na escola, acho que tem a parte recreativo, o lazer, os jogos, o lúdico, tava tudo incluído eu acredito que essa Ginástica geral que fazia, eu acredito que esse novo currículo acho que são quatro disciplinas é como na parte de futebol, que eu dava futebol campo, salão e soçaite são três atividades distintas né em uma, então

habilidade, hoje é habilidade do futebol não sei se tem habilidades do futsal.

ENTREVISTADOR: Hoje é futebol e futsal juntos.

ENTREVISTADO: Tudo junto.

ENTREVISTADOR: Professor nesse processo da transformação curricular houve conflitos, dificuldades nessa mudança do currículo?

ENTREVISTADO: Ah o conflito, dificuldade, foi principalmente com os veteranos, os mais antigos aquilo que eu falei no início, aqueles técnicos especializados em docência na pratica em executar, então de repente depois de trinta, quarenta anos de aula falar: “pára” e como eu fui fazer mestrado, a minha era atividade física, era o corpo, o fazer, o fazer, o fazer, de repente eu fui fazer mestrado em filosofia da educação, eu fui estudar Sócrates, Platão, Aristóteles, mais não sei o que, eu falei “ meu deus do céu” então olha a mudança, do tudo pro corpo, tudo pra cabeça, um desequilíbrio, de repente eu tinha que ter uns estudos, na época, a gente até conversava esse veteranos, se colocava a disposição de assumir outras disciplinas praticas, carregar mais nosso horário na prática, na execução, pros novos que tinham mais tempo depois pra lecionar fazer a titulação, concluir depois o doutorado, o pós doutorado porque a gente tava deslocado, foi um choque, foi desequilíbrio viu, então, mas sem atrito, sem atrito numa boa, numa boa, ninguém no departamento, ficou, não criou aquela revolta, afinal de contas, os veteranos, a gente ta vendo que a gente tem que aceitar a evolução das coisas mas hoje é o questionamento é isso, será que essa evolução atingiu, essa evolução atingiu os objetivos propostos? Ou continua com produção científica, papel, papel, papel, mas e a prática.

ENTREVISTADOR: Em relação a participação, o senhor falou

que foram os mais novos, então não foi todo o corpo docente que participou efetivamente dessa mudança?

ENTREVISTADO: Não, não, porque tinha uma parte que tava preocupada com a pesquisa no curso de mestrado, à docência coma s disciplinas que tinha que desenvolver porque não houve afastamento, “você têm que fazer mas tem que cumprir” à docência e extensão, então, deixamos pros mais novos aqueles que já tinha título de mestre, era a turma mais no início de carreira.

ENTREVISTADOR: O senhor se recorda quem eram os professores que encabeçaram?

ENTREVISTADO: Na época, acho que tinha o Claudio, Sérgio ... Dagmar, **** também, a professora Mara que já tinha doutorado se bem que era biologia mas dava aula no curso de Educação Física e foi chefe de departamento.

ENTREVISTADOR: Ela contribuiu também?

ENTREVISTADO: Também na mudança porque ela ficou chefe de departamento quando eu parei ela entrou no meu lugar em 88, 89, 90, 91 e aí depois mesmo saindo da chefia ela continuou com a disciplina de anatomia que ela dava anatomia no curso, então ela participava.

ENTREVISTADOR: **?**

ENTREVISTADO: **** acredito que sim como docente, mas não tinha titulação, eu digo dos novos, mas acho que mais foram esses professores, não tinha também muitos, eram pouco, e dos outros departamentos que também tavam dando aula no curso de Educação Física o mesmo problema de titulação, de mestrado, então ... a gente tava pressionado, tem que fazer, correndo risco, chegaram a falar, se não apresentar a titulação o título de mestre vão ser de acordo com regimento da UNESP, da universidade vai ser colocado a disposição

e depois da titulação nós tivemos que colocar a nossa cadeira em concurso, pra efetivação os tivemos que prestar concurso isso saiu no diário oficial, a contratação de um professor pra aquela disciplinas, corremos o risco de perder o emprego depois de 30 anos lecionado aquela disciplinas, corremos esse risco chega um com título de doutor, isso quando nós fizemos o concurso nós estávamos com título de mestre, nós tivemos que prestar o concurso.

ENTREVISTADOR: Foi quando mudou o regime pra autárquico?

ENTREVISTADO: Perfeitamente, então foi uma tensão, vivemos uma tensão grande, preocupação muito grande, muito grande, você depois prestes a se aposentar sujeito a perder tudo, perder tudo, perfeitamente

ENTREVISTADOR: O senhor falou das disciplinas, o senhor pode listar pra mim quais foram as disciplinas que o senhor dentro do curso de Educação Física da UNESP foi professor?

ENTREVISTADO: Dentro da licenciatura.

ENTREVISTADOR: É que disciplinas o senhor ministrou?

ENTREVISTADO: Além da Ginástica geral, a parte de futebol campo, salão soçaite, habilidade do futebol campo salão e soçaite.

ENTREVISTADOR: Aí era uma disciplina?

ENTREVISTADO: Uma disciplina e aí é.... projetos de monografia, uma disciplina, projetos de monografia, você já fez?

ENTREVISTADOR: Tinha outro nome, era processos... bom na verdade eu quero perguntar pro senhor, não sei se foi o mesmo caso, mas comigo a gente nessa processos de produção do conhecimento científico da Educação Física II ainda, nós tínhamos a professora responsável e ela questionava qual seria o tema do trabalho “ah o meu na área de história “quem vai ser

orientador? “Fulano de tal” aí ela dava um prazo pra que você apresentasse quem seria a banca, aí você dá os dados, nome, RG, CPF e endereço da pessoa e aí você monta o pré projeto de monografia manda pra professora e ela coloca no correio e envia pra banca e no final da disciplina você apresenta o pré tcc pra banca ‘meio’ que qualificar.

ENTREVISTADO: Mas não tinha uns dois meses de aula, de reparação pros alunos, eles entenderem como é que se monta esse projeto?

ENTREVISTADOR: Então essa teria.

ENTREVISTADO: Porque esse projeto de monografia jogaram pra mim de repente caiu no meu colo, na volta, no retorno, eu tive que dar umas aulas, várias aulas teóricas, eu tive que estudar, eu apanhei bastante de explicar pros alunos como se elabora um projeto, como é que eles, o procedimento deles e de acordo com as normas técnicas de produção científica, como é que registrado esse referencial teórico como é que você vai colocar no texto como você vai colocar a referência bibliográfica como você vai fazer citação, você vai fazer aqui no rodapé, você vai... eu apanhei barbaridade, barbaridade, porque depois da metade do curso e eles entenderam e começaram a montar ai fazer a programação os projetos e eles trazerem.” bom meu orientador é tal e a banca eu vou escolher fulano e ciclano de outras disciplinas pra compor” então eu montava o horário, ia atrás dos professores pra saber se tal dia, isso eu fiz com a turma do diurno e noturno tinha ... Trinta, sessenta, eu cheguei até com noventa projetos, eu começava em novembro, era novembro, dezembro até 9final e as vezes tinha aparecida imprevistos com orientador que não podia acontecer um imprevisto com família, viagem ou do orientador, do componente da banca tinha que refazer horário que

mão obra

ENTREVISTADOR: No final da disciplina de projeto de monografia o aluno apresentava uma espécie de projeto antes do tcc?

ENTREVISTADO: É, não, aí é projeto de conclusão de curso, definitivo, ele tinha quinze minutos, porque nessas alturas já tinha passado o projeto na mão do orientador e o orientador já tinha feito as correções e aí os componentes da banca na hora que via a defesa do aluno, quinze minutos de explanação, sugeria pequenas alterações, porque já tava praticamente, é como você qualificar uma dissertação de mestrado, você qualificou pra defesa ta praticamente, o difícil é a qualificação, se aprovado, sua dissertação então vão recomendar alterações, quando você vai na defesa, já tá praticamente a dissertação de mestrado ta pronta, então lá é uma coisa, no dia ta lá orientador, dois componentes da banca ele apresentava o trabalho, quinze minutos, os componentes da banca davam as opiniões a respeito do trabalho claro que já tinha estudado o projeto ai orientador final aceitava a orientação daqueles componentes, pequenas alterações e ali concluía, fazia e já tava pronto a defesa, mas pra chegar nesse finalmentes, então e fazendo tudo isso eu continuava com meus projetos de extensão universitária, prestando serviço no clube pro clube ceder a piscina pra aulas de natação da UNESP de graça, serviço de extensão da universidade pra periferia e serviço de extensão pro instituto social são Cristóvão.

ENTREVISTADOR: Em 97 teve uma outra reestruturação eu andei dando uma lida, na verdade ela não mudou muita coisa mudou mais a prática de nisso e algumas disciplinas, incluiu a disciplina de projeto de monografia, o senhor se lembra alguma coisa dessa reestruturação? Ela começou em 97 e culminou entre

98 e 99

ENTREVISTADO: Não, então, 97, 98 que eu me aposentei aí quando eu voltei eu peguei essa disciplina.

ENTREVISTADOR: **Antes do senhor aposentar não havia essa disciplina?**

ENTREVISTADO: Não, não, porque ainda não tava, não tinha é ... essa turma de a primeira turma do currículo velho não tinha obrigatoriedade de monografia de conclusão, na alteração curricular que passou essa exigência.

ENTREVISTADOR: **Na alteração de 90?**

ENTREVISTADO: De 90, a duração de três anos pra quatro anos.

ENTREVISTADOR: **Eu vi também no currículo depois 97, acho que já era assim antes também, o aluno ela tinha que fazer pelo menos três disciplinas coletiva, de esporte coletivo, tinha que escolher, das quatro ele escolhia três e na individual acho que ele tinha que fazer quatro, todas eram optativas, mas ele tinha que fazer três coletivas no mínimo e quatro individuais na época que o senhor deu aula era assim também, depois de 90.**

ENTREVISTADO: Não me lembro.

ENTREVISTADOR: **No meu currículo é obrigatório fazer tudo.**

ENTREVISTADO: Não me lembro.

ENTREVISTADOR: **E antes quando eram três anos era obrigatórios tudo?**

ENTREVISTADO: Tudo, era aquele bloco oferecido, não tinha essa liberdade de escolha, havia bloco fechado, primeiro semestre, segundo semestre ou primeiro termo, segundo termo, quarto termo

ENTREVISTADOR: **Era basquete ‘um’, ‘dois’ e ‘três’, futebol ‘um’, ‘dois’ e ‘três’.**

ENTREVISTADO: Isso.

ENTREVISTADOR: No currículo de 90 mudou isso depois?

ENTREVISTADO: Mudou, mudou, 4 créditos, só um, era um semestre só, quatro horas, a carga horaria a mesma, mas um semestre só, eliminava, tanto é que um problema, fazia o futebol no primeiro semestre mas pela participação dos alunos no projeto que eu desenvolvia tinha umas meninas que nunca tinha chutado uma bola e tinha medo, achava que ia chegar lá por meio, chuteira falei “ nada disso, vocês vão ensinar alguém a executar não é, sem mesmo voes jogarem” então pequena demonstração do conduzir a bola do parar a bola, pisar do lado, você passar a bola do lado do pé, o peito do pé, então um esboço, mas na medida que começaram a executar e entender o porquê e ver o alcance através daquela pratica esportiva no processo educativo, na iniciação esportiva, acharam formidável, eu falei: “ essa metodologia e aplicado em qualquer pratica esportiva, você vai aprender o basquete, os fundamentos que tem, no futebol são esses, os fundamentos que tem no basquete são esses, e aí aplicar os fundamentos com aquecimento, entra o jogo, voleibol, perfeitamente, e os objetivos pra todas modalidades é esse objetivo, é o estudo do ser humano em movimento, mudar comportamento, ajudar a formar o cidadão, cidadania e ele tem que obedecer o regulamento do jogo, a liberdade ele vai aonde começa do próximo e vice versa, então se conseguir formar um cidadão futuro munícipe, você ganhou já Pedro é o que falta.

ENTREVISTADOR: Em relação as perguntas, acho que é isso, o senhor tem mais alguma coisa que o senhor queira acrescentar em relação ao currículo da faculdade, a trajetória do senhor, a sua experiência enquanto professor universitário?

ENTREVISTADO: Eu tive oportunidade de ... reabertura do curso de Educação Física na ITE em 67, 68, 69 três anos, fiz a especialização

e em 70 comecei a dar aula no curso de Educação Física, era licenciatura em Educação Física e técnico desportivo, eram três anos, dois anos o básico, no terceiro além das disciplinas você tinha que escolher duas pra concluir o técnico desportivo, nesse ano de 70 teve o segundo jogos abertos do interior em Bauru e eu tive a oportunidade de coordenar a Ginástica de abertura dos jogos abertos em Bauru em 70, todo encerramento de semestre eu fazia uma demonstração, eu fazia uma demonstração de Ginástica calistênica com halteres fluorescentes com luz negra, um efeito espetacular, mas no ambiente fechado e eu dei essa demonstração num ambiente aberto, no campo de futebol então perdeu efeito, a luz negra foram colocadas em cima do gramado perdeu efeito, espalhado, então deu pouco efeito, mas foi uma experiência que é muito válida, mas eu fazia todo semestre, era festa da cidade de Bauru, as nossas demonstrações de Ginástica, 67, 68, 69, era Ginástica e acrobacias, Ginástica de solo, roll pra frente, roll pra trás, mergulho, parada de mão, salto de mão de pra frente, salto de mão pra trás e aí como base, estafeta, pirâmide eu cheguei montar pirâmide de três, unia dois grupos de três, pirâmide de seis, unia dois de seis pirâmide de doze, unia de dezesseis, eu cheguei montar pirâmide de quatro andares onze o círculo, a base os mais fortes, três em cima desses onze, dois então, só a base ficava em pé, o segundo andar e o terceiro subia e ficava de cócoras, flexionado, e aí subia um quarto, um e aí, subia em cima desses dois aí você montava o segundo andar aí você montava o terceiro andar, aquele um que ficava subia com a bandeira brasileira e abria a bandeira brasileira, o paulista, mas era aquele negócio, coisa pra armar e desarmar era quarenta segundos, cinquenta segundos, então, a técnica, você não podia largar, soltou, tremeu, você podia balançar um pouquinho e tal e fazia umas

pirâmides do lado, pra qualquer coisa com colchonete, pra qualquer coisa aparar se despencasse, então, olha, que era feito, acabou, um professore desse faz isso numa escola ele faz o nome, uma demonstração com halteres, demonstração de exercícios de dezesseis tempo eu dava exercícios de dezesseis tempo fazíamos cento e sessenta movimentos tempo de exercício, dava ai quatro, cinco minutos, ai fazia frente pra lá, girava 90 graus, frente pra cá, frente pra lá, repetia tudo de novo ninguém entendia nada, era tudo repetição, era lindo, maravilhoso, os pais vendo os filhos fazerem coisa de escola, acabou! Não tem mais, não tem mais, aquela turma que fazia, aquela turma que fazia, eu cheguei a dar mortal, Ginástica acrobática, salto do estafeta, com base e tal vinha correndo pisava subia e virava dava o mortal é.... pra frene pra trás, uma pirâmide de dezesseis elementos ficava lindo, lindo, né como agradava o público.

ENTREVISTADOR: Isso mas na época da ITE?

ENTREVISTADO: Da ITE.

ENTREVISTADOR: Na UNESP não chegou?

ENTREVISTADO: Não, não, já começou a mudança de tudo...

FIM.

APÊNDICE

Roteiro de entrevista

Entrevista aos professores

Entrevistador: Antes eu gosto sempre de deixar gravados meus agradecimentos né, porque quando vou transcrever a primeira coisa é “gostaria de agradecer” especialmente no caso da senhora que veio lá de Agudos e tal né, é sempre bom, eu gosto muito de conversar, desde, da época da iniciação, porque é legal ouvir o que as pessoas têm pra dizer, como eu tinha dito que, pros outros professores, falei pro E***, pra J*** que a gente pega o papel e o papel não conseguem falar tudo, ele não passa e o papel é muito formal.

Entrevistado: Frio

Entrevistador: Frio né e ele fica meio longe dessa relação humana né, acho que nada como um bate papo, uma conversa pra gente de fato sentir, conhecer né, então, Obrigado Professora.

Entrevistado: Imagina

Entrevistador: Vamos lá então, nome, idade e gênero?

Entrevistado: ***, 63 hoje e mulherzinha, velinha.

Entrevistador: Qual a formação em nível de graduação e pós-graduação?

Entrevistado: De graduação educação física, fiz na ITE né, todo mundo acho que fez na ITE, o *** fez em São Carlos me parece, ITE e São Carlos, nós fizemos na ITE e a graduação foi isso.

Entrevistador: Que ano a senhora se formou?

Entrevistado: 1973.

Entrevistador: Entrou em 70?

Entrevistado: Entrei, ué, são três anos.

Entrevistador: 1971.

Entrevistado: Um, dois, três, então, mas, três eu saí, tipo assim, janeiro eu já prestei o concurso do Estado porá poder ser professora, antigamente falava PEB III né.

***Entrevistador:* De pós-graduação, a senhora fez especialização?**

Entrevistado: Fiz bastante, fiz especialização em dança em São Carlos, fiz especialização em basquetebol, voleibol, olha quantos “bol”, fiz em rio claro, eu fiz em motricidade.

***Entrevistador:* Motricidade.**

Entrevistado: Isso... que mais que eu fiz hein? Tô lembrando só isso mesmo, uma foi na federal e outra...

***Entrevistador:* A especialização?**

Entrevistado: Lato sensu, 360 horas, 60 ou 80 não lembro mais.

***Entrevistador:* E o mestrado?**

Entrevistado: O mestrado foi aqui, eu comecei o mestrado na Unicamp, no IA, aí o meu orientador lá ficou doente, aí foi transferido pra cá, eu continuei com ele aqui na faac, e tinha um mestrado aí na área de comunicação que não chamava comunicação, a gente pegou muita mudança né e aí eu conclui o mestrado aqui, aí eu fiz a dissertação intitulada do dançarino ao bailarino: metamorfose no papel social, uma delícia e ta aí na biblioteca.

***Entrevistador:* Ta aqui?**

Entrevistado: É, e conclui daí meu orientador foi para o Japão né e estava quase não concluindo e porque ela ia para o Japão e ia me deixar na mão tadinho professor um encanto, já morreu e competentíssimo na área de literatura e linguística então porque que eu consegui entrar nesse mestrado com a educação física? “ Por conta da dança, da minha área mesma, fez a ligação por conta da linguística e da comunicação né e ele era especialista em teatro então ele falou assim ‘eu te aceito’ ” porque ninguém aceitava educação física você vai falar e “Deus me livre” antigamente era assim,

você não cabe em lugar nenhum aí chegou no mestrado né pra lato sensu não, mas o mestrado era assim a gente bateu muito a cabeça, pessoal do departamento nosso sofreu demais pra conseguir, na educação a dança não cabia, quer dizer a dança não cabia em lugar nenhum né, por isso que eu comecei no IA que era o Instituto de Artes.

Entrevistador: Em que ano a senhora defendeu o mestrado?

Entrevistado: Eu defendi acho que foi em 94, comecei em 91... 94 é foi quando meu pai morreu.

Entrevistador: Foram três anos?

Entrevistado: É três anos, batidão, eu ia fazer direto o doutorado, mas não tinha.

Entrevistador: Doutorado a senhora fez aonde?

Entrevistado: Aqui também, mas tentei em muitos lugares com mesmo sofrimento que eu tô te dizendo por que não cabia em lugar nenhum.

Entrevistador: Ainda não cabia?

Entrevistado: Não é muito desespero num ponto assim, chegava em Marília, na UNESP de lá com projeto com tudo virado pra educação, daí o que fiz a dança inclusiva né, na parte de cegos então a pessoa que me atendeu lá falou “olha não gosto de cego e nem de velho” que era com idoso então me deu um pontapé e fiquei voando aí que o que aconteceu, nesse período meu orientador morreu entendeu, ele precisou vir do Japão pra cá porque estava muito doente e morreu aí eu falei” agora eu tô sem pai e sem mãe né, porque ninguém vai me aceitar mesmo” foi quando eu comecei a ir pra outros lugares, daí abriu aqui comunicação poéticas visuais, doutorado na Faac, aí eu falei” acho que é minha chance” graças a Deus, prestei, entrei, é tinham sete concorrentes, eu consegui e a banca graças a Deus me aplaudiu, querendo, todos me quiseram, sete componentes, quer dizer, então o projeto ficou, ficou ótimo né, graças a Deus, porque o povo é exigente porque você é de outra área, tanto que

faziam assim” Educação Física, mas o que você está fazendo aqui” né ‘ eu tô estudando, eu preciso ter alguém que me adote” e daí eu consegui uma professora que todos ali queriam, até teve uma disputinha, fiquei toda orgulhosa, sabe, virei pavão, porque queriam o projeto, porque eu fiz um projeto na área de motricidade com a arte, então todo mundo queria, é, aí uma professora mais antiga da faculdade né, ela falou” não não esse projeto daí é meu” e pronto bateu o martelo, eu fiquei toda alvoroçada e fiz também, rapidamente, olha, demorou dez ano pra eu conseguir entrar pro doutorado, por conta da morte, de tudo e da correria atrás das coisa pra alguém me adotar, é, dez foram de batalha.

Entrevistador: A senhora ingressou quando?

Entrevistado: Ahn?

Entrevistador: Quando a senhora ingressou no doutorado?

Entrevistado: Eu ingressei em 2000 olha só, de 1994, praticamente... é exagerei né, mas, quase dez anos, entrei em 2000 e terminei em 2003

Entrevistador: Três anos?

Entrevistado: Três anos batidão ali, estudo, estudo, estudo, não pedi afastamento do departamento.

Entrevistador: Eu ia perguntar isso, não teve afastamento?

Entrevistado: Não, porque até fiz questão de não ter sabe por que? Eu estava aqui dentro, pra que eu ia afastar sendo que quem que ia colocar no meu lugar sempre eles falavam “ não tem substituto, não tem substituto” então, antes que me brecassem né, no afastamento eu resolvi, falei “ tudo bem”

Entrevistador: Continuou dando aulas normais?

Entrevistado: Continuei, então como eu fazia, eu dava as aulas e entrei em negociação com o departamento que eu ficava aqui estudando né, no departamento e a hora que fosse necessária minha presença eu estava ali, então reuniões de departamento eu nunca faltei, tudo, administrativo que

foi, que era solicitado eu fazia.

Entrevistador: A senhora conseguiu conciliar tudo, a pesquisa do doutorado, do mestrado e a carreira docente?

Entrevistado: Graças a Deus, deixava sábado e domingo pra poder pegar pesado na pesquisa né e depois eu, pra eu afastar, olha só, pra eu afastar pra ir coletar meus dados lá na França não obtive afastamento.

Entrevistador: Não? Foi como? Férias?

Entrevistado: Não, foi licença prêmio.

Entrevistador: Ah licença prêmio?

Entrevistado: É, então daí eu falei “ já que é prêmio mesmo eu vou fazer o que quero” né, então eu...foi concedida a licença prêmio pra mim porque foi um azar na verdade, quando eu fui, quando eu fui pedir a solicitação, que incoerência eu falar isso, quando eu solicitei o reitor estava pra viajar na época, ela ia ficar um tempo na África aí o que aconteceu, quem leu o meu processo entendeu que o museu Moulin Rouge teatro, deve ter caído na mão de uma pessoa incompetente, eu falo isso, falei em qualquer lugar , caiu na mão de uma pessoa que não fazia essa leitura, do projeto, então eles achavam que eles tinham que me convidar pra ir lá no museu, pra ir no Moulin Rouge, pra ir na ópera de Paris, como? Eu não estava a estudo deles, eu estava coletando, eu que solicitei a minha ida lá né, então eu falei “quer saber” e eles entenderam errado, tchum, negaram, meu filho foi assim prazo de quinze dias, pra sair o avião já, eu já estava com tudo pago, minha orientadora foi comigo, é todos os hotéis reservados, porque eu tinha que fazer um tour pela Europa pra ir atrás das obras né, tudo certinho, quinze dias hotéis, nem lembro mais que eu ponho no esquecimento e foi pro brejo, ainda teve uma ironia na congregação de um professor que falou assim “ ah gostoso fazer projeto assim pra passear né” ah porque, cheguei de lá, rodei a baiana na congregação, falta de respeito, que é isso, eu não pergunto quanto você vai coletar na sua área, nada, então foi muito duro,

nisso já né, já estava ainda com a tristeza do meu orientador porque ele era uma pessoa competentíssima que poderia me ajudar até doentinho né e mandei bala meu filho, coletei meus dadinho lá, fiz tudo direitinho, trouxe os livros de lá porque tem que ser in loco mesmo, trouxe todos os livros da França pra eu continuar né, foi ótimo.

Entrevistador: Que bom, a senhora ingressou aqui na faculdade, era UB ainda, como foi?

Entrevistado: Era, era.

Entrevistador: Que ano a senhora ingressou?

Entrevistado: Em 86, porque foi assim, em 86 surgiu o curso.

Entrevistador: De educação física?

Entrevistado: De educação física, foi o professor *** e o Caetano que estavam no trabalho disso para os atletas da cidade, região, porque pensava se só no esporte né, entendeu, então, é teve uma reunião aí e eles começaram com o curso, o que houve? Quando chegou em abril a professora, eu coloquei meu currículo aqui também e a professora que eu dava aula na Unimar de Marília e tinha academia em Marília e Agudos, aí a professora foi...despediram a professora por um probleminha com alunos né, incompatibilidade de gerações né e ainda por sinal tinha sido minha professora, excelente, uma pessoa maravilhosa, aí pelos currículos, o meu talvez tenha tido mais luminosidade, eles me chamaram, aí quem me chamou foi o reitor numa conversa comigo “ Olha Professora, assim, assim, teu currículo tá aqui a professora ta saindo você aceita?” Eu falei: “Claro” Porque nesse tempo, a ***** era professora da FEB, quer dizer de todos, sabe o 027 era um código da educação física no terceiro grau? Sim então existia isso, era a *** e o Caetano e o *****, daí a ***** estava em licença gestante e eu não tinha contato com ***** nem com Caetano e o reitor não me explicou nada, ele falou assim “ suas aulas são essas, tal, tal, tal” bom passado um tempo isso pra agosto, depois que a ***** teve nenê,

o **** me chamou e falou assim “ olha a *** já era professora da FEB e seria interessante a gente colocá-la no departamento né, você topa abrir mão de algumas disciplinas ?” Eu falei “ claro, minha amigona, a gente fez faculdade junto” porque nessa época eu dava aula de ginástica geral e rítmica, tinha rítmica I, II, III e trocentas e não tinha dança no currículo, daí eu falei “ claro que sim” aí a **** veio contribuir com o departamento e ficamos nós duas, mas eu fiquei assim acho que um ano, eu de melhor mais os meninos, porque eram poucos né, e eu fiquei responsável pela ginástica geral que era dividida mulher de homem.

Entrevistador: Era dividido por sexo?

Entrevistado: Era, era, o *** ficou a turma masculina e eu com a feminina, depois juntou e com rítmica, então depois no segundo ano a gente fez, acho que foi no segundo que nós colocamos, ou no terceiro dança, um negócio assim, não lembro direito, você deve ter os planos de ensino aí, depois você vê direitinho, eu sei que no final da primeira turma que teve dança, é, é ou foi depois? Não sei quando que o **** veio que nós pusemos dança, um negócio assim, só sei que eu fiquei com a área corporal né, de tudo que era de corpo era comigo e a ginástica geral ficou pra Jô, então música e movimento ficou com ele, entendeu, que uma hora chamava rítmica, outra chamava é... atividades rítmicas e uma hora chamou dança e uma hora chamou tudo e eu lá no meio , eu sei que só tive, eu tive um monte, eu tive umas oito disciplinas, é oito ou mais disciplinas adorei né.

Entrevistador: Depois que a senhora ingressou como foi o processo quando a UNESP encampou a então Universidade de Bauru?

Entrevistado: Quando eu ingressei?

Entrevistador: É.

Entrevistado: Então eu peguei, a UNESP ingressou, encampou e 88, nós pegamos, foi dia 12 de agosto, nós pegamos essa mudança, então como eu era contratada? Por hora-aula.

Entrevistador: Na UB?

Entrevistado: Na UB, era aqui o ponto, por aqui, todos os professores de tudo engenharia, etc., vinha bate o ponto aqui, assinava e cada um ia pro seu canto né, eu sempre no Guilhermão e outros iam pra quadra e eu ia pro Guilhermão, daí quando encampou começou a revolução, daí nós tivemos um departamento, nosso foi lá na quadra né, a doutora Mara ficou tutora porque era ela doutora e nós não tínhamos ninguém né e nem fazendo mestrado nada, daí que começou, nós tivemos a chance de estudar né, que na verdade eu entrei na universidade pra isso, eu sempre gostei de estudar entendeu e eu acho que a UNESP nos possibilitou muito crescimento nesse sentido e sofrimento no sentido de não abrirem as portas né, mas sofrimento depois passa, você adquiriu o que você queria que é o conhecimento que é mais importante você até põe pra lá, mas, ajudou muito a UNESP, talvez se a gente tivesse ficado no tempo de UB não sei se todos teriam se titulado e teve muita é... como eu vou falar, quando você.... Muita rejeição de você fazer mestrado e doutorado, muita.

Entrevistador: Dos professores?

Entrevistado: Dos professores.

Entrevistador: Mas por que?

Entrevistado: Não aceitavam, ah, porque o salário era o mesmo, quando encampou a gente ganhava como doutor da UNESP e perdemos muitos colegas viu de outras disciplinas, de outras áreas aí, por exemplo, matemática morreu gente na estrada em busca de titulação, então eu acho que por conta de resistência mesmo, acho que uma rebeldia.

Entrevistador: Professora deixa eu perguntar.

Entrevistado: Saímos da zona de conforto entendeu?

Entrevistador: Ah sim, vocês foram contratados com salário de doutor mas tinha um prazo?

Entrevistado: Não, com nosso salário que então continuou, por exemplo, se

ali a gente ganhava mil reais, no mês, vamos por mil reais no mês, quando encampou não podia tirar esse dinheiro nosso, de jeito nenhum porque a gente tinha aquelas aulas e a gente ganhava aquele montante por isso.

Entrevistador: Mas não era o salário de doutor?

Entrevistado: Doutor da UNESP.

Entrevistador: mesmo sem ter o doutorado?

Entrevistado: Não, na UNESP, ah, a gente?

Entrevistador: É.

Entrevistado: Sim, aí saiu o brigalelê, entendeu.

Entrevistador: Por que?

Entrevistado: Porque como um doutor da UNESP ia aceitar pessoas sem titulação um mestrado, é... ganhando mesmo que ele? São as vaidades meu bem, entendeu? Então esse é um sofrimento que a gente passou, por exemplo, rio claro, parecia que a gente tinha, sabe aqueles portões de ferro assim? Você chegava lá todo inocente, ingênuo, achando que eles iam nos aceitar, entendeu? Não, não nos aceitaram, você prestava as coisas lá era tudo negado, mestrado, pós graduação e na pós, eu tive um problema sério na pós graduação, é, no lato sensu de lá, a professora que foi minha orientadora, porque lá você não escolhia né, você era escolhido, é... ela me reprovou na monografia, olha, ela teve uma briga seríssima, uma discussão entre acadêmicos, entre os ‘jurassic park’ é, por conta da minha monografia, o meu orientador era esse professor que eu te disse, especialista em linguística e literatura, então ele virava a motricidade para esse lado e a maneira que ele via um projeto acadêmico numa monografia era totalmente diferente de um projeto experimental, era na área qualitativa e ela questionou-o porque aí a briga foi com ele, é porque a minha introdução tinha só quatro páginas, daí ele respondeu, daí ficou briga de grandes entendeu? E quem perdeu? A pequena que era eu [risos].

Entrevistador: Foi reprovada a monografia?

Entrevistado: Foi reprovada minha monografia, eu passei em todas as disciplinas com dez, com notas excelentes e a monografia foi reprovada, não, o projeto de monografia foi reprovado.

***Entrevistador:* Ai você teve que mudar a monografia?**

Entrevistado: Não mudei, o orientador brigou tanto que falou “ se você fizer isso eu te largo” que voe ia fazer?

***Entrevistador:* O que você fez?**

Entrevistado: Aí eu fiquei do lado dele e briguei com os do lado de lá

***Entrevistador:* Aé?**

Entrevistado: Mas eu briguei assim né [inaudível].

***Entrevistador:* Professora quando vocês entraram, ingressara e a UNESP encampou a UB, a senhora falou que teve essa cobrança pela titulação, mas havia um prazo, por exemplo “ você tem tantos anos”?**

Entrevistado: Dez anos, dez anos.

***Entrevistador:* Pra ter o doutorado?**

Entrevistado: Pra ter mestrado e doutorado, é ... não, não, mestrado, mestrado e doutorado ...não doutorado não era não, era mestrado, nossa como eu tô esquecida viu agora que eu tô percebendo que eu tô esquecida, acho que eu quis deletar, é ...parece que foi isso mesmo, depois você vê direitinho se as meninas não responderam outra coisa que deve tá mais lembrado. Era assim, você tinha um prazo de dez anos para se titular, daí o que aconteceu? Nesse momento, até hoje judicialmente nós temos uma pendência com a UNESP, que nós viramos um nome chamado TED, era docente né, técnico especializado em docência, pra poder ganhar como os doutores da UNESP, então o que aconteceu nesse tempo, muitos conseguiram, correram tal e tal conseguiram, outros, nós ficamos no mestrado alguns, né, então quem ficou só com mestrado a UNESP ganhou judicialmente pra baixar o salário.

***Entrevistador:* Porque iria ganhar como mestre?**

Entrevistado: Como mestre, ué, o que a gente fazia né, amém Jesus né, aí nós ficamos ganhando como MS2, aí é, aí nós entramos na justiça, 500 professores, todos, em peso muitos já morreram e não vão receber, os netos vão receber né, por sinal já tá pipocando aí, tanto tempo que faz e por que? Na constituição está escrito que não pode é, diminuir salário nenhum e a UNESP fez isso, mesmo com titulação não pode você ganhava mil reais e aquilo foi evoluindo de acordo com inflação e etc. você tem que continuar naquilo, você não pode reduzir entrar de um jeito e sair do outro e foi feito isso, uma coisa inconstitucional então tem essa brigueira aí e já ganhamos em quase todas instâncias e a gente tá esperando

***Entrevistador:* A senhora se aposentou em?**

Entrevistado: 2011, não, não mentira, 2012, sabe porque?, 2011 foi quando eu tirei licença prêmio .

***Entrevistador:* Aí a senhora se aposentou como TED ou MS3 que é o doutor?**

Entrevistado: Não, MS3 porque meu doutorado foi 2004, a defesa, a partir de 2004 meu salário veio como doutor, mas tem na justiça, tá assim ó, de 94 a 2004 tão devendo pra mim, aí não vejo hora que pagar bem, porque aí vem uma bolinha que dá pra gente passear né.

***Entrevistador:* Professora, deixa eu perguntar, quando vocês eram funcionários de uma empresa privada a UB e UNESP encampou**

Entrevistado: CLTista.

***Entrevistador:* Vocês se tornaram funcionários públicos quando a Unesp encampou ?**

Entrevistado: Nos tornamos.

***Entrevistador:* Teve a necessidade de fazer algum concurso?**

Entrevistado: Mas não público estatutário como nós fizemos o concurso quando fizemos o doutorado.

***Entrevistador:* Aé?**

Entrevistado: Não.

***Entrevistador:* Era público CLTista?**

Entrevistado: É.

***Entrevistador:* não era autárquico?**

Entrevistado: Aí teve uma data que proposta pra nós de que virássemos autárquicos, pela autarquia, não lembro a data direito, aí viramos tudo isso de novo, então a gente não era nem estatutário nem CLTista, teve um professor parece que continuou CLTista e depois e arrependeu.

***Entrevistador:* Mas para se tornar autárquico teve que fazer concurso?**

Entrevistado: Não, não.

***Entrevistador:* A senhora só fez concurso depois que defendeu o doutorado?**

Entrevistado: Sim, não concurso estatutário, do estado de São Paulo.

***Entrevistador:* Concurso público?**

Entrevistado: Público que daí, por exemplo, fecha a UNESP, esse concurso nos dá liberdade e outra, nos garante que fechou a UNESP, você vai pra USP, porque você é funcionário do Estado e não da UNESP e autarquia era da UNESP, fechou você tá na rua.

***Entrevistador:* Nesse concurso você colocou o cargo em jogo mesmo, concurso público?**

Entrevistado: Coloquei.

***Entrevistador:* Então corria o risco de alguém ser aprovado e a senhora perder?**

Entrevistado: Pedro do céu, você não faz ideia de tortura que eu tive, eu não dormia, porque eu falei, porque era assim, tinha um papel aqui e um papel aqui, a hora do concurso, um dia antes eu tive que me demitir ... todos tiveram, quem fez isso, nos demitimos e esse papel aqui no outro dia era o do concurso, se você passasse e fosse chamada, aí trocava o papel, uma vergonha, pra judiar né, muita gente doente viu, aí, você falava “ cristo

redentor se eu me demitir e dar um infarto em mim a noite, minha família fica na mão” né, porque a gente não pensa só na gente, mas arriscamos e fizemos isso, não veio graças a Deus ninguém porque você corre um risco tremendo, até tinha um rapaz que tava na Alemanha eu mesmo que falei que ia ter o concurso, depois que falei “porque eu fui fazer isso né, vai que dá uma zebra aí né” o moço tem mais título que eu, sei lá eu, era um amigo meu, eu falei “como eu vou omitir isso dele, não podia, a gente não sabe ser desonesto né” aí eu peguei e liguei e falei “ Ota vai ter concurso assim, na minha disciplina na UNESP e tal”, “mas e você” e eu “ Não tem importância, se você passar tamo junto né” porque vai demitir e você vai ficar como, falava-se assim que você ficava no departamento, mas não era garantido.

Entrevistador: Não tinha garantia?

Entrevistado: Não, então eu falei “Você venha e a gente trabalha junto na comunidade, voluntariado sei lá eu” eu entro no voluntariado né, daí, não deu certo do moço vir, ele perdeu o avião e achou que é coisa por Deus mesmo né, talvez, se bem que não tinha é, quando foi feito, o negócio do currículo, ele não teve na hora da inscrição, ele não conseguiu, não sei o que tinha que fazer lá, mas que o meu entendeu?

Entrevistador: O currículo Lattes?

Entrevistado: É, não era nem currículo lattes naquele tempo.

Entrevistador: Era currículo comum que vai anexando né?

Entrevistado: É.

Entrevistador: A senhora só na UNESP, de 88 até 2012, foram vinte e quatro anos?

Entrevistado: Não ...UNESP?

Entrevistador: É, vinte e quatro anos.

Entrevistado: Porque desde 86.

Entrevistador: mais os dois anos da autarquia?

Entrevistado: Fora o que eu tinha da Unimar né, universidade de Marília, lá que eu comecei.

***Entrevistador:* Lá a senhora dava aula na graduação?**

Entrevistado: Na graduação, dava aula de rítmica, ginástica geral, tudo que falei pra você que dava lá eu dava aqui, entendeu e lá eu comecei em 1978...80.

***Entrevistador:* Bastante tempo lá?**

Entrevistado: Muito, eu tive mais de 30 anos de universidade.

***Entrevistador:* Só de universidade mais de 30 anos?**

Entrevistado: Mais de 30 anos.

***Entrevistador:* Durante toda a sua trajetória aqui, só na UNESP, quais as disciplinas que a senhora foi responsável?**

Entrevistado: Olha, ginástica geral todas né que tinha I e não sei quantas, rítmica, dança, atividades rítmicas e expressivas, ahn...educação corporal I, II depois você dá uma olhadinha por favor, é.

***Entrevistador:* Motricidade?**

Entrevistado: Motricidade e linguagem corporal né, quando não tinha na adaptada, não era a Marli, essa parte do deficiente era comigo é, como chamava mesmo, tinha um nome isso, lá no currículo primeiro, história da educação física e dança.

***Entrevistador:* Também história?**

Entrevistado: É, é, não tinha a Dagmar, né, que eu dava, já cheguei dar até futebol se você quer saber é, mas não futebol do *** porque foi uma licença dele me parece, então eu fiquei com a parte teórica...que mais ... atividades lúdicas eu dei, tudo que fala corpo e movimento era comigo, esporte não.

***Entrevistador:* As modalidades?**

Entrevistado: Não me metia, só essa que acho que foi com o ***** não sei o que aconteceu, sei que eu tive que dar uma teoria lá, teoria você ainda

enfrenta né, mas prática quem sou no futebol, zero.

Entrevistador: Mais difícil?

Entrevistado: Deus me livre credo, só se tivesse que dançar no campo daí vai.

Entrevistador: Professora em 1990 então a alteração, a mudança do currículo né.

Entrevistado: Será que foi quando o ***** veio?

Entrevistador: Foi pouquinho depois que ele chegou.

Entrevistado: Isso...

Entrevistador: Essa alteração ela foi, pelo que eu estava lendo nos planos de ensino, até então era o currículo da UB, o currículo da UB

Entrevistado: Mas o da UB também mudou muito sabe.

Entrevistador: E aí depois virou UNESP e continuou em 1990 o currículo mudou teve a reestruturação curricular, eu gostaria de saber qual foi seu envolvimento nessa reestruturação?

Entrevistado: Como era nos outros, sempre ajudando entendeu, o ***** me chamava “O que você acha disso, o que você acha daquilo” a gente reunia.

Entrevistador: O que eu queria saber se dentro dessa transformação curricular, teve uma comissão, de professores que ficou responsável?

Entrevistado: Mas sabe comissão, aquela comissão que funciona entre aspas?

Entrevistador: É? Por que?

Entrevistado: Teve, teve, tudo tinha comissão, instituição pública tudo tem que ter comissão, mas, uma comissão de um, de dois, entendeu, então todo mundo participava, fazia, coitada, eu lembro da Dagmar fazendo isso, fazia trocentos quadradinhos lá pra gente dar palpite, quando chegava na hora os quadradinhos tudo vazio, então envolvimento não era muito

Entrevistador: Não? Porque nessa reestruturação em 90 quem foi, ou teve algum professor que...

Entrevistado: Se destacou?

***Entrevistador:* É, que liderou.**

Entrevistado: Liderou foi o ****.

Entrevistador:* O *?**

Entrevistado: Ele liderou porque eu lembro que eu estava sempre junto com ele e, tempo que ele morava aqui em Agudos, então a gente ficava mais próximo né, ele, olha, vou falar pra você, uma vez nós fizemos uma assembleia, menino, pra resolver esse negócio do currículo, com alunos, porque tem que ter participação de discente pra você ver a cabecinha deles né, evolução, xiii, deu monte de confusão, ainda o **** chamou alguns professores de rio claro pra vir pra cá, o Wilson, não sei se você conhece, participou, colaborou sabe, mas deu problema.

***Entrevistador:* Por que? Com os alunos?**

Entrevistado: É....uma coisa estranha que foi assim, aluno que dava palpite, de repente um docente interferia e eu lembro da reunião, da assembleia, um docente interferia, tipo assim, “vai mexer na minha disciplina, vou ficar sem disciplina, vou estar na rua” era mais ou menos esse pensamento, então, a liga não dava muito sabe.

***Entrevistador:* Dentro, dessa reestruturação de 1990, qual foi o objetivo vamos dizer assim, maior dela?**

Entrevistado: Ah, reestruturação foi da evolução.

***Entrevistador:* Do currículo?**

Entrevistado: Da educação física, do currículo, e porque a coisa tava mudando, como mudando, não podia você ficar ali só com a calistenia na ginástica geral sendo que tinha aeróbica, aeróbica em 87 ela explodiu na verdade nada mais era do que traços da calistenia né, música e música moderna, mas como você podia ficar assim? Como não ter dança no currículo de educação física que mexe com movimento, como não ter arte marcial, né, então tinha que ter essa evolução aí pra chegar hoje, já pensou

um currículo de 1986 daquele jeito que era chegando hoje, agora, no século XXI?

Entrevistador: Professora...

Entrevistado: Desculpa, eu acho que o currículo ele tem que ser flexível, a minha concepção de currículo é ele tem que estar modificando a todo o momento, além dos planos de ensino, ele tem que ser modificado, por exemplo, hoje em dia aqui em Bauru a competência maior é ...do Rap, vamos falar dessa área, então, tem que ter o rap ali dentro, o funk, tem que ter o funk ali dentro, então ele tem que ser vivo, o currículo tem que ser muito vivo, não pode ficar por conta da gente que tem medo de perder aula, tá certo que tem deixar, mas vamos estudar né.

Entrevistador: Dentro dessa comissão, foram todos professores do curso na época, do departamento que participaram?

Entrevistado: Na assembleia?

Entrevistador: Não, na comissão da reestruturação?

Entrevistado: Não, tinha uma, eu não lembro agora, eu sei que eu era, eu a Jô sempre estava metida, o *****, acho que era também, a Mara foi, a Mara porque ela era chefe né e também dava umas ideias maravilhosas no ponto de vista das biológicas, muito bom, é...**** né, **** pegou com unhas e dentes isso, quem mais, acho que só viu, Marquinho será que estava na comissão? Não lembro, acho que eles estavam fazendo mestrado, não dava tempo, devia estar afastado.

Entrevistador: O Caetano?

Entrevistado: O Caetano acho que não.

Entrevistador: E dentro dessa comissão no momento das discussões da reestruturação, houve algum tipo de conflito entre os professores, os membros?

Entrevistado: É, um conflito mas, um conflito amigável entendeu, um conflito assim que de repente estava todo mundo explodindo daqui a pouco

amansava, bem educação física mesmo entendeu, fica todo mundo quietinho, mas a coisa patinava, não ia, por isso eu digo pra você que chegou um momento que tinha um ou dois ou três fazendo aquilo , Dagmar, nesse tempo eu não lembro se ela estava aqui quando mudou o currículo foi pra eles entrarem inclusive, eles entraram com currículo novo, aprendizagem motora o Sérgio, a Dag entrou, a Marli entrou.

Entrevistador: Milton?

Entrevistado: Milton, quem mais? O Cunha... não, o Cunha foi depois acho e o Zé Roberto que foi para Rio Claro.

Entrevistador: Gnecco? José Roberto Gnecco?

Entrevistado: É uma gracinha.

Entrevistador: Professora na comissão como eram as reuniões? Semanal, mensal, como funcionava?

Entrevistado: Não, acho que a cada 15 dias ou eles avisavam, não mas sabe o que acontecia? O líder trabalhando direto, eu lembro porque eu estava muito perto do ****, ele rachando, Dagmar quando pegou uma bucha na mão também rachando e vinha com essas planilhas, com os quadradinhos pra você preencher e todo mundo preenchia, era uma coisa bem planejadinha sabe, teoricamente falando e quando chegava na hora de as pessoas se expressarem as vezes por medo, eu morria de medo de falar alguma coisa muito além por conta que eu odeio briga né, então eu sempre, eu ouvia malemá, de vez em quando eu dava minha opinião, mas sempre no papel.

Entrevistador: A senhora estava falando da assembleia, os alunos chegaram de fato a fazer parte?

Entrevistado: A manifestar?

Entrevistador: Não, a fazer parte dessa reestruturação, participar vamos dizer.

Entrevistado: Eles ouviam muito, mas do que...

Entrevistador: Eles tinham direito a voto e a voz?

Entrevistado: Não, era uma coisa, isso que eu falo, bem caseira, entendeu? Agora pouco, antes de mexer no ultimo parece que eles participaram, nesse que mudou aí pra, teve uma mudança agora não teve?

Entrevistador: Teve.

Entrevistado: Eu não participei, começou a falar que dança é atividade rítmica eu já começo a me afastar, é , porque daí a pessoa não sabe o que está falando, eu tô falando lá no de Brasília lá no MEC, eu não concordo com essa opinião então eu me afasto.

Entrevistador: Por isso hoje tem atividades rítmicas e dança.

Entrevistado: É.

Entrevistador: Dentro desse, na verdade em 87 veio a resolução número 03 do MEC que criou o curso de bacharelado, porque até então a princípio estava surgindo uma nova demanda além da escola , a senhora acredita que essa resolução foi que acabou refletindo na reestruturação lá em 1990?

Entrevistado: Ah sim, ah não sei, mas não ficou marcante não, a discussão de que poderia ter sido assim até uma causa entendeu, não.

Entrevistador: Os objetivos que vocês traçaram no início da comissão de reestruturação foram atingidos com a mudança do currículo?

Entrevistado: Eu acho que sim, mas não ficou um currículo tão vivo quanto a gente esperava.

Entrevistador: Mas por que?

Entrevistado: Por isso que mudou.

Entrevistador: Mesmo com a mudança ainda não?

Entrevistado: No meu ponto de vista ainda deixava a desejar sim.

Entrevistador: Em relação a que?

Entrevistado: Essa mudança...sabe essa coisa assim “ isso aqui é esporte, isso daqui é só corpo, isso daqui “muito separado.

Entrevistador: Fragmentado?

Entrevistado: É.

Entrevistador: Ficou muito fragmentado. Na questão das disciplinas, elas mudaram muito?

Entrevistado: Sabe o que eu acho que nunca teve com a gente, nós já tentamos, não sei quando agora pra te falar de época, de todo mundo ta falando a mesma língua entendeu, o corpo, o corpo ele anda aonde? Ele anda aqui, lá, lá e lá, tudo bem se você pega o projeto no papel ele é lindo, o corpo ta desse jeito que eu estou te falando, chega na hora da prática, o corpo não existe desse jeito, então isso que faltou, você entendeu, por exemplo, tem gente ainda que aquela disciplina você vê, motricidade e linguagem corporal precisou ser extinta, não tinha ninguém pra dar essa disciplina, um assunto, eu, Mauro, tudo dentro da semiótica, onde já se viu, o mundo é isso, entendeu o que eu quero dizer, é não tinha o especialista, e não precisava ser especialista, no meu ponto de vista todo mundo, o futebol, o basquete, o handebol, tinha que saber isso, saber que eu digo não no sentido só do conhecimento, é como você entrar numa cozinha, você tem que saber que aquilo é arroz, aquilo é feijão, que aquilo é tudo, mas voe tem que fazer uma mistura boa, um bom prato, isso faltou, isso eu sinto muito viu, acho que eu vou morrer e não vou ver não.

Entrevistador: O que de fato mudou nas disciplinas do curso depois da reestruturação de 90?

Entrevistado: Nas disciplinas?

Entrevistador: É, houve mudança nas disciplinas?

Entrevistado: Alguns nomes eu acho.

Entrevistador: Em relação a carga horária?

Entrevistado: Eu vou te falar uma coisa, nome e vou te dizer que se você pegar o plano de ensino...não sei.

Entrevistador: A carga horaria mudou das disciplinas?

Entrevistado: De algumas eu acho, não lembrou, mas minhas não.

***Entrevistador:* continuaram a mesma?**

Entrevistado: É, tendo que dar as 60 horas de dança que eu sou contra, certo, e você capacitar um aluno pra ele falar em nome da dança com 60 horas.

***Entrevistador:* Acha pouco ou muito?**

Entrevistado: Muito pouco tem faculdade de dança de cinco anos, então não capacita, então o CREF não pode entrar na dança, nesse sentido, não é? Porque quem faz faculdade de dança não pode entrar pra dar aula de esporte, contrario é verdadeiro, com 60 horas como você vai atestar que uma pessoa que é capaz de dar com 60 horas de dança aula.

***Entrevistador:* Essa reestruturação o que ela mudou de fato para os professores, para os docentes do departamento?**

Entrevistado: Ah, não sei viu, não sei como mudou, mudou assim, eu penso que eles tiveram, nós tivemos que nos adequar né, a minha não mudou praticamente nada Pedro, meu seguiu ali redondinho, assim, com a evolução, mas como você vai mudar o corpo do jeito que ele estava trabalhado, o corpo é aquele corpo que tem todas as funções e dentro da arte, dos esportes, dentro do esporte, todos os lugares, certo? Então a gente já discutia isso, então na disciplina de dança, o que era dado? Coreografia, pra pelo menos tentar capacitar pro neguinho sair olhando um teatro, uma coreografia e saber ó “ta fora do ritmo... aquela frase musical não cabe nessa sequência de movimento” então eu tentava capacitar pra isso, pro aluno estar lá fora e pra ele saber que aluno dele deveria saber isso, tanto que eu recebo super., é, trocentos e-mails, monte de coisa, uma delícia, mostrando os trabalhinhos agora, super feliz.

***Entrevistador:* Na universidade pública tem o famoso tripé ensino, pesquisa e extensão dentro dessa reestruturação em 1990 houve alguma mudança ou foi mencionada a importância desse?**

Entrevistado: Ah sim, logo que foi, não foi nem em 90 não, foi em 88, nos já ficamos, a CPRT que a comissão que hoje é a CPA vieram com dozes membros sentados ali na sala 01, parecia os reis, entendeu, judiação né, todos ali e a gente que estava sendo encampado, eles vieram falar o que era, ali eles já falaram do ensino, pesquisa e extensão pra nós, que era o tripé isso em 88 que nós ficamos ciente disso, já sabíamos antes enquanto UB que era o papel da universidade né, mas com peso, de cobranças enquanto relatórios e avaliações, nós ficamos sabendo em 88, tanto que foi uma correria viu “ aí Jesus, como nós vamos fazer “ daí foi que aconteceu o seguinte, quem era horista, virou pra 40 horas pra poder dar conta do tripé, foi nesse período.

Entrevistador: E na reestruturação de 90 vocês abordaram de algum modo o ensino, pesquisa e extensão?

Entrevistado: Sim, continuou.

Entrevistador: E como funcionava basicamente a extensão?

Entrevistado: A extensão?

Entrevistador: É.

Entrevistado: Eu vou falar de mim tá? Eu não sei dos outros. O esporte era forte né, eu dava de aula de ginástica ali no Guilhermão pra funcionários e comunidade externa, sempre a garotada, era uma delícia e as vezes atendia instituição dos cegos depois quando a Marli chegou muito mais né, ajudava ela e o esporte tinha, é bem pratico viu, era aula de futebol, tinha o Caetano com hand, com basquete, o marquinho com vôlei, é Milton já tava acho, trabalhando com natação ou Loyl trabalhava com natação, o hand era por conta do Cadualon e nós sempre tivemos extensão desde a UB.

Entrevistador: Mas era basicamente escola de esporte?

Entrevistado: Sim, era, na verdade era atividade né, uma atividade prática de esportes, então a gente atendia os estudantes porque muitos problemas já estavam surgindo com drogas com essas coisas e a gente atendia nesse

ponto com a intenção de ajuda-los a pensar melhor o corpo né.

Entrevistador: E quem dava as aulas era você mesma professora?

Entrevistado: Na parte feminina sim.

Entrevistador: Na extensão também?

Entrevistado: Também e ainda a gente dava o código 027 que era o integral, era sabe aquela que já falei pra você, a educação física para o terceiro grau?

Entrevistador: Sim.

Entrevistado: Também demos.

Entrevistador: Para os alunos de outros cursos?

Entrevistado: É.

Entrevistador: Tinha aluno bolsista na extensão?

Entrevistado: Tinha, mas não ganhava nada.

Entrevistador: Não havia bolsa em dinheiro?

Entrevistado: Só começou com a encampação da UNESP e eu era da comissão da, de extensão, sempre fui sabe, chamava CPEU, agora é...não sei.

Entrevistador: Tem um nome mas eu não sei.

Entrevistado: Um monte de relatório bem , tinha que fazer e da CPEU fiquei anos, olha acho que uns 20 anos, mais até eu tinha, era comissão grande, você dava parecer de todo mundo , de todos os projetos de extensão, até de externos né, então era uma comissão forte e eu sempre fui desse lado.

Entrevistador: Aí depois na época da UNESP tinham os alunos bolsistas que ajudavam na extensão?

Entrevistado: Sim, sim, eu também sempre tive aluno bolsista, tanto pra extensão, eu colocava na minha extensão porque tinha aquela bolsa PAE do aluno carente, a gente também os envolvia na extensão.

Entrevistador: Bolsa auxilio extensão.

Entrevistado: Bolsa auxílio carência.

Entrevistador: Professora, o que queria perguntar é o seguinte, em 97 teve outra reestruturação, quando eu comecei entrevistar eu achei que havia sido uma mudança muito grande e tal e aí fui pegar os planos, pedi na graduação e fui dar uma lida, pelo que eu vi nos planos, nessa época eu vi bastante o nome da professora ***.

Entrevistado: Porque ela era coordenadora.

Entrevistador: Eu vi que basicamente ela mudou o seguinte: as disciplinas de estágio, pratica de ensino...

Entrevistado: Foi obrigatório.

Entrevistador: Ela criou o projeto de monografia e aí começou a surgir por conta e iniciativa dos professores as optativas que eu fui acessando, aí eu queria saber se dentro, ela mudou em 97 mas acho que ela começou em 96 e eu gostaria de saber se a senhora teve envolvimento nela?

Entrevistado: Tive, tive.

Entrevistador: A senhora pode contar um pouquinho?

Entrevistado: Posso, era a tal das planilhinhas lá também, todo mundo fazia dá mesma forma pra poder agilizar, porque todo mundo trabalhando muito e estudando né então a *** fazia isso, só que a ***, ela reunia mais pra si, é, então ela já comandava aquilo e pronto acabou, então ela pedia sugestão, ela centralizava mais, ela pediu a sugestão, todo mundo deu e agilizou nesse sentido, entendeu, agora, o projeto de monografia, as outras coisas, foram todas ditas de cima pra baixo.

Entrevistador: De cima de onde?

Entrevistado: De cima do MEC, não é MEC que a gente pode falar é uma comissão que tem.

Entrevistador: Mas veio de instancia federal que a senhora quer dizer?

Entrevistado: É, porque tinha reestruturar as coisas e também do próprio

núcleo acadêmico, de ensino, que tinha que ter o projeto de todo mundo tinha, as faculdades até privadas tinham isso, entendeu, tinha que ter projeto de monografia, monografia, trabalho de formatura chamava, não era nem monografia né e acho que até hoje é por aí, foi meio que obrigatório.

Entrevistador: Eu sei, não sei se tem relação, acredito que sim, em 1996 teve a LDB e a LDB que sei que uma das coisas que ela mudou que teve que enquadrar foi a prática de ensino, até então o estágio eram obrigatório 300 horas e subiu pra 400.

Entrevistado: É, nisso que teve essa reestruturação aí.

Entrevistador: Então ela foi reflexo da LBD?

Entrevistado: Foi, foi, nada a gente podia fazer como sugestão daqui pra cima, se até sugere, mas você recebe as ordens de cima pra baixo, pra poder andar mais ou menos parecido né, teve uma ocasião que eu até achei que ia dar certo viu, ia ter uma por exemplo que estava lá no Piauí ele ia poder passar pra cá, isso foi uma coisa muito tímida, foram falas, ele poder passar por exemplo, pra UNESP de Bauru sem ter que ter muita reorganização no currículo dele.

Entrevistador: Tem um nome isso, não tô me recordando.

Entrevistado: Não era nem uma adaptação.

Entrevistador: Eles fazem...

Entrevistado: Isso daí, teve umas falas assim meio que né, veio pra baixo

Entrevistador: Não foi aceito?

Entrevistado: Não foi aceito por conta das regiões, quem entendia dessas coisas, quem era bom nessa área de currículo, que eu baixo minha cabeça né no sentido de avaliação, os educadores, eles avaliaram de uma maneira seguinte, de que a região de Bauru trabalha com tais, tais, tais, tais expressões, à outra com tais, tais, o Piauí com tais, tais, como você ia deixar isso claro pra todo mundo, era meio que utópico né.

Entrevistador: Professora, nesta reestruturação de 97 também houve uma comissão ou ficou mais?

Entrevistado: Houve, mas a *** deve ter sofrido um pouco coitada.

Entrevistador: Porque já tinham outros docentes no departamento?

Entrevistado: Tinha, sempre teve comissão bem, reuniões infundáveis, infundáveis que a gente morria até de fome, fazia até coisinha comer, pra poder passar e ter fôlego né, porque pra poder discutir e as discussões ficavam mais ou menos naquela bateção ali, a aquilo ia, e aí “vamos passar pra próxima reunião” então, a *** puxou bastante pro lado, centralizou bastante, pra poder caminhar, senão não era possível.

Entrevistador: Senão não ia pra frente?

Entrevistado: Não, muita opinião diversa, entendeu, esse é o problema na universidade como um todo, você não vai encontrar gente pensando a mesma coisa, nem mesmo o mundo né, então, as vaidades e o poder nessa hora, nossa, aflora demais, mas conseguiu viu.

Entrevistador: A senhora acha que os objetivos dessa reestruturação em 97 foram atingidos?

Entrevistado: Pelo menos no papel pra aquilo que a gente escuta foi, agora, se dentro da sala de aula foi não sei.

Entrevistador: O que de fato mudou, essa segunda reestruturação?

Entrevistado: Esse negócio aí por exemplo não tinha, nunca teve o projeto de monografia e nem a monografia e nem apresentação de monografia, isso foi uma coisa significativa eu acho porque já prepara o aluno academicamente mesmo, pra ele tentar depois um mestrado um doutorado, veja, se meu currículo tivesse me dado um base dessa talvez a gente não teria sofrido tanto não é, é isso que eu acho bonito, a vida do currículo do ser assim, entendeu, eu acho que foi atingiu sim viu, a trancos e barrancos de uma forma talvez sofrida pra alguns né, pra outros não, mas eu acho que sim.

Entrevistador: Houve conflitos entre os docentes?

Entrevistado: É conflito sempre tem né Pedro.

Entrevistador: Mas é baseado em que disciplinas, o que seria?

Entrevistado: Eu acho que disciplinas, maneira de dar as coisas, entender aquilo, por exemplo, eu vou falar por mim, eu tinha 14 orientados, tinha gente que não tinha nenhum, entendeu, então isso fica difícil, você não pode afirmar se é por conta do docente, de ele não querer ou se são afinidades, questão de área né, então, isso é um conflito.

Entrevistador: Teve participação dos alunos nessa segunda reestruturação?

Entrevistado: Na reunião eu lembro que tinha, sempre dois.

Entrevistador: Podem ser os representantes do conselho de curso?

Entrevistado: Sim, mas também tinham os convidados, mas com uma fala muito tímida, porque eles vinham bonitinho com as propostas sabe.

Entrevistador: Eles traziam?

Entrevistado: Traziam, eu lembro de uma menina que trouxe uma proposta tão bonita, assim, do que gostaria que mexesse no plano de ensino.

Entrevistador: E era absorvido pelos docentes ou não? Chegou de fato entrar ou ficou só na sugestão?

Entrevistado: Eu acho que ficou na sugestão, eu acho, né, porque se você abre a porta, você tem que deixar entrar e servir salgadinho, docinho e cafezinho né e pra isso você tá recebendo uma pessoa e então o pensamento disso, dessa pessoa é muito importante, mesmo que fique uma pinceladinha, você não acha? E por que abrir então? Então não abre eu sou meio radical nesse ponto, ou você abre a porta e recebe direto ou você não abre, porque você gerar expectativa, veja só pro aluno que gostoso, você falar “nossa fui convidado pra um reunião x vou dar meu palpite ou palpite da turma, nós vamos ser ouvidos e vai estar lá nossa contribuição” maravilhoso né.

Entrevistador: O que eu queria perguntar, não tá no questionário aqui professora, eu ouvi algumas entrevistas, como a senhora tinha falado né, a gente veio de uma outra formação, demoramos até conseguir o acesso a mestrado e doutorado, dentro aqui do departamento, dos professores que vieram depois já com mestrado doutorado havia uma certa, um certo abismo, ou preconceito?

Entrevistado: Uma rejeição?

Entrevistador: É.

Entrevistado: Claro, nítido, tão nítido em questão das salas, coisa de outro mundo bem.

Entrevistador: Mesmo assim, você terem, serem mais antigos no departamento havia ainda essa?

Entrevistado: Nossa.

Entrevistador: Pelo fato da titulação?

Entrevistado: Eu não posso te afirmar se é por conta da titulação, da minha parte nunca foi, na minha mesa sempre estava, ou se era talvez, medo.

Entrevistador: Do que?

Entrevistado: Ah eu acho, eu sentia assim sabe, não eu sentia isso, mas eu sentia o clima, talvez medo de mostrar uma, aquilo que eu não sei, aquele outro lá vai descobrir, entendeu, vamos supor, deixa eu ficar clara na família, eu gosto de mexer com família, por exemplo, você tem os filhos na sua casa, você adota um vem de fora, a rejeição ali é instantânea, mesmo que abafada, acobertada, ela existe, velada, então, agora porque, será que é medo desse filho de fora ter mais carinho dos pais? De ele vir com uma proposta de conhecimento, de afeto, vamos pensar em afeto, maior? Então transferindo pra isso, o afeto pelo conhecimento ou que na nossa área você sabe que é difícil, porque quem teve lá atrás não teve área biológica nenhuma praticamente, a minha turma começou aprender anatomia, minha turma já tinha passado trocentos mil, os mais velhos do departamento,

entendeu, a minha geração teve anatomia, no tanque, eles não tiveram, então a defasagem de conhecimento é muito grande então eu penso que as vezes por ciúmes, você não quer, abrir, tem que abrir tua casa mas você não quer abrir seu coração, entendeu? Talvez pode ser isso, teve coisa pesada viu bem, teve.

Entrevistador: Muito conflito dentro desse?

Entrevistado: Teve assim muita rejeição, eles sentiam e os meninos, a moçada nova sentia, eu sei porque eu era meio que ponta.

Entrevistador: Mas era entre que veio da época da UB?

Entrevistado: Não porque só teve UB e UNESP né.

Entrevistador: Então foi mais com os que já vieram com mestrado, doutorado de fora?

Entrevistado: Sim, olha quando chegou Marli, vou falar nome pra ficar mais fácil, mais pelo amor de Deus, pra eu poder lembra, olha, quando chegou Marli, Dagmar, Claudião, Milton, Serjão, acho que parou por aí, foi... quando eles chegaram, você acredita que era assim, sala do fundo era ali, outra sala, outra sala, outra sala, até chegar na mulherada que era eu, a Jô, a ***, e ***, ali, ali ninguém queria ficar, porque a gente conversava demais, nós fomos todas amigas de escola, então eles já rejeitavam aquela sala, só que os mais novos não tiveram chance de escolha, porque chegou assim ó: “ Vocês vão ficar nessa sala viu, todo mundo junto, essa sala é de vocês” e em vez de: “O Marli você fica na sala da mulherada que você também fala muito , Dagmar você não fala tanto mas se você quiser ficar na sala, você escolhe” escolha.

Entrevistador: A rejeição partia de quem? Dos professores antigos?

Entrevistado: Não sei se também, acho que sim, não, não posso afirmar isso, ia se muito rude se eu falasse isso ou talvez pela chefia.

Entrevistador: Mas era mais de quem era da época anterior?

Entrevistado: Eles não tiveram escolhas judiação, eles chegaram e “a sala

de vocês é essa” quem montou isso que eu não posso afirmar.

Entrevistador: Mas no caso dos professores que, por exemplo, entraram aqui com mestrado doutorado, havia?

Entrevistado: Eles já entravam com mestrado, senão não entrava.

Entrevistador: Então havia da parte deles um certo, vamos dizer, olhar para baixo dos professores que não tinham essa titulação?

Entrevistado: Eu nunca senti isso, pelo contrário, eu sentia acolhimento total, eu sempre trabalhei em pesquisa com todos eles.

Entrevistador: Não havia a diferença entre “eu tenho doutorado e você não”?

Entrevistado: Não, Serjão, me ajudou, bom eu sempre fui amiga de todos né, mas Serjão me ajudava barbaridade, Claudião um encanto, Milton até hoje, Marli até hoje, até os mais novos que entraram aí, Júlio, voe entendeu? Eu nunca posso “ah” deles, porque sempre “ai gente não estou entendendo esse negócio aqui” ou “O Serjão o que é essa coisa de aprendizagem motora não é isso aqui tô entendendo?” porque nem não sabia se era outro nome novo e ele falava “não *** isso daí aquilo sim que você ta pensando que você aprendeu lá atrás” então eles me ajudaram a fundir, que o que eu queria, eu estava procurando, fundir um conhecimento que eu tive, sem continuar o estudo, então eles me ajudaram muito, a fazer esse aponte pros novos conhecimentos com nomes diferentes, com tudo você entendeu, eu adorava, e eu entrava na área de todo mundo, Sergio Cunha, a Silvia, a Gracinha, a Silvia ela dava aula de, ela era do departamento, lindíssima por sinal, ela dava aula de que? Fisiologia não sei de que, tinha um cabelão, uma graça de menina, todos, todos, olha, eu nunca tive problema, a doutora Mara, nossa quanto me ajudou, eu não sei que acho resistência talvez Pedro, era poucos que estavam resistentes, na verdade eu acho que calhou, bateu, na verdade mesmo o sofrimento que nós tivemos na encampação.

Entrevistador: Foi muito difícil esse processo?

Entrevistado: Foi bem, foram muitas perdas, pessoas amigas de ficarem doentes, morrerem, você entendeu, com a cobrança que era, e a instabilidade, tanto que tem vários trabalhos aí publicados sobre os TED's, porque foi uma coisa assim, você não era nada, você era tudo isso aqui, não por conta de vaidade, não é isso, você era um professor universitário, de repente quando encampou formou uma abismo que você não era mais nada, você não sabia mais nada, você nunca deu aula de nada e muitos correram pra buscar e essa porta que eu te falei era fechada não só pra nós na UNESP, USP, isso espalhou pro estado, então qualquer e o sofrimento, você queria estudar, você queria se titular por conta das obrigações também por conta do seu gosto, eu entrei aqui pra estudar, quando eu entrei na universidade, o que aconteceu, era tanta rejeição e a gente sofria tanto, rejeição mesmo que era assim, você chegava no café, por exemplo, na USP, tinha alguns professores que não vou falar o nome, alguns professores no mesmo café, na USP “da onde você é? Da UNESP tá” e saia “de Bauru?” Bauru ficou assim, um cocô de arara sabe, esparramou pro estado inteiro que a gente ganhava como doutor e não sabia nada, uma judiação e muitos aqui de dentro, engenharia etc., correram por conta de não ser tão sofrido a entrada deles em outros curso, a UFSCar fechava a porta, pra pessoas de química, de física, de engenharia, foi muito feio, eu acho que as rejeições se deram, rejeições instantâneas também porque durou pouco também viu esse negócio, pergunta pros mais novos pra você ver, que dá um trabalho bacana, é ficou assim por conta desse susto que todo mundo levou, da encampação, porque quando encampou a UB existia, era FEB lá atrás, ***, Caetano e *** era FEB.

Entrevistador: Década de 70 né?

Entrevistado: É, acho que até antes, então veja, FEB, até chegar 88, UB com todos eles trabalhando pra caramba pra universidade crescer que virou

universidade, de repente receber essa, esse balde, eu sofri menos sabe por que? Eu sofri, mas eu penso que menos que eles, porque eu dava, [inaudível] eu cheguei em 86, nova tal e tal, não tive aquele coisa lá atrás né, de repente 88 encampou ainda tava naquele bolo, então eu não sabia o que era, se eu era UB, se eu era o que eu era, então eu sofri uma encampação menos dolorida, mas foi, foi porque eu tive essa rejeição, tinha uma professora lá de rio claro que não olhava na minha cara, tive muitos amigos lá, muitos queridos, por sinal uma já até morreu a Cátia mais querida, mais tive pessoas.

Entrevistador: A cobrança do mestrado e do doutorado vinha de que órgão aqui da UNESP?

Entrevistado: Da CPA, hoje, chamava CPRT, é.

Entrevistador: Mas era cobrança constante?

Entrevistado: Constante, constante.

Entrevistador: Vinham por e-mail? Nem havia e-mail né?

Entrevistado: Reuniões, eles vinham tudo de São Paulo.

Entrevistador: Falava “e aí pessoal como ta?”

Entrevistado: Como que está, você tinha que dar os relatórios, a Dagmar não pegou isso, nós os mais velhos.

Entrevistador: E a cobrança da titulação a senhora pode dizer que te fez mal?

Entrevistado: Ai não, pra mim foi ótimo, era o que eu queria, nossa eu só agradeço, foi sofrido por conta que eu não conseguia, falaram que era Bauru já... entre as UNESP's era um horror, Marília não aceitava, Assis não aceitava, ninguém aceitava, porque era TED da UNESP de Bauru

Entrevistador: E entre os professores, aqueles que não fizeram, no caso, não chegaram a ter o doutorado, ****

Entrevistado: Salário né.

Entrevistador: aposentaram com salário menor?

Entrevistado: É, aposentaram.

***Entrevistador:* Mas a cobrança em cima deles foi maior?**

Entrevistado: Foi a ponto de ter que pedir aposentadoria rápido, pra não perder.

***Entrevistador:* Ai aconteceria o que?**

Entrevistado: Coloca à disposição.

***Entrevistador:* Como assim?**

Entrevistado: Porque essa comissão de avaliação, se você não produz, é como hoje, tem um monte que pode perigar entendeu, mesmo sendo concurso público, se você não produz, porque tem assim, tantos livros, você tem que ter, tantos trabalhos científicos, então tem um monte, se você não preenche aquilo, você pode ser colocado à disposição e teve.

***Entrevistador:* Exoneração seria?**

Entrevistado: Não é exoneração, você perde a disciplina, você perde o cargo, então o que aconteceu? Alguns tiveram que pedir aposentadoria rapidamente, com menos salário.

***Entrevistador:* Difícil**

Entrevistado: A professora ***, por exemplo, ela teve um problema seríssimo.

***Entrevistador:* Ela não conseguiu aposentar com doutorado mesmo tendo defendido né?**

Entrevistado: Não ela defendeu lá na argentina né.

***Entrevistador:* Mas não foi aceito?**

Entrevistado: Não foi aceito, não é aceito, ela sabia disso.

***Entrevistador:* Por ser argentina?**

Entrevistado: Porque é assim quando você tem um doutorado de fora o do Serjão foi aceito, lá dos estados unidos, não Canadá, é, por que foi aceito? Porque passa por essa comissão, tudo da vida da gente é essa comissão, relatório vai ao banheiro faz de conta né, a comissão vê, eu ia dar curso em

tal lugar, eu tinha que esperar a comissão falar que eu podia ir pra poder ir, dar o tal do curso, então tudo o que você aqui dentro, vamos por essa palavra pesada mas não é, “vigiado”, entre aspas e cobrado então quem fez tudo em quantitativo também não é cobrado, você entendeu, mas quem não fez é, então qual foi o problema da *** coitada, ela teve que se aposentar né, por que não foi aceito esse bendito desse doutorado? Porque não cabia, a universidade não... homologa o doutorado, quer dizer eles desconfiam do doutorado.

Entrevistador: Como se não fosse um doutorado, uma coisa mais?

Entrevistado: quer dizer não é da linha, por exemplo, você tem, eu por exemplo, vou falar de mim ao invés de falar da coitada da ***, é eu pego e peço pra fazer meu doutorado em ... na china, no oriente, o que eu tenho que ver ninguém tem nada com isso, eu quero estudar lá, mas, a universidade de lá, não, o currículo, todas as histórias, não batem com daqui, mas aqui no Brasil teria USP, pra me pegar, a UNESP de Bauru que me pegou, rio claro....então você esgotou isso do brasil você vai pra fora, entendeu, então da *** aconteceu mais ou menos isso, então o que, a proposta dela de doutorado cabia no brasil, nos curso do brasil, então a pessoa do CPA questionou isso e como ela ia fazer, como ela ia fazer judiação, cabia, mas ninguém aceitava, como você vai falar, “você me enfia de qualquer jeito” entendeu, assim como acontece com a *** e outros entendeu? Porque não adianta você querer, igual, se eu não tivesse tido o prazer, a sorte dessa professora, destes sete membros me aceitarem, eu estava igual elas você entendeu, eu iria ter que ter aposentado talvez, sei lá, por que a pressão da CPA é forte como ta sendo agora com alguns aí, entendeu.

Entrevistador: Professora acho que temos bastante material, só pra finalizar eu gostaria que a senhora apontasse o que a senhora da reestruturação lá em 1990 o que pra senhora foi positivo e o que pra

senhora foi negativo?

Entrevistado: Olha tudo pra mim foi positivo, tudo, tudo.

Entrevistador: Em relação aos professores, ao curso, ao departamento, aos alunos?

Entrevistado: Tudo, a única coisa que eu digo pra você que não é positivo é esse pensamento que eu tenho de currículo vivo que já te disse e o corpo emanando todas áreas mas voltando pra ele entendeu é, não futebol só técnica, o futebol enquanto olhar, como você enxerga, você pode enxergar uma partida, eu falo futebol porque a gente enxerga assim né, um partida de futebol você ta enxergando o homem em movimento por isso a educação corporal eu a Rita propusemos pra ter essa disciplina.

Entrevistador: Como é nome dela?

Entrevistado: Rita Antunes.

Entrevistador: Ela ta pra Bauru?

Entrevistado: Foi ótima.

Entrevistador: queria ir atrás dela?

Entrevistado: se você quer o contato dela, eu tenho ela no face.

Entrevistador: Então vou procurar.

Entrevistado: Vamos desligar isso aí.

Entrevistador: Professora então só pra finalizar, mais uma vez obrigado, no dia do seu aniversário ne, quem ganha o presente sou eu né.

Entrevistado: Você viu que gostoso, é tudo que eu gosto.

Entrevistador: Muito bom, excelente.

Entrevistado: Fazer o que gosta no dia do aniversário.

Entrevistador: Aliás, fazer o que gosta ajudando os outros né, porque sem os professores acho que não existiria essa pesquisa, eu posso fazer uma pesquisa baseada só no papel não seria aceito iriam falar “ Pedro isso dá um artigo não dá uma dissertação”.

Entrevistado: Hoje minha madrinha me falou assim me cumprimentando né “mas você vai pra UNESP?” Eu falei “tudo o que eu sempre gostei na minha vida não foi ficar na UNESP e ajudando os outros, contribuindo, vou dar minha participação lá pro Pedro” então, sabe o que eu quero te falar filhinho, porque ta desligado.

***Entrevistador:* Vou desligar, eu uso dois porque eu tenho um medo de perder entrevista.**

Entrevistado: Então depois eu falo.

***Entrevistador:* Não já tô desligando, essa já está salva.**

FIM

APÊNDICE

Roteiro de entrevista

Entrevista aos professores

ENTREVISTADOR: Vou começar gravando então.

ENTREVISTADO: O que tá aqui, pode tirar essas informações aí.

ENTREVISTADOR: É do jornal da cidade?

ENTREVISTADO: É, jornal da cidade.

ENTREVISTADOR: Então saiu uma reportagem deles de 25 anos, quando a UNESP fez 25 anos saiu, mas eu li, mas era mais comemorativa né.

ENTREVISTADO: Você quer que eu responda as perguntas?

ENTREVISTADOR: A gente vai fazendo um bate papo, depois no final, o senhor assina pra gente poder usar a divulgação, mas sem o nome, então, antes eu queria agradecer o senhor por estar me recebendo na sua casa, disponibilizar os documentos, é difícil conseguir gente pra entrevistar, eu liguei pra Neusinha ela falou: “acho que eu não vou conseguir te ajudar “e eu falei: “não mas acho”.

ENTREVISTADO: Acho que ela tem razão.

ENTREVISTADOR: Então mas assim, a gente quando precisa de fonte, especialmente entrevista quanto mais melhor, porque a gente sempre acaba aproveitando alguma coisinha, talvez ajude e tal né.

ENTREVISTADO: Porque ela, ela tava mais preocupada com o trabalho dela, com a disciplina dela.

ENTREVISTADOR: Foi exatamente o que ela falou.

ENTREVISTADO: Entendeu, ela não tava envolvida em mudança curricular, entendeu, aliás acho que dali os que estavam envolvidos

em mudança curricular só o****, porque o**** teve muito boa vontade.

ENTREVISTADOR: Eu já tinha entrevistado ele, mas dessa vez ele foi e me recebeu e sentou e tirou tudo e é legal porque ele conta da carreira dela eu acho muito legal, na **** também, mas a **** eu fui na casa dele e ela falou depois né, conversamos um monte, ela é super simpática e ela falou “ olha só estou te recebendo porque você é aluno da Dagmar senão não falo mais de faculdade” eu falei “ obrigado” e até por isso que eu agradeço mesmo porque não é todo mundo que, as vezes até compreende a magnitude de uma entrevista, o quanto colabora, mas não são todos que se dispõem a reservar um espaço do dia, ou até mesmo fazer o que o senhor fez, tirar tudo isso do fundo do baú pra contribuir né .

ENTREVISTADO: Bom, então ... você me perguntou o nome e tá aqui.

ENTREVISTADOR: Nome, idade e gênero?

ENTREVISTADO: O gênero é o que você tá vendo entendeu, que eu acho estranho essa história de perguntar gênero.

ENTREVISTADOR: Na verdade é a metodologia que pede agora né, até quando eu fiz minha iniciação científica era nome, idade e sexo, e aí comitê ética volta quando coloca, já aconteceu por exemplo, de eu entrevistar um professor e falar “nome, idade e sexo” e ele falar: “e gênero?” Aí eu falei: “e gênero?” aí ele respondeu, uma coisa aleatória, mas eu gostaria que o senhor fosse respondendo.

ENTREVISTADO: Bom meu nome é ****, eu nasci em 1946.

ENTREVISTADOR: O senhor é daqui de Bauru mesmo?

ENTREVISTADO: Não, eu nasci em Mirassol, estudei em São Carlos

fiz a graduação em são Carlos, depois quando eu fui fazer a graduação em são Carlos em 68 meus pais mudaram para o Guarujá, eu vim pra são Carlos e meus pais foram pro Guarujá, meu pai era diretor de escola e ele era diretor de escola em são José do rio preto e assim mais importante escola estadual da época né Instituto de educação monsenhor Gonçalves que chegou uma época tinha cinco mil alunos.

ENTREVISTADOR: Numa escola só?

ENTREVISTADO: É dividido em extensões, mas ele comandava, mas depois essas extensões viraram unidades autônomas, viraram escola estadual.

ENTREVISTADOR: Seu pai foi diretor de escola?

ENTREVISTADO: Sim numa época e pouco u tenho do meu pai né, meu pai era instalador de escola.

ENTREVISTADOR: Ele ajudava a criar as escolas?

ENTREVISTADO: Sim, então assim vai abrir uma escola estadual em tal cidade, “seu José vai pra lá” aí ele ia lá montava tudo, contratava o professor entendeu e aí ficava um pouco como diretor até vir um outro, aí ele ia pra outra cidade montar escola.

ENTREVISTADOR: Foi em decorrência disso que ele foi Guarujá?

ENTREVISTADO: Não, não, porque ele era, aí ele instalou umas escolas ao redor de Mirassol, dos paulista, Tanabi, ele que instalou as escolas, depois passava pra, aí continuava sozinho, aí ele foi pra são José do rio preto, aí na verdade ele era secretário de escola né e aí houve um conflito no instituo de educação que era o mais importante da região né, um conflito lá entre professores aí chamaram ele pra arrumar o conflito e ele era um bom político, um bom, aí ele foi pra lá e apaziguou e o instituto ficou uma coisa muito importante, mas aí

terminou essa, depois que apaziguou ele foi pro Guarujá pra ser diretor na escola lá no Guarujá entendeu? E aí do Guarujá ele mudou pra Santos mas continuou trabalhando no Guarujá e porque não tinha estrutura.

ENTREVISTADOR: Como é hoje né?

ENTREVISTADO: Dez horas da noite apagava a luz.

ENTREVISTADOR: Da cidade inteira?

ENTREVISTADO: Só ficava a avenida principal que chegava na praia mais nada, então não tinha estrutura, não tinha médico, não tinha nada qualquer coisa que acontecia...bom aí ele mudou pra Santos e depois ele faleceu em Santos e aí deram de uma escola pra ele lá no Guarujá que é uma escola que chama escola estadual professor José Cavariani.

ENTREVISTADOR: José Cavariani?

ENTREVISTADO: É que é uma coisa interessante porque se você pergunta lá José Cavariani, tudo mundo sabe quem é.

ENTREVISTADOR: Aê? A pessoa e a escola?

ENTREVISTADO: É sabe da escola, da escola, entendeu mas muita gente, ex-alunos, que ele foi diretor na Raquel De Castro, ex-alunos da Raquel de Castro estão na minha lista de facebook entendeu porque viram meu sobrenome e foram perguntando e foi, agora minha família inteira trabalhava com educação e aí eu fui também, eu acho que eu peguei um pouco dessa coisa de instalador de escola né que eu fui convidado pra dar um curso lá na Fefisa como eu te falei, aí tinha os cursos técnicos lá da Educação Física e estavam falidos aí eu conversei com o diretor que era o dono da escola também pra ver se ele não deixava eu organizar aquilo lá, aí eu organizei e pus um coordenador pra cada curso e no fim, tinha gente que vinha do interior pra o curso lá, tinha gente de Assis fazer curso

lá, porque era uma vez por semana a noite, saía de Assis pra ir lá fazer curso porque a estrutura que eu montei era muito interessante, existia um curso técnico de futebol por exemplo e aí eu pus um coordenador e tal, a gente levava convidados, a gente tava ligados a clubes de futebol e tal, o vôlei era o Moreno que coordenava, levava também, o Wlamir coordenava o basquete.

ENTREVISTADOR: Wlamir Marques?

ENTREVISTADO: Wlamir Marques ... O Wlamir Marques era professor da graduação.

ENTREVISTADOR: Era professor lá na Fefisa?

ENTREVISTADO: Da graduação.

ENTREVISTADOR: Foi bicampeão mundial né?

ENTREVISTADO: Foi, no fim esse curso aí ficou, teve muitos alunos, foi maior sucesso lá e aí eu queria vir pro interior e prestei um concurso até o edital tá aqui no meio.

ENTREVISTADOR: O senhor fez, o senhor começou a graduação em 68?

ENTREVISTADO: 68, 69 e 70 porque naquela época eram três anos.

ENTREVISTADOR: Três anos? E depois que o senhor terminou o senhor foi pro litoral?

ENTREVISTADO: Fui eu comecei minha carreira na ... No colégio estadual da praia grande né e aí fiquei seis anos lá.

ENTREVISTADOR: Na época o curso era licenciatura né?

ENTREVISTADO: Só licenciatura.

ENTREVISTADOR: Não tinha técnico desportivo?

ENTREVISTADO: Técnico desportivo era pra quando você terminasse a licenciatura, você faria o técnico desportivo, parece que permitiam também assim, quando você estava no último ano já podia o curso técnico.

ENTREVISTADOR: E o senhor escolheu qual modalidade?

ENTREVISTADO: Pra fazer o curso técnico? eu fiz depois, eu fiz em Santos, quando eu morava lá em Santos, eu fiz em Santos, eu fiz basquete e fiz não lembro, acho que era natação, não sei, nunca gostei de natação, não sei se eu fiz natação, eu acho que foi, posso até ter feito, não lembro direito, mas não curtia muito.

ENTREVISTADOR: E a pós-graduação, o senhor estava contando que foi começar na década de 80?

ENTREVISTADO: Acontece o seguinte, que a Educação Física nessa época, era eminentemente prática não existia pesquisa, não existia pesquisa, a universidade, os cursos de Educação Física não estavam dentro da universidade, então era praticamente um curso técnico e que fazia você ensinar as modalidades esportivas e dar aula de ginástica e calistênica que agora tá voltando, então era isso que efeito, a Educação Física era assim e então tudo bem né e era assim eu lembro uma frase que eles falavam assim: “Educação Física é um fazer” um fazer, faça né, pronto e aí vai fazer e então quem ia fazer Educação Física eram os habilidosos em algum esporte, eram esportistas né.

ENTREVISTADOR: Atletas?

ENTREVISTADO: É, não necessariamente atletas porque eu não era atleta eu sabia jogar basquete, competia com basquete até paguei minha faculdade jogando basquete por uma cidade perto de São Carlos mas não necessariamente atletas, apesar de ter atletas, Nelson Prudêncio por exemplo, estudou lá na minha época né, o Nelson Prudêncio, tinha um pessoal do atletismo forte lá, o Totó que era irmão, é irmão do Hélio Rubens né, jogava em franca basquete, inclusive a gente morava na mesma república, aí por conta disso e por gostar de basquete eu conheço a família inteira lá, ele inclusive

foi meu padrinho de casamento né.

ENTREVISTADOR: O irmão do hélio Rubens?

ENTREVISTADO: É o Totô e mas eu ia sempre Franca com ele, como ele morava na mesma república ia pra lá, assistir jogos e daí ficava lá na casa do pai dele o Seu Chico e muito interessante essa parte, depois do jogo a gente ia pra casa do Seu Chico, aí sentava todo mundo eram três irmãos, o hélio, o Fran e o Totô e aí discutia sobre o jogo e eu lembro que tinha um jogo que assisti lá contra o Sírio que o Sírio ganhou, nossa, aí foi aquela discussão na ... senta todo mundo na mesa e aí bebe alguma coisa, come alguma coisa e discute o jogo né e achei interessante que eu, ameacei dar um palpite e todo mundo parou pra me ouvir, quem era eu né? O Capitão da seleção brasileira ali né, mas com muito humilde e aí inclusive uma vez eu fui numa, eu fui na casa do Fran Sérgio, Fran Sérgio, agora ele é médico e tal, o Fran Sergio tem um chácara né e ainda tem, ai nós fomos na chácara e fomos na chácara e lá tinha uma quadra de basquete claro, tinha uma quadra de tênis e basquete e ai gente resolveu fazer um vinte um né e o jogou o hélio, Fran, eu, Totó e o filho do hélio, o Helinho ... o Helinho era baixinho e gordinho e o totó era muito bravo com ele: “ vai gordo” e jogava a bola forte né, ele não consegui segurar a bola, um coitado, eu fiquei com dó dele, no fim eu chamava: “ Helinho vamos jogar tênis” e ia jogar tênis com ele lá e pronto sabe, e ele né meio pesadinho aí batia a bolsa de leve pra ele poder rebater porque senão não tinha jogo e no fim virou isso aí né.

ENTREVISTADOR: Jogador da seleção.

ENTREVISTADO: O Helinho, aí quando eu vi ele tava no Vasco senão me engano, no Vasco veio jogar aqui em Bauru e fui lá ver ele, ai fui depois do jogo fui lá conversar com Hélio né eu falei “ Hélio

que é isso né, esse moleque era gordo não sabia” foi muito interessante, bom, aí eu voltando lá eu comecei a trabalhar na praia grande em 1976 senão me engano houve um concurso pra ingresso no magistério aí eu prestei e fui aprovado e aí eu queria, ah , mas antes disso em 1974 o Totô foi, acho que 73, ou 72, totó foi convocado pela seleção e foi treinar no Rio chegou lá e lá onde eles estavam treinando, tinha uma professora que dava uma aula de Ginástica com música que muito interessante e ele gostou muito né, assim, um ... um método diferente porque na época não existia isso, foi pré-aeróbica, pré Jane Fonda, 72 por aí, bom, o Totó viu aquilo lá e achou interessante, foi lá conversou com ela e porque, a mulher dele, a Aresa né, que é minha amiga até hoje e queria e trabalhava com Ginástica lá em ribeirão preto ela alugou uma salinha e começou dar aula inclusive enquanto estudava em são Carlos, ela dava aula lá, mas era assim, uma aula, uma Ginástica estética, meio militarizada, calistênica, que hoje tá, tá uma coisa, ontem eu vi uma reportagem na Record a noite, sobre crianças em academias levantando peso e não sei o que, eu fiquei muito chocado, muito chocado e o pai e a mãe incentivando, o pai professor, fiquei muito chocado, mas era aquela ginástica lá que ela dava, então ele viu aquele método mais atraente lá mais moderno no Rio ele conversou com ela e ela falou que ela tinha feito o curso com uma professora Sueca que é a Monica Beckman, aí a, nossa isso aqui vai longe.

ENTREVISTADOR: Tranquilo.

ENTREVISTADO: Aí a essa é a sua vida, risos, aí ele voltou acabou a seleção, voltou lá pra Ribeirão falou com a Aresa mulher dele, e ele falou da Monica Beckman, dessa professora sueca que criou um método novo, mas essa era uma Ginástica escolar que ela tinha inventado porque, as crianças suecas, como era uma coisa

muito importante a Educação Física que não era aqui no Brasil, agora tá, tá mais ou menos né, tá as academias querendo entrar precocemente eu acho, porque se você não souber trabalhar com peso com essas crianças eu acho que não tem necessidade na idade que elas estão.

ENTREVISTADOR: Mais perigoso que saudável.

ENTREVISTADO: Tem mais que ensinar habilidade pra elas e fazer jogos, jogos, jogos, jogos, lúdico, a questão lúdica e não a questão de força, desenvolver força com essas crianças? Né, bom, aí ... A Aresa e o Totó resolveram ir pra Suécia conhecer o método, entrou em contato com a Monica e tal e foi, aí eles voltaram, foi em 73 que ela, que eles foram, aí voltaram deslumbrado né, com a professora com o método, com tudo né e aí nessa época, essa época ... Essa época eu era casado e a minha ex-mulher que faleceu né em 2014 ano passado, ela também não queria trabalhar em escola, entendeu, ela queria trabalhar com Ginástica, mas alguma mais artística, mais com música menos calistênica, menos né.

ENTREVISTADOR: Mais suave?

ENTREVISTADO: É ... e aí eu falei “ então vamos lá conversar com a Aresa” e aí fomos lá, a mulher do Totó, Totó foi também filmou em super 8, imagina, porque ele tinha as aulas, tinha as aulas e depois “agora vamos fazer uma apresentação, agora vamos fazer uma demonstração que nós já aprendemos” lá no ginásio de esporte, então a gente ia lá pro gramado e era pra gente filmar, entendeu, porque tinha a sequencias todas que ela passava né, tudo sem música lá, na apresentação, ela fazia pro pessoal filmar, porque também não existia o super 8, começou o super 8, era mudo.

ENTREVISTADOR: Aé? Não gravava o áudio?

ENTREVISTADO: Não tinha áudio, não tinha, vídeo nem sonhava,

bom, aí filmava, aí a gente foi até Franca, eu lembro na casa do Seu Chico e acho que o Totó não era casado com Aresa ainda, não lembro e aí Aresa mostrou pra Maria Eugenia que é a minha mulher, como é que era e deu umas diretrizes lá pra ela, aí ela começou trabalhar muito em cima daquilo, mas a minha mulher era assim, tocava instrumento, era uma pessoa musicalmente.

ENTREVISTADOR: Ela tinha um conhecimento já?

ENTREVISTADO: Tinha grande conhecimento de tudo e bom, aí, nos falamos “vamos lá pra Suécia fazer um curso com a Monica?” Em 74 “vamos!” aí fomos lá, como era mais fácil, imagina, financia a passagem em dez vezes pela VARIG.

ENTREVISTADOR: Ia de avião? Não navio?

ENTREVISTADO: Avião.

ENTREVISTADOR: Navio iria demorar uma vida né?

ENTREVISTADO: Tinha DC10, agora não tem mais Bom 74 fomos pra Suécia, chegamos lá pra fazer a curso.

ENTREVISTADOR: Sua esposa? E o senhor também?

ENTREVISTADO: Eu não, eu fui acompanhar, assim como o Totô foi acompanhando a mulher dele a Aresa que eu acho que não era casado, era namorado, aí fui, fui, fomos lá e tal, mas aí chegou lá ia começar o curso e tal, porque na época, naquela época lá homem não fazia ginástica com música, entendeu, isso era uma coisa, só pra mulheres inclusive a faculdade a disciplina de ritmo, só masculina, só feminino, desculpa, só pras meninas e eu lembro que eu tinha um amigo, o Jucá lá de Santos que estudava em são Carlos também.

ENTREVISTADOR: Estudava em são Carlos mas era de Santos?

ENTREVISTADO: É, eu também era de Santos na época, meu pai morava lá, então de Santos era o Moreti, eu e o Jucá, tinha dois

Moreti, dois irmãos e o Jucá nós éramos de Santos e aí o Jucá era louco pra dançar com as meninas lá, pra fazer aula de ginástica rítmica entendeu queria fazer, mas era uma coisa meio “não isso é coisa de mulher, não pode, não pode” aí eu fui pra Suécia em 74 chega lá, vai começar e o curso e tal, aí a gente viu quem ia fazer o curso, bom, tinha um monte de homem da Holanda, eu falei “ escuta eu vim do brasil até aqui né, eu acho isso uma coisa legal né, acho isso uma coisa legal” eu podia fazer o curso, mesmo que eu errasse tudo né, não faz mal, porque era uma coisa muito dinâmica, muito, atraia muito né, bom, aí fui lá conversar com a Monica pra saber se eu não podia fazer minha matricula, já estava lá, porque a escola fica assim, sete quilômetros de uma, dá uma desligada que eu te mostro, então a escola é essa aqui, essa escola fica a sete quilômetros de uma cidade a mais próxima, que chama Truza, que eles chamam de Truzá, não sei se tem.

ENTREVISTADOR: De quem é esse postal aqui? Quem escreveu pro senhor?

ENTREVISTADO: A Monica, porque eu nem lembrava mais dele, tava no meio da bagunça aqui, eu fui lá nas caixas né... bom fiz o curso, 74 fiz o curso, gostei muito né, eu não me saí mal não, não era aquela que todo mundo ia pra direita e eu ia pra esquerda, não errei não fiz isso, dessas loucuras não, mas a professora é muito didática, muito craque, aí voltamos pro Brasil aí eu tava morando em Santos, eu casei em 71, a gente tava morando em São Vicente, porque a minha mulher a faculdade e a gente casou em 71, acho que ela acabou a faculdade em 72, ficou um ano mais lá e aí ela tava em Santos e ai falei assim, ela né queria dar aula de Ginásticas jazz então arrumar um espaço pra dar aula, só que Ginástica jazz existe uma, exige um espaço grande porque você trabalhar com habilidades

básicas entendeu e depois é combinações de habilidades básicas depois habilidades específicas, combinações de habilidade específicas, até fazer uma coreografia, entendeu, até dançar vamos dizer assim, mas é um outro caminho pra dança, eu tô na Ginástica jazz que tá no currículo, mostra que a gente chega lá ... aí arrumamos pra ela dar aula na AABB em Santos, na AABB, aí a Maria Eugenia tinha uma prima que dava aula na faculdade Ibero-Americana em São Paulo, na brigadeiro Luís Antônio em frente ao teatro, aí, como ela tinha, foi obrigado, era obrigado ter Educação Física no currículo das faculdades entendeu, porque não ter Ginástica que exige uma sala ao invés de uma quadra, de instalações maiores, então, ela foi admitida como professora da disciplina de Educação Física lá e eles, a última sala, a sala do último andar era desocupada no dia da Educação Física e aquela sala era, as aulas eram lá, entendeu, aí eu não sei se foi em 75, 76, não lembro direito então ela dava aula na Ibero-Americana e na AABB em Santos e aí chegou lá um ano não lembro direito, 75, 76, quando foi, não lembro direito, acho que foi 75, era começo do ano, ela foi lá pra ver as aulas que ela ia dar, chegou lá o número de aula aumentou, aumentou número de aulas entendeu e ela não podia dar, não podia dar porque o curso dela lá em Santos, que interessava porque aquilo lá era um laboratório pra ela né, de vez em quando, pra você treinar, aula, aula, aula, você vai ficando craque, aí não podia dar, eu dava junto com ela e falei “escuta não posso dar essa aula?” foi igual lá na Suécia falei assim “pô os homens da Europa não tem preconceito como tem os do Brasil então aqui eu posso fazer ninguém vai zuar comigo né” pra não dizer outra coisa ... aí ele falou “pode, você fez curso lá” como quem diz “pelo o que a gente tem aqui, você cabe, você é ideal, não vamos precisar construir nada, já tá pronto a sala” e nos adaptamos a sala e

tudo, a gente que adaptou a sala e a sala inclusive era a prova de som e tudo tinha acústica boa e áudio, o áudio deles era muito bom, aí eu comecei a dar aula lá também e a faculdade, lá, eu lembro que numa das primeiras aulas minhas, na primeira fila assim na minha frente senão me engano eram três ou quatro bailarinas do balé start ?

ENTREVISTADOR: Pessoal que já dançava?

ENTREVISTADO: Que já tinha um... né, a gente fica meio preocupado, você não tem muita segurança ainda, não tem muita segurança ainda né, eu falei “bom vou fazer o que eu sei fazer” e aí comecei a dar aula sabe, só que o pessoal da dança tinha assim a... o costume que quando acabava a aula de dança delas lá ou um ensaio de dança lá do estágio por exemplo as pessoas aplaudiam, entendeu, bom eu comecei o aquecimento e coloquei a primeira música lá e comecei a fazer entendeu, assim morrendo de medo eu falei “ agora eu vou errar tudo aqui” porque eu me sentia muito inferior a elas que tinham, e a sala cheia e aí aqueci, fiz o aquecimento com a primeira música, acabou a primeira música e elas começaram a bater palmas e puxou todo mundo na palma, não acabou a aula elas já aplaudiam né porque era um método novo aí elas viram naquilo que aquilo lá podia melhorar a condição física delas pra dança entendeu, então elas viraram minhas fãs lá, graças a Deus, então aí eu comecei a dar aula lá entendeu e como lá era também uma faculdade que tinha noventa e nove por cento de mulher e uns três, quatro homens e claro né, eu dava aula e minha mulher também dava aula, como tinha mais mulher elas preferiam mais a minha entendeu e preferiam a minha porque era um homem né, mas era um barato isso e aí era época do filme do John Travolta dos embalos de sábado à noite aí começou abrir discoteca entendeu aí eu fui assistir o filme, eu e minha mulher, fomos assistir o filme pra ver como era a coreografia da dança do ...

aí assistimos duas ou três vezes o filme pra pegar a coreografia né, aí fizemos a coreografia e ensinamos a faculdade inteira e aí chegava final de semana elas iam pra discoteca e fazia a coreografia, elas sabiam e aí elas chegavam na faculdade e falavam “ professor nós fomos em tal lugar, fui na aquarius, fui na banana power, não sei lá onde né e a gente fez a sua dança” que não é minha, é do filme né que todo mundo mas antes do John Travolta tinha o Rassol que chama outra dança, que era o Rassol, era tipo de um rali gali era uma coisa lá que a gente também ensinou pra elas, como a gente usava a música do Rassol, só que a gente aumentou a coreografia porque a gente já tinha um certo gabarito entendeu, era muito simples e aumentar e as alunas já tinham adquirido habilidade suficiente pra aumentar, entendeu, então começava virar, vira pra trás, vira pro lado vira pro outro lado e gente começou colocar elementos, cada aula praticamente era uma sequência que a gente fazia, porque ela já tinha adquirido e eu também já tinha, já estava com essa condição de fazer isso, aí foi comecei dar aula lá aí comecei ficar conhecido né e aí chegou em 1978 acho que foi, 78 78 ou 77, foi 77 que eu fui, eu aluguei uma sala lá em são Paulo pra eu dar aula entendeu, como eu não tinha aluno nenhum que eu fiz? Conversei com a faculdade pras alunas da faculdade pudessem fazer aula lá no jardim paulistano lá aonde ficava a faculdade, a sala, podia, porque aí havia aquele movimento e chamava atenção, mas a minha intenção era me treinar né ficar, treinar, aula, aula, até ficar bom e aí comecei a dar aula lá aí quando os professores da USP ficaram sabendo que existia um método novo de um cara que foi lá pra Suécia e trouxe um método, correram tudo lá pra ver que método era esse, foi o Lorenzetto, a Cilene que é minha amiga até, o José Elias de Proença que é o preparador físico da seleção brasileira de voleibol, campeão olímpico

né e eu sou muito amigo dele, o Elias ... ele tirou o Elias agora é José Proença Ah ele tirou do nome? É tirou o Elas, mas eu só chamo ele de Elias eu não sei chamar de Jose Proença né, aí o Elias, falou “olha vai ter um encontro internacional de Ginástica e dança no Sesc vila nova, você não quer dar, mostrar lá uma aula, fazer uma aula aberta?” Tipo dar uma aula aberta, aí o Elias, ele era também muito interessado em ginástica, um cara super interessado, inclusive ele foi pra Argentina, América do Sul ele rodava todo mundo, onde tinha essa coisa de ginástica e ele fez minhas aulas, chamava colmeia onde eu dava aula é lá no jardim paulistano aí ele falou “você não quer dar” eu falei “vou” e fui, fui lá ... aí né, foi um auê lá porque o que existia de Ginástica naquela época era uma, era uma coisa horrorosa né perto do que eu tava mostrando lá pra elas, era uma coisa muito divertida, acessível, você não precisava ter feito nada, bom, dei o curso, dei a aula ficou, o pessoal ficou muito animado aí tinha um pessoal lá do Sesc de ... Sesc de... Catanduva aí falou “escuta, você não quer dar um curso lá em Catanduva?” fui, cheguei lá em Catanduva ... aí eu já tinha, já tinha voltado pra Suécia, eu fui em 74 e 76.

ENTREVISTADOR: O senhor foi duas vezes pra lá?

ENTREVISTADO: Três e a Monica veio pra cá também, veio na Argentina e veio no Brasil aí, tinha um pessoal de Bauru, do Sesc de Bauru fazendo lá e “você não quer dar um curso lá em Bauru?” vim aqui pra Bauru, na época ninguém, não existia curso, desse tipo, curso de Ginástica não existia e as academia estavam começando a virar academia de Ginástica, deixar de ser escola de dança, porque a única coisa que tinha música era a dança, principalmente o jazz, dança jazz, entendeu, a dança jazz você precisa ter alguma habilidade porque senão você não acompanha aí eles dizem pra você

ser, pra fazer dança é obrigatório fazer balé clássico, bale clássico eu acho muito chato eu não ... me adapto aquilo lá e ... bom aí eu vim aqui dei curso, aí tinha gente aqui de Marília, fui pra Marília, “aí vamos pra São Carlos,” aí me chamaram pra escola da Polícia Militar em São Paulo no curso.

ENTREVISTADOR: Cruzeiro do Sul?

ENTREVISTADO: Fui lá dar curso, mas, eu fui 74, 76 voltei pra Suécia fiz mais curso e aí aconteceu uma coisa engraçada, imagina você dando um curso de Ginástica jazz com música dentro da escola da polícia militar.

ENTREVISTADOR: No quartel né?

ENTREVISTADO: É, mas um curso aberto, tinha gente do Brasil todo lá, entendeu, não era só, mas tinha militar, entendeu, aí tinha um militar assim, até tenho que voltar, os cursos não tinha assim, o que precisa pra um curso desse né, então eu precisava de uma coisa que eu ficava mais alto pra pessoas me enxergarem entendeu, um som assim e assado, não pode ser uma coisa fraca pra um ginásio de esportes né e aí fazia tudo, mandava as medidas e tal, o Sesc aqui que começou a ... porque eu vim seis anos seguidos aqui, dar curso, todo ano eu vinha, seis anos e uma das minhas alunas foi a **** e a Neusinha e a Jô que numa dessas vindas eu fiquei sabendo que a Unesp ia ser encampada eu tava já no mestrado aí eu falei pra ****: “**** quando abrir concurso aí você me avisa que eu venho prestar” e “ah imagina que você vem, vem nada, você não sai de São Paulo” e “venho sim porque eu quero ficar, mudar pro interior, quero ter uma chácara” que é essa aqui, e aí o ... bom aí eles já tinham uma estrutura e toda unidade que eu ia dar curso do Sesc, o Sesc campestre em São Paulo, o Sesc...fábrica de Pompeia, as vezes eu ia dar aula aberta entendeu, só uma aula aberta e enfim, aí eles já tinham essa estrutura

e já montava tudo e me convidaram também pra ir no rio de janeiro dar um curso lá no hotel gloria e eu fui lá, mas assim curso pra professores né e foi, foi e comecei a ser solicitado pra cursos né enquanto isso minha ex mulher ficou mais na Argentina, ela começou mais a dar curso na Argentina, então as pessoas, era mais conhecido que ela aqui né, no Brasil, bom aí foi, agora pra eu voltar senão a gente vai ficar falando até amanhã, aí **** que ia ser encampado e que ia ter concurso.

ENTREVISTADOR: O senhor já estava no mestrado?

ENTREVISTADO: Já.

ENTREVISTADOR: Que ano o senhor entrou?

ENTREVISTADO: 85 já tava no mestrado, aí eu entrei aqui em 89 entendeu eu já tava e enfim, ah, pra acabar a parte da ginástica aí a Monica Beckman veio dar curso, eu fiz lá em 76 e 78 ela veio na argentina depois veio aqui no brasil entendeu, aí aqui no brasil eu levei ela pra conhecer minha sala e meus alunos aí eu dei uma aula pros meus alunos aí ela ela falou “espera um pouquinho” ela entrou e deu aula entendeu, deu uma parte da aula pra eles, aí eu queria, só festa e aí 78 em 83 eu trouxe ela pra dar curso aqui em são Paulo em 83 ... não 82 trouxe ela e ela ficou na minha casa a Monica, eu fiz um curso São Paulo e um curso em Santo André na Fefisa que eu já coordenava, já era coordenador lá e eu já tinha grupo de Ginástica jazz lá.

ENTREVISTADOR: Já tinha consolidado a carreira?

ENTREVISTADO: Já, eu já dava curso lá, toda segunda feira a noite eu dava curso lá na Fefisa a noite e então era gente assim que já tinha feito uns dez cursos comigo lá aí eu trouxe a Monica e aí ela ficou em casa a gente conversou muito e tal, ela falou assim “escuta**** porque você não vai lá pra [inaudível] vai lá entendeu fazer meu

curso mas aí você vai ser meu assistente, você vai ver ser meu assistente e aproveito e mostro você pro mundo todo que tá lá né” e eu falei “ nossa senhora” né foi muito bom, falei “ vou né” eu já tinha segurança pra enfrentar essa barra e aí fui pra lá, fui pra lá e aí no meio da aula ela falava assim, mandava o pessoal sentar, ela dava uma sequência meia, meia, e falava “ senta agora que o**** vai demonstrar” aí todo mundo sentava e eu mostrava né, ainda bem que eu sabia, eu tinha segurança e aí mostrava todo mundo aplaudia e continuava a aula dali a pouco mais lá pra frente, “senta que ele vai mostrar como é que é pra gente olhar” e fazia, aplaudia, aí dava intervalo né ... ai umas ...ai algumas pessoas do mundo, porque Brasil é um país subdesenvolvido como um cara que lá do Brasil que não tá sambando e nem jogando futebol vem aqui na Suécia a mãe da ginástica, o país mãe da ginástica praticamente, “ vem mostrar pra nós como a gente tem que fazer” entendeu, então chegava pra mim e falava assim “ ah você é do Brasil?” ... “Sou do Brasil” “como é que você chegou aqui?” né, eu falei “Nossa, você não sabia nós temos companhia aérea né, nós temos companhia aérea, lá tem avião” e aí já ficava meio assim né, aí elas não se conformavam no outro dia e apresentava e tal, intervalo chegava pra mim e falava “ah você é do Brasil né? Vocês estão devendo tanto né” aí eu me enchi o saco e falei “escuta, estamos sim porque as indústrias de vocês montam lá a fábrica no Brasil e pegam os royalties e traz tudo aqui, se você tem uma condição boa de vida aqui é porque que vocês pegam de lá e trazem pra cá” uma merda né, mas assim, isso foi um outro que fez isso entendeu porque umas idiotas lá que tinha e sempre tem né, bom.... voltando a **** falou que ia ter concurso e eu falei que ia prestar concurso, pronto tô aqui na UNESP, aí vim prestar concurso, tenho edital aqui, do concurso,

depois você olha, porque não foi um curso só, eu lembro que foi um curso.

ENTREVISTADOR: Não foi uma vaga só?

ENTREVISTADO: Então, foi um curso pra disciplina, aqui ó, acho que aqui.... concurso para departamento de educação, disciplina Ginástica geral, era um concurso, o outro curso era judô a outra vaga que eu não ia prestar Judô e a outra Judô e Caratê, eu não sei, Judô e Caratê, era separado, Judô e Caratê, você vê que aqui em 1989, esse edital não sei nem a data ... bom, a data do edital, bom é 03/89 ... por aí ... aí eu prestei esse concurso aqui pra ginástica entendeu, como eu já era famoso com Ginástica, imagina se eu não entrasse.

ENTREVISTADOR: E como foi?

ENTREVISTADO: Foi escrita, depois você ... tem entrevista, escrita, entrevista e uma aula.

ENTREVISTADOR: Didática?

ENTREVISTADO: Uma aula, mas assim sala de aula, nada de prática

ENTREVISTADOR: Teórica?

ENTREVISTADO: Teórica e aí caiu um tema lá sobre Ginástica aeróbica na época, que na época era o que tinha né de Ginástica, Ginástica jazz eles nem sabiam o que era né, enfim, aí eu prestei e um dos inscritos também pra esse concurso pra Ginástica era o Henrique.

ENTREVISTADOR: Ah, o Henrique Luiz?

ENTREVISTADO: É, eu não sei se tinha mais gente, eu sei que eu fiquei em primeiro lugar e o Henrique em segundo, aqui em judô entrou o Artemio e em caratê o Lauro, aí a Mara era, era, chefe do departamento senão me engano e pra você ver que a encampação foi em 88, agosto de 88 isso aqui foi começo de 89, bem pertinho né, pode ter alguma coisa com isso aqui, então vamos aproveitar o

segundo lugar, aí isso evitaria um novo concurso, evitaria um novo concurso.

ENTREVISTADOR: O segundo colocado foi aproveitado?

ENTREVISTADO: Aproveitado, depois futuramente, mais pra frente eu acabei fazendo isso também como chefe de departamento entendeu, porque era muito difícil conseguir vaga entendeu, bom, aí eu fui aprovado e tal pra Ginástica geral porque essa tal Ginástica geral fazia parte do currículo antigo que é esse, agora eu nem sei se....aqui Ginástica geral I, ginástica Geral II, aí são não sei quantos currículos, tem um numerinho em cima, depois você vê, então entrei pra essa Ginástica geral, bom tô eu lá feliz com a minha Ginástica, meu primeiro choque, eu estudava na USP.

ENTREVISTADOR: Não tinha defendido o mestrado ainda?

ENTREVISTADO: Não... a melhor universidade do Brasil pra não dizer da América do Sul aí toda aquela coisa de USP, tá bom, “onde é o departamento? Aqui é a sua mesa” sabe onde era?

ENTREVISTADOR: Aonde?

ENTREVISTADO: Dentro do vestiário, sabe aquele vestiário que tem ali, tem o campo de futebol, onde é a sala de musculação, judô , era ali, ali tinha um vestiário masculino e feminino, no masculino eles adaptaram para ser o departamento de Educação Física entendeu, então “essa aqui é a sua mesa” atrás da minha mesa tinha um vaso sanitário... bom aí eu já fiquei meio chocado, aí eu fiquei meio chocado né, aí tava essa discussão lá em São Paulo no mestrado da mudança curricular que vai ter que mudar, quatro anos e novas disciplinas e não sei o que e a Educação Física vai mudar não vai ser mais, aí ... aí eu entrei em Abril de 89 né em março de 90 tinha que fazer um novo currículo.

ENTREVISTADOR: Tinha um ano pra fazer?

ENTREVISTADO: É.

ENTREVISTADOR: Pra adequar a legislação ?

*ENTREVISTADO: Menos de um ano, entrei em abril, eu entrei no último dia de abril, trinta de abril, quem estava mexendo com isso era o****, com muito boa vontade, eu não sei se foi nessa mesma época que a UNESP criou os conselhos de curso né e os coordenadores de conselho de cursos, tipo de um coordenador pedagógico seria né, aí quando, como eu tinha discutido lá no mestrado a questão de mudança curricular e o**** tava lá com maior boa vontade porque o**** sempre que mexia com essa coisa, essa coisa de papel era com ele porque o resto só queria dar aula e acabou né e aí foi criado o conselho de curso e houve pra ser o coordenador tinha que ter eleição mas aí eles no meu caso não houve eleição foi proclamação “toma, você é coordenador de conselho de curso”.*

ENTREVISTADOR: Nessa época tinham quantos, o senhor, a **, o****?**

ENTREVISTADO: Tinha, um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete, oito, nove, dez, onze, doze que não era, esse doze era um que tava encostado lá ... Doze, treze comigo, o Sidnei quatorze, quinze, dezesseis, dezessete com essas contratações que teve.

ENTREVISTADOR: Dezessete?

ENTREVISTADO: É com Henrique inclusive.

ENTREVISTADOR: Mas o senhor acabou sendo escolhido?

ENTREVISTADO: Por aclamação, porque tinha que fazer, entendeu, quem se habilitava, era maior abacaxi, maior bucha, a primeira coisa que você tem que fazer é mudar o currículo né, aí eu lembrei do meu pai que era instalador de escola, veio a bucha pra mim né, a bucha pra mim e eu nunca tinha, nunca fiz currículo na minha vida, acho que ninguém fez né, nunca tinha feito, porque essa oportunidade não

é sempre que aparece né, agora o grande problema também é o seguinte, tava, a UNESP tava, tinha acabado de encampar, então era uma bagunça danada que você não sabia se era UB, se era Unesp, os professores tinham resistência, tinha medo porque eram TED, medo de contrariar o pessoal da UNESP de ser mandado embora, de então era um inferno, um inferno total e ... e aí além disso né eu não podia, não tinha com quem contar.

ENTREVISTADOR: Acabou ficando nas suas mãos?

ENTREVISTADO: Sozinho, por um lado é bom, porque a coisa anda mais rápido como tinha que andar, mas por outro lado posso errar muito, porque é só eu, não se discute né, não se discutiu nada né, a minha sorte também é que eu representava a Fefisa nos conselhos de Educação Física né, porque eu acho que eu tenho alguma coisa aqui de conselho e aí ... eu ... era uma dificuldade eu como eu tava lá no CONDEFESP - conselho diretores de escolas de Educação Física do estado de São Paulo, alguma coisa assim, eu já tinha discutido alguma coisa com eles lá, assistido palestra e tal né, já tinha debatido entre os diretores né o que vai fazer e mais a USP né, as discussões na USP, eu falei “ bom o único jeito que eu vou ter pra me apoiar, o que eu vou ter que fazer é pegar o currículo de rio claro” que é UNESP, porque esse currículo além de elaborar ele tinha que ser aprovado pelo conselho, pela reitoria de graduação, tinha que ser aprovado lá, tinha que ir pro parecerista, dava o parecer dele ia lá e o conselho ... e a pro reitoria aprovaria ou não, agora tinha que aprovar, em 90 era lei federal, tinha que mudar os currículos e acabou, então me juntei, eu falei “ bom eu vou pegar o currículo da USP, rio claro, vou ficar mais na de rio claro e da UNICAMP, as duas universidades estaduais, não posso fugir muito disso, né, dessas duas, das outras duas, aí fiz entendeu, baseei naquilo ali e foi ai que

pela legislação tinha que ser aquela história lá dos conhecimentos ... aqueles três conhecimentos lá, aqui ... conhecimento filosófico, conhecimento da sociedade, conhecimento do ser humano, eu não sei se continua assim, conhecimento técnico, bom e as optativas, trabalho de formatura, e tal, bom, aí eu fiz isso aqui, montei isso daqui, só que, eu pensava assim na Educação Física até então era assim, conhecimento técnico ponto final, o resto era dos outros, outras coisa, então a Educação Física era siso aqui, era um fazer como eles falavam, então eu queria dar um e aí tinha aquela história que o professor de Educação Física era muito desprestigiado né, “ ah o que você dava, ´dá basquete, dá vôlei, dá futebol, larga a bola lá e ...” entendeu e eu falei “ eu não posso, eu não vou por disciplina futebol, basquete, entendeu, quero por alguma coisa que não é uma coisa assim sem prestígio né, é futebol mas não é um futebol sem prestígio, não posso, aí eu inventei essa história aqui né, eu assim, habilidades do atletismo, entendeu, habilidades, isso só pra não ficar assim atletismo, tal e tal” que é esse currículo aqui.

ENTREVISTADOR: Que é o primeiro?

ENTREVISTADO: Que o currículo dos anos 70 que fiz, que eu cursei, você pode ver, basquete, vôlei, blá blá blá ...esporte, esporte, esporte, esporte, não é? Então isso daqui foi uma resistência minha da minha cabeça louca de inventar que aquilo ali era habilidades do basquete, do vôlei, habilidade de não sei o que, habilidade, não sei o que lá, dos esportes, agora não sei se eles mantiveram isso, acho que tiraram né, porque hoje não precisa mais, o esporte tá com muito prestígio.

ENTREVISTADOR: Tiraram realmente.

ENTREVISTADO: É porque hoje o esporte tem muito prestígio né, tem muito prestígio, tem mais prestígio que as disciplinas de

geografia, história né na escola, então porque é uma possibilidade de profissionalização né que o esporte dá que ficou com prestígio, mas até então não tinha, dentro da escola não tinha prestígio nenhum.

ENTREVISTADOR: Professor quando eu falei com a ** ela falou que na época o pessoal criou uma comissão pra discutir essa reestruturação e tal, como foi essa comissão o senhor se lembra?**

ENTREVISTADO: Não ...

ENTREVISTADOR: Ela disse que na verdade uma comissão entre os próprios professores alguns ficaram mais apoiaram mais, ajudaram a construir o currículo e outros ficaram um pouco alheios em relação a isso, mas alguém ajudou a senhor a construir de fato esse currículo ou ficou na suas mãos?

ENTREVISTADO: Ah só se foi isso, realmente existia, mas não existia ... o que que é, eles tinham medo na verdade, não sei nem se eu posso falar isso, porque existia, existia assim uma certa instabilidade né, vamos dizer assim, com essa coisa “ah a UNESP encampou agora eu não posso ser mais o jeito que eu era na UB, agora tem que ser UNESP” entendeu? “Será que vão me mandar embora ou não vão me mandar embora”? Então eles tinham essa preocupação acho que era maior né de, porque criou uma instabilidade danada, ainda mais ganhava como doutor e não é doutor é TED entendeu, o que eu passei por ser de Bauru, com essa história de TED porque existia assim, reunião de conselhos de curso, os conselhos de curso da UNESP entendeu, eu lembro uma vez que eu fui em Araçatuba então eles anunciaram “ esse aqui é o professor**** da Unesp de Bauru” primeira coisa que fizeram “ o senhor não é TED não né? ” era muito mal visto.

ENTREVISTADOR: O TED é técnico?

ENTREVISTADO: Especializado em docência, inventaram um cargo pra encaixar porque eles não eram, não tinha nada né, não eram docentes.

ENTREVISTADOR: Então quem não era mestre ou doutor era enquadrado na categoria de TED?

ENTREVISTADO: Quem foi encampado que não tinha título nenhum.

ENTREVISTADOR: Mas o senhor não entrou com o TED, o senhor entrou como professor assistente?

ENTREVISTADO: Não porque eu não fui encampado, eu entrei por concurso, eu era assistente, primeiro que a gente entra, acho que é isso.

ENTREVISTADOR: Aí então, surgiu essa comissão, foi escolhida?

ENTREVISTADO: Eu não sei acho que sim porque o conselho de curso era um conselho então não era só eu, tinha mais membros, eu acho que a Jô inclusive, a Jô, o****, tudo, entendeu, eu acho que eles faziam parte desse conselho.

ENTREVISTADOR: Dentro desse conselho que houve essa discussão ao currículo que seria novo, currículo que seria de 1990?

ENTREVISTADO: É, deve ter tido.

ENTREVISTADOR: Então, depois que o senhor entrou na UNESP, o senhor chegou a fazer o Doutorado?

ENTREVISTADO: Foi.

ENTREVISTADOR: Aonde o senhor fez?

ENTREVISTADO: Cheguei a fazer tudo, mas não terminei na PUC de São Paulo.

ENTREVISTADOR: Havia a exigência de quem não tinha o

título de ter o mestrado ou doutorado?

ENTREVISTADO: O departamento não era institucionalizado, era tutelado.

ENTREVISTADOR: O que isso significa?

ENTREVISTADO: A Mara era da biologia e era chefe lá.

ENTREVISTADOR: Ela era chefe da biologia e da Educação Física?

ENTREVISTADO: Porque não tinha, não tinha pessoal titulado suficiente para aquilo ali virar um departamento.

ENTREVISTADOR: Qual seria o título suficiente para virar departamento?

ENTREVISTADO: Então eu não sei quantos doutores, quantos mestres, quantos, cada categoria.

ENTREVISTADOR: havia um número certo?

ENTREVISTADO: É porque ninguém, não tinha doutor.

ENTREVISTADOR: Então, nas minhas palavras, o departamento de Educação Física era um anexo, um apêndice no caso da biologia?

ENTREVISTADO: Melhor, tutelado, não é apêndice, né não é uma continuação da biologia, era um a Mara que vinha um doutor de outro pra fazer, mas quantia de mestre dava pra ser chefe então quando eu defendi o mestrado entendeu, eu virei chefe, aí me tiraram da...coordenação do curso, pra ...aí peguei outra bomba.

ENTREVISTADOR: Que era ser o chefe?

ENTREVISTADO: Não outra bomba qual era, o currículo mudou em 90, eu tenho a portaria aqui que eu virei, deixa eu ver ... tá aqui, bom ... aí peguei outra bomba.

ENTREVISTADOR: Que foi ser o chefe de departamento?

ENTREVISTADO: Fui ser chefe de departamento, qual é a bomba? A

exigência do curso mudou, esse monte de disciplina nova, quem vai dar? Coordenador de curso, essa aqui eu fui aclamado em 14/11/89, coordenador de departamento de Educação Física, 12/12/90 foi feita em março, não tinha professor, não tinha professora pra todas as disciplinas, eu não lembro qual era o primeiro semestre né, quem era, quais disciplinas, não sei se é isso aqui mesmo, isso tava valendo ou valeu sei lá, entendeu, aqui... bom, tinha fundamentos e filosofia, outro departamento dava, introdução à Educação Física, introdução à Educação Física ah...quem deu, acho que foi a Dagmar, bases biológicas da motricidade humana ... bases biológica da motricidade humana nome que também que eu aumentei daquela história de mandar as disciplinas pra biologia pra pegar de volta, anatomia, biologia, Educação Física Educação Física era uma disciplina que ... ah tinha uma outra coisa que também o seguinte, eu tinha que adaptar o currículo ao pessoal que tava ali.

ENTREVISTADOR: Pessoal o senhor diz?

ENTREVISTADO: Eu não podia mandar embora, pessoal que tinha sido encampado, eles tinham que ser aproveitados.

ENTREVISTADOR: Em relação ao currículo deles, a experiência deles?

ENTREVISTADO: Novo ... hein?

ENTREVISTADOR: A experiência deles em relação ao currículo novo?

ENTREVISTADO: Não, e assim eles não podiam sair, eles não podiam ser mandados embora entendeu e eu não podia chegar pra um professor lá e falar assim “escuta aqui, você além de dar” não vou falar nem a disciplina porque não vai ... “além de você dar esgrima, você vai dar ... introdução à Educação Física” ... “não, o que é introdução à Educação Física? Esgrima eu sei” então agora

também eu não podia mandar embora porque não sabia, o professor de esgrima não sabia dar introdução à Educação Física, quer dizer eu nem tinha esse poder de mandar embora, mas Enfim, o departamento que faria uma coisa dessas.

ENTREVISTADOR: Além disso quais foram os objetivos da, dessa reestruturação? Adequação da lei ou teve mais?

ENTREVISTADO: Adequação da lei, adequação... cadê, que número é essa pergunta?

ENTREVISTADOR: Só tô pegando aqui pra gente.

ENTREVISTADO: Não é porque eu escrevi aqui né ... ah não, não tá

ENTREVISTADOR: foi atingindo então, esse objetivo?

ENTREVISTADO: Ué o objetivo foi, se enquadrar na lei, agora só que no momento que era, um momento de transição, virou UB, passou UNESP, toda essa bagunça, a titulação dos docentes né, que os professores que não tinham titulação nenhuma, além disso, eles foram enquadrados como uma categoria que não existe na universidade, que é o técnico especializado em docência né, não existe isso, foi criado isso tudo, então foi uma confusão danada e eu querendo dar um ar, um caráter mais acadêmico pra Educação Física sabe, deixando.

ENTREVISTADOR: Através dos currículo?

ENTREVISTADO: É, deixando como uma disciplina academia que tem que estar na universidade sabe querendo dar um cientificismo que não tinha né, não tinha né, não havia, ninguém fazia pesquisa, ninguém fazia nada né, então.

ENTREVISTADOR: Na opinião do senhor quais foram as consequências dessa reestruturação em 1990, o que de fato mudou no curso? Seja para os professores, alunos?

ENTREVISTADO: Ó ... eu não sei, eu ... mudou que a Educação

Física se enquadrrou como uma disciplina ensinada numa universidade

ENTREVISTADOR: Enquanto ciência?

ENTREVISTADO: Enquanto ciência ...

ENTREVISTADOR: Nesse processo houve participação de alunos na mudança do currículo? Eu digo na construção?

ENTREVISTADO: Não.

ENTREVISTADOR: Não?

ENTREVISTADO: Não.

ENTREVISTADOR: Sei que é um ponto complicado, mas houve conflito? Dificuldades nesse processo?

ENTREVISTADO: Total.

ENTREVISTADOR: É, o senhor pode falar um pouquinho?

ENTREVISTADO: É o que te falei já, a maioria dos docentes eles vieram com a encampação da, da, Universidade de Bauru né, eles ... como horista que eu também fui horista.

ENTREVISTADOR: Que ganhava por hora?

ENTREVISTADO: Por hora

ENTREVISTADOR: Não era dedicação exclusiva?

ENTREVISTADO: Não era dedicação exclusiva, eu fui horista também, isso não é uma crítica ao horistas, então o que é, eles tinham outros empregos, dirigia equipe de não sei o que... e aí eles foram enquadrados, enquadrados entendeu como professores de uma universidade né, e ainda com título de doutor, com salário de doutor sem ter o título de doutor então é aí que já criava uma confusão, bom e aí uma outra coisa que falou assim “ olha você não pode, você tem que ser dedicação exclusiva UNESP, não pode ter outro emprego” aí eles acharam , que eu era, me falaram isso já “ ah você é um filosofo, tá filosofando” entendeu, mas aí as pessoas aos pouco

foram se adaptando também, agora pra mim também era novo, porque eu nunca tinha dado aula em universidade.

ENTREVISTADOR: O senhor comentou que havia um pouquinho de conflito por senhor não ser da UB né, o senhor vir de fora

ENTREVISTADO: Não, é ... assim, também, a maioria dos docentes se graduaram nos anos 60 e 70 como eu, como eu, então a gente tinha visão da Educação Física diferente né.

ENTREVISTADOR: Que visão o senhor tinha na época?

ENTREVISTADO: Mais esportiva, mais, Educação Física é um fazer, pratica entendeu? Então eu me considero da pratica inclusive né e foi pela pratica que eu entrei pela UNESP, então não condeno porque aí, a história era assim, não tinha outra né, a Educação Física mudou a partir do momento que a USP foi pra universidade, a USP não, a escola de Educação Física de são Paulo, que no papel desse aqui, quando ela foi pra universidade né, foi igualzinho o curso, a UB encampada pela UNESP, os professores da UB eram horistas, foram encampados pela UNESP, uma outra estrutura né então ...virou um ... muitos problemas aí de adaptação e tal, hoje não, hoje tá tudo adaptado e beleza, mas teve, ah uma outra coisa, não havia professores para as novas disciplinas e nem a possibilidades de contratação imediata isso eu não te contei.

ENTREVISTADOR: Faltava professor ?

ENTREVISTADO: De tudo praticamente, por exemplo, introdução à Educação Física faltava ... aí sobra essa eu tinha que pedir vagas para as novas disciplinas n, eu contratei, um dois, três, quatro, cinco, seis, sete, oito se não me engano eu contratei nove docentes, eu precisava de nove vagas entendeu, você acha, agora eu precisava nove, a biologia também tinha sido encampada pela UNESP,

precisava mais de não sei quanto né, a psicologia também, a física, a química, a matemática, a computação precisava de vagas, aquele monte de vagas, isso ia inchar a universidade, logico que ia inchar, quem mandou ela encampar né e aí pra conseguir essas vagas, eles achavam, a comissão de contratação lá da reitoria achava que isso aqui era um campus consolidado, que tinha tudo, imagina, tinha nada né e era tantos pedidos de vaga que invés de a gente ir lá na reitoria que a comissão veio aqui em Bauru então marcou assim né, agendou tal hora, matemática, tal hora Educação Física, tal hora não sei o que, tal hora não sei o que né, outra disciplina, outro departamento, bom, eu lembro assim, antes do meu, foi a biologia por coincidência e eles pediram um monte de vagas, algumas vagas, menos que eu ... eles negaram umas vagas lá.

ENTREVISTADOR: Pra biologia?

ENTREVISTADO: É entendeu, agora como que a contratação, a comissão de contratação ia ver esse monte de docentes aqui, um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete, oito, nove, dez, onze, doze, treze, quatorze, quinze, dezesseis e eu pedindo vaga, esses dezesseis tinham que dar conta desse movo currículo, mas não tinham formação pra isso.

ENTREVISTADOR: esse era o dilema?

ENTREVISTADO: É e eu meu incluo também né, não tô saindo fora disso não porque a minha condição também era quase igual a deles, eu só tinha um pouquinho mais porque eu discutia isso no mestrado só.

ENTREVISTADOR: O senhor fala discussão nas disciplinas né, porque foi aprendizagem motora né?

ENTREVISTADO: É, mas discussão na disciplina tinha um ... o José Guilmar que se falava muito na questão da Educação Física, de

...inclusive essa coisa de introdução à Educação Física é uma coisa que veio lá do Jose Guilmar, o que é Educação Física? Essa discussão toda, começa aí ... bom aí eu fui lá levar minha listinha de vagas, a comissão “mas professor, introdução à Educação Física qualquer um dá, uma disciplina introdutória, qualquer um dá” eu falei, acho que eu fui meio grosso com eles, eu falei “escuta não dá não, não dá não, o único que tem um pouquinho assim, uma certa, uma certa discussão a respeito de introdução à Educação Física sou eu, mas eu vou todas as disciplinas do currículo” “ah não, mas uma disciplina introdutória, impossível que lá não tenha nenhum, que pegue” “não tem!” e eu até brinquei e falei “você encamparam de porteira fechada, você não escolheram o que tinha dentro da fazenda, você cataram tudo” aí “ah mais isso como é que nós vamos dar uma vaga pra introdução à Educação Física” não era só pra introdução à Educação Física, tinha mais alguma coisa, a gente nunca pedi para uma disciplina né e no fim eu briguei e falei “tá bom, se você não querem eu não vou discutir mais que eu tô cansado de discutir, já tô de saco cheio, se você quiserem dar dá, se você não quiserem não dê, mas me avisa porque no outro dia eu entrego o departamento pra quem quiser, não faço mais nada, tô cheio” “calma professor” me deram nove vagas.

ENTREVISTADOR: As nove que o senhor queria?

ENTREVISTADO: Tudo, tudo e negaram pra biologia, por outros motivos também, pela outra realidade, tinha mais ...

ENTREVISTADOR: Isso foi mais ou menos que ano que saiu essas nove vagas?

ENTREVISTADO: Então eu acho, foi quando abriu o concurso da Dagmar.

ENTREVISTADOR: 91, 92?

ENTREVISTADO: É, aí começou entendeu, bom, aí é o seguinte, foi implantado em 90, eu não tinha docente pra dar aula né ... a atividades lúdicas até que tinha então tinha o professor que dava, eles chamavam recreação, lazer e recreação e tinha, deu, acho que deu Loyl que deu isso aqui, mas por exemplo, introdução à Educação Física não tinha, aí segundo semestre história da Educação Física, esporte e dança não tinha, é... crescimento e desenvolvimento humano, essa disciplina o Henrique mandou pra biologia que eu peguei e arranquei ela de volta, eles queriam me matar, só que aí eu não tinha professor pra dar ela, então precisava contratar, atividades rítmicas era ****, agora aqui, as habilidades eu tinha todas, é ... fisiologia dos sistemas humanos na atividade física não sei isso ... acho que eu não tinha, cinesiologia eu não tinha, bases neurofuncionais da motricidade humana não tinha, princípios básicos de nutrição, disciplina nova não tinha, e Educação Física adaptada não tinha, entendeu e o currículo começando não tinha professor, não tinha contratação não tinha nada, bom, aí fui lá na reitoria falar com o Landim, a gente falava com reitor, imagina hoje a gente nem chega perto né, mas é aí que tava ... o, bom eu fui conversar com Landim sobre as dificuldade do departamento com esse novo currículo que eu não tinha ganho as nove vagas ainda, ele sugeriu que eu conversasse com os professores de rio claro e que eles viesse dar as disciplinas aqui.

ENTREVISTADOR: Ministrar as aulas mesmo?

ENTREVISTADO: É, você acha que eles vinham?

ENTREVISTADOR: Ninguém se predispôs?

ENTREVISTADO: Nenhum e aí como eu ia fazer, não pra dizer que nenhum o José Roberto veio, acho que ele deu, depois eu olho aqui, espera um pouquinho, sugeriu que viessem ministrar disciplina, com

exceção do José Roberto, bases neurofuncionais da motricidade humana da Educação Física, mas o Zé Roberto era um cara, um bom professor, ele era um barato e eu reservava hotel pra ele vir e pagava passagem e todas as coisas, ele ganhava diária e tudo aí ele se hospedava, ele chegava e se hospedava num hotelzinho lá, aqueles lá perto da estação, ele gostava do submundo mas é um cara craque, foi super boa gente e humano né, como é que eu ia fazer, eu falei “Landim ninguém quer dar aula lá” e isso também causaria uma má vontade do departamento lá de rio claro né aí eu falei com ele, falei assim “ falei escuta, eu posso fazer uma coisa ?” existe professor lá, por exemplo, Educação Física adaptada do meu currículo, “existe alunos que se destacaram na disciplina Educação Física adaptada né e existe alunos que se destacaram nas disciplinas e que estão matriculados no mestrado, são mestrandos né e vão fazer trabalho sobre Educação Física adaptada, eu não posso pegar este aluno de mestrado sob a responsabilidade da professora de Educação Física adaptada de rio claro né pra ele ir lá dar a disciplina, até eu contratar um? ” quer dizer ele vai dar um semestre né, porque no semestre seguinte se Deus quiser eu teria um professor né, não sabia se ia ter também, porque não sabia se eles iam me dar essas vagas, o que ia acontecer né, não sabia “ é, se você conseguir” liberei a bomba dele né, tirei a bomba dele do loco dele “ ah tá bom, vai lá conversar e ver se eles concordam” aí chega lá “ Ana Maria você tem um aluno assim e assado que esteja matriculado no mestrado que possa dar”.

ENTREVISTADOR: Ana Maria Pelegrini?

ENTREVISTADO: Pelegrini, “dar aprendizagem motora né” “ah tenho, o Sérgio ... o Sérgio terminou os créditos lá em Santa Maria, já tá aqui escrevendo a tese, a dissertação e tá, pode” cheguei lá pra ... eu não sei quem tá dando adaptada lá.

ENTREVISTADOR: Mauberg

ENTREVISTADO: É a Eliana Mauberg “você tem?” “Tenho” “tá no mestrado?” “Tá no mestrado” “pode fazer isso, você fica responsável por ele?” “Fico” conversei ...

ENTREVISTADOR: Aí veio a Marli?

ENTREVISTADO: Não a Marli veio de concurso.

ENTREVISTADOR: Ela colocou um aluno?

ENTREVISTADO: Ela colocou uma aluna que tava no mestrado, uma que tinha destacado na disciplina dela, tava no mestrado, aí veio, aí tinha ... fisiologia, eu falei com Eduardo Kokobum ... não Maria Alice, a Maria Alice indicou o Cláudio

ENTREVISTADOR: Gobato?

ENTREVISTADO: É ... nutrição também, sei lá.

ENTREVISTADOR: Mas eram todos alunos de Rio Claro?

Tinham graduado em Rio Claro?

ENTREVISTADO: Graduado em rio claro que estavam fazendo mestrado na Unicamp a maioria, porque rio claro não tinha mestrado, bom, eu acho que isso foi em 93 né que o curso já tava pedindo essas disciplinas que eu não tinha professor porque os professores que foram encampados não tinham condições de dar essas disciplinas né, bom enfim e mais pra frente, já era outro problema que eu ia enfrentar que era a questão da vaga que eu me antecipei e já arrumei...bom aí eu tava lá num congresso lá que eles realizam lá não sei se ainda realizam acho que era o terceiro congresso que era, sei lá e eu acho que eu tava apresentando trabalho lá, da minha dissertação de mestrado aí eu vi um monte de professor lá, Maria Alice, Eliana Mauberg, tudo de cara feia, “você, você, tá envolveu a gente nesse negócio lá de pôr aluno pra dar aula” aluno do mestrado né, esse detalhe “a diretora falou que nós vamos ser penalizados porque nós

mandamos alunos dar aula lá em Bauru” eu falei “ pode ficar calma, calma, calma não vai acontecer nada, o reitor tá sabendo de tudo isso aqui, ele não tá, não fiz por minha conta, não vão acontecer nada, pode deixar” hoje acho que era sexta feira e o reitor dava aula em rio claro as sextas feiras no fim da tarde e fui lá e fiquei na porta da sala dele e falei “ o landim, aconteceu isso, isso, isso e isso a diretora do” como chama lá?

ENTREVISTADOR: Instituto de biociências.

ENTREVISTADO: “Instituto falou que vai punir as professoras da Educação Física” quem era a diretora? A mulher dele ... “ falou que vai punir e tal” “ não pode deixar que eu vou ligar pra, eu falo com a diretora hoje, eu falo com a diretora e explico a situação pra ela né e a gente resolve isso não se preocupe” também só faltava ele me jogar na fogueira aí ele se não me engano aqui pro diretor da faculdade de ciência que era o ... um professor de rio claro que assumia aqui, assim como o departamento era tutelado, a diretoria também era, por uma pessoa de rio claro e acho que era o Landim se não me engano... não o Landim não, acho que foi dois ou três de rio claro, bom, aí acalmou o pessoal desse medo todo e aí eu consegui ...a coisa andou, passou o semestre, eu consegui essas vagas e vamos abrir concurso né, mas assim não podia ser pra uma disciplina só né, tinha que ser pra mias de uma né e aí, enfim eu quando eu deixei o departamento.

ENTREVISTADOR: Até que ano o senhor trabalhou lá?

ENTREVISTADO: Tinha.

ENTREVISTADOR: O senhor foi docente de 89 a?

ENTREVISTADO: 2003, quatorze anos ... que você perguntou agora, bom ... bom eu ... e aí uma coisa que ficou também interessante ... porque antes de eu assumir a chefia do departamento entendeu e diante da demanda do número de vagas que precisava pro novo

currículo né e fora que tinha o currículo que continuava né eu dei aula no currículo antigo eu até preciso ver aqui como é que chamava né ... é ... tinha higiene, imagina, acho que ensinava a escovar dente, corta unha, deve ser né bom eu sei que era uma disciplina mais final de curso né, não sei agora.

ENTREVISTADOR: Então professor em relação as disciplinas novas do currículo novo né, tanto a nomenclatura como a carga horaria foi um processo mais pessoal do senhor?

ENTREVISTADO: Foi.

ENTREVISTADOR: Não teve a participação efetiva do restante do corpo docente?

ENTREVISTADO: Eu não sei te afirmar com certeza né mas diante da ... da urgência de implantar o currículo, tinha que mandar pro relator né, pro relator relatar ne, entendeu, a gente não podia, eu não podia é ... demorar muito né, porque senão o currículo não ia ficar pronto, isso aqui ó, olha, “a disciplina introdução passou a ser ministrada em três créditos, a disciplina de fundamentos de sociologia” depois do relator, então eu fiz uma coisa e depois houve a mudança “ Educação Física I e II foram unificadas, passando a denominação de Educação Física com quatro créditos” eu tinha feito um currículo e o Zé Maria relatou e eu mudei de acordo com , eu não podia contestar o que ele falava.

ENTREVISTADOR: Ele dava o parecer e o senhor tinha que seguir?

ENTREVISTADO: Eu tinha que seguir, porque senão como é que eu ia contestar, eu não tinha, eu tinha que trazer pro pessoal discutir aqui e bater de frente com ele, como eu é que ia? Esse currículo não ia funcionar em março não é, então foi, foi mais isso, logico que eu coloquei no conselho de curso e o conselho de curso aprovou, eles

sabiam disso, eles assinaram, “a disciplina atividade rítmica” que eu tinha posto, “incorporou a disciplina atividade rítmica e dança escolar em alteração de seu número de créditos, foi criada a disciplina denominada dança com quatro credito” assim a nomenclatura também, eles me davam né , por exemplo, dança, a ***** que não era dança escolar, eu lembro era dança, “introdução à Educação Física foi reunida na disciplina Educação Física escolar adaptada configurando agora Educação Física adaptada com quatro créditos, então tinha disciplinas que tavam na hora que eu fiz o currículo que ele mudou e eu no fim tive que acatar e assim isso foi 13/11/90 março tinha que ser começar a funcionar, aprovado né, começar a vigorar né.... então até o Zé Maria eu lembro direitinho que ele falou que que lá em rio claro eles tinham condições de discutir porque o corpo docente lá né, já era a UNESP há muito tempo e já tinha gente lá com titulação e tudo entoa eles discutiram ... até, quando foi falar sobre o ... analise dele do currículo nosso, ele falou assim “isso aqui a minha opinião foi voto vencido” na reunião deles.

ENTREVISTADOR: Então o currículo de Bauru foi discutido lá em rio claro?

ENTREVISTADO: Não, o currículo deles foi discutido lá com eles entendeu.

ENTREVISTADOR: Sim.

ENTREVISTADO: Aí como o meu foi baseado no dele e eu as vezes mudava o nome de uma disciplina pra não ser idêntico, outras eram idênticas mesmo entendeu e também não tem problema, qual o problema? E eu não posso inventar uma dança asiática né, se o negócio é dança, cobre dança asiática? Cobre, então é dança então é, aí eles discutiram lá o currículo deles e ele deu opinião de mudar

alguma coisa lá e o voto dele foi vencido quando ele pegou o meu pra analisar “ele falou o meu voto foi vencido lá, mas eu acho isso aqui que você tem fazer” entendeu.

ENTREVISTADOR: Entrou um pouco o lado pessoal?

ENTREVISTADO: Pessoal dele e a gente teve que engolir pela urgência da história aí né e então ...Bauru foi ‘sui generis’ né

ENTREVISTADOR: Foi o que?

ENTREVISTADO: Sui generis, encampação.

ENTREVISTADOR: O que quer dizer a expressão?

ENTREVISTADO: É único né, esse momento de transformação só aqui que teve entendeu, eu não sei presidente prudente se foi a mesma coisa, lá também foi encampado né, então eu tinha essa bagunça toda esse professores já foram encampados então o que você tinha era isso, você também tinha que adaptar o corpo docente a nova demanda né, as demandas do novo currículo, outra coisa, esse professor aqui o Artemio que entrou no Judô e o Lauro que entrou no Caratê é ... foi o seguinte, a gente precisaria pedir mais vagas aí houve uma discussão lá como a Mara já era da UNESP há algum tempo, mais do que a gente, mais do que a gente não, ela também foi eu não sei se ela entrou com concurso ou porque a encampação foi igual pra todo mundo mas eu acho que dava aula na USP e já tinha a estrutura da USP, era uma estrutura de universidade né e ali a encampação era novo né, aí ela falou assim “ olha esse número de vagas, a comissão de contratação não vai dar , é muita vaga, isso vai inchar” e aí ela falou assim “ com esse número de docente e você vai lá pedir nove vagas” foi demais, eu vou pedir mais de nove, então ela falou “ eu acho que pra ... a gente tem que oferecer alguma coisa pra comissão pra ver que a gente tá interessado em ... atender as demandas do novo currículo, então aí o conselho de departamento,

foi conversado com Artemio e com o Lauro que tinha entrado nesse concurso não no mesmo, mas na mesma época que eu, mesmo edital e ... e eles tavam assim porque houve uma cobrança deles se matricularem no curso de pós graduação ou de especialização ou e eles tavam meio não querendo, entendeu, aí eu não sei como o conselho de departamento também tava se sentindo pressionado né com a possibilidade deles perderem o emprego porque eles também não tinham título porque eles também foram encampados porque aquela história toda né que votou-se pela, pela demissão desses dois docentes, então eles foram, exonerados? é ou não renovaram o contrato, eles não renovaram o contrato deles, desse dois como quem diz “ olha aqui comissão de contratação, nós estamos, nós estamos, usando duas vagas que nós já temos né, pra por disciplinas do novo currículo” mas judô e caratê continuam, continuam no currículo mas com, com outro docente que dava outra disciplina além de judô, aí como, aí quando veio, foi quando veio o Matheus, o Matheus veio pra dar cinesiologia e judô entendeu, então com professor só, a alegação na época foi essa que ele daria cinesiologia e judô ou seja, atenderia duas disciplinas senão uma só, bom aí eles deram nove vagas aí a gente começou a contratar.

ENTREVISTADOR: Mediante concurso né, em relação ao currículo que foi criado em 97 pra começar a vigorar em 98, o senhor chegou a participar dessa reestruturação?

ENTREVISTADO: Não.

ENTREVISTADOR: Na época quem era o coordenador?

ENTREVISTADO: 97?

ENTREVISTADOR: 97.

ENTREVISTADO: Começou essa discussão em 97, não sei

ENTREVISTADOR: Acredito que foi a criação do currículo pro

noturno, que abriu na verdade o curso noturno né?

ENTREVISTADO: Eu acho participei, mas não participei muito não.

ENTREVISTADOR: O senhor se recorda quem era o coordenador do curso?

ENTREVISTADO: Não era a Dagmar, não sei, ou a ****, não sei, eu acho que tava meio cansado já sabe, aí passei a bola pro outros lá, ah não, eu já sei o que houve, foi em 97? ah, como eu fiquei aqui né, de 89 a 94 atrás disso aqui tudo, chefia do departamento, conselho de curso, currículo, contratação e etc., a minha, o meu doutorado né, foi por agua abaixo, ou fazia uma coisa ou fazia outra né enquanto isso, enquanto eu tava aqui segurando as pontas no curso, no conselho de curso, no conselho de departamento o pessoal começou a se titular né, começou a fazer o mestrado né, começou não, já estavam fazendo quando entraram e continuaram a acabaram o mestrado e eu ainda tava com meu mestrado só e porque eu não continuei, porque na USP não tinha a mesma área que eu fiz o mestrado.

ENTREVISTADOR: aprendizagem motora?

ENTREVISTADO: É, acho que era , acho que tinha um outro nome lá, pedagogia não sei do que, não lembro direito, tinha outro nome, essa área não tinha nível de doutorado porque ainda não tinha docentes suficiente né, pra você ver não tinha docente pra ter essa área, assim como a gente também , aqui na mudança porque os cursos de pós graduação são recentes né, na Educação Física né e USP também sofreu isso, aí eu não podia, eu não podia continuar nessa mesma linha de pesquisa porque se eu pudesse continuaria com Go Tani e faria uma coisa até melhor que eu fiz no mestrado porque já teria mais experiência né.

ENTREVISTADOR: Aí o senhor foi procurar outra área pra estudar?

ENTREVISTADO: Outra pra estudar e aí eu mudei de área radicalmente.

ENTREVISTADOR: Que área o senhor foi pesquisar?

ENTREVISTADO: Eu fui pra lazer, políticas públicas de lazer, mas isso também porque eu vi um problema, o departamento não tinha instalações nenhuma entendeu, era um caos, se ele funcionava dentro do banheiro você imagina o que era né o resto, não tinha piscina, não tinha nada, tinha aquele campo de futebol lá e olhe lá e umas quadras descobertas que ainda tem né, aí junto com**** e o Caetano a gente foi conversar com secretário de esportes que tinha acabado de ser empossado, com Tidei de Lima pra ver se conseguia dinheiro pra ver se conseguia fazer uma obra, fazer uma instalação esportiva vinculado algum projeto, sei lá, no ministério de esporte, ministério da educação, fomos atrás né, e aí empossou o secretário de esportes, o novo secretário de esportes e fomos lá conversar com ele ... aí primeira coisa que ele falou “ olha agora eu acabei de contratar a equipe de basquete de Piracicaba pra disputar os jogos regionais pra gente aqui, completinha, o time inteirinho com técnico e tudo” quer dizer não deixa de ser uma políticas, mas uma política de contratação aí falei “ pô né” fiquei pensando “ se eu sou um cidadão pago meu imposto aqui tenho meu filho aqui, meu filho começou jogar basquete e já tá legal né, aí vamos pro jogos regionais?” “ Não, quem vai a equipe que o secretario contratou” eu falei ai tem alguma coisa errado ne como política né e aí surgiu, fui pra esse lado né, políticas de esporte né na verdade, mas ai eu vi que o esporte tinha duas dimensões formal, informal entendeu, eu fiquei mais animado pela informal, o esporte de lazer entendeu e porque o esporte formal era, era o que secretario falou né e aí me animei em políticas públicas de lazer, só, eu queria fazer esporte e lazer mas é muito amplo né, então

eu delimitei só lazer , esporte e lazer, o que tinha que, eu cheguei a fazer, era o caso de Bauru, um estudo de caso e visitei todos os espaços né esportivos e de lazer de Bauru, acho que são dezesseis, bastante, estádios entendeu, tudo detonado, detonado, porque não tem programa né e aí fiquei animado com isso, aí consegui entrar, consegui que me aceitassem lá na PUC.

ENTREVISTADOR: PUC São Paulo? Qual programa?

ENTREVISTADO: Não nas ciências sociais e nas ciências sociais é o seguinte, eles estudam mais é trabalho, eles não estudam tempo livre e lazer, nada disso eles estudam assim, você vai pegar os trabalhos lá da ciências sociais e diz assim “greves no ABC paulista” então era só sobre trabalho e eu arrumei um orientador lá que também não, disse que não entendia nada, disse pra que eu tocasse, eu não vou tocar eu preciso de orientação, ainda amais numa instituição, área nova.

ENTREVISTADOR: Isso foi basicamente na mesma época que estava surgindo o currículo de 97?

ENTREVISTADO: Foi aí eu pedi, como teve aquele problema que eu te contei que eu não vou falar de novo né de eu ter que pedir demissão da chefia do departamento, como prêmio de consolação eles me deram afastamento integral.

ENTREVISTADOR: Para fazer o doutorado?

ENTREVISTADO: É.

ENTREVISTADOR: E nessa época o senhor morou em São Paulo ou aqui?

ENTREVISTADO: Eu tinha um apartamento lá entendeu, eu tinha um apartamento lá e aí eu morava em São Paulo entendeu, morava em São Paulo.

ENTREVISTADOR: Nessa época nas discussões do currículo o senhor estava em São Paulo?

ENTREVISTADO: Isso estava em são Paulo, aí eu não participei muito, quase nada entendeu e agora é logico que esse currículo sofreu críticas.

ENTREVISTADOR: De 97?

ENTREVISTADO: O meu.

ENTREVISTADOR: Seu currículo, de 90?

ENTREVISTADO: O meu é ótimo, o de 90, tava em cima de uma cabeça só né, você acha, tanto é que esse novo currículo de 97 pelo que eu fiquei sabendo, entendeu, deu quebra pau homéricos, tinha lá um monte de gente com pós graduação né, era outro nível, outro momento da Educação Física, do departamento né, do curso, era completamente diferente, deu, tanto é que emperrou e emperrou até ficar pronto aquilo ali porque as opiniões né, completamente diferente, as vaidades também, vaidade é o que mais tem na universidade, então essa é uma crítica que eu faço também e também ... a qualidade das pesquisas vou te contar ...

ENTREVISTADOR: Professor legal a entrevista, o senhor tem mais algumas considerações? Mais algum ponto que o senhor queira passar? A gente conversou bastante, desde sua trajetória até ...

ENTREVISTADO: Eu não sei se falta alguma coisa pra você...

ENTREVISTADOR: Na verdade eu questiono bastante a reestruturação de 90 e de 97, mas como eu já havia até imaginado por ser momentos distintos vamos assim dizer, difícil algum professor que tenha participado das duas, no processo das duas, ou melhor, que estava naquele contexto.

ENTREVISTADO: Por causa do momento né, quer dizer os professores que entraram pro currículo de 90 em decorrência, necessidade do currículo 90 foram [inaudível] do currículo de 97,

agora uma coisa muito interessante esse currículo de 90 foi mudado quando?

ENTREVISTADOR: 97, melhor pra vigorar em 98

ENTREVISTADO: Quanto tempo ele ficou?

ENTREVISTADOR: Entre sete, oito anos.

ENTREVISTADO: Então, nesse período todo ninguém propôs mudar, que mudou não, teve criação do curso noturno, mas no currículo de 90 continuou mais tempo não foi?

ENTREVISTADOR: Eu preciso dar uma olhada.

ENTREVISTADO: Será que 97 na foi o curso noturno?

ENTREVISTADOR: Eu não sei se a reestruturação de 97 ela só criou o curso noturno e adaptou pra cinco anos ou se depois vou dar uma olhadinha.

ENTREVISTADO: Acho que ela não mudou, eu acho que esse currículo de 90 ficou mais de dez anos, houve algumas modificações.

ENTREVISTADOR: Eu sei que até a mudança do meu currículo, a minha mudança começou na turma de 2006, até 2006 eu sei que o currículo, eu tenho alguns amigos, era assim, as práticas esportivas eram assim, coletivas você tinha que escolher três, é do currículo de 90?

ENTREVISTADO: É então.

ENTREVISTADOR: Que eu lembro que o pessoal falou assim, o estágio era diferente e tal, o pessoal escolhia né, porque as vezes eu converso e pergunto “com quem você fez a disciplina de futebol?” e “ah futebol eu não fiz”, porque não era obrigado a fazer todas.

ENTREVISTADO: Não era.

ENTREVISTADOR: “Atletismo também não fiz, fiz ginástica e natação”.

ENTREVISTADO: Então, isso foi uma outra coisa que acontecia lá na minha graduação entendeu, e não tinha assim, você é obrigado a fazer vôlei, eu desteto vôlei, não tinha chance, eu não sairia da faculdade se eu não fizesse vôlei.

ENTREVISTADOR: Legal o senhor tocar nesse ponto, eu vou analisar porque se realmente a reestruturação de 97 é só para o curso noturno, os professores que entraram depois, claro vou entrevistar para confirmar, mas o importante mesmo é a mudança de fato é em 90 e em 97 vamos colocar assim uma adequação né .

ENTREVISTADO: Agora você, e acho que mesmo na tua turma lá se você fez alguma, era habilidades do esporte?

ENTREVISTADOR: Não, o meu currículo ele veio da legislação de 2002 que foi quando separou de fato, fechou a licenciatura plena, porque existia o bacharelado e a licenciatura plena então quem fazia bacharelado trabalhava fora da escola somente licenciatura plena podia trabalhar nos dois, em 2002 acabou isso aí, criaram dois cursos de fato, ficou a formação do professor que era só escola.

ENTREVISTADO: Que era licenciatura?

ENTREVISTADOR: Isso é do graduado que seria o bacharelado, aí aqui em Bauru teve só currículo de licenciatura, então o que eles fizeram, habilidades de futebol, futebol na escola, habilidades de atletismo, atletismo na escola, dança, dança na escola, não mudou nada praticamente, a carga horária, ementa.

ENTREVISTADO: Tudo igual.

ENTREVISTADOR: Muda sim claro, atletismo ficou voltado pra escola, muitas disciplinas os professores realmente davam

um norteamento de como você trabalhar na escola, mas alguns outros como sempre foi.

ENTREVISTADO: Mas assim uma coisa que eu achei interessante foi que esse currículo de 90 permanecer tanto tempo sem mudança, entendeu, porque a massa crítica foi aumentando lá no departamento, então ele poderiam ter feito uma mudança e não foi, permaneceu u tempão e também, eu acho até que serviu de base pro novo currículo pra modificação seguinte né, servir de base, também no joga tudo fora né, não é assim que a gente joga tudo fora como né, nada se cria, tudo se transforma.

ENTREVISTADOR: Deixa eu dar uma olhadinha.

ENTREVISTADO: Vou acender a luz aqui ah agora fofoca, fofoca ... sabe quem denunciou que, que aluno tava dando aula aqui na graduação, foi um professor que queria dar aula, ele queria entrar na UNESP, mas e ele queria dar aula, só que ele não tava matriculado no mestrado ele foi lá e denunciou, que alunos estavam dando aula aqui em Bauru.

ENTREVISTADOR: Ele fez a denúncia?

ENTREVISTADO: É.

ENTREVISTADOR: Acabou espirrando no senhor?

ENTREVISTADO: Aí vieram a Maria Alice “professor você está nos envolvendo”.

ENTREVISTADOR: Esse currículo de licenciatura plena de 99, ingressantes a partir de 99, estrutura curricular de 91 alterada pela 99.

ENTREVISTADO: Escuta, não mudou nada.

ENTREVISTADOR: Esse é da turma do noturno, aí, da turma do integral, olha lá.

ENTREVISTADO: Aqui história da Educação Física ...não mudou,

ele ficou mais de dez anos.

ENTREVISTADOR: Professor vou pausar aqui, mas acho que, acho não, vou dar um stop.

ENTREVISTADO: Quantas horas?

ENTREVISTADOR: Duas horas e sete.

ENTREVISTADO: Puta merda!

FIM!